

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	7
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	9
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	10
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	12
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	13
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	14
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	15
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	17
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	19
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	22
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	24
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	25
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	28
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	29
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	30
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	31
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	33
---	----

Notas Explicativas	91
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	260
---	-----

Proposta de Orçamento de Capital	264
----------------------------------	-----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	265
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	267
--	-----

Índice

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	272
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	273
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	275
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	276

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	566.037
Preferenciais	1.127.325
Total	1.693.362
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	651
Total	651

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	22.619.454	20.062.483	17.963.865
1.01	Ativo Circulante	2.446.495	3.081.454	3.250.891
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	26.692	422.647	64.356
1.01.02	Aplicações Financeiras	431.222	116.861	185.211
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	251.187	94.829	162.824
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	251.187	94.829	162.824
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	180.035	22.032	22.387
1.01.02.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	180.035	22.032	22.387
1.01.03	Contas a Receber	1.977.946	1.272.878	1.727.089
1.01.03.01	Clientes	157.368	0	194
1.01.03.01.01	Consumidores e revendedores e concessionários - Transporte de energia	157.368	0	194
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.820.578	1.272.878	1.726.895
1.01.03.02.01	Dividendos a Receber	1.820.578	1.272.878	1.726.895
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.635	1.269.068	1.274.235
1.01.08.03	Outros	10.635	1.269.068	1.274.235
1.01.08.03.02	Classificados como Mantidos para venda	0	1.258.111	1.258.111
1.01.08.03.03	Tributos Compensáveis	1.088	1.341	248
1.01.08.03.20	Outros	9.547	9.616	15.876
1.02	Ativo Não Circulante	20.172.959	16.981.029	14.712.974
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.987.033	1.837.799	1.864.522
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	88.383	26.127	454
1.02.01.04	Contas a Receber	13.366	11.614	115.202
1.02.01.04.03	Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	13.366	11.614	115.202
1.02.01.07	Tributos Diferidos	802.270	690.895	680.731
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	802.270	690.895	680.731
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.083.014	1.109.163	1.068.135
1.02.01.10.03	Depósitos Vinculados a Litígios	307.651	304.676	310.065
1.02.01.10.04	Tributos Compensáveis	502.452	497.386	491.487
1.02.01.10.05	Imposto de renda e Contribuição Social a Recuperar	245.850	279.856	224.846

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.01.10.06	Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	2.050	2.058	3.330
1.02.01.10.20	Outros Créditos	25.011	25.187	38.407
1.02.02	Investimentos	18.183.135	15.139.383	12.842.731
1.02.02.01	Participações Societárias	18.183.135	15.139.383	12.842.731
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	15.750	16.799	16.114
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	16.582.729	13.595.447	11.600.428
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	1.584.656	1.527.137	1.226.189
1.02.03	Imobilizado	1.411	1.192	1.546
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.411	1.192	1.546
1.02.04	Intangível	1.380	2.655	4.175
1.02.04.01	Intangíveis	1.380	2.655	4.175
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.380	2.655	4.175

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	22.619.454	20.062.483	17.963.865
2.01	Passivo Circulante	2.220.330	1.649.860	900.274
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.596	10.713	10.662
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	12.596	10.713	10.662
2.01.02	Fornecedores	64.682	2.045	2.705
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	64.682	2.045	2.705
2.01.03	Obrigações Fiscais	132.764	92.402	92.640
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	130.148	92.402	92.640
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	3.634	0
2.01.03.01.02	COFINS	30.030	37.853	45.364
2.01.03.01.03	PASEP	6.496	9.266	9.827
2.01.03.01.04	INSS	1.940	1.585	1.684
2.01.03.01.05	Outros	91.682	40.064	35.765
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2.616	0	0
2.01.03.02.01	ICMS	2.616	0	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	52.430	49.953	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	52.430	49.953	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	52.430	49.953	0
2.01.05	Outras Obrigações	1.957.858	1.494.747	794.267
2.01.05.02	Outros	1.957.858	1.494.747	794.267
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.911.250	1.446.945	742.519
2.01.05.02.04	Encargos Regulatórios	0	4.624	4.624
2.01.05.02.05	Participações no Lucro	11.126	12.626	10.235
2.01.05.02.06	Obrigações Pós-Emprego	26.917	25.062	23.747
2.01.05.02.08	Outros	8.288	5.249	11.496
2.01.05.02.09	Operações de arrendamento mercantil - obrigações	277	241	1.646
2.02	Passivo Não Circulante	942.713	939.957	965.336
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	48.252
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	48.252

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	0	48.252
2.02.02	Outras Obrigações	705.718	717.572	693.566
2.02.02.02	Outros	705.718	717.572	693.566
2.02.02.02.03	Obrigações Pós-Emprego	697.149	713.718	689.761
2.02.02.02.04	Outros	1.970	1.981	1.972
2.02.02.02.05	Encargos regulatórios	4.624	0	0
2.02.02.02.07	Operações de arrendamento mercantil - obrigações	1.975	1.873	1.833
2.02.03	Tributos Diferidos	0	0	91
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	91
2.02.04	Provisões	236.995	222.385	223.427
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	224.438	202.504	205.394
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	177.722	170.624	161.413
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	43.075	28.152	42.178
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.641	3.728	1.803
2.02.04.02	Outras Provisões	12.557	19.881	18.033
2.02.04.02.04	Regulatórios	11.166	18.606	17.211
2.02.04.02.05	Outros	1.391	1.275	822
2.03	Patrimônio Líquido	19.456.411	17.472.666	16.098.255
2.03.01	Capital Social Realizado	8.466.810	7.593.763	7.293.763
2.03.02	Reservas de Capital	2.249.721	2.249.721	2.249.721
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	394.448	394.448	394.448
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-1.362	-1.362	-1.362
2.03.02.08	Doações e Subvenções para Investimentos	1.856.628	1.856.628	1.856.628
2.03.02.09	Correção Monetária do Capital	7	7	7
2.03.04	Reservas de Lucros	10.948.094	10.060.605	8.750.051
2.03.04.01	Reserva Legal	1.181.837	995.332	853.018
2.03.04.02	Reserva Estatutária	57.215	57.215	57.215
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	834.603	834.603	834.603
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	7.330.512	6.650.741	5.500.330

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	1.419.846	1.419.846	1.419.846
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	124.081	102.868	85.039
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	211.640
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-2.208.214	-2.431.423	-2.406.920

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	472.434	319	186.467
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-239.487	0	0
3.03	Resultado Bruto	232.947	319	186.467
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	3.412.772	2.862.192	2.646.169
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-45.297	-45.220	-72.715
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	112.556	51.736	72.738
3.04.04.01	Ganho na alienação de ativo mantido para venda, líquido	108.550	0	0
3.04.04.02	Resultado com Combinação de Negócios	4.006	51.736	0
3.04.04.04	Dividendos recebidos de investida classificada como ativo não circulante mantido para venda	0	0	72.738
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-67.349	-125.238	-254.545
3.04.05.02	Outras (Despesas) Receitas Operacionais	-43.583	-70.328	-66.084
3.04.05.04	Despesas com provisões operacionais	-23.766	-54.910	-188.461
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.412.862	2.980.914	2.900.691
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.645.719	2.862.511	2.832.636
3.06	Resultado Financeiro	4.295	-6.596	246.063
3.06.01	Receitas Financeiras	13.697	-2.054	272.753
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.402	-4.542	-26.690
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.650.014	2.855.915	3.078.699
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	101.307	8.195	-109.088
3.08.01	Corrente	-20.069	-3.653	-5.707
3.08.02	Diferido	121.376	11.848	-103.381
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.751.321	2.864.110	2.969.611
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	0	224.067
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	0	224.067
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	3.751.321	2.864.110	3.193.678
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,22	1,69	2,1
3.99.01.02	PN	2,22	1,69	2,1

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	2,22	1,69	2,1
3.99.02.02	PN	2,22	1,69	2,1

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	3.751.321	2.864.110	3.193.678
4.02	Outros Resultados Abrangentes	198.962	-7.553	-1.055.321
4.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-10.001	-1.687	59.919
4.02.04	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	179.379	-10.115	-939.057
4.02.05	Ajuste de Passivo Atuarial	29.415	4.963	-176.235
4.02.08	Outros	169	-714	52
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.950.283	2.856.557	2.138.357

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.445.603	1.049.860	591.549
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	155.755	-138.029	64.916
6.01.01.01	Lucro do Exercício	3.751.321	2.864.110	2.969.611
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-121.376	-11.848	103.381
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	1.730	2.954	4.525
6.01.01.04	Baixa de valor residual líquido de ativos financeiros da concessão, imobilizado e intangível	0	157	573
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.412.862	-2.980.914	-2.900.691
6.01.01.07	Provisões Operacionais e Perdas Estimadas	23.766	54.910	188.461
6.01.01.08	Resultado da combinação de negócios	-4.006	-51.736	0
6.01.01.09	Obrigações Pós-Emprego	36.857	50.110	46.796
6.01.01.10	Outros	0	1.531	1.845
6.01.01.11	Juros e Variações Monetárias	-11.180	-67.525	-20.018
6.01.01.12	Amortização de Custo de Transação de Empréstimos e Financiamentos	55	222	173
6.01.01.13	Ganho de capital apurado com a venda de ativo mantido para venda	-108.550	0	0
6.01.01.18	Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas	0	0	224.067
6.01.01.19	Reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS/Pasep e Cofins s/ICMS	0	0	-481.069
6.01.01.20	Dividendos declarados por investida classificada como mantida para venda	0	0	-72.738
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.289.051	1.187.954	878.274
6.01.02.03	Consumidores, Revendedores e Concessionários de Energia	-157.368	194	5.619
6.01.02.04	Tributos Compensáveis	2.062	0	4.640
6.01.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	128.232	45.546	16.698
6.01.02.06	Depósitos Vinculados a Litígio	1.665	14.688	33.820
6.01.02.07	Dividendos Recebidos de Participações	1.307.421	1.184.016	830.525
6.01.02.08	Fornecedores	62.637	-666	-6.580
6.01.02.09	Impostos, Taxas e Contribuições Sociais	-46.855	-53.832	44.376
6.01.02.10	Salários e Contribuições Sociais	1.883	51	-6.784
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	20.069	3.653	5.707
6.01.02.13	Obrigações Pós-Emprego	-22.156	-19.875	-18.974
6.01.02.15	Outros	-8.539	14.179	-29.726

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01.02.17	Encargos Regulatórios	0	0	-1.047
6.01.03	Outros	797	-65	-351.641
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	815	0	-102.869
6.01.03.03	Operações Descontinuadas	0	0	-224.067
6.01.03.04	Juros sobre arrendamentos	-18	-65	-127
6.01.03.05	Juros sobre mútuo com partes relacionadas	0	0	-24.578
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-429.938	-92.637	556.615
6.02.01	Em Investimentos	-1.419.659	-119.248	-19.434
6.02.02	Em Títulos e Valores Mobiliários - Aplicação Financeira	-376.617	53.333	-64.919
6.02.03	Fundos Vinculados	342	-220	0
6.02.04	Em Imobilizado	-566	0	-45
6.02.05	Em Intangível	-30	-13	-13
6.02.06	Caixa Advindo de Combinação de Negócios	0	11	22.444
6.02.07	Alienação de participação societária	1.366.592	0	0
6.02.08	Operações Descontinuadas	0	0	625.000
6.02.09	Mútuo com partes relacionadas	0	-26.500	-6.418
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.411.620	-598.932	-1.138.138
6.03.03	Mútuo com Partes Relacionadas	0	0	-400.000
6.03.04	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos a Acionista Controlador	-1.411.356	-597.385	-735.282
6.03.08	Arrendamentos pagos	-264	-1.547	-2.856
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-395.955	358.291	10.026
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	422.647	64.356	54.330
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	26.692	422.647	64.356

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	7.593.763	2.249.721	10.060.605	0	-2.431.423	17.472.666
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	7.593.763	2.249.721	10.060.605	0	-2.431.423	17.472.666
5.04	Transações de Capital com os Sócios	873.047	0	-873.047	-1.966.538	0	-1.966.538
5.04.01	Aumentos de Capital	873.047	0	-873.047	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.751.321	198.962	3.950.283
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.751.321	0	3.751.321
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	198.962	198.962
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	198.962	198.962
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.760.536	-1.784.783	24.247	0
5.06.04	Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	21.213	-21.213	0	0
5.06.05	Realização do custo atribuído	0	0	0	15.020	-15.020	0
5.06.06	Reclassificação de perdas atuariais	0	0	0	-39.267	39.267	0
5.06.07	Reserva de retenção de lucros	0	0	1.552.818	-1.552.818	0	0
5.06.08	Reserva legal	0	0	186.505	-186.505	0	0
5.07	Saldos Finais	8.466.810	2.249.721	10.948.094	0	-2.208.214	19.456.411

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	7.293.763	2.249.721	8.750.051	211.640	-2.406.920	16.098.255
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	7.293.763	2.249.721	8.750.051	211.640	-2.406.920	16.098.255
5.04	Transações de Capital com os Sócios	300.000	0	-300.000	-1.482.146	0	-1.482.146
5.04.01	Aumentos de Capital	300.000	0	-300.000	0	0	0
5.04.08	Dividendos e juros sobre capital próprio	0	0	0	-1.482.146	0	-1.482.146
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.864.110	-7.553	2.856.557
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.864.110	0	2.864.110
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-7.553	-7.553
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	-7.553	-7.553
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.610.554	-1.593.604	-16.950	0
5.06.04	Realização do custo atribuído	0	0	0	16.950	-16.950	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	1.450.411	-1.450.411	0	0
5.06.06	Reserva de incentivos fiscais	0	0	17.829	-17.829	0	0
5.06.07	Reserva legal	0	0	142.314	-142.314	0	0
5.07	Saldos Finais	7.593.763	2.249.721	10.060.605	0	-2.431.423	17.472.666

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	7.293.763	2.249.721	6.362.022	0	-1.326.787	14.578.719
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	145.360	0	145.360
5.02.01	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	145.360	0	145.360
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	7.293.763	2.249.721	6.362.022	145.360	-1.326.787	14.724.079
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-764.181	0	-764.181
5.04.09	Dividendos e juros sobre capital próprio	0	0	0	-764.181	0	-764.181
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.193.678	-1.055.321	2.138.357
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.193.678	0	3.193.678
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.055.321	-1.055.321
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.388.029	-2.363.217	-24.812	0
5.06.04	Realização do custo atribuído	0	0	0	24.812	-24.812	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	1.535.170	-1.535.170	0	0
5.06.06	Reserva de incentivos fiscais	0	0	18.256	-18.256	0	0
5.06.07	Reserva de lucros a realizar	0	0	834.603	-834.603	0	0
5.07	Saldos Finais	7.293.763	2.249.721	8.750.051	211.640	-2.406.920	16.098.255

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	523.438	354	4.485
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	523.438	354	4.485
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-208.571	-88.328	-157.945
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-287.964	-26.320	-39.982
7.02.04	Outros	79.393	-62.008	-117.963
7.03	Valor Adicionado Bruto	314.867	-87.974	-153.460
7.04	Retenções	-1.730	-2.954	-4.525
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.730	-2.954	-4.525
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	313.137	-90.928	-157.985
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.430.565	3.030.596	3.397.511
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.412.862	2.980.914	2.900.691
7.06.02	Receitas Financeiras	13.697	-2.054	272.753
7.06.03	Outros	4.006	51.736	224.067
7.06.03.01	Resultado com Combinação de Negócios	4.006	51.736	0
7.06.03.03	Valores Adicionados de Operações Descontinuadas	0	0	224.067
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.743.702	2.939.668	3.239.526
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.743.702	2.939.668	3.239.526
7.08.01	Pessoal	48.102	72.546	83.362
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.478	17.839	32.600
7.08.01.02	Benefícios	36.848	51.266	48.138
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.776	1.524	1.716
7.08.01.04	Outros	0	1.917	908
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-65.191	-2.229	-66.623
7.08.02.01	Federais	-72.189	-3.245	-68.726
7.08.02.02	Estaduais	3.856	651	1.357
7.08.02.03	Municipais	3.142	365	746
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9.470	5.241	29.109
7.08.03.01	Juros	9.402	4.542	26.690
7.08.03.02	Aluguéis	68	699	2.419

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.751.321	2.864.110	3.193.678
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	955.282	553.488	400.000
7.08.04.02	Dividendos	1.011.256	938.658	364.181
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.784.783	1.371.964	2.429.497

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	52.045.808	54.083.080	50.525.724
1.01	Ativo Circulante	12.949.150	15.456.200	10.352.726
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	825.208	1.680.397	535.757
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.724.088	3.360.270	740.339
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.003.305	2.738.675	641.725
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	1.003.305	2.738.675	641.725
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	720.783	621.595	98.614
1.01.02.03.01	Títulos para Negociação	720.783	621.595	98.614
1.01.03	Contas a Receber	4.765.072	4.561.402	4.709.538
1.01.03.01	Clientes	4.429.883	4.373.075	4.523.540
1.01.03.01.01	Consumidores e revendedores	4.429.883	4.373.075	4.523.540
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	335.189	188.327	185.998
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	335.189	188.327	185.998
1.01.06	Tributos a Recuperar	698.914	597.610	621.302
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	698.914	597.610	621.302
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recupera	698.914	597.610	621.302
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.935.868	5.256.521	3.745.790
1.01.08.03	Outros	4.935.868	5.256.521	3.745.790
1.01.08.03.01	Ativo Financeiro e setoriais da Concessão	1.504.666	258.588	890.726
1.01.08.03.02	Repasses de Recursos da conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	0	88.349	96.776
1.01.08.03.05	Subsídios Tarifários	291.896	0	0
1.01.08.03.09	Instrumentos Financeiros Derivativos - SWAP	0	522.579	234.766
1.01.08.03.10	Ativos Contratuais	599.692	737.110	576.184
1.01.08.03.11	Ativos Classificados como Mantidos para Venda	0	1.258.111	1.258.111
1.01.08.03.12	Contribuição de iluminação pública	233.309	179.401	164.971
1.01.08.03.13	Tributos Compensáveis	1.968.979	1.850.057	98.804
1.01.08.03.20	Outros créditos	337.326	362.326	425.452
1.02	Ativo Não Circulante	39.096.658	38.626.880	40.172.998
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	18.618.146	18.994.516	20.699.011

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	353.730	764.793	13.342
1.02.01.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	353.730	764.793	13.342
1.02.01.04	Contas a Receber	64.906	172.583	192.267
1.02.01.04.01	Clientes	51.540	160.969	77.065
1.02.01.04.03	Contas a Receber do Estado de Minas Gerais	13.366	11.614	115.202
1.02.01.07	Tributos Diferidos	2.464.734	2.452.860	2.429.789
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.464.734	2.452.860	2.429.789
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	15.734.776	15.604.280	18.063.613
1.02.01.10.03	Tributos Compensáveis	1.997.285	3.442.071	6.349.352
1.02.01.10.04	Depósitos Vinculados a Litígios	1.155.169	1.055.797	2.540.239
1.02.01.10.05	Ativos Financeiros e Setoriais da Concessão	4.969.400	3.798.734	3.758.680
1.02.01.10.06	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	315.405	346.523	227.913
1.02.01.10.07	Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	1.219.176	2.426.351	1.456.178
1.02.01.10.08	Ativos de Contrato	5.780.316	4.242.962	3.307.369
1.02.01.10.09	Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	225.593	212.074	276.824
1.02.01.10.20	Outros Créditos	72.432	79.768	147.058
1.02.02	Investimentos	5.105.926	5.415.293	5.399.391
1.02.02.01	Participações Societárias	5.105.926	5.415.293	5.399.391
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	15.750	383.649	567.570
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	5.090.176	5.031.644	4.831.821
1.02.03	Imobilizado	2.419.269	2.407.143	2.450.125
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.113.420	2.230.493	2.316.563
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	305.849	176.650	133.562
1.02.04	Intangível	12.953.317	11.809.928	11.624.471
1.02.04.01	Intangíveis	12.953.317	11.809.928	11.624.471
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	12.953.317	11.809.928	11.624.471

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	52.045.808	54.083.080	50.525.724
2.01	Passivo Circulante	10.687.593	9.690.215	7.964.571
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	225.189	212.755	200.044
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	225.189	212.755	200.044
2.01.02	Fornecedores	2.683.343	2.358.320	2.079.891
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.683.343	2.358.320	2.079.891
2.01.03	Obrigações Fiscais	718.098	645.797	544.835
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	594.170	533.729	433.227
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	190.002	140.058	133.868
2.01.03.01.02	COFINS	166.482	183.995	177.403
2.01.03.01.03	PASEP	36.180	41.116	38.595
2.01.03.01.04	INSS	36.178	28.715	24.819
2.01.03.01.05	Outros	165.328	139.845	58.542
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	123.928	112.068	111.608
2.01.03.02.01	ICMS	123.928	112.068	111.608
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.465.133	2.059.315	2.746.249
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	97.870	145.589	1.112.866
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	55.697	84.657	1.065.333
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	42.173	60.932	47.533
2.01.04.02	Debêntures	1.367.263	1.913.726	1.633.383
2.01.05	Outras Obrigações	5.595.830	4.414.028	2.393.552
2.01.05.02	Outros	5.595.830	4.414.028	2.393.552
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.909.050	1.448.846	744.591
2.01.05.02.04	Encargos Regulatórios	610.695	445.807	456.771
2.01.05.02.05	Participações nos Lucros	136.580	121.865	212.220
2.01.05.02.06	Obrigações Pós-Emprego	346.733	304.551	287.538
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	776.275	524.795	355.623
2.01.05.02.09	Opções de Venda SAAG	636.292	536.155	0
2.01.05.02.10	Passivo Financeiro da Concessão	51.359	231.322	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.01.05.02.11	Instrumentos financeiros	6.130	0	0
2.01.05.02.13	Arrendamento	61.586	47.799	85.000
2.01.05.02.14	Contribuição de Iluminação pública	357.105	304.869	251.809
2.01.05.02.15	PASEP/COFINS a ser restituído a consumidores	704.025	448.019	0
2.02	Passivo Não Circulante	21.896.450	26.915.517	26.458.648
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	9.898.830	12.961.243	12.029.782
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	5.561.304	7.769.418	6.072.960
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.380	5.644	59.396
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	5.558.924	7.763.774	6.013.564
2.02.01.02	Debêntures	4.337.526	5.191.825	5.956.822
2.02.02	Outras Obrigações	9.146.393	11.021.834	11.770.718
2.02.02.02	Outros	9.146.393	11.021.834	11.770.718
2.02.02.02.04	Obrigações Pós-Emprego	5.857.941	6.538.496	6.421.156
2.02.02.02.05	Encargos Regulatórios	204.623	291.189	147.266
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	240.793	180.863	96.611
2.02.02.02.07	Impostos Taxas e Contribuições	341.689	262.745	226.768
2.02.02.02.09	Instrumentos Financeiros Derivativos - Opções de Venda	0	0	482.841
2.02.02.02.12	PASEP/COFINS a serem restituídos a consumidores	2.318.910	3.569.837	4.193.329
2.02.02.02.13	Arrendamento	182.437	178.704	202.747
2.02.03	Tributos Diferidos	962.255	1.040.003	770.084
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	962.255	1.040.003	770.084
2.02.04	Provisões	1.888.972	1.892.437	1.888.064
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.818.220	1.828.046	1.830.631
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.295.661	1.294.287	1.260.441
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	403.934	427.515	497.320
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	70.783	54.584	36.081
2.02.04.01.06	Provisões Regulatórias	47.842	51.660	36.789
2.02.04.02	Outras Provisões	70.752	64.391	57.433
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	79	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.02.04.02.05	Outras Provisões	70.673	64.391	57.433
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	19.461.765	17.477.348	16.102.505
2.03.01	Capital Social Realizado	8.466.810	7.593.763	7.293.763
2.03.02	Reservas de Capital	2.249.721	2.249.721	2.249.721
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	394.448	394.448	394.448
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-1.362	-1.362	-1.362
2.03.02.08	Doações e Subvenções para Investimentos	1.856.628	1.856.628	1.856.628
2.03.02.09	Correção Monetária do Capital	7	7	7
2.03.04	Reservas de Lucros	10.948.094	10.060.605	8.750.051
2.03.04.01	Reserva Legal	1.181.837	995.332	853.018
2.03.04.02	Reserva Estatutária	57.215	57.215	57.215
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	834.603	834.603	834.603
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	7.330.512	6.650.741	5.500.330
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	124.081	102.868	85.039
2.03.04.10	Reserva Obrigatória - Dividendos não Distribuídos	1.419.846	1.419.846	1.419.846
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	211.640
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-2.208.214	-2.431.423	-2.406.920
2.03.06.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial	-2.208.214	-2.431.423	-2.406.920
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	5.354	4.682	4.250

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	33.646.118	25.227.625	25.486.973
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-26.923.870	-19.844.752	-19.598.673
3.02.01	Energia Eletrica Comprada para Revenda	-16.101.254	-12.111.489	-11.286.174
3.02.02	Encargos de uso da Rede Basica de Trasmissoão	-3.336.985	-1.747.811	-1.426.278
3.02.03	Gás Comprado para Revenda	-2.011.340	-1.083.089	-1.435.728
3.02.04	Pessoal e Administradores	-982.511	-1.011.557	-1.001.762
3.02.05	Materiais	-75.741	-62.480	-73.872
3.02.06	Serviços de Terceiros	-1.264.519	-1.086.517	-1.042.989
3.02.07	Depreciação e Amortização	-947.230	-865.202	-814.783
3.02.08	Provisões Operacionais	-86.227	-168.099	-1.213.759
3.02.10	Custo de Construção	-2.035.648	-1.581.475	-1.199.698
3.02.11	Outras	-82.415	-127.033	-103.630
3.03	Resultado Bruto	6.722.248	5.382.873	5.888.300
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	228.923	-676.577	-2.678.491
3.04.01	Despesas com Vendas	-143.856	-146.705	-237.733
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-571.376	-582.457	-641.810
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	327.511	553.844	72.738
3.04.04.01	Valor justo da combinação de negócios	4.006	51.736	0
3.04.04.02	Ganho na alienação de ativo mantido para venda, líquido	108.550	0	0
3.04.04.03	Dividendos recebidos de investida classificada como ativo não circulante mantido para venda	0	0	72.738
3.04.04.04	Receitas – Revisão Tarifaria Periódica, líquidas	214.955	502.108	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	434.568	-857.957	-1.997.037
3.04.05.01	Outras (Despesas) Receitas Operacionais	-452.646	-749.475	-1.047.423
3.04.05.02	Compensação de custos com risco hidrológico - Lei 14.052/20, líquido	1.031.809	0	0
3.04.05.03	Despesas com Provisões Operacionais	-144.595	-108.482	-949.614
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	182.076	356.698	125.351
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	182.076	356.698	125.351
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	6.951.171	4.706.296	3.209.809
3.06	Resultado Financeiro	-2.252.993	-905.459	1.360.277

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.06.01	Receitas Financeiras	843.306	2.445.405	3.206.850
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.096.299	-3.350.864	-1.846.573
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.698.178	3.800.837	4.570.086
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-945.309	-935.716	-1.599.800
3.08.01	Corrente	-1.156.082	-683.681	-1.454.341
3.08.02	Diferido	210.773	-252.035	-145.459
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.752.869	2.865.121	2.970.286
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	0	224.067
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	0	224.067
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	3.752.869	2.865.121	3.194.353
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	3.751.321	2.864.110	3.193.678
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.548	1.011	675
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,22	1,69	2,1
3.99.01.02	PN	2,22	1,69	2,1
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	2,22	1,69	2,1
3.99.02.02	PN	2,22	1,69	2,1

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	3.752.869	2.865.121	3.194.353
4.02	Outros Resultados Abrangentes	198.962	-7.553	-1.055.325
4.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-102.408	3.525	543.676
4.02.05	Ajuste de Passivo Atuarial	301.201	-10.364	-1.599.049
4.02.08	Outros	169	-714	48
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	3.951.831	2.857.568	2.139.028
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	3.950.283	2.856.557	2.138.357
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.548	1.011	671

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.683.357	8.609.107	2.036.945
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.536.732	3.829.783	3.795.858
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício das operações em continuidade	3.752.869	2.865.121	2.970.286
6.01.01.02	Restituição à consumidores de créditos de Pis/Pasep e Cofins	-1.316.995	-266.320	0
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	1.049.108	989.053	958.234
6.01.01.04	Perdas nas Baixas de Imobilizado, Intangível e Investimentos	46.960	39.039	124.047
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias	1.734.743	2.944.581	1.415.769
6.01.01.06	Provisões para Perdas Operacionais	374.678	423.286	2.401.106
6.01.01.07	Outros	-17.120	-6.125	-56.825
6.01.01.08	Obrigações Pós-Emprego	84.798	490.953	464.554
6.01.01.09	Resultado de Equivalência Patrimonial	-182.076	-356.698	-125.351
6.01.01.10	Amortização de Custo de Transação de Empréstimos e Financiamentos	20.456	15.107	37.616
6.01.01.11	Imposto de renda e contribuição social	-210.773	252.035	145.459
6.01.01.12	Ajuste na expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão	-1.305.900	-800.968	-755.469
6.01.01.13	Ajustes decorrentes da Revisão Periódica da RAP	-236.627	-551.852	0
6.01.01.14	Ganho de capital apurado com a venda de ativo mantido para venda	-108.550	0	0
6.01.01.15	Compensação de custos com risco hidrológico - Lei 14.052/20, líquido	-1.031.809	0	0
6.01.01.16	Conta de Compensação de Variação Valores de Itens da Parcela A (CVA) e Outros Componentes Financeiro	-2.146.043	-454.741	-57.988
6.01.01.17	Provisões para Ganhos/Perdas com Instrumentos Financeiros Derivativos - Swap	537.976	-1.752.688	-997.858
6.01.01.18	Reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS/Pasep e Cofins s/ICMS	0	0	-2.951.789
6.01.01.19	Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas	0	0	224.067
6.01.01.20	Ágio na recompra de eurobonds	491.037	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3.218.439	5.643.468	1.402.406
6.01.02.01	Consumidores e Revendedores	-90.382	-78.420	-665.727
6.01.02.03	Tributos Compensáveis	1.667.775	-59.383	-11.699
6.01.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social - Ativo	-554.685	-162.380	-71.267
6.01.02.05	Depósitos Vinculados a Litígio	-70.354	1.537.655	10.975
6.01.02.06	Fornecedores	324.857	278.382	278.639
6.01.02.07	Impostos, Taxas e Contribuições Sociais	5.008	823.522	-162.318

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01.02.08	Encargos Regulatórios	77.965	132.350	-88.900
6.01.02.10	Obrigações Pós-Emprego	-421.970	-366.964	-343.253
6.01.02.12	Salários e Contribuições Sociais	12.434	12.711	-83.686
6.01.02.13	Outros	-166.061	294.795	-49.394
6.01.02.15	Ativo Financeiro e de Contrato da Concessão	713.641	688.104	511.451
6.01.02.16	Dividendos Recebidos de Participações	499.065	386.555	282.580
6.01.02.17	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.206.026	689.596	1.432.536
6.01.02.18	Conta de Compensação de Variação Valores de Itens da Parcela A (CVA) e Outros Componentes Financeiro	15.120	1.466.945	362.469
6.01.03	Outros	-1.071.814	-864.144	-3.161.319
6.01.03.01	Juros sobre Empréstimo e Financiamentos Pagos	-1.590.268	-1.081.476	-1.264.800
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-500.408	-240.339	-1.767.409
6.01.03.03	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos (swap)	1.021.776	461.375	100.107
6.01.03.04	Operações Descontinuadas	0	0	-224.067
6.01.03.05	Juros sobre arrendamentos	-2.914	-3.704	-5.150
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.371.198	-5.076.987	-1.188.695
6.02.01	Em Títulos e Valores Mobiliários - Aplicação Financeira	2.047.952	-3.368.351	79.030
6.02.03	Em Imobilizado	-182.518	-133.045	-70.390
6.02.04	Em Intangível	-50.849	-40.980	-931.644
6.02.05	Em Investimentos	-56.317	-120.320	-38.265
6.02.06	Em Ativos de Contrato – Infraestrutura de Distribuição e Gás	-1.798.296	-1.363.564	-924.664
6.02.07	Caixa advindo de combinação de negócios	155	27.110	0
6.02.08	Mútuo com partes relacionadas	0	-26.500	-6.418
6.02.09	Fundos Vinculados	44.479	-51.337	78.656
6.02.10	Operações Descontinuadas	0	0	625.000
6.02.11	Alienação de participação societária	1.366.592	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.909.744	-2.387.480	-1.203.297
6.03.01	Obtenção de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	13.406	825.562	4.476.722
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-4.436.672	-2.531.026	-4.883.218
6.03.03	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-1.416.333	-598.135	-701.137

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.03.08	Arrendamentos pagos	-70.145	-83.881	-95.664
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-855.189	1.144.640	-355.047
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.680.397	535.757	890.804
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	825.208	1.680.397	535.757

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	7.593.763	2.249.721	10.060.605	0	-2.431.423	17.472.666	4.682	17.477.348
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	7.593.763	2.249.721	10.060.605	0	-2.431.423	17.472.666	4.682	17.477.348
5.04	Transações de Capital com os Sócios	873.047	0	-873.047	-1.966.538	0	-1.966.538	-876	-1.967.414
5.04.01	Aumentos de Capital	873.047	0	-873.047	0	0	0	0	0
5.04.08	Participação de Acionista não controlador	0	0	0	0	0	0	-876	-876
5.04.09	Dividendos e Juros sobre capital próprio	0	0	0	-1.966.538	0	-1.966.538	0	-1.966.538
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.751.321	198.962	3.950.283	1.548	3.951.831
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.751.321	0	3.751.321	1.548	3.752.869
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	198.962	198.962	0	198.962
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	198.962	198.962	0	198.962
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.760.536	-1.784.783	24.247	0	0	0
5.06.04	Realização do custo atribuído	0	0	0	15.020	-15.020	0	0	0
5.06.05	Reclassificação de perdas atuariais	0	0	0	-39.267	39.267	0	0	0
5.06.06	Reserva de retenção de lucros	0	0	1.552.818	-1.552.818	0	0	0	0
5.06.07	Reserva de incentivos fiscais	0	0	21.213	-21.213	0	0	0	0
5.06.08	Reserva legal	0	0	186.505	-186.505	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	8.466.810	2.249.721	10.948.094	0	-2.208.214	19.456.411	5.354	19.461.765

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	7.293.763	2.249.721	8.750.051	211.640	-2.406.920	16.098.255	4.250	16.102.505
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	7.293.763	2.249.721	8.750.051	211.640	-2.406.920	16.098.255	4.250	16.102.505
5.04	Transações de Capital com os Sócios	300.000	0	-300.000	-1.482.146	0	-1.482.146	-579	-1.482.725
5.04.01	Aumentos de Capital	300.000	0	-300.000	0	0	0	0	0
5.04.08	Participação de não controladores	0	0	0	0	0	0	-579	-579
5.04.09	Dividendos e juros sobre capital próprio	0	0	0	-1.482.146	0	-1.482.146	0	-1.482.146
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.864.110	-7.553	2.856.557	1.011	2.857.568
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.864.110	0	2.864.110	1.011	2.865.121
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-7.553	-7.553	0	-7.553
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	-7.553	-7.553	0	-7.553
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.610.554	-1.593.604	-16.950	0	0	0
5.06.04	Realização do custo atribuído	0	0	0	16.950	-16.950	0	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	1.450.411	-1.450.411	0	0	0	0
5.06.06	Reservas de incentivos fiscais	0	0	17.829	-17.829	0	0	0	0
5.06.07	Reserva legal	0	0	142.314	-142.314	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	7.593.763	2.249.721	10.060.605	0	-2.431.423	17.472.666	4.682	17.477.348

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	7.293.763	2.249.721	6.362.022	0	-1.326.787	14.578.719	1.360.608	15.939.327
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	145.360	0	145.360	0	145.360
5.02.01	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	145.360	0	145.360	0	145.360
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	7.293.763	2.249.721	6.362.022	145.360	-1.326.787	14.724.079	1.360.608	16.084.687
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-764.181	0	-764.181	-1.357.029	-2.121.210
5.04.08	Participação de não controladores	0	0	0	0	0	0	-1.356.791	-1.356.791
5.04.09	Dividendos e juros sobre capital próprio	0	0	0	-764.181	0	-764.181	-238	-764.419
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.193.678	-1.055.321	2.138.357	671	2.139.028
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.193.678	0	3.193.678	675	3.194.353
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.055.321	-1.055.321	-4	-1.055.325
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.388.029	-2.363.217	-24.812	0	0	0
5.06.04	Realização do custo atribuído	0	0	0	24.812	-24.812	0	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	1.535.170	-1.535.170	0	0	0	0
5.06.06	Reservas de incentivos fiscais	0	0	18.256	-18.256	0	0	0	0
5.06.07	Reserva de lucros a realizar	0	0	834.603	-834.603	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	7.293.763	2.249.721	8.750.051	211.640	-2.406.920	16.098.255	4.250	16.102.505

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	46.499.657	37.462.250	37.696.490
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	42.951.811	34.512.165	34.455.097
7.01.02	Outras Receitas	3.678.487	3.096.790	3.479.126
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-130.641	-146.705	-237.733
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-26.844.483	-20.008.025	-20.784.541
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-20.223.765	-15.160.192	-13.904.027
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.015.958	-4.160.915	-4.186.123
7.02.04	Outros	-604.760	-686.918	-2.694.391
7.03	Valor Adicionado Bruto	19.655.174	17.454.225	16.911.949
7.04	Retenções	-1.049.108	-989.053	-958.234
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.049.108	-989.053	-958.234
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	18.606.066	16.465.172	15.953.715
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.061.197	2.853.839	3.556.268
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	182.076	356.698	125.351
7.06.02	Receitas Financeiras	843.306	2.445.405	3.206.850
7.06.03	Outros	1.035.815	51.736	224.067
7.06.03.01	Resultado com Combinação de Negócios	4.006	51.736	0
7.06.03.02	Compensação de custos com risco hidrológico - Lei 14.052/20	1.031.809	0	0
7.06.03.03	Valor adicionado líquido produzido pela Companhia proveniente de operações descontinuadas	0	0	224.067
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	20.667.263	19.319.011	19.509.983
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	20.667.263	19.319.011	19.509.983
7.08.01	Pessoal	1.315.814	1.772.267	1.861.767
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.046.048	1.053.035	1.218.391
7.08.01.02	Benefícios	173.990	601.581	562.075
7.08.01.03	F.G.T.S.	60.538	58.801	59.810
7.08.01.04	Outros	35.238	58.850	21.491
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	12.476.524	11.289.013	12.554.954
7.08.02.01	Federais	5.763.585	5.343.372	6.397.806
7.08.02.02	Estaduais	6.695.175	5.934.555	6.142.683

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.02.03	Municipais	17.764	11.086	14.465
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.122.056	3.392.610	1.898.909
7.08.03.01	Juros	3.109.268	3.374.783	1.872.545
7.08.03.02	Aluguéis	12.788	17.827	26.364
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.752.869	2.865.121	3.194.353
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	955.282	553.488	400.000
7.08.04.02	Dividendos	1.011.256	938.658	364.181
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.784.783	1.371.964	2.429.497
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	1.548	1.011	675

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**SUMÁRIO**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021.....	2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA	4
NOSSOS NEGÓCIOS	7
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO	10
AMBIENTE REGULATÓRIO.....	24
RELACIONAMENTO COM NOSSOS CLIENTES	29
INVESTIMENTOS.....	32
MERCADO DE CAPITAIS E DIVIDENDOS.....	34
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO	36
GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	37
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES.....	38
AUDITORIA INTERNA, GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	38
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO.....	39
RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	42
RECONHECIMENTOS – PRÊMIOS.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO	56
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA.....	58

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores acionistas,

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Companhia” ou “Cemig”) submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal, o relatório do Comitê de Auditoria e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Também são apresentadas as declarações dos diretores que revisaram as demonstrações financeiras e o respectivo relatório dos Auditores Independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2021 ficará marcado na história da Cemig como um ano de transformação e de conquistas. Em paralelo à revisão do planejamento estratégico da Companhia, com o objetivo de “focar e vencer” e priorizar os investimentos em Minas Gerais, houve avanços importantes na eficiência operacional, nos resultados financeiros e na qualidade dos serviços prestados aos clientes, motivos de orgulho para todos nós que atuamos na Empresa.

Nosso perfil de empresa integrada, com diversificação de negócios nos setores de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia, nos traz solidez, redução de riscos no enfrentamento de cenários adversos e propicia maior estabilidade nos resultados.

No que se refere aos resultados financeiros, encerramos o ano com a maior lucratividade nominal da nossa história: um lucro líquido de R\$3.753 milhões (30,99% superior a 2020) e um Ebitda de R\$8.000 milhões (40,47% superior a 2020).

Nosso endividamento financeiro, medido pela relação dívida líquida/Lajida ajustado, foi de 1,2 vez, o que demonstra a solidez financeira da Companhia e que dá sustentação à implementação do ambicioso programa de investimentos para os próximos anos. Reduzimos a nossa exposição cambial, com a recompra de US500 milhões dos bonds com vencimento previsto para 2024, o que contribuiu também para um melhor perfil da nossa dívida.

A eficiência operacional é uma prioridade para a Companhia. Repetimos em 2021 o resultado obtido no ano anterior de termos as nossas despesas operacionais de transmissão e distribuição totalmente cobertas pelas receitas regulatórias. A implementação de medidas adicionais de eficiência, como a redução da inadimplência e enquadramento das perdas técnicas/não técnicas de energia aos limites regulatórios, também contribuiu para que o Ebitda deste ano do negócio de distribuição estivesse acima da referência regulatória.

Os excelentes resultados financeiros foram ao encontro de uma qualidade cada vez maior do serviço prestado aos clientes. O DEC (índice que mede a duração das interrupções de energia) registrado foi de 9,46 horas, mais uma redução, que significa o melhor resultado da série histórica.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Esses resultados alcançados proporcionaram uma contínua melhoria da nossa classificação pelas agências de rating. Em 2021, tivemos elevação das nossas notas de crédito pela Fitch e Standard&Poors, alcançando AA+ na escala nacional brasileira, também a melhor classificação de risco da Cemig na história.

Esse quadro coroa um ano em que foi anunciado o maior plano de investimentos da história da Companhia, uma previsão de R\$22,5 bilhões até 2025, com foco nas concessões de distribuição, transmissão e em geração por meio de fontes renováveis. Revertendo uma tendência anterior, a Cemig volta a priorizar seus negócios core e com foco em Minas Gerais. Focar e vencer, como já pontuado.

Buscamos a satisfação do nosso cliente na digitalização e transformação dos nossos processos de relacionamento, com uma gestão ágil, eficiente e sempre com segurança. Destaca-se que esses investimentos previstos para os próximos anos - com novas subestações e reforço da rede de distribuição - permitirão uma maior oferta e acesso à energia, fator primordial para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que são atendidas pela Companhia.

No cenário regulatório, foi concluída em 2021 a repactuação do risco hidrológico, em função dos custos assumidos pelos geradores entre os anos de 2012 e 2017. Em função desse acordo, que eliminou a discussão judicial da questão, a Aneel homologou a extensão de várias concessões de geração outorgadas à Cemig, destacando-se aquelas relacionadas as usinas de Nova Ponte e Emborcação, que tiveram uma extensão de aproximadamente 2 anos em relação ao vencimento original de 2025 (não incluindo a esperada renovação do contrato de concessão), o que representa uma geração relevante de caixa adicional para a Cemig.

Todas essas conquistas aconteceram em um cenário particularmente desafiador, no qual a sociedade continuou a lidar com os efeitos significativos da pandemia de Covid-19, com reflexos também em nossos negócios.

A Cemig assumiu papel de protagonismo na pandemia, reforçando sua vocação de empresa com forte responsabilidade social. Priorizamos o atendimento sem interrupção aos hospitais e demais serviços públicos, além da firme adesão ao movimento da sociedade civil “Unidos Pela Vacina”, de colaboração efetiva com o processo de vacinação da população de Minas Gerais, apoiando de forma direta 425 municípios.

A atuação da Cemig se deu por meio da participação voluntária de seus empregados no apoio ao transporte e deslocamento, com veículos da Companhia, de profissionais de diversos municípios para levar vacinas a regiões rurais, a pessoas acamadas, além da doação de insumos, com o propósito de ajudar a promover o acesso à vacina para o combate à Covid-19 em municípios do Estado.

A segurança e saúde das pessoas que trabalham para a Companhia também foram um ponto primordial, sendo observados de forma rigorosa os protocolos estabelecidos. Infelizmente, mesmo com a adoção de tais práticas, ainda houve a perda de colaboradores em função da pandemia, o que nos traz pesar e sentimento de solidariedade para com as famílias.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Estamos determinados em prosseguir com práticas sustentáveis em nossas operações, criando valor para os nossos acionistas e contribuindo para o bem-estar da sociedade. Somos a única empresa do setor elétrico fora da Europa a fazer parte do índice Dow Jones de Sustentabilidade (de forma consecutiva há 22 anos), que selecionou apenas 7 empresas do setor no mundo, além de termos posição de destaque em vários outros ratings de sustentabilidade nacionais e internacionais. Também somos a maior incentivadora da cultura em Minas Gerais.

O ano de 2022 traz desafios adicionais relacionados à conjuntura internacional e nacional e ainda aos efeitos da pandemia, que esperamos que possam ser amenizados em função do avanço da vacinação da população. Mas os expressivos resultados obtidos nos últimos anos, resultado do compromisso da Administração e talento das pessoas que trabalham na Cemig, nos permitem ser otimistas com relação ao futuro da Empresa.

Agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas e demais partes interessadas pelo esforço convergente de manter o reconhecimento da Cemig como empresa de relevância e destaque no setor elétrico brasileiro.

BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Cemig é uma empresa de capital aberto, controlada pelo Governo de Minas Gerais e suas ações são negociadas nas bolsas de São Paulo, Nova Iorque e Madri (Latibex) e seu valor de mercado no final de 2021 era de aproximadamente R\$25 bilhões. Pelo 22º ano consecutivo, a Cemig integra a carteira do Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI World) no período 2021/2022 e se consolida como uma das empresas mais sustentáveis do mundo, mantendo-se como a única Companhia do setor elétrico da América Latina a fazer parte do *DJSI World* desde a sua criação, em 1999.

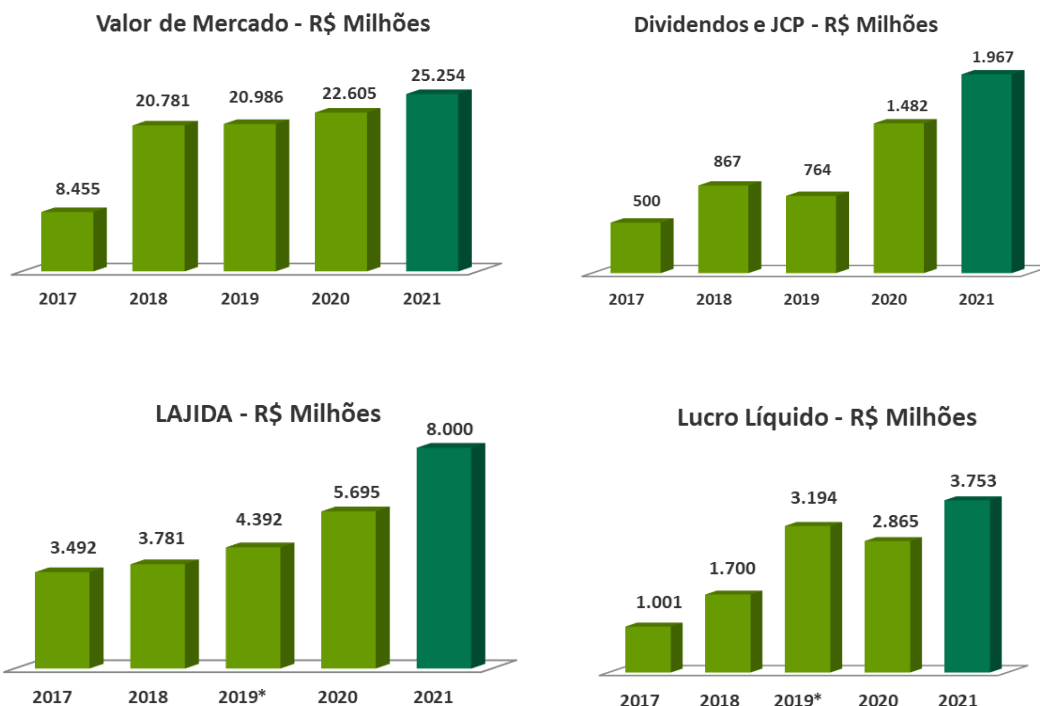
A Cemig atua nas áreas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, soluções energéticas, soluções tecnológicas, serviços de datacenter e distribuição de gás natural. O grupo é constituído pela holding Cemig, pelas subsidiárias integrais Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e Cemig Distribuição S.A. (Cemig D), totalizando 162 Sociedades, 9 Consórcios e 2 FIPs (Fundos de Investimentos em Participações), com ativos e negócios em vários estados do Brasil.

A Cemig supervisiona a gestão e o desenvolvimento das controladas e coligadas por meio de participação ativa nos órgãos de administração, dentro dos critérios de boa governança corporativa, zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Principais indicadores:



Outros Indicadores:

Descrição	2017	2018	2019	2020	2021
GWh faturados	42.499	43.563	42.214	39.402	43.263
Receita (R\$ Mil)	21.711	22.266	25.487	25.228	33.646
Lucro por ação – PN (R\$)	0,84	1,17	2,10	1,69	2,22
Quantidade de consumidores faturados	8.347	8.409	8.514	8.697	8.885
Quantidade de empregados	5.864	6.083	5.596	5.254	5.025

Nossa missão, visão e valores

Missão

Prover soluções integradas de energia limpa e acessível à sociedade, de maneira inovadora, sustentável e competitiva.

Visão

Estar entre os três melhores grupos integrados de energia elétrica do Brasil em governança, saúde financeira, desempenho de ativos e satisfação de clientes.

Valores

Respeito à vida, integridade, geração de valor, sustentabilidade e responsabilidade social, comprometimento e inovação.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



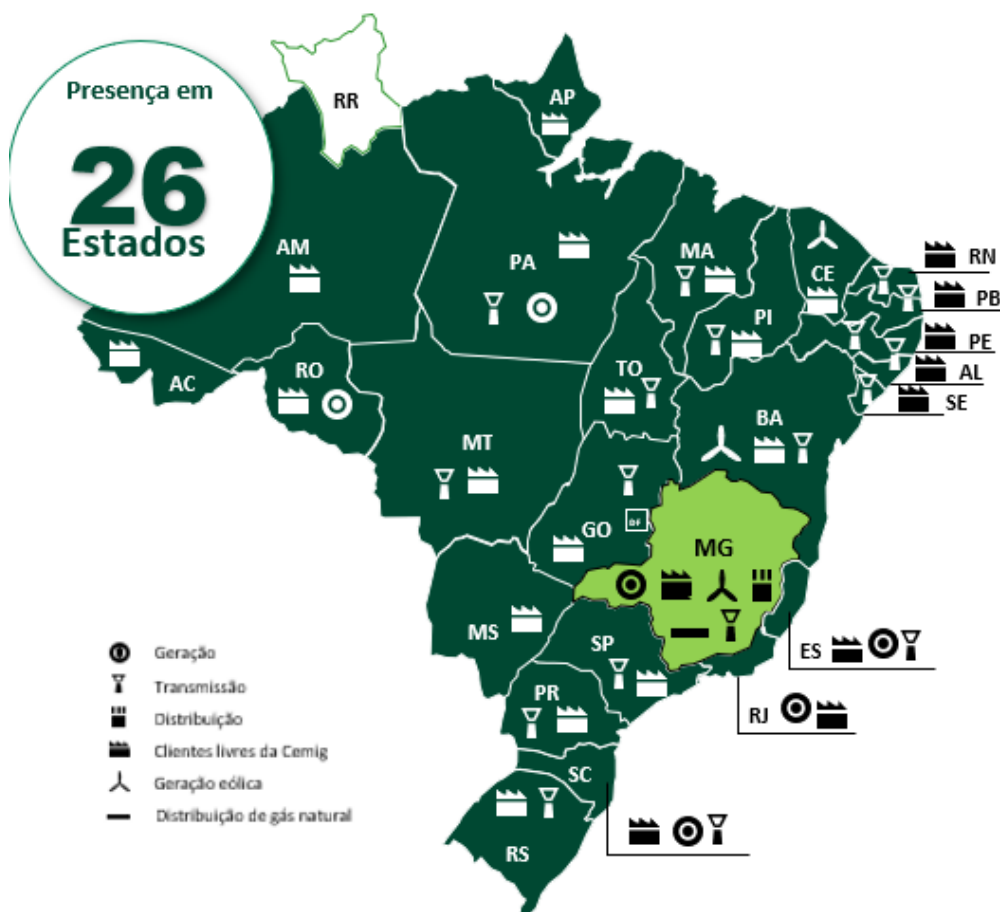
Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

Para disciplinar os comportamentos, atuações e decisões profissionais, a Cemig adota, desde 2004, a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional, disponível na Internet, no site <http://www.cemig.com.br>, consolidada em 9 princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura.

Área de Atuação

Conforme pode ser observado no mapa a seguir, a Cemig atua em várias regiões do País, com uma maior concentração na Região Sudeste.

Fontes Renováveis 100% da nossa matriz energética



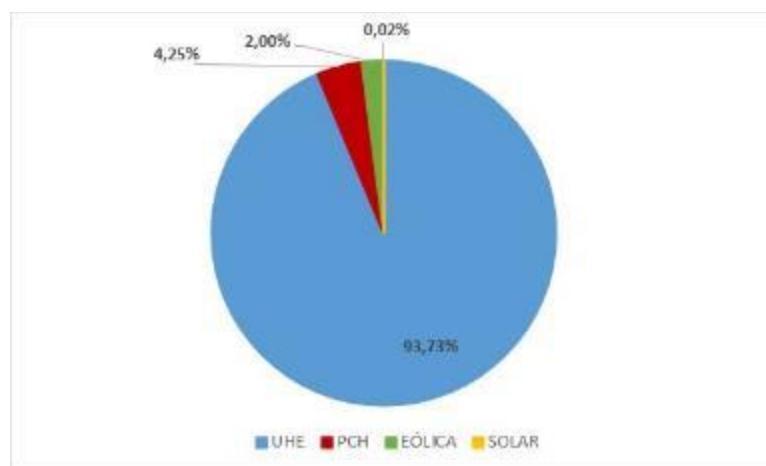
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



NOSSOS NEGÓCIOS

Geração

Historicamente, a matriz elétrica do parque gerador da Cemig é praticamente composta por fontes renováveis. Em fevereiro de 2021, foi extinta pelo MME a concessão da UTE Igarapé, única usina termelétrica da Cemig, cuja operação comercial já estava suspensa desde dezembro de 2019. Desse modo, já excluída a UTE Igarapé, a totalidade dos 5.755 MW de capacidade instalada da Cemig é constituída de empreendimentos de fonte renovável (hidráulica, eólica ou solar).



Considerando suas controladas, controladas em conjunto e coligadas, a Cemig possuía, em operação, em 31 de dezembro de 2021, 70 usinas, com capacidade instalada de 5.755 MW, conforme abaixo:

Central Geradora	Capacidade instalada (MW)*
Emborcação	1.192
Nova Ponte	510
Irapé	399
Três Marias	396
Salto Grande	102
Queimado	86,6
Rosal	55
Sá Carvalho	78
Itutinga	52
Camargos	46
Santo Antônio	553,4
Belo Monte	1.313
Aimorés	148,5
Amador Aguiar I	94,3
Amador Aguiar II	82,6
Funil	81
Igarapava	49,7
Eólicas	115,2
Baguari	47,6
Outras	353
	5.755

*A capacidade instalada está apresentada em sua cota de participação da Cemig no empreendimento.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor-GSF)

Em 09 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052/2020, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão dos respectivos prazos de concessão das outorgas de geração. Os prazos de extensão foram homologados pela Resolução Homologatória Aneel nº 2.919/2021 e pela Resolução Homologatória nº 2.932/2021. As usinas do lote D tiveram, em regra, prazos de extensão iguais ao máximo permitido pela Lei nº 14.052/2020, que corresponde a 7 anos (2.555 dias).

Essa repactuação foi um importante avanço para o setor elétrico, reduzindo os níveis de judicialização, e também para a Cemig, com a extensão do prazo de suas concessões de geração de energia elétrica, entre elas as usinas de Nova Ponte e Emborcação, que tinham o vencimento original das concessões previsto para 2025 e agora passou para 2027. Mais informações sobre o novo prazo de vencimento das concessões de geração estão na nota explicativa nº 18.

Transmissão

A controlada Cemig GT opera e mantém 39 subestações e 4.998 km de linhas de transmissão, nas tensões de 230, 345 e 500 kV, integrantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Além disso possui ativos, os quais opera e mantém, em outras 8 subestações de outros agentes de transmissão.

Em 2021, a controlada Cemig GT teve vigentes contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de ativos de transmissão com outras 11 empresas, em 17 subestações (das quais 2 são subestações onde a Cemig GT possui ativos) e 439 km de linhas de transmissão.

Um evento relevante para a atuação da Companhia no negócio de transmissão, concluído em dezembro de 2021, foi a aquisição de 100% da participação societária na Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A, um investimento de R\$48 milhões, passando a Companhia a ser titular da totalidade do capital social desta investida. Esta concessão de transmissão consiste na Subestação 500/345 kV Sete Lagoas 4, em Minas Gerais, cuja concessão foi leiloada em 2010 e tem validade até 2041.

Distribuição

A Cemig D é uma das mais destacadas distribuidoras de energia do setor elétrico no país, sendo a maior distribuidora da América Latina.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



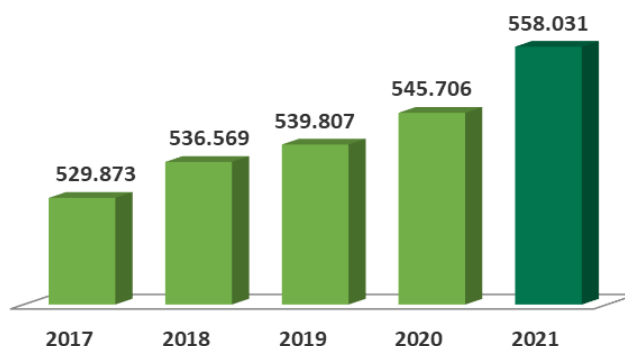
Sua área de concessão abrange 567.478 km², aproximadamente 96% do Estado de Minas Gerais, com 558.031 km de redes de distribuição, sendo 121.105 km em área urbana, 419.235 km de redes rurais e 17.691 km de linhas de distribuição, atendendo a um mercado de 8.885 mil clientes em 2021.

A Cemig D possui, ainda, o maior índice de atendimento a consumidores beneficiados com a tarifa social do Brasil, atendendo uma média de 950 mil de consumidores neste perfil, o que representa aproximadamente 13% do total de consumidores da classe residencial.



No gráfico a seguir podemos observar o crescimento das linhas e redes de distribuição da Cemig D nos últimos 5 anos.

Linhas e Redes de Distribuição (Km)



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Comercialização de Energia Elétrica

As empresas comercializadoras do grupo Cemig são as líderes no atendimento ao mercado livre no País. Expandimos nossa área de atuação para outros estados, consolidando a nossa posição com a agregação de novos clientes nos estados em que já atuamos, com destaque para Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Atualmente possuímos clientes em 25 estados.

No atendimento final aos grandes clientes livres, a liderança da Cemig é decorrente de um volume de vendas equivalente a 14,55% do mercado livre.

A Cemig, líder de vendas a clientes finais no mercado livre, ultrapassou recentemente o volume de 1.000MW médios de energia vendida no mercado incentivado. Trata-se de uma marca inédita para o mercado e, especialmente, para a Companhia, que vem incrementando suas vendas para esse segmento de forma contínua desde 2010. De acordo com a CCEE, o mercado de consumidores especiais no Brasil possui hoje contratações da ordem de 4.000MW médios. Assim, a Cemig detém cerca de 25% desse segmento, parcela que representa o maior *market share* entre geradores e comercializadores.

Comercialização e Distribuição de Gás

A Cemig também atua no segmento de comercialização e distribuição de gás natural por meio da sua controlada Gasmig, que é a distribuidora exclusiva de gás natural canalizado em todo o estado de Minas Gerais. No ano de 2021, a Gasmig comercializou o total de 1.387.514.844 m³ de gás, sendo 62% para o segmento industrial, 31% para a geração térmica e os demais 7% divididos entre segmento automotivo, residencial e outros.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em milhões de reais, exceto se indicados de outra forma)

Lucro líquido do exercício

A Cemig apresentou, em 2021, um lucro líquido de R\$3.753 milhões em comparação a um lucro líquido de R\$2.865 milhões em 2020, representando um aumento de 30,99%. A variação positiva do resultado da Companhia é devida, basicamente, ao reconhecimento em 2021 da repactuação do risco hidrológico, à alienação de ativos mantidos para venda (Light) e ao aumento da eficiência operacional da Companhia. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig, ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes, aumentou 21,70% em 2021 em comparação a 2020, enquanto a margem do LAJIDA ajustado passou de 19,32% para 17,63%. O LAJIDA consolidado, apresentou um aumento de 40,47% em 2021, em comparação a 2020, enquanto a sua margem passou de 22,57% em 2020 para 23,78% em 2021.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

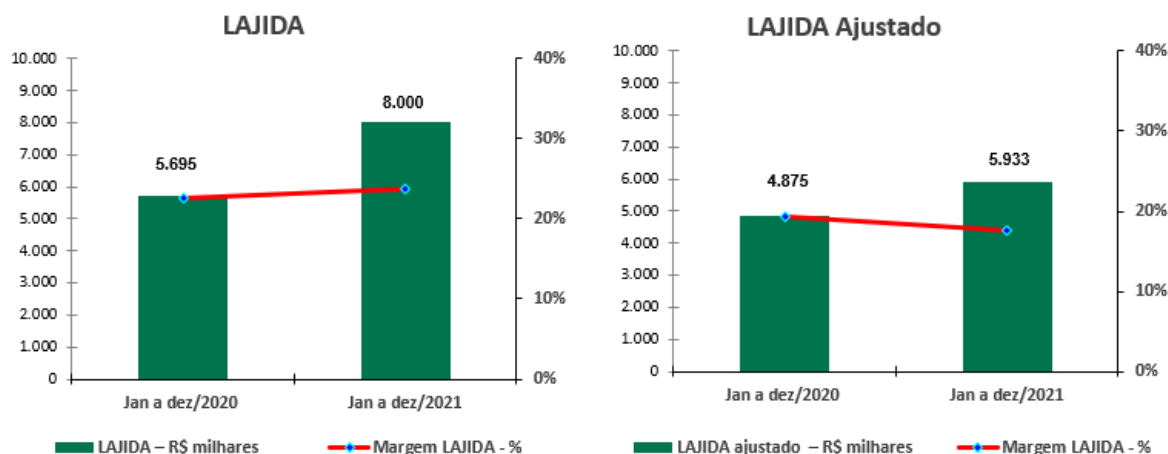


LAJIDA - R\$ milhões	2021	2020	Var %
Resultado do exercício	3.753	2.865	30,99
+ Despesa de imposto de renda e contribuição social	945	936	0,96
+ Resultado financeiro	2.253	905	148,95
+ Depreciação e amortização	1.049	989	6,07
= LAJIDA conforme "Instrução CVM 527" (1)	8.000	5.695	40,47
Efeitos não recorrentes e não caixa			
+ Lucro líquido atribuído a acionistas não-controladores	(2)	(1)	100
+ Resultado da RTP, líquido ***	(215)	(621)	(65,38)
+ Ganho na alienação de ativo mantido para venda, líquido (nota 32)	(109)	-	-
+ Reversão de provisões tributárias	(89)	-	-
+ Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Renova	-	37	-
+ Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20, líquido (nota 18)	(1.032)	-	-
+ Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20, investidas **	(308)	-	-
+ Antecipação pela prestação de serviço, líquido *	(148)	-	-
+ Resultado da combinação de negócios (nota 16)	(4)	(52)	(92,31)
+ Baixa de ativo e impairment	51	(5)	-
+ Ajuste líquido referente à desvalorização em investimentos (nota 16)	204	-	-
+ Baixa do saldo da obrigação pós emprego do seguro de vida (nota 24)	(415)	-	-
+ Reversão das perdas esperadas com créditos do Estado de Minas Gerais (líquida das constituições)	-	(178)	-
Lajida ajustado (2)	5.933	4.875	21,70

* O montante refere-se à antecipação de valores pela prestação de serviços da controlada ESCEE para consumidor livre, líquido de Pis/Pasep e Cofins.

** As controladas em conjunto NESA e Aliança Energia e a coligada Madeira reconheceram, em 30 de setembro de 2021, os montantes de R\$30 milhões, R\$149 milhões e R\$129 milhões, respectivamente, relacionados à repactuação do risco hidrológico.

*** O valor de R\$621 milhões refere-se a: R\$429 milhões referente ao efeito da revisão tarifária periódica antes da mudança de prática contábil e R\$192 milhões, referente aos ajustes decorrentes da uniformização das práticas contábeis.



- LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- A Companhia ajusta o LAJIDA calculado em conformidade à Instrução CVM 527/2012 excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinárias.

O aumento do LAJIDA ajustado em 2021, em comparação a 2020, decorre, principalmente, do registro da repactuação do risco hidrológico, no montante de R\$1.032 milhões, conforme tabela acima. A variação no LAJIDA calculado de acordo com a Instrução CVM 527/2012 deve-se, principalmente, ao aumento na receita líquida de 33,37%, parcialmente compensada pelo aumento dos custos operacionais, menos depreciação e amortização, de 32,99%.

Os principais itens que afetaram as receitas no exercício são conforme segue:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$29.619 milhões em 2021 em comparação a R\$26.432 milhões em 2020, representando um crescimento de 12,06%. As principais variações que justifiquem o crescimento da receita com fornecimento bruto estão apresentadas abaixo:

Consumidores Finais

A receita com energia vendida a consumidores finais, foi de R\$26.651 milhões em 2021 comparado a R\$23.018 milhões em 2020, representando um acréscimo de 15,89%.

Evolução do Mercado

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig e a variação na venda da energia por classe de consumo encontram-se detalhados na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas em 2021, comparativamente as de 2020.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	2021			2020			Variação %	
	MWh (2)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (1)	MWh (2)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (1)	MWh	R\$
Residencial	11.185.772	11.123	994,43	10.980.626	9.875	899,31	1,87	12,64
Industrial	16.360.861	5.275	322,41	12.731.167	4.171	327,62	28,51	26,47
Comércio, serviços e outros	8.334.095	5.520	662,38	8.571.078	4.979	580,91	(2,76)	10,87
Rural	3.975.398	2.566	645,45	3.766.186	2.190	581,43	5,56	17,17
Poder público	729.312	583	799,66	713.984	522	731,56	2,15	11,69
Iluminação pública	1.225.733	718	585,75	1.242.760	550	442,87	(1,37)	30,55
Serviço público	1.418.306	879	620,00	1.362.402	722	529,57	4,10	21,91
Subtotal	43.229.477	26.665	616,83	39.368.203	23.009	584,46	9,81	15,89
Consumo Próprio	33.074	-	-	34.089	-	-	(2,98)	-
Fornecimento não faturado líquido	-	(14)	-	-	9	-	-	-
	43.262.551	26.651	616,02	39.402.292	23.018	584,18	9,80	15,78
Suprimento a outras concessionárias (3)	10.824.709	3.024	279,35	13.906.848	3.363	241,82	(22,16)	(10,08)
Suprimento não faturado líquido	-	(55)	-	-	51	-	-	-
Total	54.087.260	29.619	547,62	53.309.140	26.432	495,83	1,46	12,06

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

(2) Informações, em MWh, não examinadas pelos auditores independentes.

(3) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



As principais variações que ocasionaram o aumento de 1,46% na quantidade de energia vendida foram:

- aumento de 28,51% na quantidade de energia vendida para o segmento industrial, devido, principalmente, a novos contratos de venda de energia para clientes livres, com início de fornecimento em janeiro de 2021;
- aumento de 1,87% na quantidade de energia vendida aos consumidores da classe residencial em 2021 em comparação a 2020 devido, principalmente, ao aumento de 2,6% no número de consumidores;
- aumento de 4,10% na quantidade de energia vendida para a classe de serviços públicos, devido, principalmente, ao aumento do consumo ligado à captação de água, em razão do baixo volume de chuvas em vários meses de 2021, somado à expressiva redução verificada no exercício de 2020 nesta classe;
- aumento de 5,56% na quantidade de energia vendida para o segmento rural devido, principalmente, ao aumento no consumo do segmento de irrigação, refletindo o menor volume de chuvas em 2021; e
- redução de 2,76% na quantidade de energia vendida aos consumidores da classe comercial, em função, principalmente, da expressiva migração de consumidores para a mini e microgeração distribuída, bem como para o mercado livre. Adicionalmente, essa classe ainda sofreu em 2021, de forma mais acentuada na comparação com outras classes, os impactos da pandemia Covid-19.

Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. Em 2021, essa receita correspondeu ao montante de R\$3.448 milhões, comparada a R\$3.022 milhões em 2020, o que representou aumento de 14,10%.

Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 10,27% da energia transportada em 2021, em comparação a 2020, conforme demonstrado no quadro abaixo. O aumento se deu tanto pelo incremento no consumo do segmento de irrigação da classe rural, quanto pela migração de consumidores comerciais para o mercado livre e também crescimento do mercado industrial em 2021, devido à recuperação da economia.

Adicionalmente, o reajuste tarifário anual da Companhia, aplicável a partir de 30 de junho de 2020, teve efeito de 10,16% sobre os consumidores livres, passando a ser de 5,74%, a partir do recálculo do reajuste tarifário, em 19 de agosto de 2020. E o efeito do reajuste tarifário anual de 2021, aplicável a partir de 28 de maio de 2021, foi de 2,40% sobre os consumidores livres, o que também impactou no aumento verificado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

	MWh		
	2021	2020	Var %
Industrial	20.446.578	18.612.418	9,85
Comercial	1.535.217	1.299.871	18,11
Rural	44.161	31.835	38,72
Serviço Público	3.650	-	-
Concessionárias	310.178	315.142	(1,58)
Total de energia transportada	22.339.784	20.259.266	10,27

CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a conta de desenvolvimento energético - CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig D.

Em 2021 foi reconhecida uma receita no montante de R\$2.146 milhões, em comparação ao reconhecimento de uma receita no montante de R\$455 milhões em 2020. Essa variação deve-se, principalmente, à maior constituição de CVA e demais componentes financeiros no exercício de 2021, comparado ao exercício anterior, em função do aumento nos custos com energia adquirida no ambiente regulado e custos de transmissão.

Vide mais informações na nota explicativa nº 14.

Receita de Concessão de Transmissão

A receita de transmissão da Cemig GT e Centroeste é constituída pela soma das receitas de construção, reforço, melhoria, operação e manutenção, previstas nos contratos de transmissão. Os contratos de concessão estabelecem as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existentes e licitadas, atualizadas anualmente com base principalmente na variação do índice de inflação previsto no contrato, sendo eles IPCA e IGP-M. A partir de então, todos os reforços e melhorias que são implementados por meio de autorização específica da Aneel constituem uma nova parcela de RAP.

As principais variações nas receitas estão apresentadas a seguir:

- A receita de operação e manutenção da infraestrutura foi de R\$355 milhões em 2021, comparados a R\$279 milhões em 2020, um aumento de 27,24%, associado, principalmente, ao reajuste anual, conforme previsto nos contratos de concessão;
- As receitas de construção, reforço e melhoria da infraestrutura foram de R\$252 milhões em 2021, comparados a R\$201 milhões em 2020, um aumento de 25,37%, em razão, principalmente, do aumento na realização da carteira de projetos de investimento em transmissão e retomada das obras que tiveram os contratos de prestação de serviços suspensos em 2020, em linha com o aumento do custo de construção correspondente; e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



- Aumento de 50,68% na receita de remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão, que foi de R\$660 milhões em 2021, comparados a R\$438 milhões em 2020, em razão, principalmente, da variação do IPCA, que foi de 10,06% em 2021 comparado a 4,52% em 2020, base para a remuneração do contrato 006/97. Além disso, destaca-se o reconhecimento dos efeitos da ReH nº 2.852/2021, que definiu o componente financeiro para o contrato 006/97. O saldo devedor desse componente foi recalculado incluindo a remuneração do custo de capital à taxa do custo de capital próprio, em substituição à taxa do custo médio ponderado de capital regulatório, para o período de junho de 2017 a junho de 2020, e os novos valores do componente para os ciclos de 2020-2021 a 2025-2026, considerando o “reperfilamento” dos pagamentos, nos termos da Resolução.

Para mais informações, ver nota explicativa nº 15.

Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$1.157 milhões em 2021 comparada a R\$154 milhões em 2020, representando um aumento de 651,30%. Esse aumento se deve, principalmente, à sobra de energia em 2021, em comparação às posições de 2020, em decorrência de vendas bilaterais de curto prazo que provocaram a exposição da Cemig GT na CCEE em diversos meses de 2020, e também da efetivação de novas compras no ano de 2021.

Adicionalmente, ocorreu um aumento de 58,19% no valor médio do preço de liquidação de diferenças (PLD) do Sudeste/Centro-Oeste, apresentando valor médio de R\$279,61/MWh em 2021 comparado a R\$176,98/MWh em 2020, em função do cenário de escassez hídrica.

Receita de fornecimento de gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$3.470 milhões em 2021 comparada a R\$2.011 milhões em 2020, um acréscimo de 72,55%. Esta variação decorre basicamente do aumento de 45,20% no volume de gás vendido, sendo de 1.373.194 m³ em 2021, comparado a 945.727 m³ em 2020, sob influência, principalmente, do segmento termelétrico, que apresentou um aumento de 205,32%, dado que os níveis dos reservatórios das usinas ficaram abaixo do esperado em 2021, o que ocasionou maiores despachos das térmicas e a margem do gás natural foi reajustada pelo IGP-M em 25,70% em 2021. Adicionalmente, há que se destacar o aumento médio do custo do gás ocorrido em 2021, na ordem de 42,70%, que por sua vez, também refletiu na tarifa.

Receita de construção

As receitas de construção e infraestrutura dos segmentos de distribuição foram de R\$1.852 milhões em 2021 comparadas a R\$1.435 milhões em 2020. Tal aumento deve-se, principalmente, à execução de uma parcela maior do orçamento do plano de investimentos da Companhia em relação ao período comparado, principalmente no segmento de subtransmissão, que se refere à expansão, reforço e reforma de alta tensão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

As receitas de construção do segmento de transmissão foram tratadas no tópico “Receitas de Concessão de Transmissão”.

Receita por antecipação de prestação de serviços

Receita no montante de R\$154 milhões decorrente de negociação com consumidor livre que resultou na antecipação de receita referente prestação de serviços de comercialização pela controlada ESCEE, em junho de 2021.

Outras receitas operacionais

As outras receitas da Companhia e suas controladas, foram de R\$1.934 milhões em 2021 em comparação a R\$1.709 milhões em 2020, um aumento de 13,17%. A composição das outras receitas operacionais está demonstrada na nota explicativa nº 27.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$13.679 milhões em 2021 comparados a R\$11.722 milhões em 2020, representando um aumento de 16,70%.

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da Aneel e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$2.658 milhões em 2021, comparados a R\$2.443 milhões em 2020, representando um aumento de 8,80%. Tal variação é justificada, principalmente, pelo início da cobrança da conta CDE - Conta Covid em maio de 2021.

Esse é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R\$28.236 milhões em 2021 comparados a R\$21.432 milhões em 2020, um aumento de 31,75%. Mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais estão disponíveis na nota explicativa nº 28.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$1.240 milhões em 2021, comparados a R\$1.276 milhões em 2020, representando uma redução de 2,82%.

Essa variação decorre, principalmente, dos seguinte fatores:

- redução de 4,36% no número médio de empregados, sendo 5.025 em 2021 em comparação a 5.254 em 2020;
- menores custos e despesas com o programa de desligamento voluntário no primeiro semestre de 2021, no montante de R\$35.238, comparados ao montante de R\$58.850 no mesmo período de 2020; e
- reajuste salarial de 4,77% e 11,08% a partir de novembro de 2020 e 2021, respectivamente, em função de Acordo Coletivo.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional de 2021 foi uma despesa no montante de R\$15 mil, em comparação a uma despesa de R\$438 milhões em 2020. Essa variação se deve às alterações realizadas pela Companhia no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados. A Companhia entende que cancelou, totalmente, o benefício pós-emprego e, dessa forma, realizou a baixa do saldo da obrigação em contrapartida ao resultado (mais detalhes na nota explicativa nº 24).

Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$1.450 milhões em 2021, comparada a R\$1.265 milhões em 2020, representando um crescimento de 14,62%. Os principais impactos decorrem dos fatores abaixo:

- aumento de 16,25% nas despesas com tecnologia da informação, sendo de R\$93 milhões em 2021, comparada a R\$80 milhões em 2020. Esse aumento decorre de novos contratos e investimentos em segurança da informação realizados em 2021;
- aumento de 22,67% nas despesas com conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros da Cemig D, sendo R\$92 milhões em 2021, comparadas a R\$75 milhões em 2020; e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



- aumento de 110,26% nas despesas com corte e religação, sendo R\$82 milhões em 2021, comparadas a R\$39 milhões em 2020. Esse aumento decorre da retomada dos serviços, após o reestabelecimento da suspensão do fornecimento por inadimplência para algumas classes de consumidores.

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$16.101 milhões em 2021 comparada a R\$12.111 milhões em 2020, representando um aumento de 32,95%. Esta variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- aumento de 87,22% nas despesas com energia adquirida em leilão, sendo de R\$6.242 milhões em 2021 comparado a R\$3.334 milhões em 2020. Esse aumento decorre, principalmente, da elevação no custo variável dos contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEARs), devido ao maior despacho de usinas térmicas;
- aumento de 87,02% nas despesas com geração distribuída, sendo de R\$1.268 milhões em 2021, comparadas a R\$678 milhões em 2020. Esse crescimento decorre do aumento do número de instalações geradoras (115.868 em 2021, comparada a 63.845 em 2020) e do aumento na quantidade de energia injetada (1.919.881 MWh em 2021, comparado a 1.008.590 MWh em 2020); e
- aumento de 25,12% nos custos com energia adquirida no ambiente livre, sendo de R\$4.976 milhões em 2021, em comparação a R\$3.977 milhões em 2020, associado, principalmente, à efetivação de novos contratos de compra para mitigação de risco de exposição e recomposição de lastro de energia incentivada.

Este é um custo não gerenciável para o negócio de distribuição, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 14.

Encargos de uso da rede de transmissão e demais encargos do sistema

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$3.337 milhões em 2021, comparados a R\$1.748 milhões em 2020, representando um aumento de 90,90%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação verificada é justificada, principalmente, pela redução, no segundo trimestre de 2020, dos encargos de transmissão, de forma a contribuir para a menor saída de caixa das distribuidoras de energia no período da pandemia de Covid-19. A partir de julho de 2020, ocorreu um reajuste de aproximadamente 40% nos encargos. E mesmo considerando que, em julho de 2021, tivemos uma redução em torno de 10% no reajuste, o resultado final do ano de 2021 representou, em média, um custo 17% superior ao ano de 2020.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Adicionalmente, houve maior despacho de usinas térmicas fora da ordem de mérito e a importação de energia para segurança energética do sistema em 2021, e, conseqüentemente, o custo elevado dessas térmicas e do dólar provocou um aumento do Encargo de Serviços do Sistema (CCEE-ESS), que também compõe essa rubrica.

Esse custo não é gerenciável no negócio de distribuição de energia elétrica, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 14.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$375 milhões em 2021, comparadas a R\$423 milhões em 2020, uma redução de 11,35%. Esta variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Aumento de 88,68% nas provisões para opção de venda da SAAG, que representaram uma constituição de R\$100 milhões em 2021, em comparação à constituição de R\$53 milhões em 2020, em função, principalmente, dos efeitos negativos sobre o valor justo da MESA da sentença desfavorável proferida nos processos arbitrais que envolvem a SAE;
- Variação das provisões para contingências tributárias, que apresentou constituição de R\$2 milhões em 2021, em comparação a constituição de R\$75 milhões em 2020. Esta variação decorre, dentre outros fatores, de decisão favorável obtida pela Companhia em um dos processos administrativos referentes à PLR das competências de janeiro a outubro de 2010, que resultou no cancelamento dos débitos tributários, conforme cálculos efetuados pela Receita Federal; e
- Constituição, em 2020, das perdas estimadas em mútuos com partes relacionadas, referentes aos créditos detidos contra a Renova, no montante de R\$37.361.

Mais detalhes podem ser consultados na nota explicativa nº 25.

Custo de construção

Os custos de construção de infraestrutura foram de R\$2.036 milhões em 2021 comparados a R\$1.581 milhões em 2020, um aumento de 28,78%. Essa variação deveu-se, principalmente, à execução de uma parcela maior do orçamento do plano de investimentos em distribuição em relação ao período comparado, principalmente no segmento de subtransmissão, que se refere à expansão, reforço e reforma de alta tensão.

São custos integralmente compensados pela receita de construção e correspondem ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Gás comprado para revenda

Em 2021, a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R\$2.011 milhões comparada a uma despesa de R\$1.083 milhões em 2020, representando um acréscimo de 85,69%. Esta variação decorre basicamente do aumento de 45,20% no volume de gás vendido, sendo de 1.373.194 m³ em 2021, comparado a 945.272 m³ em 2020, sob influência, principalmente, do segmento termelétrico, que apresentou um aumento de 205,32%, dado que os níveis dos reservatórios das usinas ficaram abaixo do esperado em 2021, o que ocasionou maiores despachos das térmicas e a margem do gás natural foi reajustada pelo IGP-M em 25,70% em 2021. Adicionalmente, há que se destacar o aumento médio do custo do gás ocorrido em 2021, na ordem de 42,70%, que por sua vez, também refletiu na tarifa.

Resultado de Equivalência Patrimonial

A Companhia apurou resultado positivo de equivalência patrimonial em investidas em 2021 e 2020, de R\$182 milhões e R\$357 milhões, respectivamente, representando uma redução de 48,96%. Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 186,33% das perdas com a investida Santo Antônio Energia, que apresentou resultado negativo com equivalência patrimonial no montante de R\$528 milhões em 2021 em comparação ao resultado negativo de R\$184 milhões em 2020. Essa variação está associada, principalmente, ao reconhecimento dos efeitos das sentenças proferidas nos processos arbitrais em que a SAE é parte.

A composição dos resultados das investidas reconhecidos nessa rubrica está detalhada na nota explicativa nº 16.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro em 2021 foi uma despesa líquida de R\$2.253 milhões, representando um aumento de 148,95% em relação a 2020, no qual se apurou uma despesa líquida de R\$905 milhões. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- variação positiva do dólar em 2021, de 7,39%, em comparação à variação positiva de 29% em 2020, gerando o registro de despesas no montante de R\$354 milhões e R\$1.749 milhões em 2021 e 2020, respectivamente;
- o valor justo do instrumento financeiro contratado para proteção dos riscos vinculados aos Eurobonds apresentou variação negativa em 2021, no montante de R\$538 milhões, em comparação ao reconhecimento de ganho em 2020, no montante de R\$1.753 milhões. Esse resultado de 2021 é decorrente, principalmente, da apreciação da curva futura de juros; e
- reconhecimento de ágio na recompra de títulos de dívida no montante de R\$491 milhões como resultado da recompra parcial dos Eurobonds – *Tender Offer*. Para mais informações, ver nota explicativa nº 22.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 29.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2021, a Companhia apurou receitas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$945 milhões em relação ao lucro de R\$4.698 milhões antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 20,12%. A Companhia apurou, em 2020, receitas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$936 milhões em relação ao lucro de R\$3.801 milhões, antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 24,63%.

Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10(c).

Liquidez e Recursos de Capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de geração, transmissão e distribuição existentes.

Nossas exigências de liquidez também são afetadas por nossa política de dividendos. Financiamos nossa liquidez e necessidades de capital principalmente com caixa gerado por operações e fundos provenientes de financiamento.

Caixa e Equivalentes a Caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$825 milhões em comparação ao saldo de R\$1.680 milhões em 31 de dezembro de 2020, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real. As razões para esta variação são apresentadas a seguir:

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado das atividades operacionais em 2021 e 2020 totalizou R\$3.683 milhões e R\$8.609 milhões, respectivamente. A menor geração de caixa em 2021 decorre, basicamente, do maior dispêndio de recursos com compra de energia e encargos de transmissão ainda não incluídos no reajuste tarifário, com os efeitos sendo registrados como ativos de CVA.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

O caixa líquido gerado nas atividades de investimento em 2021 totalizou R\$1.371 milhões, comparado a um caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2020 de R\$5.077 milhões. Esse resultado decorre, principalmente, do maior volume de recursos resgatados de aplicações em títulos e valores mobiliários em 2021 para recompra de Eurobonds, maiores detalhes na nota explicativa nº 22. Além da alienação da participação na Light, que gerou o montante de R\$1.367 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento durante 2021 totalizou R\$5.910 milhões, e foi composto pela amortização de R\$4.437 milhões de financiamentos e pela obtenção de R\$13 milhões de recursos, além do pagamento de arrendamentos de R\$70 milhões e juros sobre capital próprio e dividendos de R\$1.416 milhões.

O fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento durante 2020 totalizou R\$2.387 milhões, e foi composto pela amortização de R\$2.531 milhões de financiamentos e pela obtenção de R\$826 milhões de recursos, além do pagamento de arrendamentos de R\$84 milhões e juros sobre capital próprio e dividendos de R\$ 598 milhões.

Política de Captação de Recursos e Gestão da Dívida

A Companhia continuou demonstrando resiliência e forte liquidez no ano de 2021, mesmo tendo executado um volume expressivo de investimentos, decorrente, substancialmente, da relevante geração de caixa em suas operações.

Beneficiando-se de eventos de liquidez ocorridos ao longo de 2020 e os recursos provenientes da alienação de 22,58% da Light em 2021, a Companhia não efetuou captações nos últimos dois anos. Ao contrário, a Companhia amortizou um volume significativo de dívida. Em 2021, foram amortizadas R\$834 milhões de dívidas na Cemig D, R\$2.825 milhões na Cemig GT e R\$50 milhões na Gasmig.

Em junho de 2021, aproveitando-se da menor cotação do dólar em um período de 12 meses, quando a moeda norte-americana chegou a ser negociada abaixo de R\$5,00, a Cemig GT buscou a gestão prudente dos seus passivos e deu início à sua estratégia de redução da concentração de dívida em 2024 e exposição cambial, com a recompra parcial dos Eurobonds. Além do travamento do câmbio no início do anúncio da operação de recompra, por meio da contratação de proteção financeira, foi realizado o desfazimento parcial dos instrumentos financeiros derivativos contratados, no volume de US\$500 milhões, apurando-se, em favor da Companhia, o valor de R\$774 milhões. Em agosto de 2021, a Cemig GT liquidou a operação de *Tender Offer* de títulos de dívida no mercado externo de sua emissão, no montante principal de US\$500 milhões, com vencimento original em 2024, remunerados a 9,25% ao ano. Para mais informações, ver nota explicativa nº 22.

Corroborando os avanços descritos acima, vale destacar que as principais agências internacionais de classificação de risco continuaram o processo de elevação dos *ratings* da Companhia, da Cemig GT e da Cemig D, reflexo do êxito na implementação de medidas que resultaram na elevação da sua qualidade de crédito, com destaque para melhoria do perfil de liquidez, alienação de ativos, refinanciamento de dívidas, maior eficiência operacional e aumento do LAJIDA, combinada com uma estratégia de gestão prudente do passivo. Em janeiro de 2021, a Standard & Poor's elevou o rating da Companhia na escala nacional para AA+ e na escala global para BB-. Em junho de 2021, a Moody's elevou o rating da Companhia na escala nacional para AA- e na escala global reafirmou o rating em Ba3. Em outubro de 2021, a Fitch elevou o rating da Companhia na escala nacional para AA+ e na escala global para BB.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



A tabela a seguir apresenta a posição de rating da Companhia nas três principais agências:

Agências de classificação de risco



AA+(bra) Cemig H, Cemig GT and Cemig D Escala Nacional
BB Cemig H, Cemig GT e Cemig D Escala Global

Grau de Investimento											Grau Especulativo									
AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC	CC	C	RD/D	

Upgrade em 22/10/2021



brAA+ Cemig H, Cemig GT e Cemig D Escala Nacional
BB- Cemig H, Cemig GT e Cemig D Escala Global

Grau de Investimento											Grau Especulativo										
AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC+	CCC	CCC-	CC	C	D

Upgrade em 28/01/2021



AA-.br Cemig H, Cemig GT e Cemig D Escala Nacional
Ba3 Cemig H, Cemig GT e Cemig D Escala Global

	Grau de Investimento									Grau Especulativo												
Global	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	A1	A2	A3	Baa1	Baa2	Baa3	Ba1	Ba2	Ba3	B1	B2	B3	Caa1	Caa2	Caa3	Ca	C	
Nacional	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC+	CCC	CCC-	CC	C	

Upgrade em 29/06/2021

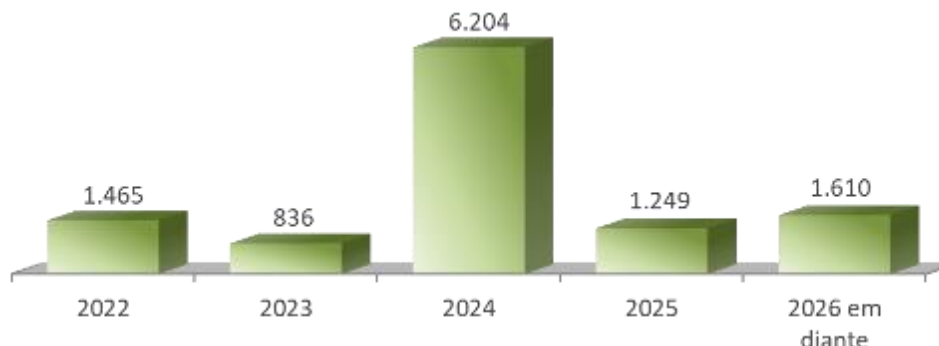
Os detalhes das captações de recursos da Companhia, incluindo os custos e os prazos, estão presentes na nota explicativa nº 22 destas demonstrações financeiras.

Tanto os eurobonds quanto as debêntures contam com covenants financeiros restritivos relacionados a endividamento e distribuição de dividendos que estão sendo atendidos pela Companhia.

O endividamento bruto da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$11.364 milhões, tem seu cronograma de amortizações com prazo médio de 3,3 anos.

O cronograma de amortizações da dívida pode ser visto no gráfico a seguir:

Cronograma de Amortizações da Dívida
 Posicionamento em Dezembro/2021 (R\$ milhões)

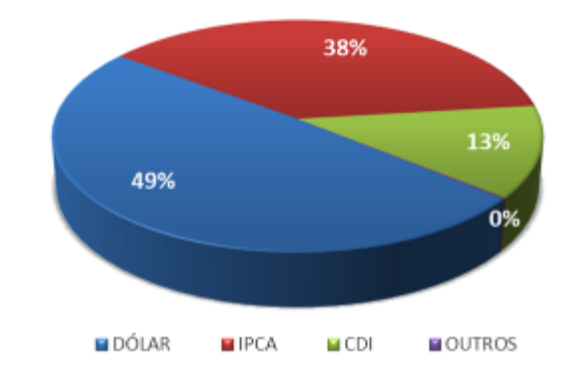


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



A composição da dívida da Companhia é reflexo das fontes de recursos à disposição das suas subsidiárias, onde se percebe uma participação expressiva de dívida referenciada ao CDI, uma vez que a dívida em dólar, possui operação de hedge em CDI para proteção da emissão de Eurobonds da Cemig GT contra a variação cambial. O custo real da dívida da Companhia é de 3,72% a.a. a preços constantes e de 14,13% a.a. em custo nominal.

Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2021



AMBIENTE REGULATÓRIO

Geração de Energia Elétrica

Em 2021, a hidrologia seguiu sendo o maior desafio para a operação do sistema elétrico. A ENA (Energia Natural Afluente) média do ano ficou em 71% da média histórica, o pior ano do histórico (desde 1931), em 2020 a ENA verificada foi de 76%. Assim, chegamos ao 3º ano seguido de ENA entre as 5 piores do histórico. Nesse cenário, o operador em conjunto com o CMSE (Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico) e a CREG (Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética) coordenaram uma série de medidas para preservar o armazenamento do sistema ao longo de 2021 e evitar a necessidade de corte de carga. Foram despachados, a partir de junho de 2021, todas as térmicas disponíveis, flexibilizados os limites de intercâmbio para operar em N-1 (critério de segurança), viabilizado combustíveis para térmicas sem contrato, operacionalizado a participação dos consumidores livres na oferta de redução de consumo e a importação de energia da Argentina e Uruguai. As medidas, somadas a uma melhora da hidrologia em outubro e novembro de 2021, possibilitaram a mitigação do risco de déficit de potência. Contudo, o armazenamento ao final de dezembro de 2021 permaneceu baixo, fechando o ano com 33% de armazenamento na comparação ao percentual de 24% ao final de 2020.

O PLD (Preço da Liquidação de Diferenças) médio do Sudeste em 2021 foi R\$279,61/MWh, comparado a R\$176,98/MWh em 2020, representando uma aumento de 58%. O PLD apresentou valores mais baixos no 1º semestre de 2021, aproveitando os excedentes de energia da região Norte, já no 2º semestre a condição do sistema levou o preço ao teto (R\$583,88/MWh) no mês de julho e agosto de 2021. A baixa hidrologia também penalizou bastante as usinas hidroelétricas, que permaneceram minimizadas durante todo o ano com valores mínimos de geração flexibilizados e, assim, o GSF (*Generation Scaling Factor*) apresentou valor médio menor em 2021 quando comparado a 2020, com o valor médio de 0,77 em 2021, contra 0,83 em 2020.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Distribuição de Energia Elétrica

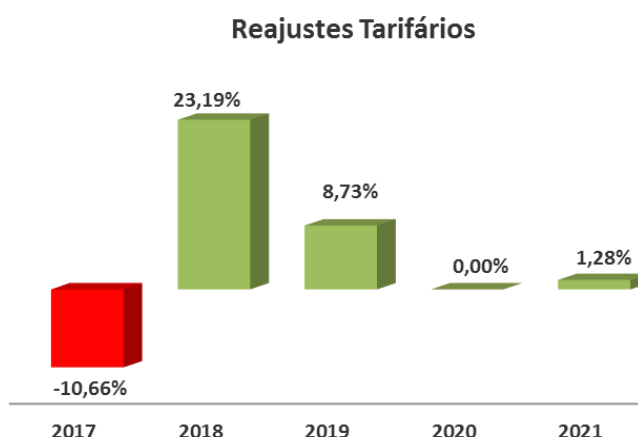
Reajuste Tarifário Anual – Cemig D

O reajuste tarifário da Cemig D ocorre anualmente no mês de maio e, a cada cinco anos, conforme estabelecido em contrato, ocorre no mesmo mês a revisão tarifária. O reajuste tarifário tem o objetivo de repassar integralmente os custos não gerenciáveis e corrigir monetariamente os custos gerenciáveis, que foram estabelecidos na revisão tarifária. O índice de reajuste dos custos gerenciáveis é o IPCA, e sobre este valor é deduzido o Fator X, para capturar a produtividade, conforme metodologia do modelo regulatório de *price-cap*.

Em 20 de maio de 2021, a Companhia submeteu à Aneel proposta de reversão de R\$1.573 milhão para os consumidores de sua área de concessão, referente ao componente financeiro de ressarcimento de Pasep/Cofins, com o objetivo de contribuir para a modicidade tarifária em um momento em que toda a sociedade buscava reduzir os impactos da pandemia.

Em 25 de maio de 2021, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Cemig Distribuição, para vigência no período de 28 de maio de 2021 a 27 de maio de 2022, com o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 1,28%. Para os consumidores residenciais (B1) o impacto médio foi de 0,0%. Ou seja, pelo segundo ano consecutivo, os consumidores residenciais da Cemig não tiveram reajuste em suas contas de energia elétrica.

O resultado homologado representou um reajuste tarifário médio de 1,28%, sendo a variação de custos da parcela B, custos gerenciáveis, teve um reajuste de 2,64%. A variação dos custos não controláveis e a devolução parcial dos créditos de Pasep/Cofins mencionados no parágrafo anterior tiveram um efeito negativo, reduzindo o impacto total para 1,28%.



Importante mencionar que, do valor cobrado na fatura, somente 21,8% ficam na Companhia e se destinam a remunerar o investimento, cobrir a depreciação e o custeio da concessionária, sendo essa parcela chamada de Parcela B. Os demais 78,2% são repassados para cobrir custos não gerenciáveis pela Companhia, com destaque para a compra de energia e impostos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Gestão do faturamento

O projeto de envio de contas de energia por e-mail alcançou a marca de 725 mil clientes em 2021, o que representa um aumento de 52,90% em relação ao ano de 2020 (474 mil clientes). Diversas iniciativas foram realizadas ao longo do ano de 2021 visando incrementar o número de clientes que optam por receber a conta por e-mail, visto que essa importante iniciativa de sustentabilidade também tem efeito direto na satisfação dos clientes, proporcionando um sentimento de contribuição para a preservação do meio ambiente e redução de custos para a Companhia.

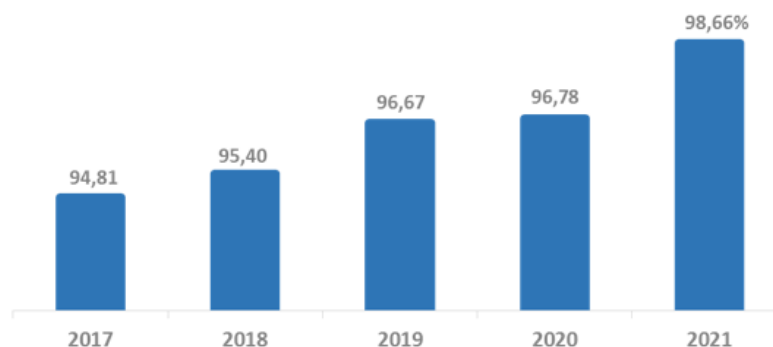
Gestão da inadimplência e arrecadação

Em 2021 foram adotadas diversas ações de cobranças com o intuito de mitigar a inadimplência e, conseqüentemente, melhorar a arrecadação. Dentre elas, podemos destacar:

- Intensificação e aprimoramento no emprego das ferramentas de cobrança, em mais de 30% comparado à 2020, com aproximadamente 25 milhões de cobranças através de SMS e e-mail, 6 milhões de cartas cobranças, 3 milhões de negativas, 2 milhões de suspensões de fornecimento e 900 mil protestos de títulos junto a cartórios;
- Atuação sistemática junto aos grandes clientes, hospitais e o poder público;
- Intensificação e automatização de protesto de títulos;
- Ampliação das modalidades de pagamento, com a inclusão do PIX com QR Code em todas as faturas, sendo arrecadadas cerca de 1 milhão de faturas nessa modalidade, e possibilidade de pagamento em débito via cartão de crédito por meio dos canais digitais e diretamente com as equipes de serviço de campo;
- Campanhas de negociação, principalmente nos canais digitais e com sensibilidade para a situação de renda das famílias durante a pandemia.

Assim, a despeito do ambiente macroeconômico doméstico desafiador, impactado pelo surgimento de novas cepas da Covid-19, deterioração da economia com fechamentos de estabelecimentos comerciais e industriais, aumento do desemprego, redução da renda dos assalariados, elevação das tarifas de energia elétrica por meio de bandeiras tarifárias motivadas pela crise hídrica e a intensificação da inflação medida pelo IGP-M e IPCA, os resultados obtidos no ano foram positivos conforme evidenciado a seguir.

Observou-se que o índice de arrecadação sobre o faturamento dos últimos 12 meses obteve o resultado de 98,6%, maior índice nos últimos 5 anos. O volume arrecadado em 2021 superou R\$26 bilhões (9% superior ao ano anterior) majoritariamente em função do grande esforço feito pelas equipes de cobrança e elevação do faturamento no último trimestre:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Índice de Contas Arrecadadas (Média Trimestre)**

O índice de Perdas Estimadas de Créditos em Liquidação Duvidosa - PECLD do ano de 2021 foi 3,8% inferior ao exercício anterior, que já tinha se mostrado bastante favorável, principalmente em função da negociação dos créditos de instalações vinculadas ao Governo do Estado de Minas Gerais, negociação com hospitais, grandes clientes industriais e comerciais e atuação em cobrança intensiva na classe “residencial”.

Gestão de Perdas

O índice de perdas totais da distribuição – IPTD em 2021 foi de 11,27% em relação à energia total injetada no sistema de distribuição, representando uma redução de 1,3% em relação ao resultado de 2020, de 12,57%. O IPTD de 2021 é composto de 8,77% de perdas técnicas e 2,50% de perdas não técnicas e este resultado está dentro da meta estabelecida pela Aneel para a Cemig D no ciclo tarifário vigente (2018 a 2022), que em 2021 é de 11,28%. Essa é uma conquista importante para a Companhia, fruto das diversas ações adotadas durante o ano de 2021, conforme maiores detalhes a seguir.

Entre as principais ações do plano de recuperação de energia em 2021, destacam-se: realização de 384 mil inspeções em unidades consumidoras na área de concessão da empresa; regularização de, aproximadamente, 86 mil unidades consumidoras sem contrato e com consumo de energia; redução de perdas administrativas em cerca de 12 mil unidades consumidoras; retirada de 3,7 mil ligações clandestinas; substituição de 34 mil medidores obsoletos e; intensificação das cobranças de consumo irregular (faturados 228 GWh).

Importante destacar que a Companhia, por meio do Centro Integrado de Medição, realiza o monitoramento remoto dos grandes clientes cativos e livres em alta, média e baixa tensão, o que representa a blindagem de cerca de 60% da energia faturada da distribuidora. Tal blindagem visa identificar e prevenir tentativas de realização ou reincidência de fraude nos sistemas de medição.

Em 2022, é prevista a atuação em cerca de 1 milhão de unidades consumidoras, buscando a regularização e/ou a modernização do parque de medição, com a ampliação do parque de medidores inteligentes e eletrônicos, visando manter a redução das perdas comerciais e o enquadramento regulatório.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Transmissão de energia elétrica

O reajuste anual das transmissoras ocorre em 1º de julho de cada ano, sendo que em julho de 2021, foi homologado o reajuste da RAP do ciclo 2021-2022 das transmissoras.

Além do reajuste, a receita do ciclo foi impactada pelo acolhimento do pedido de reconsideração interposto pelas transmissoras frente ao resultado da revisão do ciclo 2018-2023, ocorrida em julho 2020, principalmente em função do recálculo do componente financeiro da Rede Básica do Serviço Existente – RBSE.

Em janeiro de 2021, a Advocacia Geral da União emitiu parecer sobre os efeitos jurídicos da reversão de medidas judiciais que suspendiam a remuneração do custo de capital das transmissoras, concluindo que esta devia ser atualizada pela taxa referente ao custo de capital próprio até 1º de julho de 2020, data do “efetivo pagamento”, sendo incorporada à RAP das transmissoras a partir do processo de 1º de julho de 2020 (ciclo 2020-2021), pelo prazo de oito anos.

Em razão da pressão tarifária resultante dos efeitos da pandemia de Covid-19 e diante do alto risco de inadimplemento no setor elétrico, a Aneel optou pelo “reperfilamento” dos pagamentos relacionados a remuneração do custo de capital, mencionados acima, dentro do prazo de oito anos, de forma gradativa, e assegurando o valor presente líquido da operação. O perfil proposto considerou o patamar mínimo de pagamento da dívida no ciclo 2021-2022, com uma maior amortização dos créditos das transmissoras nos ciclos 2023-2024 a 2027-2028.

RAP homologada

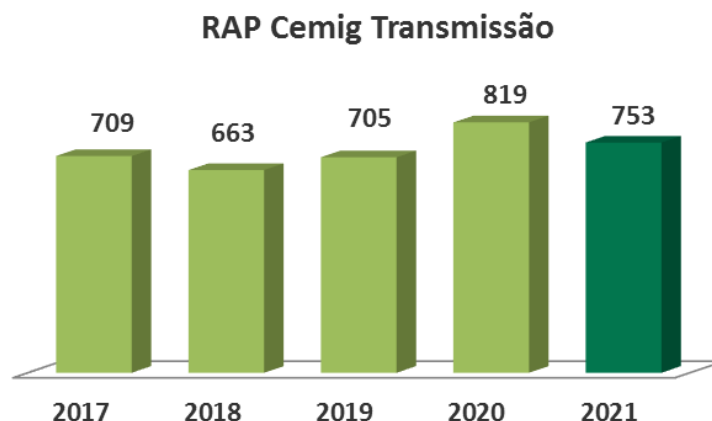
Considerando o mencionado, a RAP da Cemig GT (contrato de concessão nº 06/1997), homologada em 2021, passou para R\$684 milhões, uma queda de 13,53% em relação ao ciclo anterior (R\$791 milhões após Despacho Aneel nº 1.698/2021), em razão, principalmente, da redução do componente financeiro após o reperfilamento. O componente financeiro do ciclo 2020-2021 de R\$332 milhões (sendo R\$264 milhões na RAP e R\$69 milhões na Parcela de Ajuste) reduziu para R\$96 milhões no ciclo 2021-2022. O IPCA aplicado no reajuste foi de 8,05% e houve incremento na RAP da RBNI devido a novas obras entrantes ao longo ciclo 2020-2021 no montante de R\$26 milhões em RAP a preços de junho de 2021. Além da RAP, foi homologada no ciclo 2021-2022 uma Parcela de Ajuste de R\$13 milhões, referente às diferenças entre a receita permitida e apurada do ciclo anterior.

A RAP da Cemig GT – Itajubá (contrato de concessão nº 079/2000), foi reajustada em 46% no ciclo 2021-2022 frente ao ciclo anterior, refletindo a variação do IGPM do período de 37,04% e o resultado da revisão periódica do ciclo 2019-2024, ReH nº 2.839/2021, que reposicionou as RAPs de RBNI em 79%. A parcela de ajuste homologada para esse contrato foi de R\$9 milhões, refletindo, principalmente, o efeito do ajuste retroativo das RAPs das RBNIs que passaram por revisão tarifária periódica.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



No total, a receita homologada da Cemig GT, contratos 06/1997 e 079/2000, ficou em R\$747 milhões, sendo R\$725 milhões de RAP e R\$22 milhões de Parcela de Ajuste. Além disso, a Centroeste (contrato 04/2005) apresentou uma RAP de R\$21 milhões para o ciclo 2020-2021 e R\$28 milhões para o ciclo 2021-2022, um reposicionamento de 34%.



RELACIONAMENTO COM NOSSOS CLIENTES

Qualidade no fornecimento

O indicador DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora), obteve em 2021 o melhor resultado da história da Cemig D, realizando 9,46 (horas) frente ao limite de 10,08 (horas). O indicador FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) apresenta relevante redução ao longo dos anos, sendo que em 2021, o valor apurado foi de 4,60 (horas) frente ao limite regulatório de 6,56 (horas).

Esses resultados evidenciam a eficácia na aplicação dos recursos, assim como, o compromisso com a melhoria contínua no atendimento aos clientes.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Política de atendimento

Com o objetivo de proporcionar um atendimento de qualidade, além de facilitar o acesso aos consumidores, a Cemig D disponibiliza um mix de canais de atendimento que congrega vários meios de comunicação, tanto presencial como telefônico e virtual, atendendo aos diversos segmentos de mercado.

A Cemig D está presente em todos os 774 municípios da sua área de concessão. O atendimento presencial é realizado pela “Rede Cemig Fácil de Atendimento”, por meio das 142 agências e 635 postos de atendimento. Em 2021, em função da pandemia da Covid-19, a empresa segue com os protocolos de segurança sanitária para a segurança de seus consumidores e colaboradores.

O atendimento telefônico é realizado pelo “Fale com a Cemig”, inclusive com a disponibilização de número para atendimento a deficientes auditivos. Este canal também é responsável pelo atendimento via Redes Sociais (Facebook e Twitter). O número de contatos registrados em 2021 foi de 11,02 milhões.

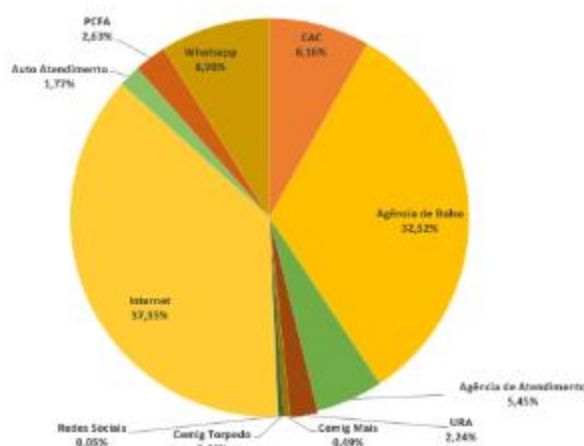
Além do seu site, com mais de 36,5 milhões de contatos em 2021, a Companhia possui canais de atendimento pelo WhatsApp e Telegram, para os seus principais serviços, que tiveram mais de 8,7 milhões de contatos registrados.

Também destacamos o aplicativo “Cemig Atende”, disponível para Smartphones e Tablets, nas plataformas Android, iOS, que registrou 31,8 milhões de contatos.

Por meio das máquinas de autoatendimento (totens), localizados no interior das agências, e também em cinco equipamentos externos, foram realizados mais de 1,7 milhão de contatos.

No total, a Companhia teve cerca de 97,8 milhões de atendimentos em 2021, por meio dos seus diversos canais.

Segue abaixo o gráfico com o demonstrativo da participação dos canais no realizado de 2021:



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Satisfação do Consumidor

Como referência do trabalho realizado pela concessionária para a melhoria no atendimento aos seus clientes, destacamos o Prêmio ISQP – Índice de Satisfação da Qualidade Percebida, realizado pela Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica), que possui periodicidade anual.

O resultado foi divulgado ao final do mês de agosto de 2021 e atingimos 69,8% de índice de satisfação, inferior em 11,5% ao valor apurado no ano anterior. Fato esse que indica que, apesar dos esforços da concessionária em melhorar seu atendimento aos clientes, a pandemia teve uma forte influência no nosso resultado. Esse mesmo impacto foi percebido por quase todas as distribuidoras, às quais também tiveram quedas expressivas em sua pontuação.

Na busca da melhoria contínua no atendimento aos nossos clientes, implantamos pesquisas mensais do NPS (*Net Promoter Score*) para aprimorar o nosso entendimento das necessidades dos clientes e assim atuar de forma mais eficiente.

As pesquisas NPS também permitem que nossos clientes façam um comentário sobre sua experiência com a Cemig, abrindo mais um espaço para o cliente manifestar sua opinião sobre os serviços prestados pela empresa.

A pesquisa IASC 2021 foi realizada no período de 6 de agosto a 6 de novembro de 2021, com a aplicação de 29.068 questionários, nos 607 municípios sorteados nas áreas de concessão e de permissão das 104 distribuidoras de energia elétrica.

O resultado somente será conhecido a partir da primeira quinzena de março de 2022.

Transformação Digital

A Cemig e a IBM celebraram uma parceria estratégica para transformar o relacionamento com os mais de 8,8 milhões clientes no Estado de Minas Gerais.

O projeto Cliente+ foi implementado em parceria com a IBM, trazendo uma operação *omnichannel*, ou seja, convergência dos canais de atendimento existentes (telefone, totem, WhatsApp, site, telegram, SMS e app Cemig), que proporciona um atendimento cognitivo e integrado entre as várias plataformas utilizadas pelos clientes. Com esse novo formato de atendimento é possível a mudança de canal de atendimento sem perda da jornada já realizada até o momento da troca de canal.

Importante ressaltar que o atendimento presencial aos clientes está mantido, com equipes capacitadas e treinadas, buscando níveis de excelência e contando com uma plataforma de soluções tecnológicas que tornará o atendimento presencial mais ágil e completo, propiciando menos tempo na agência.

Estamos inovando e reforçando o nosso compromisso de sermos mais digitais, mais ágeis, mais tecnológicos e mais próximos dos nossos clientes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



INVESTIMENTOS

No ano de 2021 investimos R\$1.646 milhões, R\$164 milhões e R\$245 milhões nos segmentos de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica, respectivamente.

Investimentos em Geração:

Geração de Energia Elétrica e Geração Distribuída

Projeto PCH Poço Fundo

Em 13 de fevereiro de 2019 a Aneel, por meio da Resolução Autorizativa nº 7.598, concedeu prorrogação da concessão da PCH Poço Fundo até maio de 2045, prorrogação condicionada à ampliação das unidades geradoras.

Em 06 de janeiro de 2020, foram iniciadas as obras de ampliação da capacidade de geração da PCH Poço Fundo, ao custo aproximado de R\$150 milhões, com previsão de operação comercial no primeiro semestre de 2022.

Aliança Geração

A Cemig GT é detentora de 45% do capital social total da Aliança Geração de Energia S.A (“Aliança Geração”). A Aliança Geração possui dois projetos de investimento em curso, conforme abaixo:

- Central Eólica Gravier S.A. (“Gravier”): localizado no município de Icapuí, no estado do Ceará. O empreendimento teve início da implantação em janeiro de 2021, com operação comercial plena estimada para o primeiro semestre de 2022. O projeto contará com 17 aerogeradores com potência de 4,2 MW, tendo uma capacidade instalada total de 71,4 MW e a produção estimada de 32,43 MW médios;
- Parque Eólico Acauã: localizado nos municípios de Tenente Laurentino Cruz, Lagoa Nova, Santana do Matos e São Vicente, no estado do Rio Grande do Norte. A implantação do Projeto Eólico Acauã teve início em março de 2021, com operação comercial plena estimada para o segundo semestre de 2023. O projeto contará com 26 aerogeradores com potência de 4,2 MW, tendo uma capacidade instalada total de 109,2 MW e produção estimada de 57,77 MW médios.

Cemig Sim

Empresa do Grupo Cemig com foco em inovação e soluções em energia, investiu, em 2021, aproximadamente R\$12,5 milhões na participação de 49% em uma usina de geração de energia solar fotovoltaica.

A empresa atingiu a marca de 4.752 unidades consumidoras de energia solar por assinatura em 2021 e planeja investir, no período entre 2022 e 2025, o equivalente a R\$1 bilhão no segmento de Geração Distribuída.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



UFV Boa Esperança

Foi autorizado pelo Conselho de Administração da Cemig, em outubro de 2021, o investimento para implantação da Usina Fotovoltaica Boa Esperança de geração centralizada, com 85MW de potência instalada em inversor, localizada no município de Montes Claros, em Minas Gerais. A previsão de implantação da usina é de 14 meses, com energização prevista no quarto trimestre de 2022.

UFV Jusante

Em dezembro de 2021, foi autorizado pelo Conselho de Administração da Companhia o investimento para implantação da Usina Fotovoltaica Jusante de geração centralizada, com 70 MW de potência instalada em inversor, localizada no município de São Gonçalo do Abaeté, em Minas Gerais. A previsão de implantação da usina é de 15 meses, com energização prevista para meados de 2023.

Investimentos em Transmissão

Sete Lagoas Transmissora de Energia

Em dezembro de 2021, foi concluída a aquisição pela Cemig de 100% da Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A - SLTE, empresa do Grupo Cobra, no valor de R\$48 milhões.

O projeto está alinhado com o planejamento estratégico da Companhia, que orienta e determina o seu crescimento no mercado de transmissão de energia elétrica, com agregação de valor, no estado de Minas Gerais. Os ativos da SLTE são de baixo risco e possuem grande sinergia com outros ativos da Cemig GT em instalações vizinhas, otimizando a utilização das equipes de O&M.

Taesa

A Cemig possui participação de 21,68% no capital social total da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - Taesa

Em 17 de dezembro de 2021, a Taesa sagrou-se vencedora na disputa pelo lote 1 do Leilão de Transmissão nº 02/2021, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”).

O resultado foi alcançado a partir de uma proposta de deságio de 47,76% sobre a Receita Anual Permitida - RAP, o que proporcionará uma adição de R\$130 milhões à receita da Taesa. O Lote 1 possui 363 km de linhas de transmissão, que passam pelos estados de São Paulo e do Paraná, sendo que o orçamento e prazos de construção originais previstos pelo Regulador eram de R\$1,8 bilhão e 60 meses.

O lote arrematado tem sinergias importantes, aproveita a estrutura de O&M existente na Taesa, além de previsões de otimizações de Capex e antecipação de entrega do empreendimento, conforme habitualmente performado pela Taesa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Investimentos em Distribuição de Energia Elétrica

Os investimentos em distribuição, no ano de 2021, somaram aproximadamente R\$1.520 milhões.

A Cemig D tem uma previsão de fortalecimento do seu programa de investimentos, em linha com o planejamento estratégico do Grupo Cemig, com a expectativa de investimentos próximos a R\$12,5 bilhões de 2021 a 2025, com reflexos positivos na base de remuneração regulatória e consequente aumento da receita.

Esse maior investimento da Cemig D também terá impactos positivos na melhoria da qualidade no fornecimento de energia elétrica e redução dos custos com operação e manutenção, tendo em vista a maior confiabilidade do sistema elétrico.

Investimentos em Gás Natural

A Companhia de Gás de Minas Gerais – Gasmig é a distribuidora exclusiva de gás natural canalizado em Minas Gerais, por outorga de concessão, atendendo aos segmentos industrial, residencial, comercial e termelétrico, fornecendo gás natural comprimido (GNC), gás natural liquefeito (GNL) e automotivo (GNV). A Cemig detém 99,57% do capital da Gasmig.

Em 2021, a Gasmig aplicou valores da ordem de R\$54,2 milhões (R\$50,2 milhões em 2020), principalmente, na expansão de suas Redes de Distribuição de Gás Natural (RDGNs) no Estado de Minas Gerais, sendo que a sua base de clientes aumentou em 15,99%, passando de 61.414 em 2020, para 71.236 unidades consumidoras em 2021.

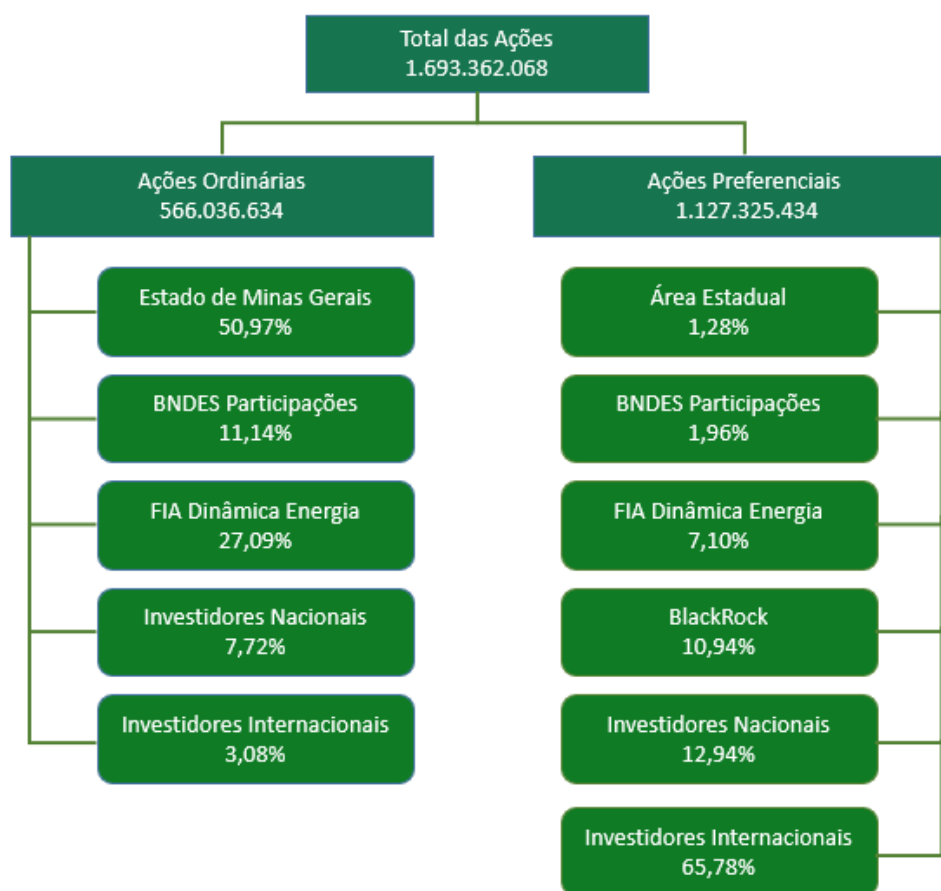
MERCADO DE CAPITAIS E DIVIDENDOS

A Cemig teve suas ações inicialmente listadas na Bolsa de Valores do Estado de Minas Gerais a partir de 14 de outubro de 1960 e a partir de 1972 na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) com os símbolos CMIG3 (ON) e CMIG4 (PN). Desde outubro de 2001, estamos listados no Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa. Além disso, as ações da Companhia são negociadas desde 1993 na Bolsa de Nova Iorque (CIG e CIG/C), sendo a partir de 2001 no Nível 2 de governança corporativa, e na Bolsa de Madri (XCMIG) desde 2002.

Composição Acionária

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, totalizou R\$8.467 milhões, conforme composição abaixo demonstrada.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Cotações das Ações

A seguir, as cotações de fechamento, dos anos 2020 e 2021, das ações em São Paulo (B3), Nova Iorque (NYSE) e Madri (LATIBEX).

Denominação	Símbolos	Moeda	Fechamento 2020	Fechamento 2021
Cemig PN	CMIG4	R\$	11,74	13,11
Cemig ON	CMIG3	R\$	13,50	18,52
ADR PN	CIG	US\$	2,20	2,43
ADR ON	CIG.C	US\$	3,07	3,52
Cemig PN (Latibex)	XCMIG	Euro	2,26	2,06

Fonte - Econômica – cotações ajustadas por proventos, inclusive dividendos

Em 2021, as ações preferenciais, CMIG4, apresentaram um volume de negociação de R\$30,49 bilhões, com uma média diária de R\$123,44 milhões. Esse volume negociado faz com que nossa ação preferencial (PN) seja uma das mais negociadas da B3, proporcionando segurança e liquidez aos investidores.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

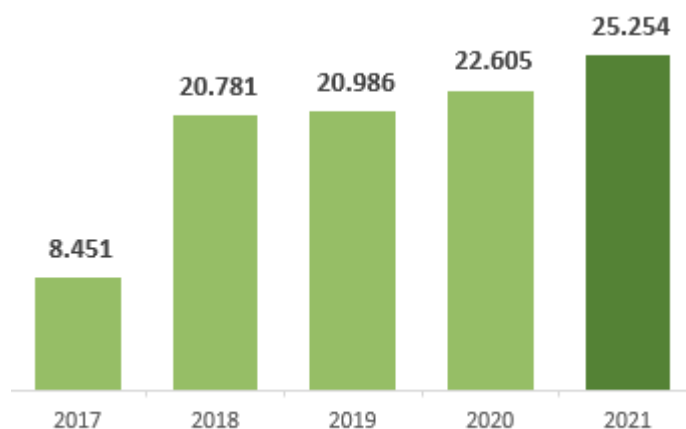


O volume médio diário de negociação com as ações preferenciais na Bolsa de Nova Iorque no ano de 2021 foi de US\$18,12 milhões e movimentou US\$4,57 bilhões, o que consolida a posição da Cemig como opção global de investimento. Entre os ADRs do setor elétrico brasileiro negociados na NYSE, a Cemig apresentou o maior volume negociado em 2021.

Em termos de desempenho, as ações da Companhia estiveram entre aquelas que apresentaram as melhores rentabilidades do setor elétrico na B3, sendo a terceira Companhia mais negociada. Ambas as ações da Cemig negociadas na Bovespa tiveram desempenho superior àquele verificado pelo índice do setor elétrico IEE e ao principal indicador da B3, o Ibovespa.

	CMIG4	CMIG3	CIG	CIG.C	IBOV	IEE	DJIA
2021/2020	11,67%	37,19%	10,45%	14,66%	(11,93)%	(7,90)%	18,73%

O valor de mercado está representado pela totalidade das ações da Companhia ao valor de mercado das ações no último dia de negociação de cada ano, com um crescimento em relação ao ano anterior de 11,72%.



Fonte - Economática

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) que será realizada em abril de 2022, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2021, no montante de R\$3.751 milhões, do saldo de realização do custo atribuído do imobilizado, no montante de R\$15 milhões, da realização da reserva de lucros a realizar, no montante de R\$835 milhões e ajuste devedor de lucros acumulados, no montante de R\$39 milhões, referente a benefícios de pós-emprego:

- R\$187 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva Legal, conforme estabelecido na Lei 6.404/1976.
- R\$1.966 milhões sejam destinados para pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas da Companhia, a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30 de junho de 2022 e a segunda até 30 de dezembro de 2022, conforme segue:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



- R\$955 milhões declarados a título de juros sobre o capital próprio (JCP) e imputados ao dividendo obrigatório, conforme deliberado pela Diretoria Executiva em 07 de dezembro de 2021;
 - R\$1.011 milhões declarados como dividendos obrigatórios, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO.
-
- R\$1.553 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2022 conforme orçamento de capital.
 - R\$21 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais, referentes a incentivos fiscais vinculados a investimentos na região da Sudene.

A Reserva de Lucros a Realizar continuará com o saldo de R\$835 milhões, considerando a reversão da reserva constituída em 2020 e a nova constituição de reserva em 2021 de mesmo valor.

O pagamento dos dividendos será realizado até 30 de dezembro de 2022, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria Executiva.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração da Companhia, conforme Estatuto, é composto de 9 integrantes efetivos, sendo 8 indicados e eleitos pelos acionistas e um integrante eleito pelos empregados. O Estatuto Social contempla mandato unificado de 2 anos, sendo permitida, no máximo, 3 reconduções consecutivas. Em 2021, foram realizadas 26 reuniões para deliberações e apresentações sobre diversos assuntos como planejamento estratégico e orçamentário, projetos de investimentos e aquisições, dentre outros.

O Comitê de Auditoria é órgão colegiado de assessoramento e vinculado ao Conselho de Administração, tendo como funções o exercício de auditoria e fiscalização sobre a qualidade e integridade das demonstrações financeiras, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditoria interna e independente. É composto por 4 integrantes, com mandato de 3 anos, sendo permitida 1 reeleição. Em 2021, foram realizadas 39 reuniões do Comitê de Auditoria.

O Conselho Fiscal é órgão permanente e constituído por 5 membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos para mandato de 2 anos, sendo permitidas, no máximo, 2 reconduções consecutivas. Em 2021, foram realizadas 14 reuniões do Conselho Fiscal.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES**

As políticas da Companhia para contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses nem perda de objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

A Companhia adota o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Desde o segundo trimestre de 2017, o auditor independente responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia é a Ernst & Young Auditores Independentes S.S.. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia foram como segue, em milhares de reais:

Serviços	2021	% em relação à auditoria	2020	% em relação à auditoria
Serviços de Auditoria:				
Auditoria de Demonstrações Financeiras	8.682	100,00	7.577	100,00
Serviços Adicionais:				
Auditoria no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED	934	10,76	750	9,90
Total Geral	9.616	110,76	8.327	109,90

Os serviços adicionais foram contratados em conjunto com os serviços de auditoria externa e referem-se, basicamente, à revisão dos procedimentos tributários adotados pela Companhia, não representando nenhum tipo de consultoria, planejamento tributário ou conflito de interesse.

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes, incluindo os mencionados acima, deve ser obrigatoriamente aprovado, de forma prévia, pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Instrução CVM nº 381/2003.

AUDITORIA INTERNA, GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Mantendo o ciclo de atualização, no mínimo anual, foram mapeados e aprovados em 2021, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, após apreciação pelo Comitê de Auditoria, a Matriz de *Top Risks* e Riscos de *Compliance*, vigente para o ciclo 2021/2022.

Tais riscos, associados a execução da estratégia e cenários de exposição da Companhia, bem como a conflitos de interesse, fraude e corrupção têm como titulares os Diretores Executivos, em conformidade às suas atribuições, sendo monitorados e reportados periodicamente à Alta Administração. A Matriz compreende os riscos dos pilares Distribuição, Geração, Transmissão, Comercialização, Tecnologia da Informação, Regulatório Institucional, Gestão ágil com segurança, Viabilizadores Corporativos e Financeiro.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



A matriz de controles internos é submetida a uma avaliação anual de suficiência e aderência, sendo conduzido ainda os testes de desenho, apoio em remediações junto aos processos e o monitoramento destes controles pela Gerência de Gestão de Riscos e Controles Internos da Companhia. Reportes periódicos são realizados para a Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria.

A Companhia mantém ainda um Plano Anual de Auditoria Interna, aprovado pelo Conselho de Administração, que prevê a avaliação dos principais processos corporativos. O plano tem como objetivo assegurar a adequação, a eficácia e a eficiência dos processos da Companhia, bem como o cumprimento das leis, normas, padrões e procedimentos internos a que está sujeita. A Auditoria Interna avalia, de forma independente, a eficácia do gerenciamento de riscos e a efetividade do sistema de controle interno, reportando eventuais deficiências e propondo ações de melhorias a serem implementadas pelas áreas responsáveis, que são periodicamente monitoradas quanto ao seu cumprimento.

Política Antifraude

A Companhia possui como política a vedação de doações de qualquer espécie, direta ou indireta, de dinheiro ou estimável em dinheiro, bens, serviços, inclusive por meio de publicidade, que tenham objetivo político com favorecimento a partidos políticos ou seus afiliados, estando estes ou não em ativa militância. Esta Política se aplica à CEMIG e suas subsidiárias integrais e controladas e está alinhada às exigências da Lei Federal 9.504/1997, “Lei das Eleições”, de 30 de setembro de 1997, alterada pela Lei 13.487, de 06 de outubro de 2017.

A Companhia dispõe também de Canal de Denúncias Anônimas, Ouvidoria e Comissão de Ética, os quais instrumentalizam o registro e tratamento de eventuais irregularidades ou dilemas éticos afetos às suas operações. Todas as denúncias são avaliadas, e, após concluídas, as respostas são disponibilizadas aos denunciadores. O Canal de Denúncias da Cemig preserva o anonimato dos denunciadores.

GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

O setor de energia elétrica está passando por um conjunto de mudanças transformadoras, impulsionadas pela interseção de vários fatores como: i) crescente descentralização dos sistemas de geração de energia; ii) avanço das tecnologias de armazenamento de energia; iii) proliferação das tecnologias digitais, que permitem que a energia seja produzida, transmitida e consumida de forma mais inteligente e eficiente; iv) crescimento de fontes de energia renováveis variáveis, como eólica e solar e v) a tendência de descarbonização do sistema energético, como parte dos esforços globais de mitigação das mudanças climáticas.

Com vistas neste conjunto de mudanças, a Cemig implementou, desde 2018, o Plano Estratégico de Tecnologia Digital, que contempla a capacitação, diagnóstico, prospecção e roteiros tecnológicos, de modo a:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



- capacitação para as novas modalidades de negócios que vem surgindo no país e no mundo;
- construir editais para captação de propostas de P&D na área de tecnologias digitais com vistas a colocar a empresa em sintonia com a evolução tecnológica e grandes transformações digitais;
- elaborar projetos que possam impulsionar novos negócios que criem benefício econômico e social para a Companhia.

A inovação constante é um dos grandes pilares da Cemig, e parte disso é conhecer novas ideias para o setor. Por isso foi lançado, em agosto de 2021, o Desafio Cemig da Inovação 2021, o qual terá vigência de 18 meses.

O desafio foi aberto para o público em geral, que será convidado a apresentar propostas para a formatação de novos projetos de Pesquisa & Desenvolvimento, conforme regras da Aneel. Os projetos serão avaliados sob as diretrizes para Inovação aprovadas no planejamento estratégico 2021-2025 e, se aprovados, serão formalizados com as novas minutas contratuais para desenvolvimento das ideias aprovadas.

O Desafio Cemig aguarda propostas nos macros temas:

- Produtos e serviços inteligentes;
- Sistemas elétricos do futuro;
- Eletrificação e eletromobilidade; e
- Alternativas em geração sustentável.

Podem enviar proposições pessoas físicas e sociedades jurídicas com sede no Brasil.

Programa de Eficiência Energética

A Cemig, historicamente, por meio do Programa de Eficiência Energética, vem desenvolvendo projetos com o objetivo de orientar a população sobre o correto uso da energia elétrica.

O Programa de Eficiência Energética da Cemig D mantém um grande número de projetos em execução, chegando a 19 iniciativas em execução no final do ano de 2021. Compõem este portfólio projetos advindos das chamadas públicas realizadas anualmente pelo programa e também projetos construídos diretamente pela Cemig.

Em 2021 o programa investiu valores da ordem de R\$40 milhões em projetos em toda a área de concessão da Cemig D, além da disponibilização de outros R\$140 milhões em novo processo de chamamento público a fim de selecionar propostas para composição do portfólio de projetos a serem financiados ao longo de 2022 e 2023..

As ações do programa visam sempre a eficiência energética associada a responsabilidade social e inovação, alinhados a objetivos estratégicos do negócio da Cemig, com destaque para atuação em hospitais, entidades filantrópicas, escolas, comunidades de baixa renda e instalações do poder público.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Programa de pesquisa & desenvolvimento

Em 2021, a Cemig Distribuição investiu R\$8,9 milhões em 36 projetos de P&D, em diversos temas, destacando-se os seguintes projetos:

- Desenvolvimento de redes sinérgicas para aplicações em redes de distribuição de energia;
- Desenvolvimento de metodologia para avaliação de árvores urbanas quanto ao risco de queda utilizando Radar de Penetração no Solo (GPR);
- COD do Futuro - Plataforma hyper-vision de consciência situacional espaço-tempo integrada, baseada em inteligência artificial para operação da distribuição.

Já a Cemig Geração e Transmissão executou 30 projetos de P&D, resultando em um investimento de R\$15,9 milhões, em uma variedade de temas, cujos destaques estão a seguir:

- Adequação do sistema de realidade virtual da Cemig para a integração com recursos de inspeção por imagens em tempo real e treinamento conjunto das equipes de campo e do COS;
- Dispositivo Individual para Notificação (DIN) em caso de emergência com barragens;
- Ferramenta para definição de preços futuros na composição ótima de portfólio de compra e venda de energia;
- Processos Ecológicos: Desenvolvimento de novas ecotecnologias de diagnóstico e processos ambientais (Projeto PROECOS).

Sistemas de Gestão - Certificados

A Cemig busca a melhor operação de seus processos com foco na melhoria contínua da qualidade da gestão, no alcance dos objetivos estratégicos e na satisfação dos clientes. Assim, há mais de 20 anos, ela implementa e mantém certificações de seus processos na norma NBR ISO 9001.

Visando a preservação dos recursos naturais e prevenção da poluição, a Cemig tem a certificação na norma NBR ISO 14001. E com foco na prevenção de acidentes e preservação da saúde humana, ela de manter a certificação da norma ISO 45001.

Todas essas certificações são geridas como um sistema integrado que vem sendo melhorado ao longo dos anos. Em 2021, a Companhia deu um importante passo em direção as melhores práticas do sistema de gestão: concluiu o projeto de unificação dos sistemas de gestão, que envolveu toda a Companhia, para ratificar a maturidade da Gestão Ambiental, de Saúde e Segurança e da Qualidade dos processos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Com a conclusão desse projeto a Companhia logrou:

- Integração das diversas áreas da empresa em um escopo de certificação único;
- Aumento do compromisso dos processos de suporte com os resultados dos negócios;
- Conexão mais clara entre os processos da rotina diária com os objetivos estratégicos;
- Envolvimento de toda a empresa com a constante incorporação dos requisitos regulatórios nos processos.

A conclusão do projeto deu-se em outubro de 2021 com a Auditoria Externa do Organismo Certificador validando o novo escopo.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

O relacionamento com as comunidades vizinhas aos empreendimentos da Cemig é pautado pelo senso de corresponsabilidade e pelo estímulo ao desenvolvimento econômico e social local.

Alguns projetos de destaque no ano de 2021 são:

Programa proximidade: Criado pela Cemig para estreitar o relacionamento e, em conjunto com outros programas da Empresa, levar conhecimento técnico e promover o desenvolvimento social das comunidades próximas às usinas sob sua concessão. São promovidos encontros em que especialistas da empresa fazem palestras técnicas objetivas para esclarecer aspectos operativos de reservatórios e barragens (segurança operacional e estrutural), tratativas dos Planos de Ação de Emergências (PAEs) das barragens, além de divulgar as ações sócio ambientais dos empreendimentos.

Em 2021, ainda impactado pelas restrições sanitárias para convivência com a pandemia da Covid-19, as reuniões com as comunidades do entorno aconteceram na modalidade virtual. Foram realizadas 05 webnários, com discussão focadas na “Crise Hídrica de 2021”, para os empreendimentos: Nova Ponte, Emborcação, Irapé, Queimado e Rosal. A bandeira do Programa Proximidade também se fez presente nas reuniões e oficinas virtuais da integração dos PAEs (Planos de Ação de Emergência) das barragens aos PLANCONs (Planos de Contingência Municipais), junto às defesas civis municipais.

Ainda em 2021, foram realizadas 40 reuniões/oficinas com órgãos da defesa civil (COMPDECs) de 52 municípios, realizando a entrega oficial e atualização dos PAEs das barragens, apresentando os estudos de propagação das manchas de inundação para cenários de ruptura e cheias excepcionais, com indicativos de determinação de pontos de encontro e rotas de fuga.

Programa de subvenção e apadrinhamento: O Programa de Apadrinhamento consiste na arrecadação de doações de terceiros (padrinhos) em favor das instituições, por meio da conta de energia elétrica, sendo essas doações repassadas integralmente, via depósito bancário. Em 2021, 174 instituições receberam aproximadamente R\$61 milhões em doações.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Programa Al6%: o programa incentiva empregados e aposentados a repassarem 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

A Campanha de 2021 do Al6% envolveu a participação de 1.300 empregados que, voluntariamente, destinaram R\$1 milhão, com o intuito de beneficiar cerca de 20.000 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, atendidos por 157 instituições participantes. A Cemig também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs. O valor investido pela Empresa foi de R\$1,3 milhão. No total, foram destinados R\$2,3 milhões para entidades distribuídas em 79 municípios da área de influência da Empresa.

Programa de Voluntariado Empresarial: O voluntariado empresarial é reconhecido no mundo corporativo como uma importante ferramenta para melhoria do clima organizacional e desenvolvimento de habilidades, além de contribuir para a melhoria da sociedade, imagem e reputação das empresas.

O Programa Você – Voluntariado Cemig engloba diversas ações para incentivar e apoiar o envolvimento dos empregados em atividades voluntárias. O Programa está estruturado para potencializar as ações dos voluntariados em curso, cuja trajetória migra gradativamente do assistencialismo à cidadania participativa e de transformação social. O Você busca incentivar a participação através de ações transformadoras propostas por empregados na plataforma de voluntariado.

Unidos pela Vacina: O movimento Unidos Pela Vacina nasceu com o objetivo de tornar viável a vacinação de todos os brasileiros contra Covid-19 até setembro de 2021. A Cemig aderiu ao movimento, composto por diversas empresas, entidades e sociedade civil organizada, que teve como objetivo adotar municípios, apoiando no fornecimento de insumos, logística e materiais para auxiliar no processo de vacinação. Entre as várias ações realizadas, a Cemig disponibilizou veículos e pessoal para contribuir com a iniciativa. No total foram 329 voluntários que disponibilizaram 1.391 horas auxiliando na aceleração da vacina.

Além das ações assistencialistas, continuamos investindo em ações online de transformação social, projetos que beneficiam jovens de comunidades, alunos de escolas públicas e mulheres em situação de vulnerabilidade social de Minas Gerais.

Em 2021, o Programa de Voluntariado divulgou um total de 28 ações, entre elas, ações assistencialistas, informativas, doações de itens, doações financeiras, ações propostas pelos empregados e ações de transformação social. Participaram das ações como voluntários(as) 513 empregados, totalizando mais de 2.000 horas de atuação voluntária pela força de trabalho do Grupo Cemig.

Projetos culturais, esportivos e de saúde

A Cemig conta com uma política de patrocínio que visa evidenciar o comprometimento da empresa com a realidade e com as demandas do ambiente nas localidades onde atua, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento dos setores cultural, esportivo, educacional e social, em alinhamento com políticas públicas das comunidades onde está inserida.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Cultura

A Cemig é a empresa com maior investimento em cultura em Minas Gerais, com investimentos em 2021 de R\$23,6 milhões em 64 projetos culturais. Além de incentivar produtores e artistas, o apoio da Cemig traz benefícios diretos à população, que passa a ter acesso aos bens culturais de maneira mais segura e democrática.

Saúde

No ano de 2021 a Cemig investiu R\$4,7 milhões, em diferentes regiões de Minas Gerais, onde foram atendidas 18 unidades hospitalares, envolvendo a substituição de autoclaves, secadoras e focos cirúrgicos, além da instalação de usinas fotovoltaicas.

Esportes

Para a comunidade, projetos de esporte geram benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas. Para a Cemig, projetos de esporte fortalecem sua imagem como empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais.

A Cemig lançou uma chamada pública em 2021 para selecionar projetos voltados à prática de esporte, aptos à captação de recursos via leis federal ou estadual de Incentivo ao Esporte. Foram recebidos 173 projetos ao todo (116 do edital federal e 57 do edital estadual) e destinamos aproximadamente R\$2 milhões para os projetos mais bem avaliados.

Fundo do Idoso

No contexto do aumento da longevidade e consequente maior representatividade na população das pessoas acima de 60 anos, a Cemig busca, por meio da destinação de recursos incentivados, viabilizar projetos de proteção e atendimento à pessoa idosa no estado de Minas Gerais, visando ampliação e melhoria das ações voltadas a essa população. Além disso, são prioridades para a Companhia também o apoio a propostas que viabilizem a estruturação dos Fundos Municipais e Estadual dos Idosos do Estado, aprimorando as ações destinadas a este público.

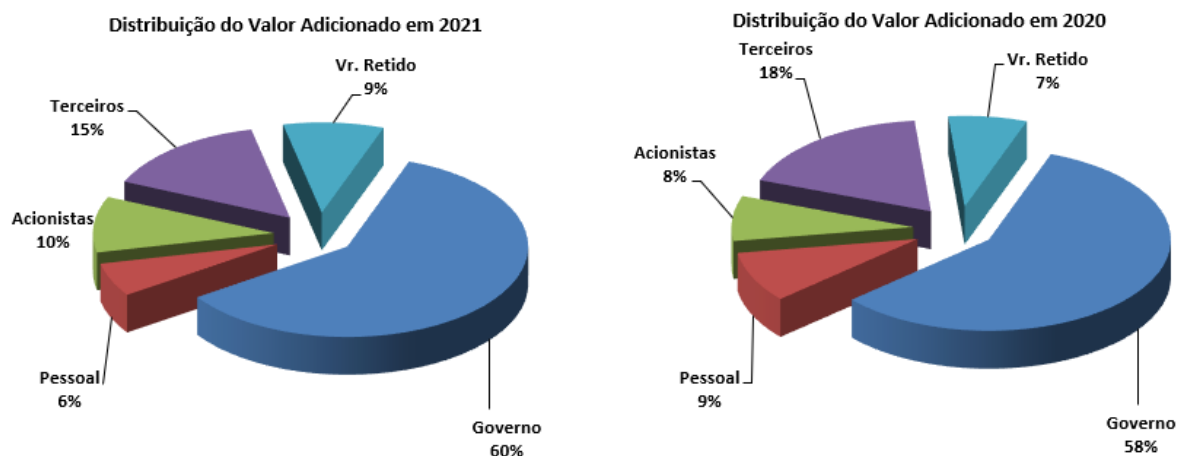
Em 2021 foi lançado um edital de chamada pública visando selecionar os projetos de apoio ao idoso mais alinhados às diretrizes organizacionais. Foram recebidos 48 projetos e foi destinado aproximadamente R\$1,3 milhão para os projetos mais bem avaliados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia a geração de riqueza e a representatividade da Companhia para a Sociedade, com R\$20.667 milhões de valor adicionado em 2021 em comparação a R\$19.319 milhões em 2020.



Recursos Humanos

A Cemig considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Quadro de empregados

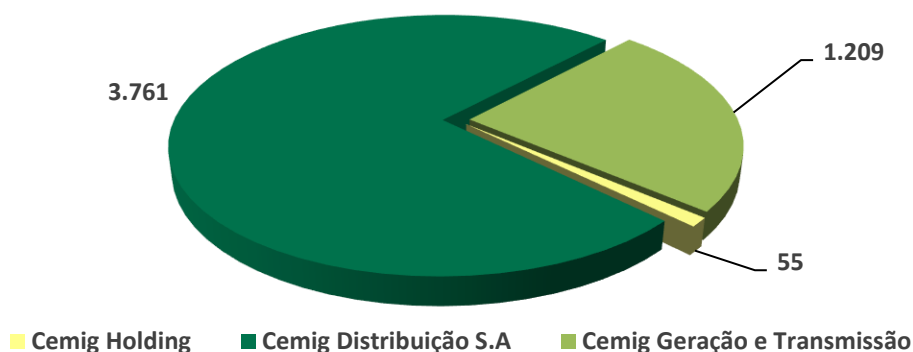
Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Cemig segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. Na busca de incorporação de novos talentos, promover o rodízio natural do quadro, aproveitando das oportunidades também para revisão de processos e maior eficiência, a Companhia implementou programas de desligamento voluntário nos últimos anos, o que teve como consequência uma redução relevante no quadro de empregados nos últimos 5 anos, passando de 5.864 empregados em 2017 para 5.025 em 2021, conforme apresentado no gráfico a seguir:



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Empregados por empresa



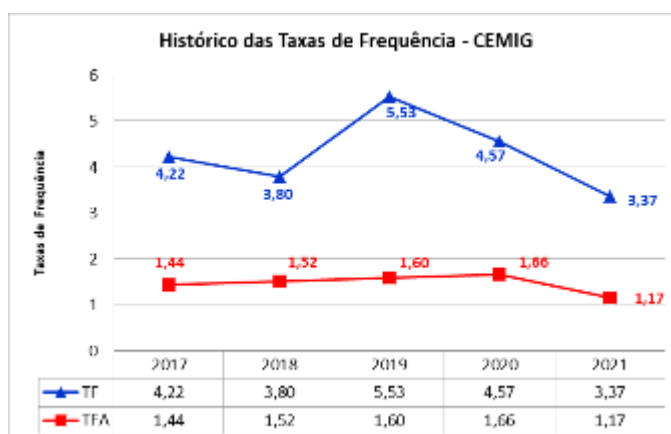
Em 2021, a Cemig realizou 235 admissões no total. As admissões objetivaram o preenchimento de vagas do plano técnico-operacional-administrativo e universitário, recompondo o quadro da Companhia, principalmente, em áreas essencialmente técnicas.

Adicionalmente, aprovamos uma alteração em nossa política de pessoal que passou a permitir a contratação de profissionais de mercado para posições gerenciais da Companhia, nos casos onde o processo de recrutamento externo se apresenta mais adequado, no limite de 40% dos cargos gerenciais. Importante ressaltar que a Companhia continuará a incentivar e priorizar o crescimento profissional dos seus empregados, valorizando a reconhecida capacidade técnica e comprometimento dos seus colaboradores.

Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho

Durante o ano de 2021 foram adotados os protocolos de saúde, baseados nos acompanhamentos da evolução da Covid-19 em todo o país. O desafio de atuação permanente da área de saúde no monitoramento contínuo dos trabalhadores e a utilização do aplicativo, através do qual as informações são prestadas pelos empregados, contribuíram de forma positiva para resguardar a saúde dos trabalhadores e seus familiares, além de minimizar a transmissibilidade da doença no ambiente interno da Companhia.

Em relação aos indicadores corporativos acompanhados pelas Taxa Total de Frequência de Acidentados do Trabalho (TF) e Taxa de Frequência de Acidentados do Trabalho com Afastamento (TFA), apresentamos em 2021 os melhores índices dos últimos 5 anos.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



A empresa vem ampliando as ações de saúde e segurança com foco na prevenção, além de intensificar campanhas educativas visando à conscientização dos profissionais que compõem a força de trabalho.

O esforço de nossos trabalhadores tem proporcionado à empresa atingir os menores patamares históricos destes indicadores, demonstrando que ainda há muito a ser feito, mas que estamos trilhando o caminho correto.

UniverCemig

A Cemig investe continuamente na gestão do conhecimento devido às especificidades do setor elétrico e também com o intuito de manter sua força de trabalho capacitada e atualizada.

Nesse contexto, a universidade corporativa da Cemig (UniverCemig) é responsável por capacitar e desenvolver os empregados da Cemig, através da construção de soluções educacionais, ministração de treinamentos próprios, contratação de treinamentos terceirizados no país e no exterior e gestão dos cursos de pós-graduação e idiomas. Além disso, a UniverCemig atua no mercado oferecendo treinamento para outras empresas, principalmente empreiteiras prestadoras de serviço para a Cemig Distribuição.

Em 2021, a UniverCemig buscou a capacitação profissional de 191 novos empregados próprios, sendo 94 eletricitistas, 85 técnicos e 2 engenheiros e capacitou 11.464 empregados terceirizados em treinamentos técnicos.

Clima e Cultura Organizacional

Em junho e julho de 2021, a Cemig aplicou a Pesquisa de Engajamento e Clima, com o objetivo de conhecer os aspectos que evidenciam vínculo, conexão e engajamento, de forma a trazer objetividade a temas que possam vir a interferir no clima organizacional. Houve a participação de 63% do quadro de empregados próprios, obtendo o percentual de 63,9% de favorabilidade. Este resultado demonstra que ainda existem pontos importantes que precisam ser trabalhados para melhoria da percepção dos colaboradores.

Com o objetivo de identificar e promover uma nova cultura que possibilite o atendimento das necessidades e obtenção dos resultados organizacionais, a Cemig iniciou, em junho de 2020, o “Novas Energias”, programa de potencialização cultural, que busca o desenvolvimento de comportamentos que ainda não estão sedimentados, mas que são fundamentais para levar a Cemig a ter um modelo de gestão mais atual, com resultados mais sustentáveis e perenes. Foi realizado, em julho de 2020, o mapeamento cultural, que contou com a participação representativa dos empregados, sendo possível identificar os pontos fortes da Companhia e também os principais desafios e metas a serem traçados nos próximos anos.

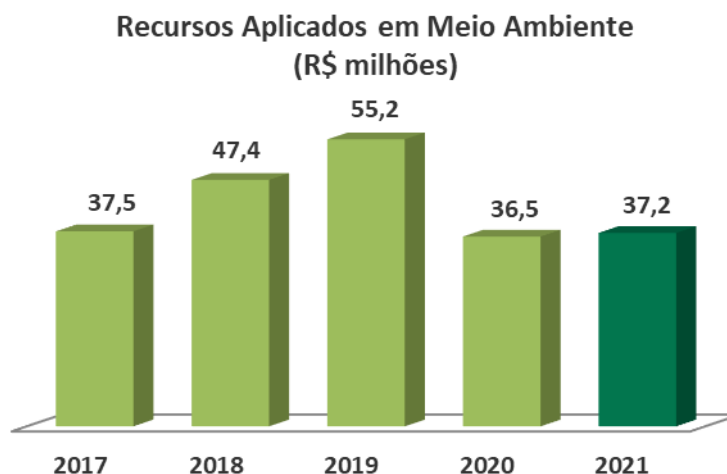
A partir deste diagnóstico, foram desenhados pacotes com práticas que visam desenvolver uma série de processos relacionados à gestão de pessoas, com o objetivo de alavancar os resultados alinhados ao fortalecimento da cultura desejada pela Cemig.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Meio Ambiente

Em 2021, a Cemig totalizou R\$37,2 milhões em recursos aplicados em meio ambiente, envolvendo gestão de resíduos, P&D e obrigações e melhorias ambientais. Os investimentos foram inferiores as médias históricas em função das limitações de execução durante o período da pandemia.



Recursos Hídricos

A água é a principal matéria-prima para produção de eletricidade da Cemig, utilizada com fins de acionamento de turbinas, sendo 100% retornada a seu curso, sendo a gestão e a conservação da água assuntos de alta relevância para a Cemig, com gestão baseada na sua Política de Recursos Hídricos.

O despacho da matriz hidrotérmica do Sistema Interligado Nacional - SIN compete ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Em períodos de crise hídrica, como a ocorrida em 2021 e de estiagem severa, vividos de 2013 a 2019, o monitoramento e a previsão dos níveis dos reservatórios e o constante diálogo com o poder público, sociedade civil e usuários foram primordiais para a garantia de geração de energia, como também para os demais usos desse recurso.

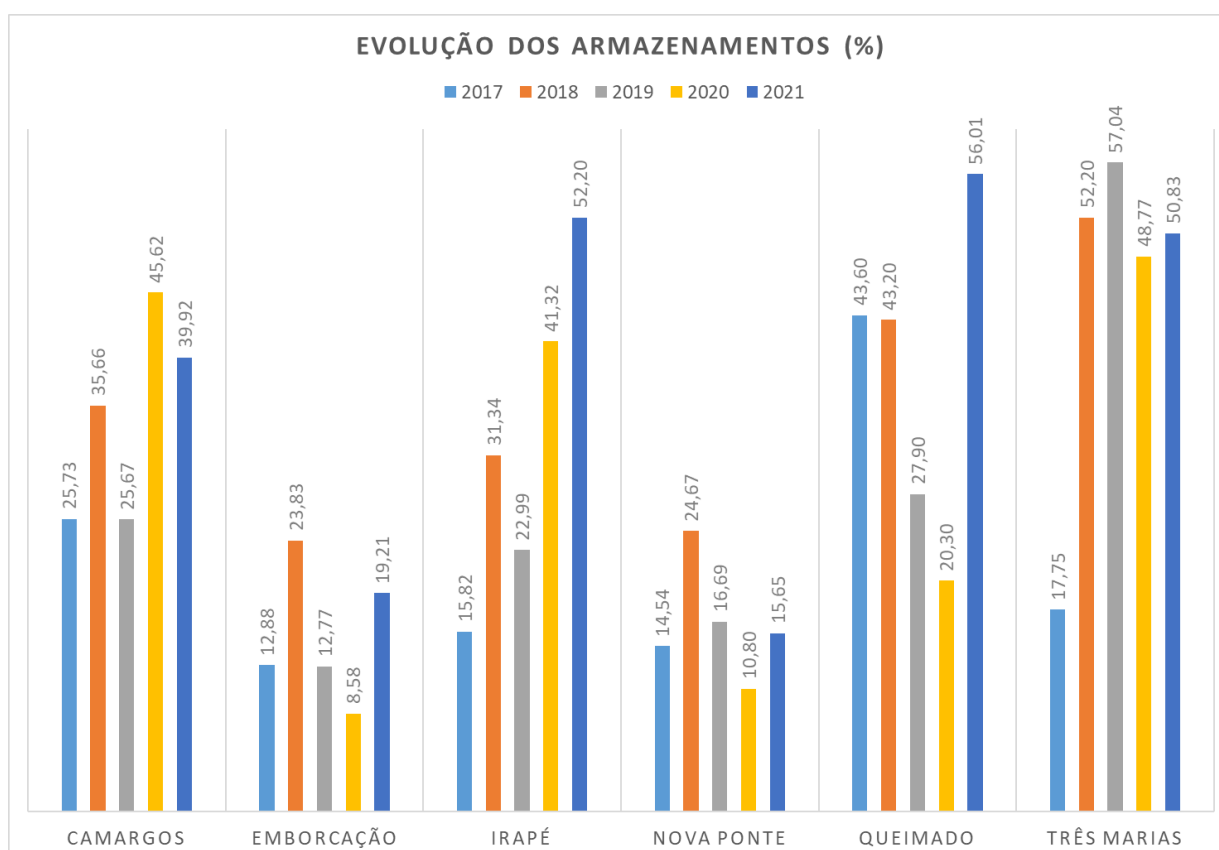
A Cemig disponibiliza em seu [website](#) dados diários dos níveis de vários de seus reservatórios e no App. PROX, disponível para download nas plataformas iOS e Androide.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



O ano de 2021 foi caracterizado por um ano de crise hídrica nos reservatórios das grandes hidrelétricas, localizadas na região centro-sul do país, e as vazões assumiram patamares mínimos recordes durante a estiagem, com uma ligeira recuperação no quarto trimestre do ano. Este regime de escassez provocou o deplecionamento de vários reservatórios do sudeste, dentro os quais cabe citar os reservatórios das usinas de Emborcação e Nova Ponte. Para este último, foi necessário intensificar as ações de gestão de usos múltiplos que se deu pela participação em audiências públicas conduzidas na Assembleia Legislativa de Minas Gerais e no ONS, além de reuniões presenciais e ações em campo para monitoramento da ictiofauna.

O gráfico abaixo traz as informações de armazenamento dos principais reservatórios de acumulação da Cemig em dezembro de 2021, comparado com a mesma época de anos anteriores.



Segurança de Barragens

O processo que visa garantir a segurança das barragens operadas e mantidas pela Cemig utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais e legislação específica.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig, eventualmente equipe multidisciplinar de consultores externos. Nesta ocasião, todas as questões relacionadas à segurança das barragens são cuidadosamente verificadas por profissionais com notório saber.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



A Cemig foi pioneira no Brasil na elaboração de planos de emergência (“PAE”) para ruptura de barragens, tendo iniciado os estudos do tema em 2003. Estão disponíveis, atualmente, planos de emergência específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DE POSSÍVEIS SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA;
- PROCEDIMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO DE MAU FUNCIONAMENTO OU CONDIÇÕES POTENCIAIS DE RUPTURA;
- PROCEDIMENTOS DE NOTIFICAÇÃO;
- PROCEDIMENTOS PREVENTIVOS E CORRETIVOS A SEREM ADOTADOS EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA;
- RESPONSABILIDADES E LISTA DE CONTATOS; E
- DIVULGAÇÃO, TREINAMENTO E ATUALIZAÇÃO.

Em 2021, apesar da pandemia covid-19 e suas implicações, a Cemig manteve sua política de estreitar o relacionamento com o público externo focado em emergências dos Planos de Ação de Emergência - PAEs, focando os trabalhos especificamente nos COMPDECs - Coordenadorias Municipais de Proteção e de Defesa Civil. Realizou videoconferências, treinamentos/oficinas e workshops virtuais.

A Cemig trabalhou temas inseridos no tratamento da lei nº 12.334/2010 (14.066/2020) e Resolução Normativa Aneel nº 696/2015, apresentando a estratégia de alerta/alarme e meios de comunicação em situações de emergência de rupturas de barragem que serão efetivadas junto às comunidades potencialmente afetadas em situação de emergência.

Os PAEs voltados ao público externo focam na apresentação do risco de inundação causado por cheias ordinárias e por possíveis eventos de ruptura de barragens. A intenção é construir uma cultura de prontidão para situações de cheias para as comunidades instaladas ao longo dos rios onde estão as usinas da Cemig.

Em 2021, mesmo com as dificuldades apresentadas pela renovação das equipes das COMPDECs (ano pós-eleitoral), a atuação junto a estes organismos de defesa foi decisiva na estratégia de focar nas ações de integração dos PAEs de 42 barragens da empresa aos PLANCONs dos municípios diretamente envolvidos.

Ainda em 2021, foram realizadas cerca de 50 oficinas de trabalho virtuais para apresentação e discussão dos PAEs e uso do App PROX (aplicativo de gestão de riscos). Foram também discutidas e executadas as ações listadas abaixo com foco na ZAS (zona de auto salvamento), na região jusante das barragens:

1. Ação de cadastro de economias (telhados) e da população moradora permanente para 61 municípios;
2. Proposição de rotas de fuga e pontos de encontro para os 61 municípios; e
3. Sinalização de alerta (placas) implantada em 43 municípios.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



A Cemig também atuou fortemente na continuidade do projeto de pesquisa que foca no desenvolvimento do DIN – Dispositivo Individual de Notificação, que consiste em um pequeno equipamento de alerta/alarme a ser colocado de maneira individual nas residências de moradores inseridos na mancha de inundação (ZAS), caracterizado por ser de longo alcance, pouco consumo de energia e pode emitir alertas individualizados em áreas específicas e traz a corresponsabilidade da população em prol da cultura de resiliência e preparação à emergência.

O “Programa Proximidade” disponibilizou o App. PROX, um App. móvel de gestão de riscos, de relacionamento com a população e com as COMPDECS. Além de informações hidrológicas e operativas de usinas da Cemig, o aplicativo é uma ferramenta de gestão de riscos, cadastro, notificação e alerta para emergências em barragens.

Em 2021 a Cemig também celebrou o Acordo de Cooperação Técnica para uso compartilhado do App. PROX, com o IBRAM (Instituto Brasileiro de Mineração) e 11 empresas mineradoras associadas, visando o aumento da cobertura de segurança de outras populações sujeitas a emergências de barragens de mineração.

Os ganhos esperados são o aumento da cobertura de segurança, tanto para situações com barragens, mas também, para várias outras situações de perigo (enchentes, queimadas, incêndios e deslizamentos).

O grande diferencial da abordagem adotada pela Cemig é a inserção da apresentação dos impactos causados pelas cheias naturais, dando maior segurança às populações ribeirinhas e desenvolvendo a resiliência das cidades a eventos de inundação.

Gestão de Resíduos

No exercício de janeiro a dezembro de 2021, foram encaminhadas para destinação final 51,2 mil toneladas de resíduos industriais: 98,22% desses resíduos foram alienados ou reciclados; 1,30% regenerados, reutilizados ou descontaminados; e 0,48% coprocessados, incinerados, enviados para tratamento (efluentes e lodos) ou dispostos em aterro industrial.

Em 2021, houve pouca variação na destinação final de resíduos em relação ao ano anterior, com uma elevação de 26,90%. A reforma de transformadores segue constante, reduzindo a geração de sucatas, retornando o equipamento ao sistema da Companhia.

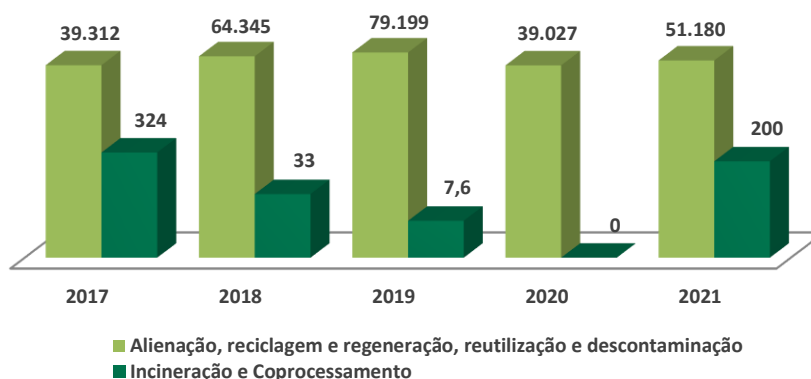
Em 2021, foram destinados 357,3 toneladas de resíduos sólidos impregnados com óleo, solventes, EPIs, resíduos de fibra e lã de vidro, lodo de fossa séptica, resíduos de amianto e contaminados por PCBs e óleo mineral isolante, representando um decréscimo de, aproximadamente, 4,3% em massa em relação ao ano anterior. Resíduos contaminados por PCBs não foram destinados em 2021. Foram destinadas 2,1 toneladas de lâmpadas para descontaminação e reciclagem, 200 toneladas de resíduos para coprocessamento e 213 toneladas de óleo mineral isolante foram regenerados e reutilizados pela empresa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Todas essas manobras de destinação dos resíduos possuem comprovações por meio dos certificados de destinação final dos resíduos.

Destinação final de resíduos (t)



Programas para a Ictiofauna

A Cemig mantém o Programa Peixe Vivo, com a missão de minimizar o impacto sobre a ictiofauna, buscando soluções e tecnologias de manejo que integrem a geração de energia elétrica pela Cemig com a conservação das espécies de peixes nativas, promovendo o envolvimento da comunidade.

Desde sua criação, o programa atua em duas frentes visando a preservação das populações de peixes, apoio à realização de projetos de pesquisa e formação de estratégias de proteção para evitar e prevenir a morte de peixes nas usinas hidrelétricas da Cemig.

Durante o ano de 2021 foram executados 5 projetos de pesquisa, com uso de recursos próprios e de P&D, bem como publicados 24 trabalhos (uma tese, quatro dissertações, duas monografias, quatro resumos científicos e treze artigos científicos) relacionados aos projetos ou ações do programa peixe vivo.

Mudanças Climáticas

A relevância global das discussões sobre os efeitos das mudanças climáticas reforça a atenção especial que a Cemig dedica à identificação dos riscos e oportunidades de negócios, além de intensificar a busca por soluções para adaptação e mitigação evitando riscos e impactos aos negócios da Empresa.

A liderança da Cemig é engajada e envolvida nas discussões relacionadas às emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), focando em uma atuação efetiva, como é possível evidenciar a partir do estabelecimento de metas voluntárias de redução: (i) das emissões; (ii) do consumo de eletricidade; e (iii) das perdas de energia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RECONHECIMENTOS – PRÊMIOS

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela Cemig em 2021, vários segmentos da Sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Troféu Transparência



A Cemig foi premiada pelo 17º ano com o Troféu Transparência. A iniciativa é fruto da parceria da ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade, com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI / FEA-USP) e a Serasa Experian. A Cemig foi reconhecida pela clareza nas demonstrações financeiras e pela qualidade das informações divulgadas na categoria “Empresas de Capital Aberto com Faturamento acima de R\$8 bilhões”. As empresas vencedoras foram escolhidas de forma independente pelos alunos dos cursos de mestrado e doutorado da FEA/USP/Fipecafi, após a análise de mais de 2 mil demonstrações financeiras.



Índice Dow Jones de Sustentabilidade

Pelo 22º ano consecutivo, a Cemig foi selecionada para compor a carteira do Dow Jones Sustainability World Index (DJSI World), para o período 2021/2022. O índice funciona como o indicador global de performance financeira e atesta o objetivo da Cemig de prospectar e implantar novos negócios e aprimorar suas práticas de sustentabilidade empresarial. A nova composição do DJSI World reúne 322 empresas, selecionadas a partir de um conjunto de 3.455 empresas.



Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 – ISE

A Cemig garantiu a manutenção da integração na nova composição do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) pelo 17º consecutivo, graças às práticas sustentáveis fortalecidas pela empresa. O ISE é composto por ações de empresas brasileiras e baseia-se em governança corporativa, eficiência econômica, cuidados em relação ao meio ambiente e responsabilidade social. A integração no ISE reconhece os intensos esforços da Companhia em desenvolver soluções sustentáveis e alinhadas com a preservação do meio ambiente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



A List” do CDP



A Cemig foi reconhecida por sua liderança em sustentabilidade corporativa ao alcançar a avaliação máxima na “A List” do CDP pelo terceiro ano consecutivo, pelo seu compromisso no combate às mudanças climáticas e garantir segurança hídrica. A companhia faz parte de um seleto número de empresas globais que alcançou a classificação “A” do CDP, organização ambiental global sem fins lucrativos, que avalia e fornece dados para os investidores sobre a gestão dos riscos hídricos e climáticos de mais de 13 mil organizações.

ISS – ESG Corporate Rating



A Cemig está classificada como "Prime" - categoria atribuída a empresas que possuem alta performance em ESG - desde o ano de 2016, pela Institutional Shareholder Services Inc. (ISS), fornecedora global de soluções de governança corporativa, investimento responsável, inteligência de mercado e conteúdo editorial para investidores institucionais e corporações em todo o mundo.

Observatório da Transparência



A Cemig faz parte da lista da primeira pesquisa do Observatório da Transparência. O projeto - iniciativa da organização internacional Global Reporting Initiative (GRI) no Brasil - tem o objetivo de reconhecer empresas que tenham mostrado boa aderência aos "Princípios GRI" em seu último Relatório Anual de Sustentabilidade. A pesquisa partiu da lista das 100 maiores empresas no Brasil e de relatos ESG da KPMG - organização global de firmas independentes que atuam na área de auditoria e consultoria.

Índice Carbono Eficiente - ICO2



A Cemig foi selecionada para integrar a carteira do Índice Carbono Eficiente ICO2 da B3. O índice, rebalanceado a cada quatro meses, é composto por ações das companhias participantes do índice IBrX100, avaliadas e selecionadas pelas práticas transparentes com relação a suas emissões de gases efeito estufa (GEE).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Standard & Poor's Global Sustainability Yearbook 2021



A Cemig foi listada na categoria bronze do Sustainability Yearbook 2021, uma das publicações mundialmente respeitadas em sustentabilidade corporativa. A seleção de 2021 obteve um recorde de 7.032 empresas participantes, distribuídas em 61 setores. A Cemig ficou na 15ª posição, tendo sido avaliadas 220 empresas do setor elétrico. As pontuações obtidas na avaliação conduzida pela S&P Global também constituem fator chave para seleção do DJSI.



Top 100 Green Utilities

A Cemig ocupa a 24ª posição do ranking das 100 principais empresas de geração de energia que possuem práticas focadas em fontes renováveis e redução de emissões de gases de efeito estufa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig é grata ao Governo de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano e da mesma forma aos nossos demais acionistas. Estende também os agradecimentos às comunidades servidas pela Companhia, as demais partes interessadas e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO

1) Base de Cálculo	2021			2020		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)	33.646.118			25.227.625		
Resultado Operacional (RO)	7.048.340			4.706.296		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	1.240.468			1.276.076		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	81.442	6,57	0,24	79.263	6,21	0,31
Encargos sociais compulsórios	270.982	21,85	0,81	287.494	22,53	1,14
Previdência privada	79.165	6,38	0,24	82.396	6,46	0,33
Saúde	58.689	4,73	0,17	53.131	4,16	0,21
Segurança e medicina no trabalho	22.063	1,78	0,07	23.444	1,84	0,09
Educação	835	0,07	-	824	0,06	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	16.687	1,35	0,05	18.942	1,48	0,08
Creches ou auxílio-creche	1.904	0,15	0,01	2.154	0,17	0,01
Participação nos lucros ou resultados	134.267	10,82	0,40	141.847	11,12	0,56
Outros	19.331	1,56	0,06	19.292	1,52	0,08
Total - Indicadores Sociais Internos	685.365	55,26	2,05	708.787	55,55	2,81
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	1.792	0,03	0,01	2.413	0,05	0,01
Cultura	12.827	0,18	0,04	21.225	0,45	0,08
Saúde e saneamento	1.131	0,02	-	409	0,01	-
Esporte	3.381	0,05	0,01	5.557	0,12	0,02
Outros Doações/Subvenções/Projeto ASIN/ Esporte	43.311	0,61	0,13	118.557	2,52	0,47
Total das Contribuições para a Sociedade	62.442	0,89	0,19	148.161	3,15	0,58
Tributos (excluídos encargos sociais)	12.476.524	177,01	37,08	11.289.013	239,87	44,75
Total – Indicadores Sociais Externos	12.538.966	177,90	37,27	11.437.174	243,02	45,33
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Relacionados com a operação da empresa	28.256	0,40	0,08	28.844	0,61	0,11
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	28.256	0,40	0,08	28.844	0,61	0,11
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(X) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	(X) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%		
5) Indicadores do Corpo Funcional	2021		2020			
Nº de empregados (as) ao final do exercício	5.025		5.254			
Nº de admissões durante o exercício	235		96			
Nº de empregados (as) terceirizados (as)	48		103			
Nº de estagiários (as)	-		-			
Escolaridade dos empregados						
- Superior e extensão universitária	1.309		1.320			
- 2º Grau	3.658		3.851			
- 1º Grau	58		83			
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	2.434		2.484			
Nº de mulheres que trabalham na empresa	694		709			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	39,83		37,51			
Nº de negros (as) que trabalham na empresa	277		276			
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	4,08		1,61			
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	170		180			

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2021		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Companhia		26,77		
Número total de acidentes de trabalho, considerar empregados próprios		22		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	<input type="checkbox"/> Todos (as) + CIPA	
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos (as) empregados (as)	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Companhia:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a Companhia:	<input type="checkbox"/> não apoia	<input type="checkbox"/> apoia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	Na Companhia 305.161	no Procon 3.360	na Justiça 11.458	
7) Outras Informações		2021		
Investimentos em questões ambientais	R\$74.455 milhões			
Monitoramento da qualidade da água dos reservatórios	43 reservatórios e 175 estações de coleta			
Resíduos e materiais inservíveis	50 mil toneladas			
Óleo mineral regenerado pela empresa	200 toneladas			
Receita com as vendas dos resíduos	R\$27.679 milhões			

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Reynaldo Passanezi Filho	Diretor-Presidente
Marney Tadeu Antunes	Diretoria Cemig Distribuição
Leonardo George de Magalhães	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Thadeu Carneiro da Silva	Diretoria Cemig Geração e Transmissão
Maurício Dall'Agnese	Diretoria Cemigpar
Dimas Costa	Diretoria Cemig Comercialização
Eduardo Soares	Diretoria de Regulação e Jurídica

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Márcio Luiz Simões Utsch - Presidente (majoritário)	Não há
Jaime Leôncio Singer (majoritário)	Não há
Marcus Leonardo Silberman (majoritário)	Não há
José Reinaldo Magalhaes (majoritário)	Não há
Afonso Henriques Moreira Santos (majoritário)	Não há
José João Abdalla Filho (preferencialista)	Não há
Marcelo Gasparino da Silva (minoritário)	Não há
Paulo César de Souza e Silva (minoritários)	Não há
Franklin Moreira Gonçalves (representantes dos empregados)	Não há

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Gustavo de Oliveira Barbosa (Presidente)	Igor Mascarenhas Eto (majoritário)
Fernando Scharlack Marcato (majoritário)	Julia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna (majoritário)
Elizabeth Jucá e Mello Jacometti (majoritário)	Fernando Passalio de Avelar (majoritário)
Michele da Silva Gonsales Torres (ações preferenciais)	Ronaldo Dias (ações preferenciais)
Cláudio Morais Machado (minoritários)	Carlos Roberto de Albuquerque Sá (minoritários)

COMITÊ DE AUDITORIA	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Pedro Carlos de Mello (Coordenador e Especialista Financeiro)	Não há
Márcio de Lima Leite	Não há
Roberto Tommasetti	Não há
Afonso Henriques Moreira Santos	Não há

CONSELHO DE CONSUMIDORES	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
José Luiz Nobre Ribeiro (Industrial)	José Ciro Mota
Solange Medeiros de Abreu (Residencial)	Lúcia Maria dos Santos Pacífico Homem
José Geraldo de Oliveira Motta (Comercial)	Helton Andrade
Aline de Freitas Veloso (Rural)	Ennia Rafael de Oliveira Guedes Bueno
Erick Nilson Souto (Poder Público)	Tadahiro Tsubouchi
Ricardo Augusto Amorim Cesar (Procon)	Christiane Vieira Soares Pedersoli
Roberta Nanini Chauar Rolim (Cemig)	Juliana Cardoso Amaral

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 - 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.brE-Mail: ri@cemig.com.br

Notas Explicativas**SUMÁRIO**

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	17
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	38
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES.....	40
5. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	45
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	50
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	50
8. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA.....	51
9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	52
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	54
11. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS.....	57
12. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	58
13. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS.....	59
14. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO.....	59
15. ATIVOS DE CONTRATO.....	65
16. INVESTIMENTOS.....	71
17. IMOBILIZADO.....	92
18. INTANGÍVEIS.....	95
19. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	100
20. FORNECEDORES.....	103
21. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES.....	103
22. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	105
23. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	110
24. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	110
25. PROVISÕES.....	117
26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	126
27. RECEITA.....	135
28. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	139
29. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	142
30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	142
31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	145
32. ATIVOS E PASSIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA.....	162
33. SEGUROS.....	165
34. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	166
35. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA.....	167
36. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI.....	167
37. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	168

Notas Explicativas



BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
ATIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	825.208	1.680.397	26.692	422.647
Títulos e valores mobiliários	7	1.724.088	3.360.270	431.222	116.861
Consumidores, revendedores e concessionários	8	4.429.883	4.373.075	157.368	-
Ativos financeiros e setoriais da concessão	14	1.504.666	258.588	-	-
Ativos de contrato	15	599.692	737.110	-	-
Tributos compensáveis	9	1.968.979	1.850.057	1.088	1.341
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10a	698.914	597.610	-	-
Dividendos a receber	16	335.189	188.327	1.820.578	1.272.878
Contribuição de iluminação pública		233.309	179.401	-	-
Reembolso de subsídios tarifários	13	291.896	88.349	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	31b	-	522.579	-	-
Outros		337.326	362.326	9.547	9.616
TOTAL DO CIRCULANTE		12.949.150	14.198.089	2.446.495	1.823.343
Ativos classificados como mantidos para venda	32	-	1.258.111	-	1.258.111
TOTAL DO CIRCULANTE		12.949.150	15.456.200	2.446.495	3.081.454
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	7	353.730	764.793	88.383	26.127
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia	8	51.540	160.969	-	-
Tributos compensáveis	9	1.997.285	3.442.071	502.452	497.386
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10a	315.405	346.523	245.850	279.856
Impostos de renda e contribuição social diferidos	10c	2.464.734	2.452.860	802.270	690.895
Depósitos vinculados a litígios	12	1.155.169	1.055.797	307.651	304.676
Instrumentos financeiros derivativos	31b	1.219.176	2.426.351	-	-
Contas a receber do Estado de Minas Gerais	11	13.366	11.614	13.366	11.614
Ativos financeiros e setoriais da concessão	14	4.969.400	3.798.734	-	-
Ativos de contrato	15	5.780.316	4.242.962	-	-
Investimentos	16	5.105.926	5.415.293	18.183.135	15.139.383
Imobilizado	17	2.419.269	2.407.143	1.411	1.192
Intangível	18	12.953.317	11.809.928	1.380	2.655
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	19a	225.593	212.074	2.050	2.058
Outros		72.432	79.768	25.011	25.187
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		39.096.658	38.626.880	20.172.959	16.981.029
TOTAL DO ATIVO		52.045.808	54.083.080	22.619.454	20.062.483

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
PASSIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
CIRCULANTE					
Fornecedores	20	2.683.343	2.358.320	64.682	2.045
Encargos regulatórios	23	610.695	445.807	-	4.624
Participação dos empregados e administradores no resultado		136.580	121.865	11.126	12.626
Impostos, taxas e contribuições	21	528.096	505.739	132.764	88.768
Imposto de renda e contribuição social	10b	190.002	140.058	-	3.634
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	26f	1.909.050	1.448.846	1.911.250	1.446.945
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22	1.465.133	2.059.315	52.430	49.953
Salários e contribuições sociais		225.189	212.755	12.596	10.713
Contribuição de iluminação pública		357.105	304.869	-	-
Obrigações pós-emprego	24	346.733	304.551	26.917	25.062
Passivo financeiro da concessão	14	51.359	231.322	-	-
Pis/Pasep e Cofins a ser restituído a consumidores	21	704.025	448.019	-	-
Instrumentos financeiros derivativos (swap)	31b	6.130	-	-	-
Opções de venda SAAG	31b	636.292	536.155	-	-
Operações de arrendamento mercantil	19b	61.586	47.799	277	241
Outras obrigações		776.275	524.795	8.288	5.249
TOTAL DO CIRCULANTE		10.687.593	9.690.215	2.220.330	1.649.860
NÃO CIRCULANTE					
Encargos regulatórios	23	204.623	291.189	4.624	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22	9.898.830	12.961.243	-	-
Impostos, taxas e contribuições	21	341.689	262.745	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10c	962.255	1.040.003	-	-
Provisões	25	1.888.972	1.892.437	236.995	222.385
Obrigações pós-emprego	24	5.857.941	6.538.496	697.149	713.718
PIS/Pasep e Cofins a ser restituído a consumidores	21	2.318.910	3.569.837	-	-
Operações de arrendamento mercantil	19b	182.437	178.704	1.975	1.873
Outras obrigações		240.793	180.863	1.970	1.981
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		21.896.450	26.915.517	942.713	939.957
TOTAL DO PASSIVO		32.584.043	36.605.732	3.163.043	2.589.817
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26				
Capital social		8.466.810	7.593.763	8.466.810	7.593.763
Reservas de capital		2.249.721	2.249.721	2.249.721	2.249.721
Reservas de lucros		10.948.094	10.060.605	10.948.094	10.060.605
Ajustes de avaliação patrimonial		(2.208.214)	(2.431.423)	(2.208.214)	(2.431.423)
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		19.456.411	17.472.666	19.456.411	17.472.666
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR		5.354	4.682	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		19.461.765	17.477.348	19.456.411	17.472.666
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		52.045.808	54.083.080	22.619.454	20.062.483

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE					
RECEITA LÍQUIDA	27	33.646.118	25.227.625	472.434	319
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	28				
Energia elétrica comprada para revenda		(16.101.254)	(12.111.489)	(239.487)	-
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(3.336.985)	(1.747.811)	-	-
Gás comprado para revenda		(2.011.340)	(1.083.089)	-	-
		(21.449.579)	(14.942.389)	(239.487)	-
OUTROS CUSTOS	28				
Pessoal e administradores		(982.511)	(1.011.557)	-	-
Materiais		(75.741)	(62.480)	-	-
Serviços de terceiros		(1.264.519)	(1.086.517)	-	-
Depreciação e amortização		(947.230)	(865.202)	-	-
Provisões operacionais		(86.227)	(168.099)	-	-
Custo de construção de infraestrutura		(2.035.648)	(1.581.475)	-	-
Outros		(82.415)	(127.033)	-	-
		(5.474.291)	(4.902.363)	-	-
CUSTO TOTAL		(26.923.870)	(19.844.752)	(239.487)	-
LUCRO BRUTO		6.722.248	5.382.873	232.947	319
DESPESAS OPERACIONAIS	28				
Despesas com Vendas		(143.856)	(146.705)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(571.376)	(582.457)	(45.297)	(45.220)
Despesas com Provisões Operacionais		(144.595)	(108.482)	(23.766)	(54.910)
Outras Despesas Operacionais, líquidas		(452.646)	(749.475)	(43.583)	(70.328)
		(1.312.473)	(1.587.119)	(112.646)	(170.458)
Revisão Tarifária Periódica, líquida		214.955	502.108	-	-
Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20, líquido	18	1.031.809	-	-	-
Ganho na alienação de ativo mantido para venda, líquido	32	108.550	-	108.550	-
Resultado de combinação de negócios	16	4.006	51.736	4.006	51.736
Resultado de equivalência patrimonial	16	182.076	356.698	3.412.862	2.980.914
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		6.951.171	4.706.296	3.645.719	2.862.511
Receitas financeiras	29	843.306	2.445.405	13.697	(2.054)
Despesas financeiras	29	(3.096.299)	(3.350.864)	(9.402)	(4.542)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		4.698.178	3.800.837	3.650.014	2.855.915
Imposto de renda e contribuição social correntes	10d	(1.156.082)	(683.681)	(20.069)	(3.653)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10d	210.773	(252.035)	121.376	11.848
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.752.869	2.865.121	3.751.321	2.864.110
Total do lucro líquido do exercício atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		3.751.321	2.864.110	3.751.321	2.864.110
Participação dos acionistas não-controladores		1.548	1.011	-	-
		3.752.869	2.865.121	3.751.321	2.864.110
Lucro básico e diluído por ação preferencial	26	2,22	1,69	2,22	1,69
Lucro básico e diluído por ação ordinária	26	2,22	1,69	2,22	1,69

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais)**

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.752.869	2.865.121	3.751.321	2.864.110
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado em períodos subsequentes				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos	301.201	(10.364)	29.415	4.963
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos (Nota 10 c)	(102.408)	3.525	(10.001)	(1.687)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	179.379	(10.115)
Outros resultados abrangentes	169	(714)	169	(714)
	198.962	(7.553)	198.962	(7.553)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	3.951.831	2.857.568	3.950.283	2.856.557
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	3.950.283	2.856.557	3.950.283	2.856.557
Participação dos acionistas não-controladores	1.548	1.011	-	-
	3.951.831	2.857.568	3.950.283	2.856.557

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	7.593.763	2.249.721	10.060.605	(2.431.423)	-	17.472.666	4.682	17.477.348
Aumento de capital	873.047	-	(873.047)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.751.321	3.751.321	1.548	3.752.869
Outros resultados abrangentes	-	-	-	198.962	-	198.962	-	198.962
Reclassificação de perdas atuariais (nota 26c)	-	-	-	39.267	(39.267)	-	-	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	(15.020)	15.020	-	-	-
Reservas de Incentivos Fiscais	-	-	21.213	-	(21.213)	-	-	-
Reserva legal (nota 26)	-	-	186.505	-	(186.505)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros (nota 26)	-	-	1.552.818	-	(1.552.818)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(1.966.538)	(1.966.538)	-	(1.966.538)
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	-	-	(876)	(876)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	8.466.810	2.249.721	10.948.094	(2.208.214)	-	19.456.411	5.354	19.461.765

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	7.293.763	2.249.721	8.750.051	(2.406.920)	211.640	16.098.255	4.250	16.102.505
Aumento de capital	300.000	-	(300.000)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.864.110	2.864.110	1.011	2.865.121
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(7.553)	-	(7.553)	-	(7.553)
Realização do custo atribuído	-	-	-	(16.950)	16.950	-	-	-
Reservas de Incentivos Fiscais	-	-	17.829	-	(17.829)	-	-	-
Reserva legal (nota 26)	-	-	142.314	-	(142.314)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros (nota 26)	-	-	1.450.411	-	(1.450.411)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(1.482.146)	(1.482.146)	-	(1.482.146)
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	-	-	(579)	(579)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	7.593.763	2.249.721	10.060.605	(2.431.423)	-	17.472.666	4.682	17.477.348

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais)**

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		3.752.869	2.865.121	3.751.321	2.864.110
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa					
Impostos de renda e contribuição social diferidos	10d	(210.773)	252.035	(121.376)	(11.848)
Depreciação e amortização	28	1.049.108	989.053	1.730	2.954
Baixa de valor residual líquido de ativos de contrato, ativos financeiros da concessão, imobilizado e intangível	14, 15,17 e 18	46.960	39.039	-	157
Perda por redução ao valor recuperável de ativos de contrato e intangível		-	(12.254)	-	-
Resultado da combinação de negócios		(4.006)	(51.736)	(4.006)	(51.736)
Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20, líquido		(1.031.809)	-	-	-
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos de contrato		10.937	-	-	-
Ágio na recompra de eurobonds	22	491.037	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	16	(182.076)	(356.698)	(3.412.862)	(2.980.914)
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa dos ativos financeiros e de contrato da concessão	14 e 15	(1.305.900)	(800.968)	-	-
Efeitos da revisão tarifária periódica da RAP		(236.627)	(551.852)	-	-
Juros e variações monetárias		1.381.422	1.202.087	(11.180)	(67.525)
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	22	353.321	1.742.494	-	-
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores – Realização	27	(1.316.995)	(266.320)	-	-
Ganho na alienação de ativo mantido para venda	32	(108.550)	-	(108.550)	-
Amortização de custo de transação de empréstimos e financiamentos	22	20.456	15.107	55	222
Provisões operacionais e perdas estimadas	28c	374.678	423.286	23.766	54.910
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos – swap e opções	31	537.976	(1.752.688)	-	-
Conta de compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	14	(2.146.043)	(454.741)	-	-
Obrigações pós-emprego	24	84.798	490.953	36.857	50.110
Outros		(24.051)	57.865	-	1.531
		1.536.732	3.829.783	155.755	(138.029)
Aumento (redução) de ativos					
Consumidores, revendedores e concessionários de energia		(90.382)	(78.420)	(157.368)	194
Conta de compensação de variação de valores de itens da "Parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	14	15.120	1.466.945	-	-
Tributos compensáveis		1.667.775	(59.383)	2.062	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(554.685)	(162.380)	128.232	45.546
Depósitos vinculados a litígios		(70.354)	1.537.655	1.665	14.688
Dividendos recebidos	16	499.065	386.555	1.307.421	1.184.016
Ativos de contrato e financeiros da concessão	14 e 15	713.641	688.104	-	-
Outros		(267.030)	187.886	(911)	30.371
		1.913.150	3.966.962	1.281.101	1.274.815
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores		324.857	278.382	62.637	(666)
Impostos, taxas e contribuições		5.008	823.522	(46.855)	(53.832)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		1.206.026	689.596	20.069	3.653
Salários e contribuições sociais		12.434	12.711	1.883	51
Encargos regulatórios		77.965	132.350	-	-
Obrigações pós-emprego	24	(421.970)	(366.964)	(22.156)	(19.875)
Outros		100.969	106.909	(7.628)	(16.192)
		1.305.289	1.676.506	7.950	(86.861)
Caixa gerado pelas atividades operacionais					
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures pagos	22	(1.590.268)	(1.081.476)	-	-
Juros sobre arrendamentos pagos	19	(2.914)	(3.704)	(18)	(65)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(500.408)	(240.339)	815	-
Liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)		1.021.776	461.375	-	-
		3.683.357	8.609.107	1.445.603	1.049.860
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Em títulos e valores mobiliários – aplicação financeira		2.047.952	(3.368.351)	(376.617)	53.333

Notas Explicativas



	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
Fundos vinculados		44.479	(51.337)	342	(220)
Em investimentos					
Aquisição de participação societária e aporte em investidas	16	(56.317)	(120.320)	(1.419.659)	(119.248)
Alienação de participação societária, líquido dos custos	32	1.366.592	-	1.366.592	-
Caixa oriundo de combinação de negócios		155	27.110	-	-
Caixa oriundo de incorporação		-	-	-	11
Mútuo com partes relacionadas		-	(26.500)	-	(26.500)
Em imobilizado	17	(182.518)	(133.045)	(566)	-
Em intangível	18	(50.849)	(40.980)	(30)	(13)
Em ativos de contrato – infraestrutura de distribuição e gás		(1.798.296)	(1.363.564)	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		1.371.198	(5.076.987)	(429.938)	(92.637)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Obtenção de empréstimos e debêntures líquidos		13.406	825.562	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		(1.416.333)	(598.135)	(1.411.356)	(597.385)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	22	(4.436.672)	(2.531.026)	-	-
Arrendamentos pagos	19	(70.145)	(83.881)	(264)	(1.547)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(5.909.744)	(2.387.480)	(1.411.620)	(598.932)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(855.189)	1.144.640	(395.955)	358.291
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	1.680.397	535.757	422.647	64.356
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	825.208	1.680.397	26.692	422.647

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)**

	Consolidado				Controladora			
	2021		2020		2021		2020	
RECEITAS								
Venda de energia, gás e serviços	42.951.811		34.512.165		523.438		354	
Receita de construção de distribuição	1.852.263		1.434.823		-		-	
Receita de construção de transmissão	251.973		201.451		-		-	
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	660.457		438.393		-		-	
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	523.105		347.057		-		-	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	53.751		15.464		-		-	
Resultado da revisão tarifária periódica do contrato de transmissão	236.627		551.852		-		-	
Investimento em imobilizado	83.541		69.643		-		-	
Outras receitas	16.770		38.107		-		-	
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(130.641)		(146.705)		-		-	
	46.499.657		37.462.250		523.438		354	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia elétrica comprada para revenda	(16.519.913)		(13.210.691)		(263.898)		-	
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(3.703.852)		(1.949.501)		-		-	
Serviços de terceiros	(2.189.153)		(1.924.343)		(24.020)		(26.130)	
Gás comprado para revenda	(2.554.083)		(1.375.351)		-		-	
Materiais	(1.272.722)		(861.221)		(46)		(190)	
Outros custos operacionais	(604.760)		(686.918)		79.393		(62.008)	
	(26.844.483)		(20.008.025)		(208.571)		(88.328)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	19.655.174		17.454.225		314.867		(87.974)	
RETENÇÕES								
Depreciação e amortização	(1.049.108)		(989.053)		(1.730)		(2.954)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	18.606.066		16.465.172		313.137		(90.928)	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de equivalência patrimonial	182.076		356.698		3.412.862		2.980.914	
Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20, líquido	1.031.809		-		-		-	
Resultado com combinação de negócios	4.006		51.736		4.006		51.736	
Receitas financeiras	843.306		2.445.405		13.697		(2.054)	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	20.667.263		19.319.011		3.743.702		2.939.668	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	1.315.814	6,37	1.772.267	9,16	48.102	1,29	72.546	2,47
Remuneração direta	1.046.048	5,07	1.053.035	5,45	9.478	0,25	17.839	0,61
Obrigações pós-emprego e outros benefícios	173.990	0,84	601.581	3,11	36.848	0,99	51.266	1,74
FGTS	60.538	0,29	58.801	0,30	1.776	0,05	1.524	0,05
Programa de desligamento voluntário	35.238	0,17	58.850	0,30	-	-	1.917	0,07
Impostos, taxas e contribuições	12.476.524	60,37	11.289.013	58,45	(65.191)	(1,74)	(2.229)	(0,08)
Federais	5.763.585	27,88	5.343.372	27,67	(72.189)	(1,92)	(3.245)	(0,11)
Estaduais	6.695.175	32,40	5.934.555	30,72	3.856	0,10	651	0,02
Municipais	17.764	0,09	11.086	0,06	3.142	0,08	365	0,01
Remuneração de capitais de terceiros	3.122.056	15,10	3.392.610	17,56	9.470	0,25	5.241	0,18
Juros	3.109.268	15,04	3.374.783	17,47	9.402	0,25	4.542	0,16
Aluguéis	12.788	0,06	17.827	0,09	68	-	699	0,02
Remuneração de capitais próprios	3.752.869	18,16	2.865.121	14,83	3.751.321	100,20	2.864.110	97,43
Juros sobre o capital próprio	955.282	4,62	553.488	2,86	955.282	25,52	553.488	18,83
Dividendos	1.011.256	4,89	938.658	4,86	1.011.256	27,01	938.658	31,93
Lucros retidos	1.784.783	8,64	1.371.964	7,11	1.784.783	47,67	1.371.964	46,67
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	1.548	0,01	1.011	-	-	-	-	-
	20.667.263	100,00	19.319.011	100,00	3.743.702	100,00	2.939.668	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL**a) A Companhia**

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). A Cemig é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço em Belo Horizonte/MG. Atua na comercialização de energia elétrica e como holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, inclusive na distribuição de gás, com vistas à respectiva exploração econômica. No terceiro trimestre de 2021, iniciou-se o processo de segregação do negócio de comercialização, a partir de sua transferência parcial da controlada Cemig GT para a Companhia, mantendo a sua estratégia corporativa.

A Cemig possui participação societária nas seguintes controladas, controladas em conjunto e coligadas cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, distribuição e comercialização de energia elétrica e de gás (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes):

Investimentos	Classificação	Descrição
CONTROLADAS:		
Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”)	Controlada	Subsidiária integral de capital aberto, sem ações negociadas em bolsa, que possui participação em 67 usinas (60 usinas hidrelétricas, 1 solar e 6 eólicas) e linhas de transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão, com capacidade instalada de 5.755 MW (*).
Cemig Baguari	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente e participação em outras sociedades ou consórcios que tenham por finalidade a produção e a comercialização de energia elétrica, em futuros empreendimentos.
Cemig Ger. Três Marias S.A.	Controlada	Sociedade anônima, que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Três Marias, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 396 MW (*) de potência instalada e 239 MW (*) médios de garantia física.
Cemig Ger. Salto Grande S.A.	Controlada	Sociedade anônima, que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Salto Grande, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 102 MW (*) de potência instalada e 75 MW (*) médios de garantia física.

Notas Explicativas



Investimentos	Classificação	Descrição
Cemig Ger. Itutinga S.A.	Controlada	Sociedade anônima, que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 52 MW (*) de potência instalada e 28 MW (*) médios de garantia física.
Cemig Geração Camargos S.A.	Controlada	Sociedade anônima, que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A subsidiária possui 46 MW (*) de potência instalada e 21 MW (*) médios de garantia física.
Cemig Geração Sul S.A.	Controlada	Sociedade anônima, que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Sul (PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau) possui 39,53 MW (*) de potência instalada e 27,42 MW (*) médios de garantia física.
Cemig Geração Leste S.A.	Controlada	Sociedade anônima, que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Leste (PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti) possui 35,16 MW (*) de potência instalada e 18,64 MW (*) médios de garantia física.
Cemig Geração Oeste S.A.	Controlada	Sociedade anônima, que tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Oeste (PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins) possui 28,90 MW (*) de potência instalada e 11,21 MW (*) médios de garantia física.
Rosal Energia S.A. ("Rosal")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica Rosal, localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.
Sá Carvalho S.A. ("Sá Carvalho")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho.
Horizontes Energia S.A. ("Horizontes")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina.
Cemig PCH S.A. ("PCH")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da PCH Pai Joaquim.
Cemig Trading S.A. ("Cemig Trading")	Controlada	Comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia.
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A.	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, em futuros empreendimentos.
Cemig Geração Poço Fundo	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio da exploração da Usina Hidrelétrica Poço Fundo, localizada no município de Poço Fundo, no Estado de Minas Gerais.
Central Eólica Praias de Parajuru S.A. ("Central Eólica Praias de Parajuru")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada em Beberibe, no Estado do Ceará.
Central Eólica Volta do Rio S.A. ("Central Eólica Volta do Rio")	Controlada	Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará.
Cemig Distribuição S.A. ("Cemig D" ou "Cemig Distribuição")	Controlada	Subsidiária integral de capital aberto, sem ações negociadas em bolsa, que possui concessão para a exploração de distribuição de energia elétrica por meio de redes e linhas de distribuição, em praticamente todo Estado de Minas Gerais.
Companhia de Gás de Minas Gerais ("Gasmig")	Controlada	Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais.
Cemig Sim (antiga Efficientia)	Controlada	Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas, por meio de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia.

Notas Explicativas



Investimentos	Classificação	Descrição
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas ("Centroeste") (3)	Controlada	Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Furnas – Pimenta.
Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. ("SLTE") (4)	Controlada	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Subestação Sete Lagoas 4, no município de Sete Lagoas, Minas Gerais.
CONTROLADAS EM CONJUNTO		
Guanhães Energia S.A. ("Guanhães Energia") (1)	Controlada em conjunto	Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virgínoópolis. Todas no Estado de Minas Gerais.
LightGer S.A. ("LightGer") (1)	Controlada em conjunto	Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro.
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. ("UHE Itaocara")	Controlada em conjunto	Sociedade anônima, o Consórcio UHE Itaocara, formado pelas empresas Cemig GT e Itaocara Energia (grupo Light), é responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Itaocara I (UHE Itaocara I).
Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. ("Axxiom")	Controlada em conjunto	Sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light (51%) e pela Cemig (49%)
Hidrelétrica Cachoeirão S.A. ("Cachoeirão")	Controlada em conjunto	Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais.
Hidrelétrica Pipoca S.A. ("Pipoca")	Controlada em conjunto	Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, nos municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais.
Retiro Baixo Energética S.A. ("RBE")	Controlada em conjunto	A RBE é titular da concessão de exploração da Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, localizada no rio Paraopeba, na bacia do rio São Francisco, entre os municípios de Curvelo e Pompéu, Estado de Minas Gerais.
Amazônia Energia Participações S.A. ("Amazônia Energia")	Controlada em conjunto	Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada pela Cemig GT, que detém 74,50% de participação, e a Light, que detém os 25,50% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,77% na Norte Energia S.A. ("NESA"), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará.
Aliança Norte Energia Participações S.A. ("Aliança Norte")	Controlada em conjunto	Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída pela Cemig GT, que detém 49% de participação, e a Vale S.A., que detém os 51% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9% na Norte Energia S.A. ("NESA"), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ("UHE Belo Monte"), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará.
Baguari Energia S.A. ("Baguari Energia")	Controlada em conjunto	Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia - 49,00% e Baguari I (subsidiária integral da Neoenergia) - 51,00%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais.
Aliança Geração de Energia S.A. ("Aliança")	Controlada em conjunto	Sociedade por ações de capital fechado, criada pela Cemig GT e Vale S.A. para se tornar uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração e investimentos em futuros projetos de geração elétrica. As duas partes subscreveram suas ações na empresa na forma de suas participações nos seguintes ativos de geração: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I e II, Aimorés e Candonga. Posteriormente, foi adicionado ao portfólio o Parque Eólico Santo Inácio, que entrou em operação em dezembro/2017. Com esses ativos a controlada em conjunto tem uma capacidade instalada de geração hidrelétrica de 1.158 MW (661 MW médios de capacidade física) e uma capacidade instalada de geração eólica de 99 MW (46 MW médios de garantia física). Vale e Cemig GT, detêm 55% e 45% do capital total, respectivamente.
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("TAESA")	Controlada em conjunto	Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em todas as regiões do País, de forma direta e por meio de participação em investidas.
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. UFV Porteirinha Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.	Controladas em conjunto	Geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de Geração Distribuída, totalizando uma potência instalada de 53,61MWp, entre a Controlada Cemig Sim e a Mori Energia, sendo 49% e 51% do capital total, respectivamente.

Notas Explicativas



Investimentos	Classificação	Descrição
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.		
COLIGADAS:		
Madeira Energia S.A. ("Madeira")	Coligada	Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio da seguinte sociedade, por ela, controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia.
Ativas Datacenter S.A. ("Ativas")	Coligada	Investida cuja principal atividade é a prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de tecnologia de informação e comunicação, compreendendo hospedagem física e serviços relacionados para médias e grandes corporações.
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	Coligada	Fundo administrado pelo Banco Modal S.A. ("Administrador"), foi constituído sob a forma de condomínio fechado. O objetivo do Fundo é buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de ações, debêntures conversíveis ou bônus de subscrição de emissão de companhias, abertas ou fechadas, e/ou outros ativos. O Fundo detinha 83% do Capital Social da SAAG Investimentos S.A. ("SAAG"), cujo objetivo social é a participação no capital social da Madeira Energia S.A. ("MESA").
CONTROLADA EM CONJUNTO MANTIDA PARA VENDA:		
Renova Energia S.A. ("Renova Energia") – Em recuperação judicial (2)	Controlada em conjunto	Sociedade de capital aberto, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs") e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas e atualmente em recuperação judicial. A Renova, cuja participação societária detida pela Cemig GT foi classificada como ativo mantido para venda em 2021, é titular de 3 pequenas centrais hidrelétricas, representando 5,7 MW do total de capacidade instalada da Cemig GT.

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

- (1) Em 09 de dezembro de 2021, a Light informou ao mercado que assinou com a Brasal Energia S.A. o contrato (CCVA) para venda de sua participação societária em Guanhões e Lightger, sujeito às condições precedentes usuais nesse tipo de transação. A Brasal Energia S.A. fará adesão integral ao acordo de acionistas vigente para essas investidas.
- (2) Em 11 de novembro de 2021, a Cemig GT celebrou instrumento de Compra e Venda de Ações, Cessão Onerosa de Créditos e Outras Avenças para alienação da totalidade de sua participação detida no capital social da Renova Energia S.A. e para a cessão onerosa da totalidade dos créditos detidos pela Companhia junto a esta investida. Assim, o investimento foi classificado para ativo não circulante mantido para venda. Para mais informações, ver nota explicativa nº 32.
- (3) Em 24 de novembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Cemig GT aprovou o aumento de seu capital social, realizado pela Companhia por meio de aporte do investimento detido na Centroeste, concretizando a reestruturação societária autorizada pelo Conselho de Administração da Cemig em 12 de fevereiro de 2021.
- (4) Em 23 de dezembro de 2021, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações da Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. ("SLTE"), pelo valor de R\$48.055. Mais informações no decorrer desta nota explicativa e na nota explicativa nº 16.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

b) Aquisição da Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A.

Em 23 de dezembro de 2021, a Companhia adquiriu a totalidade das ações da Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. ("SLTE"), detida pela Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A e Cobra Instalaciones Y Servicios S.A.. A contraprestação transferida foi de R\$48.055, resultante da aplicação dos mecanismos de ajuste de preço estabelecido no Contrato de Compra e Venda de Ações até a data de fechamento. O patrimônio líquido da investida em 30 de novembro de 2021 era de R\$58.041.

Notas Explicativas



A SLTE é detentora da concessão referente ao Leilão de Transmissão Aneel 008/2010, Lote H para a construção e operação da Subestação Sete Lagoas 4, no município de Sete Lagoas, Minas Gerais, que tem vigência até junho de 2041.

Os efeitos da combinação de negócios nas demonstrações financeiras da Companhia estão apresentados na nota explicativa nº 16 (d).

c) Covid-19

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações, exigindo o desenvolvimento de medidas para enfretamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia.

A Companhia criou em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde, visando contribuir com os esforços da população e das autoridades brasileiras para mitigar os riscos de propagação da doença, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato “in loco” com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de home-office para uma parcela relevante dos empregados, com retorno gradual até janeiro de 2022, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas.

A Companhia também adotou as seguintes medidas, visando contribuir com a sociedade:

- Flexibilização do fluxo de pagamentos e parcelamentos de valores arrecadados para clientes específicos, nos termos dos programas lançados pela Companhia durante o ano de 2020;

Notas Explicativas



- Lançamento de campanha de negociação, em 20 de abril de 2021, permitindo o parcelamento da dívida de consumidores inadimplentes atendidos em “Baixa Tensão” da classe comercial, em até 12 vezes sem juros, incluindo a isenção da atualização financeira ainda não lançada em fatura, vigente por 45 dias, visando à manutenção do fluxo de pagamento de pequenos comércios e o setor de serviços, garantindo sua sustentabilidade e contribuindo para sua sobrevivência no período mais crítico da Pandemia.
- Adesão ao movimento da sociedade civil “Unidos Pela Vacina”, a fim de colaborar de forma efetiva com o processo de vacinação da população de Minas Gerais, com o apoio de forma direta a 425 municípios. A participação da Companhia se deu por meio da participação voluntária de seus empregados no apoio ao transporte e deslocamento de profissionais de diversos municípios para levar vacinas a regiões rurais, a pessoas acamadas, além da doação de insumos, no valor de R\$2.783, com o propósito de ajudar a promover o acesso à vacina para o combate à Covid-19 em municípios do Estado.

Impacto nas demonstrações financeiras

Desde março de 2020, a Companhia está acompanhando os impactos da pandemia do Covid-19 em seus negócios e mercado de atuação, com a implementação de uma série de medidas para preservar a saúde de seus empregados e apoiar na prevenção do novo Coronavírus em suas áreas operacionais e administrativas. As iniciativas estão alinhadas às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde e visam contribuir com os esforços da população e das autoridades brasileiras para mitigar os riscos de propagação da doença.

No cenário desafiador causado pela pandemia, a Cemig tem mostrado resiliência e sustentabilidade das suas operações, viabilizando o fornecimento de energia com qualidade para a sociedade, garantindo o atendimento sem interrupção aos hospitais e demais serviços públicos. Por ser uma empresa integrada, com diversificação de negócios nos setores de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia, a Cemig mantém sua solidez, com estabilidade nos resultados financeiros e redução de riscos no enfrentamento de cenários adversos.

Em 31 de dezembro de 2021, a partir da observação dos efeitos econômicos da pandemia, a Companhia avaliou as premissas utilizadas para cálculo do valor justo e valor recuperável de seus ativos financeiros e não financeiros, sendo os principais impactos descritos a seguir:

Notas Explicativas



- A controlada Cemig GT avaliou se a maior pressão nas taxas de câmbio combinada à ausência de liquidez no mercado financeiro terá impacto negativo na dívida e no instrumento financeiro derivativo contratado para proteger as suas operações dos riscos advindos da variação da moeda estrangeira. Diante das condições de mercado atuais, a exposição à variação cambial do principal da dívida e a variação no valor justo do instrumento derivativo, que considera projeções futuras de taxa cambial e juros, bem como as liquidações semestrais do “swap”, gerou uma despesa financeira líquida de R\$892 milhões no exercício de 2021. As projeções de longo prazo indicam uma depreciação do dólar em relação à cotação atual, que, caso venha a se confirmar, representará uma diminuição nas despesas de variação cambial da Companhia. Buscando a gestão prudente dos seus passivos e a redução do risco de liquidez e de exposição ao dólar, em 05 de agosto de 2021, a Cemig GT liquidou a oferta de aquisição em dinheiro (“Tender Offer”) de títulos de dívida no mercado externo de sua emissão, com vencimento em 2024, remunerados a 9,25% ao ano, no montante principal de US\$500 milhões. Adicionalmente, em 07 e 08 de junho de 2021, foi realizado o desfazimento parcial dos instrumentos financeiros derivativos contratados, no volume de US\$500 milhões, apurando-se, em favor da Companhia, o valor de R\$774 milhões. Para mais informações, ver nota explicativa nº 31 (b);
- Na mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, a Companhia avaliou as circunstâncias da pandemia Covid-19 e as medidas tomadas para reduzir o impacto da retração econômica sobre a inadimplência. A Companhia intensificou as medidas para mitigar os riscos de inadimplência, com a realização de campanha específica para negociação com clientes, ações individualizadas de cobrança judicial, ampliação dos canais de negociação e diversificação dos meios de pagamento. A Companhia entende que as medidas adotadas mitigaram os efeitos da crise econômica sobre a arrecadação. Ressalta-se que as Resoluções Aneel nº 928 e nº 936 estenderam a suspensão de fornecimento de energia dos consumidores das subclasses residenciais baixa renda e de outros determinados consumidores até 31 de dezembro de 2021;
- As premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor recuperável de seus investimentos relevantes em controladas, controladas em conjunto e coligadas não foram influenciadas significativamente pela pandemia Covid-19, uma vez que os fluxos de caixa destas investidas são majoritariamente advindos da exploração econômica de longo prazo de direitos de operação comercial de atividade regulada. Portanto, não foram registrados ajustes para redução ao valor recuperável das suas investidas controladas, coligadas e controladas em conjunto, em razão do atual cenário econômico;
- Apesar das incertezas relacionadas aos desdobramentos da crise no longo prazo, a Companhia não tem a expectativa que os efeitos negativos sobre as projeções possam comprometer a viabilidade de realização de seus ativos fiscais diferidos;
- A Companhia avaliou o comportamento das taxas de juros e de desconto que são base para o cálculo das Obrigações Pós-Emprego, e entendeu que estas não são afetadas de forma relevante por questões conjunturais de curto e médio prazos, uma vez que as principais premissas utilizadas são de longo prazo;
- A Administração da Companhia efetuou a análise de sensibilidade do valor justo de ativos e passivos financeiros refletindo as condições e taxas atuais de mercado projetadas cujos impactos estão apresentados na nota explicativa nº 31;

Notas Explicativas



- No que se refere ao mercado de energia elétrica, a energia faturada aos clientes cativos e a energia transportada para clientes livres e distribuidoras, com acesso às redes da Cemig D, apresentou aumento de 5,1% no acumulado de 2021, em relação ao mesmo período de 2020, refletindo as medidas adotadas de flexibilização das condições de isolamento social. Esse resultado é a composição de um crescimento de 0,6% no consumo do mercado cativo e de 10,3% no uso da rede pelos clientes livres.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas demonstrações financeiras foram baseados nas melhores estimativas da Companhia e não se espera impactos significativos da pandemia no longo prazo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As práticas contábeis adotadas no Brasil para elaboração das demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem das IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, uma vez que esta norma passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial para mensuração de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. Assim, estas demonstrações individuais, que são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 29 de março de 2022.

Notas Explicativas



2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e ativos mantidos para venda, mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado nas notas explicativas nº 31 e 32, respectivamente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real – R\$, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional da Companhia e de suas controladas, são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações são realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Ajuste para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 10 – Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Nota 14 – Ativos e passivos financeiros da concessão;
- Nota 15 – Ativos de contrato;
- Nota 16 – Investimentos;
- Nota 17 – Imobilizados e vidas úteis de ativos;
- Nota 18 – Intangíveis e vidas úteis de ativos;

Notas Explicativas



- Nota 19 – Operações de arrendamento mercantil;
- Nota 21 – Valores a serem repassados a consumidores
- Nota 24 – Obrigações pós-emprego;
- Nota 25 – Provisões;
- Nota 28 – Fornecimento não faturado de energia elétrica;
- Nota 31 – Mensuração de instrumentos financeiros e mensuração pelo valor justo;
- Nota 32 – Mensuração a valor justo de ativos classificados como mantidos para venda.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia e suas controladas avaliaram a aplicação pela primeira vez da alteração ao CPC 06 (R2)/ IFRS 16, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após esta data, que restringe a aplicação do expediente prático referente à opção por não avaliar se um benefício concedido em razão da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato às situações em que determinadas condições são satisfeitas.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As principais alterações nas normas internacionais ainda não vigentes estão descritas a seguir:

IAS 1 – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu uma revisão dos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, para especificar os critérios de classificação de passivos como circulantes e não circulantes. A revisão esclarece, entre outros, o conceito de diferir a liquidação de passivo, além de definir que o direito de diferir deve existir ao final do período de reporte e que a classificação é independente da probabilidade de que a entidade exercerá o seu direito de diferir. Além disso, a revisão determina que somente quando o derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento patrimonial os termos do passivo não impactarão a sua classificação. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia e suas controladas não esperam impactos materiais advindos dessa revisão.

Notas Explicativas



IAS 16 – Ativo imobilizado – Receitas anteriores ao uso pretendido pela Administração: Em maio de 2020, O IASB emitiu alterações na IAS 16 que proíbem as entidades de deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado. A revisão se aplica aos períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e deve ser aplicada retrospectivamente aos bens do ativo imobilizado que se tornaram disponíveis para uso a partir do período anterior mais antigo apresentado. A Companhia e suas controladas não esperam impactos materiais advindos dessa revisão.

IFRS 3 – Combinação de Negócios – Alterações nas referências à Estrutura Conceitual: Além das mudanças relacionadas à referência à estrutura conceitual, que não alterou significativamente os padrões requeridos, foi acrescentada uma exceção ao princípio de reconhecimento do IFRS 3/CPC 15, visando inibir potenciais ganhos e perdas do “dia 2” decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam no escopo do IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, se incorridos separadamente. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia e suas controladas não esperam impactos advindos dessa revisão.

IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Contratos onerosos: A alteração especifica quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços inclui custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia e suas controladas não esperam impactos advindos dessa revisão, que será aplicada aos contratos cujas obrigações não estiverem totalmente cumpridas no início do período anual em que forem inicialmente adotadas.

IFRS 09 – Instrumentos financeiros – Efeitos das comissões e taxas no Teste “de 10%” para desreconhecimento de passivos financeiros: As alterações esclarecem as taxas que devem ser consideradas na avaliação de quando os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos originais. Essas taxas incluem somente aquelas pagas ou recebidas pelo credor e devedor, incluindo aquelas pagas ou recebidas em nome do outro. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia aplicará as alterações aos passivos financeiros que forem modificados ou trocados a partir do início do período anual em que a alteração for aplicada pela primeira vez. A Companhia e suas controladas não esperam impactos materiais advindos dessa revisão.

Notas Explicativas



IAS 08 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis: As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Também esclarece como as entidades utilizam as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia e suas controladas não esperam impactos materiais advindos dessa revisão.

IAS 01 e *IFRS Practice Statement 2 – Making Materiality Judgements* – Divulgação de políticas contábeis: A alteração tem como objetivo auxiliar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis que são mais úteis, por meio da substituição da exigência de divulgação das políticas contábeis significativas para divulgação de políticas contábeis materiais, além de adicionar orientações sobre como a entidade aplica o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre a divulgação de políticas contábeis. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2023. Uma vez que as alterações proporcionam orientações não obrigatórias na aplicação da definição de informações sobre as políticas contábeis, não é necessário indicar uma data para início de sua aplicação. A Companhia está avaliando os impactos dessas alterações na sua divulgação de políticas contábeis.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu a Revisão nº 19/2021, em 25 de outubro de 2021, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC 29 – Ativo Biológico, CPC 27 – Ativo Imobilizado, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020, refletindo as mudanças realizadas nas normas internacionais.

2.7 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia e suas controladas que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para gestão destes instrumentos financeiros.

Notas Explicativas



Valor justo por meio do resultado – encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição de energia e gás. Os ativos financeiros da concessão da distribuição de energia são mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras, enquanto que aqueles vinculados à concessão de gás são mensurados pelo custo histórico atualizado pelo IGP-M, menos as baixas e substituições, que corresponde ao valor justo na data das demonstrações financeiras. A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber do poder concedente caixa ou outro ativo financeiro, pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Nesta categoria encontram-se também os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado bem como os instrumentos financeiros derivativos e as indenizações a receber dos ativos de geração.

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia e suas controladas.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas.

Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap e call spread) - A Cemig GT mantém instrumentos derivativos para regular as suas exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, os quais são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, sendo as variações deste valor registradas no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda) – as opções de venda, na Cemig GT, de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec (“PUT SAAG”) foram mensuradas pelo valor justo mediante a utilização do método Black-Scholes-Merton (BSM) até a data de exercício das opções, que ocorreu em 2020.

Notas Explicativas



Custo amortizado – encontram-se nesta categoria os créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia, fundos vinculados, depósitos vinculados a litígios, títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros, os ativos financeiros da concessão relacionados à bonificação de outorga dos contratos de geração de energia, valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, empréstimos financiamentos e debêntures, dívida pactuada com o fundo de pensão (Forluz), concessões a pagar, plano de regularização de créditos tributários– (PRCT) do Estado de Minas Gerais, ativos e passivos financeiros relacionados à conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros, subvenção de baixa renda, reembolso de subsídios tarifários e outros créditos.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Informações adicionais de instrumentos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 31 destas demonstrações financeiras. Informações sobre as perdas de crédito esperadas podem ser obtidas na nota explicativa nº 8.

b) Consumidores, Revendedores e Concessionários

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Para os clientes cativos, a Cemig D adota, em sua análise, uma abordagem simplificada, considerando que os saldos do seu contas a receber não possuem componentes de financiamento significativos e estima a expectativa de perda considerando o histórico médio de não arrecadação sobre o total faturado em cada mês, tendo como base 24 meses do faturamento, segregados por classe de consumidor e projetados para os próximos 12 meses, considerando-se a idade de vencimento das faturas, inclusive faturas ainda a vencer e valores não faturados.

A perda esperada para os saldos vencidos de clientes que renegociaram a sua dívida é calculada com base na data de vencimento da fatura original, não sendo considerados os novos termos negociados. Para os saldos vencidos há mais de 12 meses, é considerada a expectativa de perda integral.

Notas Explicativas



Para títulos não faturados, a vencer e/ou vencidos a menos de 12 meses, as provisões para perdas esperadas são mensuradas, em função de potenciais eventos de inadimplência, ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira do instrumento financeiro, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

Para os grandes consumidores, o ajuste para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é registrado com base em estimativas da Administração. Os principais critérios definidos pela Companhia e suas controladas são: (i) para os consumidores com valores significativos em aberto, o saldo a receber é analisado levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; e (ii) para os grandes consumidores, é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

A RAP remunera o investimento nas linhas de transmissão e os serviços de reforços e melhorias e operação e manutenção. As receitas dos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica são reconhecidas à medida da satisfação das obrigações de performance correspondentes, em contrapartida ao ativo de contrato, quando da existência de componente de financiamento significativo. Os valores lançados em contrapartida ao ativo de contrato são transferidos para o ativo financeiro (recebíveis), enquadrando-se no escopo do pronunciamento CPC 48 (IFRS 9), após o aviso de crédito emitido mensalmente pelo ONS, autorizando o faturamento da Receita Anual Permitida – RAP. Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48/IFRS 9, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

c) Investimentos

A Companhia e suas controladas detêm investimentos em empresas coligadas, controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas tem o poder de dirigir as atividades pertinentes da investida para auferir benefícios de suas atividades. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (nesta última com exceção das controladas) e são, inicialmente, reconhecidos pelo custo de aquisição, sendo este mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

Notas Explicativas



A diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos como: (i) mais valia, quando o fundamento econômico está relacionado, substancialmente, ao valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, e (ii) ágio (goodwill), quando o montante pago supera o valor justo dos ativos líquidos e esta diferença representa a expectativa de geração futura de valor. O ágio decorrente da aquisição é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perdas no valor recuperável de seus investimentos. As perdas, quando ocorrem, são reconhecidas no resultado, após o cálculo de seu montante, diante de indicativo de que o valor recuperável do investimento é inferior ao seu valor contábil.

As demonstrações financeiras das coligadas e controladas em conjunto são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia e suas controladas. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas àquelas aplicadas pela Companhia e suas controladas.

As participações em consórcios são contabilizadas de acordo com o CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto, reconhecendo-se estes investimentos pela participação da Companhia sobre quaisquer ativos e passivos detidos ou assumidos em conjunto. O resultado desses investimentos é reconhecido pela participação da Companhia sobre as receitas e despesas da operação em conjunto.

d) Combinação de negócios

Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo negócio independentemente da sua forma jurídica. A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um processo substantivo que, juntamente a uma entrada de recursos, contribui significativamente para a capacidade de gerar recursos.

A Companhia e suas controladas contabilizam as combinações de negócios por meio do método de aquisição. Assim, no momento da aquisição, a companhia adquirente reconhece e mensura os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores pelo seu valor justo, que poderá resultar no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou em um ganho proveniente de compra vantajosa, sendo o ganho alocado ao resultado do exercício na data da aquisição. O goodwill e a compra vantajosa representam a diferença entre a contraprestação transferida e o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores. Os custos gerados pela aquisição dos ativos são alocados diretamente ao resultado na medida que são incorridos.

Notas Explicativas



Após o reconhecimento inicial, o goodwill é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas ao valor recuperável acumuladas. Para fins de teste do valor recuperável, o goodwill adquirido em combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação.

A Companhia entende, em linha com o ICPC 09 (R2), que não se caracteriza como goodwill o valor referente especificamente a direito de concessão, direito de exploração e assemelhados, inclusive quando adquirido em combinação de negócios em que a entidade adquirida seja uma concessionária, cujo direito à concessão tenha prazo conhecido e definido.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de sua aquisição e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado.

Na controladora, a diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos, de acordo com os critérios descritos no item (c), acima.

e) Ativos vinculados à concessão

Atividade de distribuição de energia – Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Em conformidade ao CPC 47/IFRS 15, as contrapartidas das receitas de construção equivalentes aos novos ativos são registradas inicialmente como ativos de contrato, mensuradas pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é classificada como um ativo intangível e amortizada durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão. A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação de taxas que consideram a vida útil esperada dos ativos de distribuição de energia elétrica, as quais são levadas em consideração pelo regulador durante o processo de revisão tarifária.

Notas Explicativas



A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Essa parcela é avaliada com base no custo novo de reposição, equivalente ao seu valor justo, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária.

Atividade de transmissão – Quando a fase de construção da infraestrutura de transmissão é concluída, os ativos correspondentes permanecem classificados como ativos de contrato, considerando a sua vinculação às obrigações de desempenho durante o período da concessão, representadas pela disponibilidade/construção, operação e manutenção das linhas de transmissão, não existindo, assim, o direito incondicional de receber a contraprestação pelos serviços de construção a menos que a Companhia opere e mantenha a infraestrutura. Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), considerando que o recebimento da contraprestação somente depende da passagem do tempo. Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando incorridos. As receitas de construção e melhoria são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão da obra, com base nos custos efetivamente incorridos, acrescidos da margem de construção.

A margem alocada à obrigação de performance de construção da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre a rentabilidade dos projetos implementados pela Companhia.

A taxa de desconto relativa ao componente financeiro do ativo de contrato de concessão representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos na infraestrutura de transmissão, que representa o percentual aproximado do que seria o preço à vista a ser cobrado pela infraestrutura construída ou melhorada pela concessionária em uma operação de venda. A taxa implícita para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida no início dos investimentos e considera o risco de crédito das contrapartes.

Nas alterações da tarifa por ocasião das revisões tarifárias periódicas, o ativo de contrato é remensurado, trazendo a valor presente as RAPs futuras pela taxa implícita identificada originalmente, confrontando-se o resultado encontrado com o saldo contabilizado, para reconhecimento do ganho ou perda no resultado.

Notas Explicativas



Dos valores faturados de receita de concessão de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e, a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato. As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, são incorporadas ao saldo do ativo de contrato.

Parcela financeira vinculada aos contratos de concessão de transmissão renovados nos termos da Lei 12.783/2013 – Representa a parcela financeira da contraprestação pelas instalações de transmissão de energia elétrica componentes da rede básica (RBSE), que representa o montante a pagar desde a prorrogação das concessões até a sua incorporação na tarifa (1º de janeiro de 2013 até 30 de junho de 2017), a ser recebida no prazo de 8 anos.

Os valores a serem recebidos são subordinados às regras regulatórias aplicáveis ao processo tarifário, sujeitando-se, inclusive aos mecanismos de controle de eficiência. Nesse contexto, o recebimento da contraprestação está atrelado à obrigação de performance de operação e manutenção, configurando-se, assim, como ativo de contrato, sendo reclassificada para o ativo financeiro somente após o despacho autorizativo da Aneel.

Atividade de geração – Para as usinas cuja concessão foi obtida por meio de leilão realizado pela Aneel em novembro de 2015, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro, ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago atualizado pelo IPCA e remunerado pelos juros conforme contrato de concessão, durante o período de sua vigência.

Para a extensão da concessão das usinas hidrelétricas participantes do MRE, referente à compensação pelos riscos não hidrológicos prevista na Lei nº 14.052/2020, foi reconhecido um ativo intangível, considerando a natureza do direito, que permite, por meio de disposição legal, a utilização das usinas por período superior àquele previsto em seus contratos originais, dispondo a Companhia livremente da energia gerada. O ativo foi mensurado no reconhecimento inicial pelo valor justo e é amortizado linearmente pelo novo prazo remanescente da concessão. Mais detalhes na nota explicativa nº 18 destas demonstrações financeiras.

Atividade de distribuição de gás – Os novos ativos da infraestrutura da concessão são classificados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação, são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

A parcela da infraestrutura da concessão que será integralmente amortizada durante a vigência da concessão é registrada como um Ativo Intangível. A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear.

Notas Explicativas



A parcela dos ativos que não estará integralmente depreciada até o final da concessão é classificada como ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Esses ativos são avaliados com base no custo novo de reposição, equivalente ao seu valor justo, tendo como referência os valores homologados da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária. O valor contábil dos bens baixados e substituídos é reconhecido no resultado do exercício, sendo considerado pelo regulador no ciclo de revisão tarifária subsequente.

f) Ativos Intangíveis

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos acima e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. As principais taxas de amortização estão demonstradas na nota explicativa nº 18 destas demonstrações financeiras.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangível, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

g) Imobilizado

São avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, custos de desmantelamento e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações, ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem. As principais taxas estão demonstradas na nota explicativa nº 17 destas demonstrações financeiras.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

h) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Notas Explicativas



Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

i) Benefícios a empregados

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a Forluz para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Para mais informações sobre as premissas utilizadas, ver nota explicativa nº 24.

Nos exercícios apresentados, as despesas relacionadas à dívida pactuada com o Fundo de Pensão foram registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária. As demais despesas com o Fundo de Pensão foram registradas como despesas operacionais.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais são reconhecidos por meio de outros resultados abrangentes e não serão reclassificados futuramente para o resultado.

O custo de serviço passado, decorrente de alteração ou redução de plano de benefício definido, e o ganho ou a perda na liquidação das obrigações são determinados pela remensuração do valor presente líquido da obrigação, utilizando-se premissas atuariais revisadas e são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que ocorre a alteração, redução ou liquidação.

Benefícios de curto prazo a empregados – A participação nos lucros e resultados prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao Acordo Coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica participação dos empregados e administradores no resultado.

Notas Explicativas



j) Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Companhia está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado. Contudo, as controladas que têm a prerrogativa de optar pelo regime do lucro presumido, nos termos da legislação tributária, analisam a projeção de tributos devidos para o ano seguinte, visando definir o regime que otimize a sua carga tributária.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22 / IFRIC 23, a Companhia e suas controladas avaliam periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

Corrente

Tributos correntes ativos e passivos referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o tributo é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social não utilizados na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias e prejuízos fiscais/base negativa possam ser realizadas, exceto nos seguintes casos:

- quando o ativo ou passivo fiscal diferido surge do reconhecimento de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Notas Explicativas



- Sobre as diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que não sejam revertidas no futuro próximo;
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em controladas, na extensão em que não for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e nos casos em que o lucro tributável não esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Esses tributos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável ou reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que estes sejam recuperados.

A Companhia registra os ativos e passivos fiscais diferidos líquidos quando possui o direito executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos e passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

k) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há segurança razoável de que serão cumpridas todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que esta será recebida.

As controladas Cemig D e Cemig GT possuem empreendimentos na área incentivada da SUDENE, para os quais foi reconhecido o direito à redução de 75% do imposto de renda, incluindo o adicional. Incentivos tributários dessa natureza, na forma de isenção ou redução do imposto de renda, atendem ao conceito de subvenção governamental e são reconhecidos registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, demonstrada como dedução da despesa de imposto de renda.

Diante da restrição legal à distribuição do lucro líquido correspondente ao incentivo, a Companhia mantém o valor referente à parcela do lucro líquido do exercício decorrente do incentivo na reserva de incentivos fiscais (reserva de lucros).

Notas Explicativas



Adicionalmente, as controladas Cemig D e Cemig GT recebem valores da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a título de reembolso pelos subsídios incidentes nas tarifas concedidos aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica – TUSD e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST. Esses valores são reconhecidos como receita por competência, na apuração mensal, quando se adquire o direito de recebê-los.

l) Ativos classificados como mantidos para venda e operações descontinuadas

A Companhia e suas controladas classificam um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. São mensurados pela menor quantia entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de vendas são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro. Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados enquanto estiverem classificados como mantidos para venda. Os dividendos recebidos de empreendimentos controlados em conjunto e coligadas classificados como mantidos para venda são reconhecidos no resultado, tendo em vista a interrupção da mensuração pelo método da equivalência patrimonial, em atendimento ao CPC 31 / IFRS 05.

São classificados como operações descontinuadas os componentes que foram baixados ou estão classificados como mantidos para venda e representam uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações, bem como aqueles que são parte integrante de um único plano coordenado para venda de uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações ou representam uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de venda.

Operações descontinuadas são excluídas dos resultados de operações em continuidade, sendo apresentadas como um único valor no resultado após os tributos.

Divulgações adicionais são apresentadas na nota explicativa nº 32. Todas as demais notas às demonstrações financeiras incluem valores para operações em continuidade, exceto quando mencionado de outra forma.

Notas Explicativas



m) Receita operacional

De forma geral, para os negócios da Cemig e suas controladas no setor elétrico, gás e outros, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada. Além disso, a Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. No caso do contrato de concessão de distribuição, a receita não faturada é estimada tendo como base o volume de energia elétrica consumida e não faturada no período. O faturamento é feito em bases mensais, a partir da medição de energia, realizada de acordo com o calendário de leitura, definido na regulamentação do setor.

Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

As receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês em que a rede é disponibilizada para uso do cliente. A receita não faturada de uso dos sistemas elétricos de distribuição, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimada com base no faturamento do mês anterior ou na quantidade definida no contrato, sendo contabilizada no final do mês. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e os realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

A receita de CVA e outros componentes financeiros é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

A receita de ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição, decorrente da variação do valor justo da Base de Remuneração de Ativos, é apresentada como receita operacional, juntamente com as demais receitas relacionadas à atividade de distribuição.

Notas Explicativas



As receitas de fornecimento de gás são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de gás, com base no volume medido e faturado, mensurado de acordo com as tarifas especificadas nos termos contratuais. Além disso, a Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de gás não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base tendo como base o volume de gás consumido e não faturado no período. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

As receitas de concessões de transmissão são reconhecidas no resultado mensalmente e incluem:

- As receitas de construção correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com a satisfação da obrigação de performance ao longo do tempo (fase de construção) e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto.
- Receita de operação e manutenção, correspondentes à obrigação de performance prevista nos contratos relativos à operação e manutenção da infraestrutura, após a conclusão da fase de construção. São reconhecidas nos períodos em que os serviços são prestados, mediante faturamento das RAPs.
- Receita de remuneração sobre o ativo de contrato, relativa ao componente financeiro, reconhecida pelo método linear com base na taxa determinada no início dos investimentos, não sofrendo alterações posteriores. A média simples das taxas implícitas é de 6,86%, sendo estas definidas para cada autorização, incidindo sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. Inclui a atualização financeira pelo índice de inflação definido para cada contrato de transmissão.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada com base no preço de venda individual do serviço, a partir de informações disponíveis sobre os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção e o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da prestação dos serviços prometidos ao cliente, nos casos em que as controladas transmissoras da Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com o cliente.

Notas Explicativas



A Resolução Aneel n.º 729/2016, regulamenta a Parcela Variável (PV), penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações de transmissão e o adicional à RAP que corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. A Companhia analisou os efeitos das parcelas variáveis, com fundamento em séries históricas, e concluiu que o reconhecimento de eventual contraprestação variável estimada com a PV não resultaria em informação contábil relevante. Assim, para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

n) Tributos sobre vendas

As despesas e ativos não circulantes adquiridos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre venda quando estes forem recuperáveis junto às autoridades fiscais.

o) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de créditos tributários, atualização dos ativos financeiros setoriais da concessão, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos e passivos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e outros passivos financeiros. Incluem, também, a variação negativa do valor justo sobre outros ativos e passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

p) Distribuição de lucros

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

q) Informação por segmento

Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais para os quais existem informações financeiras individualizadas são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho.

Notas Explicativas



Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos e as despesas da sede.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de ativo financeiro e de contrato da concessão, intangível e imobilizado.

A partir de 2021, em função da forma como a Administração monitora a composição dos segmentos, a Companhia reavaliou seus segmentos operacionais e passou a divulgar os segmentos de comercialização, participações e transações inter segmentos. De forma a manter a comparabilidade, as informações de 2020 estão sendo reapresentadas utilizando o mesmo critério. Mais detalhes na nota explicativa nº 5 destas demonstrações financeiras.

r) Arrendamento mercantil

A Companhia avalia, na celebração do contrato de fornecimento de bens e serviços, se este é ou contém um arrendamento, ou seja, se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia adota uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e/ou de ativos de baixo valor. Os contratos que contêm arrendamento estão descritos na nota explicativa nº 19 destas demonstrações financeiras.

Na data de início de um arrendamento (data em que o ativo objeto do arrendamento está disponível para uso), a Companhia reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas, e são ajustados pelas remensurações dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, como descrito na nota explicativa nº 19 destas demonstrações financeiras.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Notas Explicativas



Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se as condições refletirem o exercício da opção de rescisão. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, sem opção de compra e para bens de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das demonstrações financeiras das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação, e das controladas em conjunto e coligadas utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas e indiretas nas controladas, incluídas na consolidação, são como segue:

Notas Explicativas



Sociedades Controladas (1)	2021			2020		
	Forma de avaliação	Participação direta (%)	Participação indireta (%)	Forma de avaliação	Participação direta (%)	Participação indireta (%)
Cemig Geração e Transmissão	Consolidação	100,00	-	Consolidação	100,00	-
Cemig Distribuição	Consolidação	100,00	-	Consolidação	100,00	-
Gasmig	Consolidação	99,57	-	Consolidação	99,57	-
Cemig Geração Distribuída	-	-	-	Consolidação	100,00	-
Cemig Sim	Consolidação	100,00	-	Consolidação	100,00	-
Centroeste	-	-	-	Consolidação	100,00	-

(1) Em 24 de novembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Cemig GT aprovou o aumento de seu capital social, realizado pela Companhia por meio de aporte do investimento detido na Centroeste, concretizando a reestruturação societária autorizada pelo Conselho de Administração da Cemig em 12 de fevereiro de 2021. Assim, essa investida não é mais consolidada diretamente pela Companhia a partir destas demonstrações financeiras.

a) Controladas, controladas em conjunto e coligadas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os ativos, passivos e resultados das controladas foram consolidados com base no método de consolidação integral. As políticas contábeis das controladas, controladas em conjunto e coligadas são alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

A Companhia controla uma investida quando tem poder que lhe garante a direção de suas atividades pertinentes, além de direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com esta investida e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor destes retornos. A Companhia avalia se exerce ou não controle sobre a investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais desses três elementos de controle.

Quando a Companhia perde o controle exercido sobre uma controlada, os ativos e passivos desta investida são baixados pelo seu valor contábil na data em que o controle é perdido. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo valor justo na data da perda do controle e ganhos e perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

As informações financeiras de controladas em conjunto e coligadas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

b) Consórcio

É registrada a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio na controlada que possui a correspondente participação, uma vez que estes investimentos são considerados “operações em conjunto”, de acordo com os requerimentos do CPC19/IFRS 11.

Notas Explicativas



c) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig e suas controladas detêm as seguintes concessões e autorizações:

	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de Vencimento *
GERAÇÃO DE ENERGIA			
Usinas Hidrelétricas			
Emborcação (1) (2)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Nova Ponte (1) (2)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Santa Luzia (1)	Cemig GT	07/1997	02/2026
Sá Carvalho (1)	Sá Carvalho	01/2004	12/2024
Rosal (1)	Rosal Energia	01/1997	05/2032
Machado Mineiro (1)	Horizontes Energia	Resolução 331/2002	07/2025
Salto Voltão (1)			10/2030
Salto Paraopeba (1)			10/2030
Salto do Passo Velho (1)			10/2030
PCH Pai Joaquim (1)	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Irapé (1)	Cemig GT	14/2000	02/2035
Queimado (Consórcio) (1)	Cemig GT	06/1997	01/2033
Rio de Pedras (1)	Cemig GT	02/2013	09/2024
Poço Fundo (1) (7)	Cemig Geração Poço Fundo	01/2021	08/2045
São Bernardo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Três Marias (3)	Cemig Geração Três Marias	08/2016	01/2046
Salto Grande (3)	Cemig Geração Salto Grande	09/2016	01/2046
Itutinga (3)	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2046
Camargos (3)	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2046
Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (3)	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2046
Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras (3)	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	01/2046
Cajurú, Gafanhoto e Martins (3)	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2046
Usinas Eólicas			
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (4)	Parajuru	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio (4)	Volta do Rio	Resolução 660/2001	01/2031
TRANSMISSÃO DE ENERGIA			
Rede Básica (5)	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (5)	Cemig GT	79/2000	10/2030
Linha de transmissão Furnas – Pimenta (5)	Centroeste	004/2005	03/2035
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA (6)			
	Cemig D	002/1997	
		003/1997	12/2045
		004/1997	
		005/1997	
DISTRIBUIÇÃO DE GÁS (6)			
	Gasmig	Lei Estadual 11.021/1993	01/2053

* Os contratos de concessão elegíveis à extensão da outorga em função da repactuação do risco hidrológico (GSF) aguardam chamado da Anel para assinatura do aditivo e, as usinas elegíveis que possuem outorga por meio de resolução autorizativa, aguardam a reformulação desses atos para constar as novas datas. Mais detalhes na nota explicativa nº 18.

- (1) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão no escopo do ICPC 01/IFRIC 12, cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não controla a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").

Notas Explicativas



- (2) Em 17 de julho de 2020, a Cemig GT protocolou o seu interesse pela prorrogação das concessões destas Usinas, no regime de produção independente, fora do regime de cotas, com o objetivo de garantir o seu direito de opção às modificações legislativas em curso, ligadas às medidas de modernização do setor elétrico. Contudo, qualquer decisão efetiva somente ocorrerá após a divulgação pelo Ministério de Minas e Energia e pela Aneel das condições para a prorrogação, que deverão ser submetidas à deliberação dos órgãos de governança da Companhia.
- (3) Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está classificada como ativo financeiro da concessão.
- (4) Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do PROINFA. Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de autorização de exploração que são considerados nas demonstrações financeiras da controladora como investimentos são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.
- (5) Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que, de acordo com a IFRS 15/CPC47, são classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica.
- (6) Referem-se a contratos de concessão que estão no escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e cujos ativos de infraestrutura em serviço encontram-se registrados de acordo com o modelo bifurcado em ativo intangível e ativo financeiro, e a infraestrutura em construção é classificada como ativos de contrato, em atendimento ao CPC 47. Em 05 de agosto de 2021, a Gasmig foi informado por meio de Ofício da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede) da antecipação do encerramento do atual ciclo tarifário para 31 de dezembro de 2021, bem como do início do processo de Revisão Tarifária Periódica, que levará em consideração metodologia previamente definida, baseada em critérios fundamentais como o perfil dos clientes, custos de operação e investimentos.
- (7) A Aneel autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.735, de 23 de fevereiro de 2021, a transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo da Cemig Geração e Transmissão S.A. para a Cemig Geração Poço Fundo. S.A.. A formalização da transferência foi realizada por meio da assinatura do novo contrato de concessão, de número 01/2021, em 16 de abril de 2021.

Em 06 de dezembro de 2019, a Aneel suspendeu, por meio de Despacho, a operação comercial da Usina de Igarapé, mediante pleito da Cemig GT pela extinção antecipada da concessão desta Usina, levando à baixa do ativo nos registros contábeis desta controlada. Em fevereiro de 2021, a concessão referente à UTE Igarapé foi extinta pelo Ministério de Minas e Energia, em face ao requerimento de rescisão apresentado pela Cemig GT.

Concessões de Geração

No negócio Geração, a Companhia auferir receita da comercialização de energia proveniente de suas usinas no ambiente regulado (ACR), bem como no ambiente livre (ACL). Enquanto no ambiente regulado as transações ocorrem por meios de leilões centralizados e públicos, no ambiente livre as negociações são bilaterais e reservadas às partes interessadas.

Existe também receita proveniente do mercado de curto prazo (MCP), que remunera os agentes pela energia descontratada, que é liquidada pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

Concessões de Transmissão

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia e suas controladas estão autorizadas a cobrar a tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas – RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Notas Explicativas



Concessões Onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Cemig GT e suas controladas se comprometeram a efetuar pagamentos à Aneel, ao longo do prazo de vigência do contrato ou por até 5 anos desde a data de assinatura do contrato de concessão para usinas com potência instalada entre 1 e 50 MW, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como seguem:

Empreendimento	Valor nominal em 2021	Valor presente em 2021	Período de vigência da concessão	Índice de atualização
Irapé	41.752	21.165	03/2006 a 02/2035	IGPM
Queimado (Consórcio)	12.071	5.635	01/2004 a 12/2032	IGPM

Os contratos das PCHs Luiz Dias, Salto Morais e Xicão, com potência instalada de 1.620 kW, 2.394 kW e 1.808 kW, respectivamente, foram extintos pela Aneel a pedido da Cemig GT, por meio de resoluções autorizativas de 13 de outubro de 2020, sem reversão de bens, para posterior obtenção de registro de Centrais Geradoras Hidrelétricas - CGHs, nos termos da legislação e regulamentação. A Cemig GT continua operando essas Usinas, cujo registro foi realizado em conformidade à regulamentação. A concessão da Usina de Salto Morais foi encerrada em julho de 2020 e, considerando que sua potência é inferior a 5MW, esta também teve sua exploração convertida em registro, não sendo necessária a outorga de concessão ou autorização neste caso.

A Companhia produz energia por meio de 9 hidroelétricas de potencial igual ou inferior a 5MW, incluindo as usinas mencionadas no parágrafo anterior, com potência instalada total de 11,53 MW, e, assim, nos termos da Lei 9.074/95, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, e não possuem prazo final de concessão.

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

As parcelas pagas ao poder concedente em 2021, o valor nominal e o valor presente das parcelas a serem pagas no período de 12 meses são como seguem:

Empreendimento	Percentual de participação %	Valor pago em 2021	Valor nominal do montante a ser pago em 12 meses	Valor presente do montante a ser pago em 12 meses
Irapé	100,00	2.734	3.119	2.936
Queimado (Consórcio)	82,50	777	915	862

(*) Conforme RN nº 467 de 2011 da Aneel (Art. 2º e Art. 4º), as usinas com potência instalada entre 1 e 50 MW devem efetuar os pagamentos à Aneel por cinco anos a partir da data de assinatura do contrato.

A taxa utilizada pela Cemig GT e suas controladas para desconto a valor presente de seus passivos, de 12,50%, representa a taxa média de captação de recursos em condições usuais na data do registro de cada concessão.

Notas Explicativas



Concessões de Distribuição de Energia

A Cemig D detém junto à Aneel a concessão para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica na maior parte do Estado de Minas Gerais, com vencimento em dezembro de 2045.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos ao poder concedente quando da extinção do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Cemig D não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo requerido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas no contrato de concessão.

O contrato de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Cemig D tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Cemig D, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a Aneel realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Cemig D, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Cemig D.

A Cemig D também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, caso eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da Aneel, apesar de existirem regras pré-estabelecidas a cada ciclo revisional.

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Cemig D está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (ii) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”).

Notas Explicativas



Quinto termo aditivo ao contrato de concessão

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016.

As principais características e condições do Termo Aditivo estão relacionadas a seguir:

- O reajuste tarifário anual ocorrerá todo dia 28 de maio, sendo aplicadas as regras previstas na cláusula sexta do Termo Aditivo;
- Limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ao valor mínimo estabelecido em lei, caso ocorra o descumprimento dos limites anuais de indicadores de continuidade coletivos (DEC e FEC) por dois anos consecutivos ou por três vezes em cinco anos, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados;
- Exigência de aportes de capital do controlador em montante suficiente para atender à condição mínima de sustentabilidade econômica e financeira;
- Exigência de cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão, respeitados o direito à ampla defesa e ao contraditório em caso de descumprimento, considerando que: (i) pelo período de cinco anos a partir de 1º de janeiro de 2016, o eventual descumprimento por dois anos consecutivos, ou de quaisquer das condições ao final do período de cinco anos, acarretará a extinção da concessão; (ii) a partir de 1º de janeiro de 2021, eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão.

Os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira são como segue:

- Geração operacional de caixa (-) QRR¹ (-) juros da dívida² ≥ 0;
- LAJIDA³ ≥ 0 (até o término de 2017 e mantida em 2018, 2019 e 2020);
- [LAJIDA (-) QRR] ≥ 0 (até o término de 2018 e mantida em 2019 e 2020);
- {Dívida líquida⁴ / [LAJIDA (-) QRR]} ≤ 1 / (80% da Selic) (até o término de 2019); e,
- {Dívida líquida / [LAJIDA (-) QRR]} ≤ 1 / (111% da Selic) (até o término de 2028).

1. QRR – Quota de reintegração regulatória ou despesa de depreciação regulatória;

2. Dívida líquida x 111% da Selic;

3. Calculado conforme metodologia definida pela Aneel, constante no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia;

4. Dívida bruta deduzida dos ativos financeiros.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão da Cemig D foram atendidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Notas Explicativas



Concessões para Distribuição de Gás

As concessões para distribuição de gás natural são estaduais e no Estado de Minas Gerais as tarifas de gás natural são fixadas pelo órgão regulador, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE), de acordo com as características de consumo dos clientes. As tarifas são compostas por uma parcela de custo de gás e uma parcela relativa à distribuição de gás. A cada trimestre as tarifas são reajustadas para repasse do custo de gás e, uma vez ao ano, para atualização da parcela destinada a cobrir os custos relativos à prestação do serviço de distribuição – remuneração do capital investido e cobrir todas as despesas operacionais, comerciais e administrativas realizadas pela concessionária.

Além destes reajustes, estão previstas revisões tarifárias periódicas. A Primeira Revisão Tarifária Periódica, referente ao ciclo 2018-2022, foi concluída em novembro de 2019. Essas revisões deverão ocorrer a cada 5 (cinco) anos, a partir do final deste 1º ciclo, com o objetivo de avaliar as variações dos custos da Gasmig e adequar às tarifas. No contrato de concessão também é prevista a possibilidade de revisão extraordinária das tarifas se ocorrerem motivações que ponham em risco o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Em 19 de setembro de 2019, a Companhia celebrou, com o Estado de Minas Gerais, na qualidade de Poder Concedente, o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Exploração Industrial, Institucional e Residencial dos Serviços de Gás Canalizado no Estado de Minas Gerais, o qual representa a conclusão do processo de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, mediante pagamento do bônus de outorga no valor de R\$852 milhões, corrigido desde a sua data base de 1º de janeiro de 2019 até a data do seu pagamento pela taxa DI (Depósitos Interfinanceiros, extra grupo) e assegura à Gasmig a manutenção da extensão do prazo de vigência da sua concessão até o ano de 2053.

De acordo com o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, o valor total pago a título de outorga compensatória foi acrescido à base de remuneração de ativos da Companhia e considerado no processo de revisão tarifária pelo poder concedente como um ativo intangível a ser amortizado até o final do contrato de concessão, produzindo efeitos imediatos na fixação e revisão das tarifas.

5. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados, e estão alinhados com o marco regulatório do setor elétrico brasileiro. A Companhia também atua no mercado de gás por meio de sua controlada Gasmig e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações.

Notas Explicativas



A partir de 2021, a Diretoria Executiva da Companhia passou a avaliar individualmente o desempenho da comercialização de energia, utilizando informações sobre seus resultados que suportam a tomada de decisão em relação à alocação de recursos a esta atividade de negócio. A mudança na composição dos segmentos divulgáveis da Companhia decorre da sua crescente atuação no mercado de energia, para atendimento e manutenção de seus contratos, especialmente após a redução de sua geração própria, o que levou à definição de critérios de segregação para obtenção de informações relativas a lucros e prejuízos deste segmento, relevantes à Administração. O segmento de comercialização se caracteriza pela compra e venda de energia elétrica no mercado livre e regulado, bem como pelas atividades correlatas aos seus procedimentos comerciais e mercadológicos, inclusive no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Adicionalmente, o resultado das coligadas e controladas em conjunto cuja gestão é de responsabilidade da Diretoria de Participações (CemigPar) passou a ser avaliado como um único segmento, que tem como atribuição a avaliação das participações sem controle acionário, em linha com as estratégias de negócio da Companhia. A segregação desse segmento tem como principal objetivo o acompanhamento do cumprimento das metas estabelecidas por essas sociedades, para garantir a sustentabilidade e a maximização de seu retorno para a Companhia. Também são incluídos nesse segmento os resultados das controladas Gasmig e Cemig Sim, por terem a sua gestão e análise de desempenho vinculadas à Diretoria de Participações (Diretoria CemigPar).

Assim, a partir de 2021, as informações por segmentos passaram a ser elaboradas considerando 5 segmentos reportáveis, sendo:

Geração: compreende a produção de energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas e eólicas.

Transmissão: compreende a construção, operação e manutenção de subestações e linhas de transmissão de energia.

Comercialização: compreende a comercialização de energia elétrica e a prestação de serviços correlatos. Conforme nota explicativa nº 26 (g), no terceiro trimestre de 2021, foi iniciado o processo de segregação do negócio de comercialização, a partir de sua transferência parcial da Cemig GT para a Controladora, mantendo a estratégia corporativa da Companhia, de atendimento ao mercado, com o propósito de entrega de energia a seus clientes.

Distribuição: se refere à prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, que compreende a operação e manutenção da infraestrutura e serviços correlatos.

Participações: compreende a gestão das participações sem controle acionário, em linha com as estratégias de negócio da Companhia. Também são incluídos nesse segmento os resultados das controladas Gasmig e Cemig Sim, por terem a sua gestão vinculada à Diretoria de Participações (Diretoria CemigPar).

Notas Explicativas



A transferência da energia da atividade de geração para a comercialização consubstancia as transações inter segmentos, que consistem na obtenção de receita pela venda de energia gerada e em custos pela compra da energia a ser comercializada, mensurados por um preço de venda estimado de acordo com critérios baseados no modelo de gestão desses negócios pela Companhia, utilizando como referência preços de mercado.

A partir de 2021, em função da forma como a Administração monitora a composição dos segmentos, a Companhia reavaliou seus segmentos operacionais e passou a divulgar os segmentos de comercialização, participações e transações inter segmentos. De forma a manter a comparabilidade, as informações de 2020 estão sendo reapresentadas usando o mesmo critério.

Notas Explicativas



INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021									
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA				Participações / Holding	TOTAL	Transações inter segmentos (1)	Conciliação (2) (3)	TOTAL
	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição					
RECEITA LÍQUIDA	2.921.309	1.093.704	6.429.728	22.344.681	2.858.118	35.647.540	(1.575.031)	(426.391)	33.646.118
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA, GÁS E ENCARGOS DE USO DA REDE	(794.537)	(252)	(5.734.940)	(14.852.696)	(2.011.340)	(23.393.765)	1.575.031	369.155	(21.449.579)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (3)									
Pessoal	(148.820)	(114.696)	(20.778)	(846.747)	(109.427)	(1.240.468)	-	-	(1.240.468)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(14.406)	(14.023)	(2.558)	(93.948)	(9.332)	(134.267)	-	-	(134.267)
Obrigações pós-emprego	(5.173)	2.769	(803)	18.601	(30.588)	(15.194)	-	-	(15.194)
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas (receitas)	(208.600)	(94.298)	(13.745)	(1.523.805)	(165.126)	(2.005.574)	-	57.236	(1.948.338)
Depreciação e amortização	(254.634)	(3.485)	(525)	(682.598)	(107.866)	(1.049.108)	-	-	(1.049.108)
Provisões e ajustes para perdas operacionais	(19.615)	(11.496)	(14.110)	(198.193)	(120.327)	(363.741)	-	-	(363.741)
Custos de construção da infraestrutura	-	(183.386)	-	(1.802.361)	(49.901)	(2.035.648)	-	-	(2.035.648)
Total do custo de operação	(651.248)	(418.615)	(52.519)	(5.129.051)	(592.567)	(6.844.000)	-	57.236	(6.786.764)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.445.785)	(418.867)	(5.787.459)	(19.981.747)	(2.603.907)	(30.237.765)	1.575.031	426.391	(28.236.343)
Revisão Tarifária Periódica, líquida	-	214.955	-	-	-	214.955	-	-	214.955
Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20, líquido	1.031.809	-	-	-	-	1.031.809	-	-	1.031.809
Ganho na alienação de ativo mantido para venda, líquido	-	-	-	-	108.550	108.550	-	-	108.550
Resultado de combinação de negócios	-	4.006	-	-	-	4.006	-	-	4.006
Resultado de equivalência patrimonial	53.680	-	-	-	128.396	182.076	-	-	182.076
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	2.561.013	893.798	642.269	2.362.934	491.157	6.951.171	-	-	6.951.171
Resultado financeiro	(758.151)	(394.950)	15.056	(7.531)	(1.107.417)	(2.252.993)	-	-	(2.252.993)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	1.802.862	498.848	657.325	2.355.403	(616.260)	4.698.178	-	-	4.698.178
Imposto de renda e contribuição social	(409.268)	(77.542)	(224.012)	(654.863)	420.376	(945.309)	-	-	(945.309)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.393.594	421.306	433.313	1.700.540	(195.884)	3.752.869	-	-	3.752.869
Participação dos acionistas controladores	1.393.594	421.306	433.313	1.700.540	(197.432)	3.751.321	-	-	3.751.321
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	-	-	1.548	1.548	-	-	1.548

- (1) As transações inter segmentos são integralmente realizadas entre os segmentos de geração e comercialização, conforme explicado acima.
- (2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações);
- (3) As informações dos custos e despesas operacionais por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.

Notas Explicativas



INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (reapresentado)									
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA				Participações / Holding	TOTAL	Transações inter segmentos (1)	Conciliação (2) (3)	TOTAL
	Geração	Transmissão	Comercialização	Distribuição					
RECEITA LÍQUIDA	2.589.094	777.889	5.382.327	16.511.663	1.673.107	26.934.080	(1.323.959)	(382.496)	25.227.625
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA, GÁS E ENCARGOS DE USO DA REDE	(528.505)	(224)	(5.026.868)	(9.960.012)	(1.083.089)	(16.598.698)	1.323.959	332.350	(14.942.389)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (3)									
Pessoal	(169.909)	(102.879)	(15.708)	(885.930)	(101.650)	(1.276.076)	-	-	(1.276.076)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(15.900)	(14.082)	(2.240)	(92.295)	(17.330)	(141.847)	-	-	(141.847)
Obrigações pós-emprego	(42.736)	(38.382)	(5.770)	(296.844)	(54.513)	(438.245)	-	-	(438.245)
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas (receitas)	(176.438)	(64.558)	(11.182)	(1.328.652)	(110.387)	(1.691.217)	-	50.146	(1.641.071)
Depreciação e amortização	(205.164)	(4.736)	(705)	(668.421)	(110.027)	(989.053)	-	-	(989.053)
Provisões e ajustes para perdas operacionais	(32.477)	7.248	(1.390)	(272.276)	(122.820)	(421.715)	-	-	(421.715)
Custos de construção da infraestrutura	-	(146.652)	-	(1.384.334)	(50.489)	(1.581.475)	-	-	(1.581.475)
Total do custo de operação	(642.624)	(364.041)	(36.995)	(4.928.752)	(567.216)	(6.539.628)	-	50.146	(6.489.482)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.171.129)	(364.265)	(5.063.863)	(14.888.764)	(1.650.305)	(23.138.326)	1.323.959	382.496	(21.431.871)
Revisão Tarifária Periódica, líquida	-	502.108	-	-	-	502.108	-	-	502.108
Resultado de equivalência patrimonial	10.839	-	-	-	345.859	356.698	-	-	356.698
Resultado da combinação de negócios	-	51.736	-	-	-	51.736	-	-	51.736
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	1.428.804	967.468	318.464	1.622.899	368.661	4.706.296	-	-	4.706.296
Resultado financeiro	(322.485)	(152.105)	20.201	22.518	(473.588)	(905.459)	-	-	(905.459)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	1.106.319	815.363	338.665	1.645.417	(104.927)	3.800.837	-	-	3.800.837
Imposto de renda e contribuição social	(307.584)	(221.820)	(80.712)	(430.313)	104.713	(935.716)	-	-	(935.716)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	798.735	593.543	257.953	1.215.104	(214)	2.865.121	-	-	2.865.121
Participação dos acionistas controladores	798.735	593.543	257.953	1.215.104	(1.225)	2.864.110	-	-	2.864.110
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	-	-	1.011	1.011	-	-	1.011

(1) As transações inter segmentos são integralmente realizadas entre os segmentos de geração e comercialização, conforme explicado acima.

(2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações intra-segmentos entre as empresas consolidadas (eliminações).

(3) As informações dos custos e despesas operacionais por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.

As informações referentes aos ativos por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas aos Administradores da Companhia.

Notas Explicativas



6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Contas bancárias	116.956	93.060	4.252	4.577
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (1)	624.681	1.415.964	2.047	412.136
Overnight (2)	81.456	171.373	20.393	5.934
Outros	2.115	-	-	-
	708.252	1.587.337	22.440	418.070
	825.208	1.680.397	26.692	422.647

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário – (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP que variam entre 70% a 109% em 31 de dezembro de 2021 (50% a 108% em 31 de dezembro de 2020) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia e suas controladas possuem operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que varia de 8,87% a 9,14% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (1,89% a.a. em 31 de dezembro de 2020) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 31.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Aplicações Financeiras Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	100.554	545.366	25.175	18.884
Letras Financeiras (LFs) – Bancos (2)	1.417.429	2.073.551	354.868	71.799
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) (3)	178.427	730.806	44.671	25.305
Outros	27.678	10.547	6.508	873
	1.724.088	3.360.270	431.222	116.861
Não circulante				
Letras Financeiras (LFs) - Bancos (2)	348.149	729.767	87.163	25.269
Debêntures (4)	4.874	24.789	1.220	858
Outros	707	10.237	-	-
	353.730	764.793	88.383	26.127
	2.077.818	4.125.063	519.605	142.988

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que foi de 107,24% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (106% a 110% em 31 de dezembro de 2020), conforme operação.
- (2) As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 105% a 130% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (99,50% a 130% do CDI em 31 de dezembro de 2020).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs possuem taxa de remuneração que varia entre 9,12% a 9,50% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (1,86% a 1,90% a.a. em 31 de dezembro de 2020).
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR)+1% a 109% do CDI em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

A classificação destes títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas nas notas explicativas nº 30 e 31.

Notas Explicativas



8. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	CONSOLIDADO				2021	2020
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias		
Fornecimento de energia faturado	1.765.462	719.826	455.252	469.273	3.409.813	3.124.555
Fornecimento de energia não faturado	929.579	-	-	-	929.579	1.144.906
Suprimento a outras concessionárias	20.086	30.125	922	902	52.035	50.086
Suprimento a outras concessionárias não faturado	264.864	-	-	-	264.864	260.521
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	72.411	96.207	-	913	169.531	210.271
Concessionários – transporte de energia faturado	62.623	15.849	13.307	77.873	169.652	161.340
Concessionários – transporte de energia não faturado	319.099	-	-	-	319.099	294.734
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(200.768)	(35.440)	(88.458)	(508.484)	(833.150)	(712.369)
	3.233.356	826.567	381.023	40.477	4.481.423	4.534.044
Ativo Circulante					4.429.883	4.373.075
Ativo não Circulante					51.540	160.969

	CONTROLADORA				2021	2020
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos há mais de 360 dias		
Fornecimento faturado	-	1.596	-	23.003	24.599	22.284
Fornecimento não faturado	106.184	-	-	-	106.184	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	48.869	-	-	-	48.869	-
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(22.284)	(22.284)	(22.284)
	155.053	1.596	-	719	157.368	-
Ativo Circulante					157.368	-

A exposição da Companhia e suas controladas a risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 31.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

Consolidado	2021	2020
Residencial	220.937	110.149
Industrial	184.954	187.927
Comércio, serviços e outras	220.400	189.769
Rural	34.466	30.355
Poder público	45.221	82.715
Iluminação pública	1.909	2.434
Serviço público	37.504	34.803
Encargos de uso de rede – TUSD	87.759	74.217
	833.150	712.369

Considerando os efeitos da crise causada pela Covid-19 sobre a inadimplência de seus clientes e o aparecimento de novas condicionantes, como o ritmo de vacinação no país, as mutações do vírus e as alterações na política de apoio governamental, a Companhia, diante da evolução observada em 2020 e 2021, entende que as premissas atuais representam a melhor estimativa possível para o reconhecimento de PECLD no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Notas Explicativas



Em 31 de julho de 2020, a Cemig D protocolou requerimento na Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais – SEF/MG para compensação das dívidas de consumo e serviços de energia elétrica da administração direta e indireta do Estado de Minas Gerais utilizando débitos tributários relativos ao ICMS, nos termos do artigo 3º do Decreto Estadual 47.908/2020, que regulamentou a Lei Estadual 47.891/2020. As dívidas do Estado de Minas Gerais junto à Cemig D passíveis de compensação são aquelas vencidas até 30 de junho de 2019, no valor de R\$222.266. As compensações tiveram início em abril de 2021, após a homologação pela Secretaria de Estado da Fazenda e a formalização do Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida ocorridas em 31 de março de 2021. Até o mês de dezembro de 2021 foram compensadas 9 parcelas, do total de 21, no valor de R\$10.584 cada, restando em aberto o montante de R\$127.010. A expectativa é de que as compensações ocorram mensalmente nesse mesmo valor até dezembro de 2022.

A movimentação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no exercício é como segue:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	809.725
Constituições líquidas (nota 28)	146.705
Reversão de baixas	(244.061)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	712.369
Constituições líquidas (nota 28)	143.856
Reversão de baixas	(23.075)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	833.150

9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Circulante				
ICMS a recuperar	112.813	97.272	3	-
PIS/Pasep (a) (b)	328.643	310.927	24	219
Cofins (a) (b)	1.508.180	1.425.796	121	1.018
Outros	19.343	16.062	940	104
	1.968.979	1.850.057	1.088	1.341
Não circulante				
ICMS a recuperar (b)	342.183	257.160	-	-
PIS/Pasep (a)	316.044	588.257	110.376	108.878
Cofins (a)	1.339.058	2.594.428	392.076	386.713
Outros	-	2.226	-	1.795
	1.997.285	3.442.071	502.452	497.386
	3.966.264	5.292.128	503.540	498.727

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

Em 08 de maio de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Ação Ordinária movida pela Cemig, Cemig D e Cemig GT, com decisão favorável às autoras, reconhecendo o direito de excluírem o ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins, com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde julho de 2003.

Notas Explicativas



Assim, a Companhia registrou os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

Adicionalmente, transitaram em julgado, com decisão favorável às empresas, as ações judiciais da mesma natureza movidas pelas subsidiárias integrais Sá Carvalho, Cemig Geração Distribuída (anteriormente denominada Usina Térmica Ipatinga S.A.), Cemig Geração Poço Fundo S.A. (anteriormente denominada Usina Termelétrica Barreiro S.A.) e Horizontes Energia S.A.

A Companhia e suas controladas possuem duas formas de recuperação do crédito tributário: (i) compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, de PIS/Pasep e Cofins, dentro do prazo prescricional de 5 anos; ou (ii) recebimento de precatórios do Governo Federal.

Em relação à Companhia, além da hipótese de receber os créditos por meio de precatórios, passou-se a avaliar a viabilidade de habilitar administrativamente os créditos para compensação com os tributos federais gerados nas atividades da controladora.

Em 12 de maio de 2020, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins oriundos da ação judicial transitada em julgada em 2019 em favor da Cemig D e GT, que iniciaram, em maio de 2020, a compensação mensal dos saldos a receber com os valores a pagar, que deve ocorrer dentro do prazo prescricional de 5 anos.

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou os embargos de declaração interpostos pela União, modulando os efeitos da decisão de que o ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS/Pasep e da Cofins, para que produção de efeitos se dê após 15 de março de 2017, data da fixação da tese, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data em que proferido o julgamento. Dessa forma, a modulação dos efeitos proferida pelo STF não alcança os créditos reconhecidos pela Companhia. Adicionalmente, na questão relativa ao ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS/Pasep e Cofins, prevaleceu o entendimento de que se trata do ICMS destacado, conforme critério de registro adotado pela Companhia para as ações que transitaram em julgado. Foi reconhecido um aumento nos valores a compensar de PIS/Pasep e Cofins no montante de R\$18.213, referente aos períodos em que foi excluído de sua base de cálculo o valor do ICMS recolhido ao invés daquele destacado nas notas fiscais.

Baseada na opinião dos assessores legais, a Companhia entende que parcela dos créditos tributários a serem recebidos pela Cemig D deve ser objeto de restituição aos seus consumidores, considerando um período máximo de 10 anos aplicável ao cálculo da devolução. Sendo assim, a Cemig D constituiu um passivo no montante total dos créditos tributários correspondentes ao período dos últimos 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a sua receita de atualização .

Notas Explicativas



Tendo em vista a decisão do STF sobre a modulação dos efeitos da decisão, a controlada Gasmig reconheceu, no segundo trimestre de 2021, os valores dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS referentes aos períodos contemplados no processo que discute a matéria, no montante de R\$219.753, os quais atualizados até 31 de dezembro de 2021 representam R\$224.734. A controlada registrou o passivo correspondente aos valores a serem devolvidos aos seus clientes considerando efeitos retrospectivos de 10 anos, contados da data do encerramento do exercício, na ausência do trânsito em julgado.

Para maiores informações sobre os valores a serem devolvidos pela Cemig D e Gasmig, ver na nota explicativa nº 21.

A Companhia possui registrado o montante de R\$1.825.901 no ativo circulante e R\$1.651.094 no ativo não circulante referente aos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, com atualização pela SELIC até a data da sua efetiva compensação.

Em 2021, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R\$1.786.325 (R\$1.274.636 no exercício de 2020).

b) Demais tributos compensáveis

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de ativo imobilizado e intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas demonstrações financeiras.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no período corrente e às antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do exercício fiscal. Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes relativos ao imposto de renda e contribuição social são apresentados de forma líquida quando atendidos os requisitos do CPC 32/IAS 12.

Notas Explicativas



	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de renda	763.468	697.923	221.422	245.996
Contribuição social	250.851	246.210	24.428	33.860
	1.014.319	944.133	245.850	279.856
Circulante	698.914	597.610	-	-
Não circulante	315.405	346.523	245.850	279.856

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no ativo não circulante são decorrentes, principalmente, de recolhimentos a título de antecipações, requeridos pela legislação tributária, superiores ao valor devido, apurados pela controladora quando do ajuste anual, cuja expectativa de compensação ultrapassa doze meses.

Em 24 de setembro de 2021, o Superior Tribunal Federal – STF decidiu, por unanimidade, pela inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores atinentes à atualização pela taxa Selic em razão de repetição de indébito tributário. Sendo a matéria constitucional com repercussão geral, a Companhia e suas controladas aguardam o trânsito em julgado que está pendente de eventual interposição de embargos de declaração e o resultado de eventual modulação para avaliação e registro dos potenciais efeitos da decisão, uma vez que não possui ação judicial relativa a esse tema.

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pelas suas controladas sujeitas ao lucro real, que devem recolher mensalmente os tributos por estimativa ou balancete de redução, bem como pelas controladas optantes pelo lucro presumido, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais.

	Consolidado	
	2021	2020
Circulante		
Imposto de renda	147.312	108.262
Contribuição social	42.690	31.796
	190.002	140.058

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos fiscais diferidos constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, respectivamente, conforme segue:

Notas Explicativas



	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Ativos Fiscais Diferidos				
Prejuízo fiscal/base negativa	806.639	400.758	583.662	114.666
Provisões para contingências	542.089	537.661	71.278	66.362
Perda por redução ao valor recuperável de investimentos	244.132	639.739	-	382.904
Provisão PUT SAAG	216.339	182.293	-	-
Obrigações pós-emprego	1.980.828	2.167.566	239.750	243.280
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	314.863	256.130	8.477	7.578
Outros	150.389	138.599	4.095	4.055
Total	4.255.279	4.322.746	907.262	818.845
Passivos Fiscais Diferidos				
Custo atribuído na adoção das IFRS	(219.067)	(224.610)	-	-
Valor justo de participações societárias	(465.615)	(486.335)	(104.992)	(126.934)
Encargos financeiros capitalizados	(164.716)	(168.909)	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo indenizável da concessão	(245.181)	(242.424)	-	-
Atualização ativo de contrato	(895.223)	(768.126)	-	-
Ajuste a valor justo swap	(412.436)	(1.002.636)	-	-
Atualização de depósitos judiciais	(6.737)	(6.129)	-	-
Ressarcimento de custos - GSF	(319.207)	-	-	-
Outros	(24.618)	(10.720)	-	(1.016)
Total	(2.752.800)	(2.909.889)	(104.992)	(127.950)
Total Líquido	1.502.479	1.412.857	802.270	690.895
Total do Ativo	2.464.734	2.452.860	802.270	690.895
Total do Passivo	(962.255)	(1.040.003)	-	-

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.659.705	680.731
Efeitos alocados às demonstrações de resultados abrangentes	3.525	(1.687)
Efeitos alocados ao resultado proveniente de operações em continuidade	(252.035)	11.848
Outros	1.662	3
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.412.857	690.895
Efeitos alocados ao resultado proveniente de operações em continuidade	210.773	121.376
Efeitos alocados às demonstrações de resultados abrangentes	(102.408)	(10.001)
Tributos diferidos recebidos em reorganização societária	(16.815)	-
Outros	(1.928)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.502.479	802.270

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Conforme as estimativas individuais da Companhia e de suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do Ativo Fiscal Diferido existente em 31 de dezembro de 2021, conforme abaixo:

	Consolidado	Controladora
2022	717.224	207.848
2023	583.660	96.024
2024	661.720	77.008
2025	506.749	65.658
2026	481.440	40.349
2027 a 2029	844.676	314.210
2030 a 2031	459.810	106.164
	4.255.279	907.262

Notas Explicativas



d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada nas demonstrações de resultados, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	4.698.178	3.800.837	3.650.014	2.855.915
Imposto de renda e contribuição social – Despesa Nominal	(1.597.381)	(1.292.285)	(1.241.005)	(971.011)
<i>Efeitos fiscais incidentes sobre:</i>				
Resultado de equivalência patrimonial (líquido dos efeitos de Juros sobre Capital Próprio)	5.878	92.898	885.492	807.067
Incentivo fiscal	63.714	38.636	-	55
Diferença resultante da base de incidência do lucro presumido	145.910	96.503	-	-
Multas indedutíveis	(22.971)	(25.189)	(52)	(749)
Resultado com alienação da Light	154.326	-	154.326	-
PECLD com partes relacionadas	-	(12.703)	-	(12.703)
Juros sobre o capital próprio declarado	324.796	188.186	324.796	188.186
Outros	(19.581)	(21.762)	(22.250)	(2.650)
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	(945.309)	(935.716)	101.307	8.195
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.156.082)	(683.681)	(20.069)	(3.653)
Imposto de renda e contribuição social diferido	210.773	(252.035)	121.376	11.848
	(945.309)	(935.716)	101.307	8.195
Alíquota efetiva	20,12%	24,62%	2,78%	0,29%

11. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A Companhia possui contas a receber junto ao Governo do Estado de Minas Gerais decorrente da devolução de depósito administrativo relativo à discussão quanto ao critério de atualização monetária de AFAC realizada em anos anteriores, que foi objeto de assinatura do Termo de Reconhecimento de Débitos (TRD). O TRD previa pagamento em 12 parcelas mensais e consecutivas, atualizadas monetariamente pelo IGP-M até a data do efetivo desembolso, sendo a 1ª parcela com vencimento em 10 de novembro de 2017. Adicionalmente, a Cláusula 3ª do referido Termo prevê que, em caso de mora ou inadimplência por parte do Estado no pagamento das parcelas mensais e consecutivas acordadas, a Cemig está autorizada a proceder à retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência.

Entretanto, o Governo do Estado de Minas Gerais questiona a celebração do TARD, realizada em gestão anterior, por entender que foi firmado sem observância dos requisitos legais para validade dos atos administrativos e notificou a Cemig para que restitua as duas parcelas quitadas anteriormente, assim como os valores dos dividendos retidos, no montante total de R\$299.005.

Notas Explicativas



De forma a resolver a questão por meio de solução negociada de impasses, foi submetida a controvérsia acerca do TARD à Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos – CPRAC do Estado de Minas Gerais, que atualmente está na fase inicial de análise da matéria.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo a receber reconhecido no ativo não circulante é de R\$13.366 (R\$11.614 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia fez a retenção da parcela remanescente nos dividendos pagos ao Governo do Estado de Minas Gerais em 30 de junho de 2021, estando no aguardo da evolução da questão junto à CPRAC para a baixa definitiva do referido saldo remanescente do Contas a Receber.

Em caso de insucesso na busca de solução por meio da CPRAC e eventual ação judicial para discussão do mérito relacionado ao critério utilizado no passado para atualização monetária do AFAC, a Administração, com base na avaliação dos assessores jurídicos internos, considerou a probabilidade de perda como possível.

12. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Trabalhista	266.604	277.980	25.292	29.859
Fiscais				
Imposto de renda sobre JCP	29.546	29.045	300	290
PIS/Pasep e Cofins (1)	68.342	66.452	-	-
ITCD	55.752	54.497	54.786	53.547
IPTU	86.925	84.248	62.229	60.872
FINSOCIAL	40.999	40.349	40.999	40.349
IR/INSS - indenização do anuênio (2)	290.198	285.836	13.936	13.727
IRRF sobre lucro inflacionário	8.743	8.652	8.743	8.652
IRPJ/CSLL (3)	76.155	18.062	-	-
Outros (4)	103.570	97.508	67.015	67.050
	760.230	684.649	248.008	244.487
Outros				
Regulatório	52.736	51.605	20.033	19.690
Responsabilidade civil	12.482	9.105	6.630	3.469
Relações de consumo	7.924	7.595	941	1.214
Bloqueio judicial	19.146	12.881	3.373	2.583
Outros	36.047	11.982	3.374	3.374
	128.335	93.168	34.351	30.330
	1.155.169	1.055.797	307.651	304.676

- (1) Refere-se aos depósitos judiciais relacionados ao questionamento sobre a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições.
- (2) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 25 – Provisões (Indenização do anuênio);
- (3) Depósito judicial no âmbito de processos que discutem a tributação de IRPJ/CSLL sobre o pagamento de JCP e tributação de CSLL sobre doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, despesas com multas punitivas e tributos com exigibilidade suspensa.
- (4) Inclui os saldos de depósitos decorrentes de ações relacionadas à INSS e PIS/Pasep e Cofins.

Notas Explicativas



13. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios para custear o “Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica”, vigente de setembro a dezembro de 2021, serão reembolsados através dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS). O programa foi criado para incentivar os consumidores a economizarem energia em razão do momento crítico de escassez hídrica, sendo uma medida emergencial do governo para garantir a continuidade e segurança do fornecimento de energia elétrica no país. Para os consumidores que reduziram o consumo nos meses de setembro a dezembro de 2021, de tal forma que a soma do consumo de energia elétrica nesses meses ficou entre 10% e 20% menor em relação ao mesmo período do ano anterior, foi concedido um bônus de R\$0,50 por quilowatt-hora (kWh) do total da energia economizada. A bonificação foi informada na primeira fatura recebida após o cálculo do consumo referente ao mês de dezembro de 2021 e creditada como abatimento na fatura subsequente. Em 31 de dezembro de 2021, o montante apropriado como receita para subsídios desse bônus foi de R\$205.439. A Companhia tem a receber o mesmo valor, o qual está reconhecido no ativo circulante.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante apropriado como receitas dos demais subsídios, reembolsados através dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE), foi de R\$986.310 (R\$1.035.617 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, a Companhia tem a receber o montante total de R\$86.457, reconhecido no ativo circulante, sendo R\$81.981 (R\$82.616 em 31 de dezembro de 2020) pela Cemig D e R\$4.476 (R\$5.733 em 31 de dezembro de 2020) pela Cemig GT.

14. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

Consolidado	2021	2020
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura		
Concessões de distribuição de energia (14.1)	683.729	530.058
Concessão de distribuição de gás (14.1)	34.386	29.183
Indenizações a receber – geração (14.2)	816.202	816.202
Bonificação pela outorga – concessões de geração (14.3)	2.792.201	2.549.198
	4.326.518	3.924.641
Ativos financeiros setoriais		
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” CVA e outros componentes financeiros (14.4)	2.147.548	132.681
Total	6.474.066	4.057.322
Ativo circulante	1.504.666	258.588
Ativo não circulante	4.969.400	3.798.734

Consolidado	2021	2020
Passivos financeiros da concessão		
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” CVA e outros componentes financeiros (14.4)	51.359	231.322
Total	51.359	231.322
Passivo circulante	51.359	231.322

Notas Explicativas

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Geração	Distribuição de energia	Gás	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.284.418	459.711	23.663	3.767.792
Adições	-	-	53	53
Transferências do ativo de contrato	-	60.333	-	60.333
Transferências para o ativo intangível	-	(5.325)	21	(5.304)
Atualização financeira	347.057	15.465	5.446	367.968
Baixas	-	(126)	-	(126)
Recebimentos	(266.075)	-	-	(266.075)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.365.400	530.058	29.183	3.924.641
Transferências do ativo de contrato	-	109.842	-	109.842
Transferências do intangível	-	(9.392)	-	(9.392)
Adições	-	-	28	28
Atualização financeira	523.105	53.751	5.175	582.031
Baixas	-	(530)	-	(530)
Recebimentos	(280.102)	-	-	(280.102)
Saldos em 31 de dezembro 2021	3.608.403	683.729	34.386	4.326.518

14.1 Distribuição - Ativos Financeiros Relacionados à Infraestrutura

Os contratos de distribuição de energia elétrica e de gás se enquadram nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e os ativos financeiros correspondentes referem-se aos investimentos na infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões. Esses ativos financeiros são mensurados ao valor justo conforme previsto no marco regulatório dos segmentos e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e suas controladas e os respectivos poderes concedentes.

14.2 Geração - Indenização a Receber

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Cemig GT sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, passando a Cemig GT a ter direito à indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, estão reconhecidos no ativo financeiro, pelo método do valor justo por meio do resultado, e totalizam R\$816.202 em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Notas Explicativas



Central geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no custo histórico	Saldo líquido dos ativos com base no custo atribuído
Lote D				
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
PCH Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
Outras				
UHE Volta Grande	fev/17	380	25.621	70.118
UHE Miranda	dez/16	408	26.710	22.546
UHE Jaguará	ago/13	424	40.452	174.203
UHE São Simão	jan/15	1.710	1.762	2.711
		3.601,70	203.545	816.202

Conforme previsto na Resolução Normativa Aneel nº 615/2014, os laudos de indenização das usinas, anteriormente operadas pela Cemig GT, que foram incluídas no Lote D e da Usina Volta Grande foram entregues à Aneel e a Companhia e sua controlada não esperam perdas na realização desses ativos.

Em 31 de dezembro de 2021, os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguará, São Simão e Miranda, nos valores de R\$174.203, R\$2.711 e R\$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos Financeiros da Concessão e a definição dos valores finais a serem indenizados está em processo de discussão junto à Aneel. A Administração da Companhia não espera perdas na realização desses valores.

No ano de 2019 foi aberta a audiência pública 003/2019 para obter subsídios para o aprimoramento da regulamentação de critérios e procedimentos de cálculo dos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou não depreciados de concessões de geração prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013, que resultou na publicação, em 13 de julho de 2021, da Resolução Normativa nº 942, pela Aneel.

De acordo com a Resolução Normativa nº 942, as concessionárias deverão comprovar a realização dos respectivos investimentos vinculados a bens reversíveis, por meio de relatório de avaliação, até 12 de julho de 2022, podendo este prazo ser prorrogado pela Aneel por igual período. Conforme determinação do regulador, o relatório de avaliação deverá ser elaborado por uma empresa credenciada junto à Aneel, a ser contratada pela concessionária. Adicionalmente, as concessionárias deveriam manifestar interesse no recebimento do valor complementar até 20 de agosto de 2021, sendo este requisito cumprido pela Cemig GT dentro do prazo estipulado.

Notas Explicativas



O anexo I da referida Resolução detalha a metodologia e os critérios gerais para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, o qual terá como base o valor novo de reposição, sendo este calculado prioritariamente a partir de banco de preços referenciais, seguido pelo banco de preços da concessionária ou, em última hipótese, do custo contábil fiscalizado atualizado.

A Companhia está avaliando os efeitos da referida resolução e não espera perdas em seu ativo financeiro em razão da aplicação das alterações introduzidas.

Em 09 de agosto de 2021 a Companhia manifestou seu interesse no recebimento do valor complementar relativo às parcelas dos investimentos vinculados aos bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados e não indenizados.

A Companhia contratou a empresa avaliadora credenciada na Aneel e espera atender aos requisitos da ReN nº 942/2021, comprovando a realização dos respectivos investimentos vinculados aos bens reversíveis, por meio de relatório de avaliação, no prazo estabelecido.

14.3 Geração - Bonificação pela outorga

A bonificação paga pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nºs 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Cemig GT, foi de R\$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Cemig GT de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2020	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2021
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.447.210	287.009	(150.499)	1.583.720
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	454.256	90.360	(47.462)	497.154
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	170.460	36.723	(20.179)	187.004
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	127.814	27.409	(15.022)	140.201
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	167.206	37.565	(21.136)	183.635
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	113.807	27.429	(16.049)	125.187
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	68.445	16.610	(9.755)	75.300
Total		2.549.198	523.105	(280.102)	2.792.201

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2019	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2020
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.402.425	187.746	(142.961)	1.447.210
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	440.158	59.183	(45.085)	454.256
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	164.799	24.829	(19.168)	170.460
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	123.585	18.499	(14.270)	127.814
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	161.490	25.794	(20.078)	167.206
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	109.757	19.295	(15.245)	113.807
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	66.002	11.711	(9.268)	68.445
Total		2.468.216	347.057	(266.075)	2.549.198

A energia das usinas está sendo comercializada, desde janeiro de 2017, na proporção de 70% no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Notas Explicativas



Ativos e Passivos Setoriais da Concessão

14.4 Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e Outros Componentes Financeiros

Conforme estabelecido no termo aditivo do contrato de concessão, existe a garantia de que em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Os saldos desses ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados, estão demonstrados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL	2021			2020		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	988.850	4.133.064	5.121.914	83.984	1.561.906	1.645.890
Ativo circulante	988.850	2.397.151	3.386.001	83.984	834.093	918.077
Ativo não circulante	-	1.735.913	1.735.913	-	727.813	727.813
Passivo	(1.040.209)	(1.985.516)	(3.025.725)	(246.242)	(1.498.289)	(1.744.531)
Passivo circulante	(1.040.209)	(1.175.718)	(2.215.927)	(246.242)	(903.157)	(1.149.399)
Passivo não circulante	-	(809.798)	(809.798)	-	(595.132)	(595.132)
Total circulante líquido	(51.359)	1.221.433	1.170.074	(162.258)	(69.064)	(231.322)
Total não circulante líquido	-	926.115	926.115	-	132.681	132.681
Total líquido	(51.359)	2.147.548	2.096.189	(162.258)	63.617	(98.641)

Notas Explicativas



Componentes Financeiros	2021			2020		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da "Parcela A"						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	23.593	(90.715)	(67.122)	879	-	879
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	145.817	97.203	243.020	847	217.778	218.625
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	13.172	(972)	12.200	103	17.618	17.721
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia – PROINFA	11.427	18.664	30.091	(138)	5.857	5.719
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva – EER	30.948	953.014	983.962	(1.465)	38.549	37.084
Energia elétrica comprada para revenda	389.548	1.177.997	1.567.545	4.078	448.720	452.798
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação de energia (1)	(67.566)	192.132	124.566	(55.828)	165.793	109.965
Neutralidade da parcela A	24.269	73.081	97.350	(2.706)	109.965	107.259
Devolução faturamento – Conta covid (2)	(371.350)	-	(371.350)	-	(504.476)	(504.476)
Outros itens financeiros	(230.046)	(225.769)	(455.815)	(86.248)	(394.367)	(480.615)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	(21.171)	(47.087)	(68.258)	(21.780)	(41.820)	(63.600)
TOTAL	(51.359)	2.147.548	2.096.189	(162.258)	63.617	(98.641)

- (1) A Cemig Distribuição apresentou sobrecontratação nos anos de 2017 e 2018, sendo que o ganho decorrente da venda da sobra de energia no mercado de curto prazo foi provisoriamente repassado aos consumidores pela Aneel nos reajustes tarifários de 2018 e 2019, incluindo a parcela superior ao limite de 105% da carga regulatória, reduzindo, dessa forma, a tarifa definida. Por entender-se tratar de sobrecontratação voluntária, a Companhia considera que a parcela acima do limite regulatório será recuperada no reajuste tarifário subsequente, com base na regulação vigente à época. Em 27 de agosto de 2020 foi publicado o Despacho nº 2.508/2020-SRM-SGT/Aneel, que definiu os montantes de sobrecontratação dos agentes de distribuição referentes ao ano de 2016 e 2017, tendo como base novo critério de avaliação estabelecido na Nota Técnica nº 97/2020-SRM-SGT/Aneel, que não está previsto nas normas regulatórias vigentes. Desta forma, a Cemig Distribuição interpôs recurso junto à Diretoria da Aneel, para que passasse a refletir valores de sobrecontratação involuntária dos agentes de distribuição condizentes com os critérios de aferição de máximo esforço constantes da Resolução Normativa Aneel nº 453/2011. Importante ressaltar que semelhante recurso foi interposto pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("ABRADEE"), suportado na opinião de assessores jurídicos contratados, o que reforça o entendimento da Companhia. A Companhia não possui expectativa de perdas em relação à realização desses valores e reconhece esse direito, no montante de R\$192.132 em 31 de dezembro de 2021, como outros componentes financeiros a serem homologados. Esse assunto encontra-se em discussão em âmbito recursal na Aneel, contudo, a decisão do Despacho SGT/SEM nº 2.508, de 2020, está vigente e foi considerada no último processo tarifário, no qual foi homologado parte do valor referente à sobrecontratação de 2017, no montante de R\$39.270.
- (2) Componente financeiro criado para devolução dos valores faturados dos consumidores em função do recebimento destes via Conta-Covid, no exercício de 2020. Estes valores estão sendo devolvidos aos consumidores no processo tarifário de 2021, devidamente atualizado pela Selic, assegurada a neutralidade.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	881.614
Constituição líquida de ativos financeiros	611.212
Realização	(156.471)
Repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT	(62.771)
Recebimento de recursos da Conta-Covid	(1.404.174)
Atualização Selic (nota 29)	31.949
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(98.641)
Constituição líquida de ativos financeiros	1.908.166
Realização	237.877
Transferência de outros passivos (1)	(15.120)
Atualização Selic (nota 29)	63.907
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.096.189

- (1) Valores referentes à reversão para modicidade tarifária dos créditos que não puderam ser devolvidos aos consumidores no faturamento final, previstos no §6º do art. 88 da REN 414/2010, incluído pela REN 714/2016.

Notas ExplicativasReajuste tarifário da Cemig D

Em 25 de maio de 2021, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Cemig Distribuição, para vigência no período de 28 de maio de 2021 a 27 de maio de 2022, com o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 1,28%, sendo 2,14%, em média, para consumidores conectados na Alta Tensão e de 0,89%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão. Para os consumidores residenciais conectados na Baixa Tensão não houve reajuste das tarifas. Este resultado decorre de (i) variação de custos da parcela B, de 2,64%, e os repasses diretos dentro da tarifa, que reduziram em 1,37%, sendo estes últimos sem efeito econômico para a Companhia, não impactando a sua rentabilidade, referentes aos seguintes itens: (a) aumento de 8,84% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados principalmente à compra de energia, encargos setoriais e custos de transmissão, e; (b) redução de 8,80% referente aos componentes financeiros do processo atual, destacando-se a redução de R\$ R\$1.573.000 referentes aos créditos de PIS/Pasep e Cofins, que gerou uma variação negativa na tarifa de 9,67%, e da reversão da Conta-Covid (8,78%), bem como a (c) retirada de 1,41% referentes aos componentes financeiros do processo anterior.

15. ATIVOS DE CONTRATO

Em conformidade ao IFRS 15/CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, os ativos reconhecidos em contrapartida à receita de construção da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho de construção, operação e manutenção, são classificados como ativos de contrato e apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2021:

	Consolidado	
	2021	2020
Distribuição – ativos de infraestrutura em construção	1.926.652	1.141.599
Gás – ativos de infraestrutura em construção	95.137	94.115
Transmissão – Rede Básica – Lei 12.783/13	2.011.576	1.895.854
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	2.346.643	1.848.504
	6.380.008	4.980.072
Circulante	599.692	737.110
Não circulante	5.780.316	4.242.962

Notas Explicativas



A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

	Transmissão	Distribuição	Gás	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.075.558	740.044	67.951	3.883.553
Adições	201.451	1.346.410	50.489	1.598.350
Atualização financeira	438.393	-	-	438.393
Resultado da Revisão Tarifária Periódica	551.852	-	-	551.852
Recebimentos	(623.480)	-	-	(623.480)
Baixa	(7.348)	-	(1.503)	(8.851)
Transferências para o ativo financeiro	-	(60.333)	-	(60.333)
Transferências para o ativo intangível	-	(882.951)	(22.822)	(905.773)
Ativo de contrato proveniente de combinação de negócios	107.932	-	-	107.932
Perda por redução ao valor recuperável	-	(1.571)	-	(1.571)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.744.358	1.141.599	94.115	4.980.072
Adições	251.973	1.757.015	49.901	2.058.889
Atualização financeira	660.457	-	-	660.457
Resultado da Revisão Tarifária Periódica	236.627	-	-	236.627
Recebimentos	(612.447)	-	-	(612.447)
Baixa	(3.986)	-	(4.306)	(8.292)
Outras adições	-	-	6.709	6.709
Transferências para o ativo financeiro	-	(109.842)	-	(109.842)
Transferências para o ativo intangível	-	(851.183)	(51.282)	(902.465)
Ativo de contrato proveniente de combinação de negócios	81.237	-	-	81.237
Ajustes provisão redução ao valor recuperável	-	(10.937)	-	(10.937)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.358.219	1.926.652	95.137	6.380.008

Dentre as adições realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, está contemplado o valor de R\$15.329 a título de encargos financeiros capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 22. A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 9,44% a.a..

A Companhia não identificou indícios de perda no valor recuperável dos seus ativos de contrato.

Atividades de Distribuição de energia elétrica e gás

Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica e gás ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

Atividade de Transmissão

Para a atividade de transmissão os valores a receber da Companhia são decorrentes dos Contratos de Concessão nº 006/97, nº 079/00, nº 004/05 e nº 006/11, conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas



	2021	2020
Circulante		
Contrato de Concessão – 004/05	26.678	18.680
Contrato de Concessão - 079/00	38.782	28.600
Contrato de Concessão - 006/11	7.355	-
Contrato de Concessão - 006/97		
Rede Básica do Sistema Existente – RBSE	317.692	533.430
Rede Básica de Novas Instalações – RBNI	209.185	156.400
	599.692	737.110
Não circulante		
Contrato de Concessão – 004/05	89.204	90.977
Contrato de Concessão - 079/00	151.858	132.589
Contrato de Concessão - 006/11	73.882	-
Contrato de Concessão - 006/97		
Rede Básica do Sistema Existente – RBSE	1.693.884	1.362.424
Rede Básica de Novas Instalações – RBNI	1.749.699	1.421.259
	3.758.527	3.007.249
	4.358.219	3.744.359

a) Contrato de Concessão nº 006/97

O contrato regula a exploração do serviço público das instalações de transmissão classificadas como integrantes da Rede Básica, de acordo com a Lei nº 9.074/1995 e regulamentação pertinente, vigente até 31 de dezembro de 2042.

O contrato foi renovado em 04 de dezembro de 2012, pelo prazo de 30 anos, contados a partir de 1º de janeiro de 2013, em função da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei 12.783/2013, com previsão de indenização dos ativos não depreciados em 31 de dezembro de 2012.

Em 22 de abril de 2021, a Resolução nº 2.852 alterou o reposicionamento da RAP determinado pela Resolução nº 2.712/2020, retroativamente a 1º de julho de 2018, bem como a parcela de ajuste de Revisão, com efeitos financeiros no reajuste da RAP do ciclo 2021-2022, a vigorar de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

A próxima Revisão Tarifária Periódica – RTP ocorrerá em junho de 2023, com vigência a partir de 1º de julho de 2023. O índice utilizado para corrigir o contrato é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Ativos RBSE - atualização pelo custo de capital regulatório

Em 2017, a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, a Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e a Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico obtiveram tutela antecipada, no processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União, visando à suspensão dos efeitos sobre as tarifas da correção pelo custo de capital próprio real das parcelas não pagas entre 2013 e 2017 dos ativos da “Rede Básica”, devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

Em 2020 as liminares foram cassadas e a Aneel homologou, de forma precária e provisória, a inclusão da remuneração pelo custo de capital próprio real atualizado apenas pelo IPCA do período entre os ciclos tarifários 2017-2018 e 2019-2020.

Notas Explicativas



Em 06 de janeiro de 2021, a Advocacia Geral da União emitiu parecer sobre os efeitos jurídicos da reversão de medidas judiciais que suspendiam a remuneração do custo de capital das transmissoras definida na Portaria MME 120/2016, concluindo que esta deve ser atualizada pela taxa referente ao custo de capital próprio até 1º de julho de 2020, data do “efetivo pagamento”, sendo incorporada à RAP das transmissoras a partir do processo de 1º de julho de 2020 (ciclo 2020-2021), pelo prazo de oito anos.

Em 22 de abril de 2021, a Aneel publicou a Resolução Homologatória nº 2.852, que alterou a Resolução Homologatória nº 2.712/2020, definindo, dentre outras disposições, o referido componente financeiro. Dessa forma, o custo de capital próprio associado a esse componente financeiro foi incorporado ao cálculo dos processos de revisão periódica de 2018 da RAP das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, causando dois efeitos: (i) novo valor do componente a ser considerado na RAP dos ciclos tarifários de 2020-2021 a 2025-2026; e (ii) valor residual referente à diferença entre o valor pago às transmissoras entre os ciclos tarifários 2017-2018 e 2019-2020 e o valor devido após a cassação das liminares.

Assim, o saldo devedor desse componente foi recalculado, considerando o custo de capital remunerado à taxa de custo de capital próprio até a data do efetivo pagamento (1º de julho de 2020), descontado dos valores pagos trazidos a valor presente.

Adicionalmente, a Aneel decidiu pelo “reperfilamento” desses pagamentos, dentro do prazo de oito anos, de forma gradativa, e assegurando o valor presente líquido da operação.

O fluxo considerou o patamar mínimo de pagamento da dívida no ciclo 2021-2022, ou seja, com amortização nula do saldo devedor; taxa de amortização no ciclo 2022-2023 igual a 3,0%, de modo a amortizar parte da dívida e manter o patamar de pagamento estável; e pagamentos constantes nos ciclos 2023-2024 a 2027-2028, com taxas de amortização de 16,11% ao ano. Esse componente financeiro da receita não deve ser objeto da revisão periódica de 2023, a fim de promover a estabilidade regulatória e a mitigação do risco setorial. Os efeitos no ativo de contrato em função da redução da amortização nos ciclos 2021-2022 e 2022-2023 somam o montante de R\$268.759, reclassificados do ativo circulante para o ativo não circulante.

A Companhia reconheceu os efeitos da Resolução Homologatória 2.852/2021 no 2º trimestre de 2021, no montante de R\$211.246, como resultado do recálculo do componente financeiro incluindo a remuneração do custo de capital à taxa do custo de capital próprio, em substituição à taxa do custo médio ponderado de capital regulatório, para o período de junho de 2017 a junho de 2020, e os novos valores do componente para os ciclos de 2020-2021 a 2025-2026, considerando o reperfilamento dos pagamentos, nos termos da Resolução.

Notas Explicativas



b) Contrato de Concessão nº 079/00

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na implantação, manutenção e operação de transmissão das seguintes instalações: SE Itajubá 3, LT Itajubá 3/Poços de Caldas e LT Itajubá 3/ Cachoeira Paulista, vigente até 04 de outubro de 2034.

O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

Em 30 de março de 2021, a Resolução Homologatória nº2.839 alterou os valores das RAP e das parcelas de ajuste para este contrato, gerando um ajuste positivo de R\$3.708 no ativo de contrato.

Estes novos valores irão compor a nova RAP a partir do reajuste do ciclo 2021-2022, sendo a Parcela de Ajuste referente a retroatividade da RAP paga em 3 prestações nos próximos reajustes da receita.

A próxima Revisão Tarifária Periódica – RTP dos reforços aprovados ocorrerá em junho de 2024, com vigência a partir de 1º de julho de 2024.

c) Contrato de Concessão nº 006/11

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na construção, manutenção e operação de transmissão da SE Sete Lagoas 4, com vigência até 15 de junho de 2041.

O índice de atualização do contrato é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Em 13 de julho de 2021, a Aneel estabeleceu as RAPs para o ciclo 2021-2022 por meio da Resolução Homologatória nº2.895, que foi alterada pela Resolução Homologatória nº2.959 em 05 de outubro de 2021, em função dos pedidos de reconsideração interpostos pelas concessionárias de transmissão.

Os reflexos financeiros das novas RAP, a partir da comparação destas com as projeções da modelagem financeira do contrato, não foram significativos, considerando que não houve alterações relevantes nas premissas utilizadas.

Notas Explicativas



d) Contrato de Concessão nº 004/2005

O contrato regula a concessão do serviço público das instalações de transmissão em 345 kV, segundo circuito, que tem origem na Subestação Furnas e término na Subestação Pimenta, com extensão aproximada de 75 Km, pelo prazo de 30 anos, contados a partir de março de 2005. Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a Centroeste terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, à Receita Anual Permitida - RAP, reajustado anualmente. No 16º ano de operação comercial, a RAP desta transmissora terá redução de 50%, estendendo-se, desta forma, até o término da concessão.

O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

Em 13 de julho de 2021, a Aneel estabeleceu as RAPs para o ciclo 2021-2022 por meio da Resolução Homologatória nº2.895, que foi alterada pela Resolução Homologatória nº2.959 em 05 de outubro de 2021, em função dos pedidos de reconsideração interpostos pelas concessionárias de transmissão, inclusive pela Companhia.

Os reflexos financeiros das novas RAP, a partir da comparação destas com as projeções da modelagem financeira do contrato, não foram significativos, considerando que não houve alterações relevantes nas premissas utilizadas.

Notas Explicativas



16. INVESTIMENTOS

Investidas	Controle	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
Cemig Geração e Transmissão	Controlada	-	-	7.831.942	5.921.159
Hidrelétrica Cachoeirão	Controlada em conjunto	59.013	53.215	-	-
Guanhães Energia	Controlada em conjunto	125.172	131.391	-	-
Hidrelétrica Pipoca	Controlada em conjunto	46.722	35.552	-	-
Retiro Baixo	Controlada em conjunto	200.385	195.235	-	-
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	Controlada em conjunto	609.154	631.227	-	-
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	Controlada em conjunto	932.600	965.255	-	-
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	Coligada	-	209.374	-	-
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	Coligada	-	157.476	-	-
Lightger	Controlada em conjunto	124.275	130.794	-	-
Baguari Energia	Controlada em conjunto	168.430	159.029	-	-
Aliança Geração	Controlada em conjunto	1.140.930	1.166.240	-	-
Cemig Distribuição	Controlada	-	-	6.942.666	6.021.630
Taesa	Controlada em conjunto	1.580.379	1.467.445	1.580.379	1.467.445
Ativas Data Center	Coligada	15.750	16.799	15.750	16.799
Gasmig	Controlada	-	-	1.635.985	1.495.599
Cemig Sim	Controlada	-	-	111.433	94.098
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída	Controlada em conjunto	2.699	10.467	-	-
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída	Controlada em conjunto	11.294	11.416	-	-
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída	Controlada em conjunto	9.258	9.212	-	-
UFV Bonfinópolis Geração de Energia Elétrica Distribuída	Controlada em conjunto	6.432	6.144	-	-
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída	Controlada em conjunto	14.890	15.059	-	-
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída	Controlada em conjunto	17.823	16.899	-	-
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída	Controlada em conjunto	6.130	6.182	-	-
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída	Controlada em conjunto	4.058	3.989	-	-
UFV Porteirinha I Geração de Energia Elétrica Distribuída	Controlada em conjunto	5.318	6.075	-	-
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída	Controlada em conjunto	6.384	6.382	-	-
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída (1)	Controlada em conjunto	14.553	-	-	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (2)	Controlada	-	-	-	118.217
Axxiom Soluções Tecnológicas	Controlada em conjunto	4.277	4.436	4.277	4.436
Sete Lagoas Transmissora	Controlada	-	-	60.703	-
Total do Investimento		5.105.926	5.415.293	18.183.135	15.139.383
Itaocara – Passivo a descoberto (3)	Controlada em conjunto	(20.767)	(29.615)	-	-
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio) – Provisões para perdas (4)	Coligada	(161.648)	-	-	-
Total		4.923.511	5.385.678	18.183.135	15.139.383

- Em 31 de março de 2021, a Companhia adquiriu, por meio de sua subsidiária integral Cemig Soluções Inteligentes em Energia S.A. (Cemig Sim), 49% de participação na Sociedade de Propósito Específico ("SPE") UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A., voltada à geração de energia por fonte solar fotovoltaica para o mercado de Geração Distribuída, com potência instalada de 7,35 MWp, no montante de R\$12.558, apurando uma compra vantajosa de R\$1.961.
- Em 24 de novembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Cemig GT aprovou o aumento de seu capital social, realizado pela Companhia por meio de aporte do investimento detido na Centroeste, concretizando a reestruturação societária autorizada pelo Conselho de Administração da Cemig em 12 de fevereiro de 2021.

Notas Explicativas



- (3) A controlada em conjunto Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. apresentou patrimônio líquido negativo e, assim, após reduzir a zero o saldo contábil de sua participação, a Companhia reconheceu uma perda na extensão de suas obrigações contratuais assumidas junto à investida e os outros acionistas, que em 31 de dezembro de 2021 alcançou o montante de R\$20.767 (R\$29.615 em 31 de dezembro de 2020). A perda está apresentada no balanço patrimonial como outras obrigações. Adicionalmente, em 01 de dezembro de 2021, a Cemig GT realizou aporte na UHE Itaocara S.A. para fazer frente ao cumprimento da Sentença Arbitral Final em desfavor desta investida, proferida pela FGV na Câmara de Mediação e Arbitragem, no montante de R\$40.071, sendo este valor proporcional a sua participação acionária nesta investida, de 49%. Esse montante foi reconhecido em “outras despesas” no resultado da Companhia. Ainda, foi realizado aporte no montante de R\$1.359 para cobertura de despesas previstas no orçamento de 2021 da investida.
- (4) Foi reconhecido uma perda na extensão das obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas, que em 31 de dezembro de 2021 alcançou o montante de R\$161.648. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

As investidas da Companhia não consolidadas são controladas em conjunto, com exceção das coligadas Madeira Energia (Usina de Santo Antônio), Ativas Data Center e Light, esta última classificada como ativo mantido para venda em 31 de dezembro de 2020 e cuja alienação foi concluída em 22 de janeiro de 2021. Para mais informações sobre a alienação da Light, ver nota explicativa nº 32.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia analisou se o choque econômico causado pela pandemia do Covid-19 (nota explicativa nº 1.(c)) poderia trazer indicativos de possível desvalorização de ativos, em conformidade ao previsto no IAS 36/CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Como resultado das análises, a Companhia concluiu que a pandemia trouxe efeitos conjunturais e a expectativa de longo prazo de realização dos ativos não sofreu alteração relevante. Dessa forma, o valor contábil líquido dos ativos é recuperável e, portanto, até o momento, a Companhia e suas controladas não reconheceram perdas por redução ao valor recuperável de seus investimentos, exceto pelo investimento devido na Mesa, conforme divulgado em mais detalhes ao longo dessa nota explicativa.

Adicionalmente, em relação ao acima destacado, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional de seus investimentos relevantes, tendo levado em consideração substancialmente as cláusulas de equilíbrio econômico financeiro da Cemig D e Gasmig, a garantia de receitas das transmissoras, a proteção contra redução por força maior dos contratos regulados da geração, bem como as ações legais tomadas pelo Governo Federal e Aneel, concluindo assim pela segurança de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas.

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto e coligadas, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Esse ativo está apresentado em conjunto com o custo histórico dos investimentos e sua amortização ocorrerá no período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos às controladas indiretas Parajuru e Volta do Rio, nos montantes de R\$49.241 (R\$53.858 em 31 de dezembro de 2020) e R\$67.205 (R\$73.983 em 31 de dezembro de 2020), respectivamente, são considerados no balanço individual da controlada Cemig GT como investimentos e são classificados no balanço consolidado da Companhia na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão. Para mais informações, ver nota explicativa nº 18.

Notas Explicativas



A movimentação desses ativos está demonstrada a seguir:

CONTROLADORA					
Investidas	31/12/2019	Amortização	31/12/2020	Amortização	31/12/2021
Lightger	81.489	(2.500)	78.989	(2.501)	76.488
Taesá	170.103	(9.320)	160.783	(9.321)	151.462
Gasmig	426.760	(15.257)	411.503	(15.257)	396.246
TOTAL GERAL	678.352	(27.077)	651.275	(27.079)	624.196

CONSOLIDADO						
Investidas	31/12/2019	Amortização	31/12/2020	Amortização	Baixa (1)	31/12/2021
Cemig Geração e Transmissão						
Retiro Baixo	30.576	(1.389)	29.187	(1.389)	-	27.798
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	17.263	(737)	16.526	(738)	(15.788)	-
Lightger	81.489	(2.500)	78.989	(2.501)	-	76.488
Aliança Geração	352.225	(25.310)	326.915	(25.310)	-	301.605
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	50.603	(1.971)	48.632	(1.972)	-	46.660
Taesá	170.103	(9.320)	160.783	(9.321)	-	151.462
TOTAL GERAL	702.259	(41.227)	661.032	(41.231)	(15.788)	604.013

- (1) Redução a zero do saldo do investimento da Companhia na Madeira Energia S.A., em função de sentença no âmbito de processo arbitral. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

Notas Explicativas



b) Movimentação dos investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas:

CONTROLADORA									
Investidas	31/12/2020	Equivalência patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (outros resultados abrangentes)	Dividendos	Aportes/Aquisição	Baixas	Outros	Resultado com combinação de negócios	31/12/2021
Cemig Geração e Transmissão (1)	5.921.159	868.934	47.561	(479.435)	1.350.000	-	123.723	-	7.831.942
Cemig Distribuição	6.021.630	1.700.541	131.818	(911.323)	-	-	-	-	6.942.666
Ativas Data Center	16.799	(1.049)	-	-	-	-	-	-	15.750
Gasmig	1.495.599	343.259	-	(203.042)	-	-	169	-	1.635.985
Cemig Sim	94.098	5.559	-	(782)	12.558	-	-	-	111.433
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	118.217	16.545	-	(11.038)	-	(123.724)	-	-	-
Axxiom Soluções Tecnológicas	4.436	(2.413)	-	-	2.254	-	-	-	4.277
Sete Lagoas Transmissora	-	376	-	-	54.847	-	1.474	4.006	60.703
Taesá	1.467.445	481.110	-	(368.176)	-	-	-	-	1.580.379
	15.139.383	3.412.862	179.379	(1.973.796)	1.419.659	(123.724)	125.366	4.006	18.183.135

- (1) Em 30 de julho de 2021, a Companhia realizou adiantamento para futuro aumento de capital na Cemig GT, no valor de R\$1.350.000, com a finalidade de compor os recursos necessários a esta controlada para implementação do Cash Tender. Maiores informações sobre a operação da *Tender Offer* na nota explicativa nº 22.

CONTROLADORA								
Investidas	31/12/2019	Equivalência patrimonial (Resultado)	Equivalência patrimonial (Outros resultados abrangentes)	Dividendos	Remensuração de participação anterior em controlada adquirida	Aportes/Aquisição	Outros	31/12/2020
Cemig Geração e Transmissão	5.429.332	1.053.034	343	(561.550)	-	-	-	5.921.159
Cemig Distribuição	4.708.208	1.201.553	(10.458)	122.327	-	-	-	6.021.630
Ativas Data Center	16.114	685	-	-	-	-	-	16.799
Gasmig	1.410.950	219.436	-	(134.073)	-	-	(714)	1.495.599
Cemig Geração Distribuída	10.798	827	-	-	-	-	(11.625)	-
Cemig Sim (antiga Efficientia)	17.156	2.699	-	(230)	-	74.473	-	94.098
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	23.984	17.215	-	(19.493)	37.469	44.775	14.267	118.217
Axxiom Soluções Tecnológicas	12.996	(8.560)	-	-	-	-	-	4.436
Taesá	1.213.193	494.025	-	(239.773)	-	-	-	1.467.445
	12.842.731	2.980.914	(10.115)	(832.792)	37.469	119.248	1.928	15.139.383

Notas Explicativas



CONSOLIDADO							
Investidas	31/12/2020	Equivalência patrimonial (Resultado)	Dividendos	Aportes/Aquisição	Perdas em investimentos	Outros	31/12/2021
Hidrelétrica Cachoeirão	53.215	14.129	(8.331)	-	-	-	59.013
Guanhães Energia	131.391	(6.219)	-	-	-	-	125.172
Hidrelétrica Pipoca	35.552	11.170	-	-	-	-	46.722
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	209.374	(209.374)	-	-	-	-	-
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	157.476	(157.476)	-	-	-	-	-
Lightger	130.794	5.465	(11.984)	-	-	-	124.275
Baguari Energia	159.029	31.071	(21.670)	-	-	-	168.430
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	965.255	(32.730)	-	75	-	-	932.600
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	631.227	(22.073)	-	-	-	-	609.154
Ativas Data Center	16.799	(1.049)	-	-	-	-	15.750
Taesá	1.467.445	481.110	(368.176)	-	-	-	1.580.379
Aliança Geração	1.166.240	199.586	(224.896)	-	-	-	1.140.930
Retiro Baixo	195.235	12.352	(7.202)	-	-	-	200.385
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída	10.467	694	(2.582)	-	-	(5.880)	2.699
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída	9.212	1.464	(1.418)	-	-	-	9.258
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída	11.416	1.708	(1.830)	-	-	-	11.294
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída	6.144	638	(350)	-	-	-	6.432
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída	15.059	1.746	(1.915)	-	-	-	14.890
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída	16.899	1.344	(420)	-	-	-	17.823
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída	6.182	690	(742)	-	-	-	6.130
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída	3.989	619	(550)	-	-	-	4.058
UFV Porteirinha I Geração de Energia Elétrica Distribuída	6.075	(235)	(522)	-	-	-	5.318
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída	6.382	715	(713)	-	-	-	6.384
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída (2)	-	3.303	(1.308)	12.558	-	-	14.553
Axiom Soluções Tecnológicas	4.436	(2.413)	-	2.254	-	-	4.277
Total do Investimento	5.415.293	336.235	(654.609)	14.887	-	(5.880)	5.105.926
Itaocara – Passivo a descoberto (1)	(29.615)	7.489	-	41.430	(40.071)	-	(20.767)
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio) – Provisões para perdas (3)	-	(161.648)	-	-	-	-	(161.648)
Total	5.385.678	182.076	(654.609)	56.317	(40.071)	(5.880)	4.923.511

- (1) Em 01 de dezembro de 2021, a Companhia realizou aporte na UHE Itaocara S.A. para fazer frente ao cumprimento da Sentença Arbitral Final em desfavor desta investida, proferida pela FGV na Câmara de Mediação e Arbitragem, no montante de R\$40.071, sendo este valor proporcional a sua participação acionária nesta investida, de 49%. Esse montante foi reconhecido em “outras despesas” no resultado da Companhia. Adicionalmente, foi realizado aporte no montante de R\$1.359 para cobertura de despesas previstas no orçamento de 2021 da investida.
- (2) Inclui o valor de R\$1.961 referentes a compra vantajosa na aquisição da controlada em conjunto UFV Brasilândia.
- (3) Foi reconhecida uma perda na extensão das obrigações contratuais da Companhia assumidas junto à investida e os outros acionistas, que em 31 de dezembro de 2021 alcançou o montante de R\$161.648. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

Notas Explicativas



CONSOLIDADO								
Investidas	31/12/2019	Equivalência patrimonial (Resultado) (3)	Dividendos	Aportes/Aquisição	Outros	Remensuração da participação anterior em controlada adquirida	Baixas	31/12/2020
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	23.984	-	-	44.775	14.267	37.469	(120.495)	-
Hidrelétrica Cachoeirão	53.728	9.200	(9.713)	-	-	-	-	53.215
Guanhães Energia (1)	131.076	315	-	-	-	-	-	131.391
Hidrelétrica Pipoca	30.730	11.285	(6.463)	-	-	-	-	35.552
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	166.617	42.757	-	-	-	-	-	209.374
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	384.809	(227.333)	-	-	-	-	-	157.476
Lightger (1)	127.976	9.731	(6.913)	-	-	-	-	130.794
Baguari Energia	157.499	22.810	(21.280)	-	-	-	-	159.029
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	1.027.860	(62.754)	-	149	-	-	-	965.255
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	671.166	(40.377)	-	438	-	-	-	631.227
Ativas Data Center	16.114	685	-	-	-	-	-	16.799
Taesa	1.213.193	494.025	(239.773)	-	-	-	-	1.467.445
Aliança Geração	1.191.550	89.120	(114.430)	-	-	-	-	1.166.240
Retiro Baixo	180.043	15.192	-	-	-	-	-	195.235
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída	10.050	1.042	(625)	-	-	-	-	10.467
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída	-	606	-	8.606	-	-	-	9.212
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída	-	1.173	-	10.243	-	-	-	11.416
UFV Bonfinópolis II Geração de Energia Elétrica Distribuída	-	(62)	-	6.467	(261)	-	-	6.144
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída	-	2.578	-	12.481	-	-	-	15.059
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída	-	2.684	-	14.215	-	-	-	16.899
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída	-	777	-	5.405	-	-	-	6.182
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída	-	67	-	4.567	(645)	-	-	3.989
UFV Porteirinha I Geração de Energia Elétrica Distribuída	-	83	-	6.051	(59)	-	-	6.075
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída	-	648	-	5.734	-	-	-	6.382
Axxiom Soluções Tecnológicas (1)	12.996	(8.560)	-	-	-	-	-	4.436
Total do Investimento	5.399.391	365.692	(399.197)	119.131	13.302	37.469	(120.495)	5.415.293
Itaocara – Passivo a descoberto (2)	(21.810)	(8.994)	-	1.189	-	-	-	(29.615)
Total	5.377.581	356.698	(399.197)	120.320	13.302	37.469	(120.495)	5.385.678

- (1) Com a perda de controle da Light, a participação remanescente nessas investidas foi reconhecida como investimento em coligada ou empreendimento controlado em conjunto, nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais, nos termos da IFRS 10 / CPC 36. Maiores detalhes, nas notas explicativas nº 1 e 33 destas demonstrações financeiras.
- (2) Em 31 de dezembro de 2019, a investida apresentou patrimônio líquido negativo, sendo o saldo contábil do investimento reduzido a zero. A Cemig GT reconheceu perda por redução ao valor recuperável dos investimentos no valor de R\$21.810 em razão de obrigações contratuais assumidas junto à controlada e os outros acionistas.
- (3) Inclui o valor de R\$7 milhões referentes a compra vantajosa na aquisição das controladas em conjunto UFV Corinto, UFV Manga, UFV Lagoa Grande, UFV Lontra, UFV Mato Verde e UFV Porteirinha II.

Notas Explicativas

A movimentação dos dividendos a receber está demonstrada a seguir:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2019	185.998	1.726.895
Proposta de distribuição de dividendos pelas investidas (reversão)	399.197	832.792
Dividendos eliminados a partir da combinação de negócios	(1.217)	(947)
Ajuste dividendos declarados por investida classificada como ativo mantido para venda	(1.531)	(1.531)
Recebimentos	(386.555)	(1.184.016)
IRRF sobre JCP recebidos	(7.565)	(100.315)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	188.327	1.272.878
Proposta de distribuição de dividendos pelas investidas	654.609	1.973.796
Recebimentos	(499.065)	(1.307.421)
IRRF sobre JCP declarados por investidas	(8.682)	(118.675)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	335.189	1.820.578

Notas Explicativas



c) As principais informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Investidas	Quantidade de ações	2021			2020		
		Participação Cemig (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Participação Cemig (%)	Capital social	Patrimônio líquido
Cemig Geração e Transmissão (3)	2.896.785.358	100,00	4.123.724	7.755.454	100,00	4.000.000	5.842.171
Madeira Energia (Usina Santo Antônio) (5)	12.034.025.147	15,51	10.619.786	1.492.037	15,51	10.619.786	2.259.093
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	120.436	49,00	35.000	108.602
Guanhães Energia (4)	548.626.000	49,00	548.626	255.453	49,00	548.626	268.144
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	93.385	49,00	41.360	72.554
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	242.736	69,39	186.573	229.189
Central Eólica Praias de Parajuru	85.834.843	100,00	85.835	128.466	100,00	70.560	107.204
Central Eólica Volta do Rio	274.867.441	100,00	274.867	206.783	100,00	117.230	171.453
Lightger (4)	79.078.937	49,00	79.232	97.525	49,00	79.232	105.724
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	41.923.360.811	49,00	1.209.043	1.147.947	49,00	1.209.043	1.188.963
Amazônia Energia (Usina Belo Monte) (1)	1.322.697.723	74,50	1.322.698	1.251.811	74,50	1.322.698	1.295.644
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	1.857.905	45,00	1.291.488	1.857.905
Retiro Baixo	225.350.000	49,90	225.350	345.868	49,90	225.350	324.810
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	156.259.500	49,00	156.259	(42.381)	49,00	71.709	(60.438)
Cemig Baguari	406.000	100,00	406	88	100,00	356	55
Cemig Ger. Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.652.343	100,00	1.291.423	1.452.217
Cemig Ger. Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	526.776	100,00	405.268	455.480
Cemig Ger. Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	211.956	100,00	151.309	179.745
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	165.369	100,00	113.499	143.704
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	214.845	100,00	148.147	174.006
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	147.702	100,00	100.569	127.128
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	105.990	100,00	60.595	83.870
Rosal Energia S.A.	46.944.467	100,00	46.944	114.751	100,00	46.944	127.019
Sá Carvalho S.A.	361.200.000	100,00	36.833	134.209	100,00	36.833	115.486
Horizontes Energia S.A.	39.257.563	100,00	39.258	59.575	100,00	39.258	55.461
Cemig PCH S.A.	45.952.000	100,00	45.952	90.117	100,00	45.952	89.898
Cemig Geração Poço Fundo S.A. (2)	97.161.578	100,00	97.162	144.128	100,00	1.402	3.801
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	486.000	100,00	486	7.734	100,00	486	56.838
Cemig Trading S.A.	1.000.000	100,00	1.000	2.158	100,00	1.000	30.315
Cemig Distribuição	2.359.113.452	100,00	5.371.998	6.942.666	100,00	5.371.998	6.021.630
Taesa	1.033.496.721	21,68	3.042.034	6.684.756	21,68	3.042.034	6.025.904
Ativas Data Center	456.540.718	19,60	182.063	80.358	19,60	182.063	85.711
Gasmig	409.255.483	99,57	665.429	1.221.602	99,57	665.429	1.079.410
Cemig Sim	24.431.845	100,00	102.153	111.433	100,00	24.432	94.098
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	100,00	28.000	-	100,00	28.000	118.217
Sete Lagoas Transmissora de Energia	36.857.080	100,00	36.857	65.210	-	-	-
Axiom Soluções Tecnológicas	68.064.706	49,00	68.065	8.728	49,00	65.165	9.054
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída	18.509.900	49,00	6.510	5.507	49,00	18.510	21.362
UFV Corinto Geração de Energia Elétrica Distribuída	18.000.000	49,00	18.000	18.893	49,00	18.000	18.798
UFV Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída	21.660.575	49,00	21.661	22.155	49,00	21.661	22.128
UFV Bonfinópolis Geração de Energia Elétrica Distribuída	13.197.187	49,00	13.197	13.226	49,00	13.197	12.514
UFV Lagoa Grande Geração de Energia Elétrica Distribuída	25.471.844	49,00	25.472	26.249	49,00	25.472	25.997
UFV Lontra Geração de Energia Elétrica Distribuída	29.010.219	49,00	29.010	29.406	49,00	29.010	27.334
UFV Mato Verde Geração de Energia Elétrica Distribuída	11.030.391	49,00	11.030	11.337	49,00	11.030	11.135
UFV Mirabela Geração de Energia Elétrica Distribuída	9.320.875	49,00	9.321	9.450	49,00	9.321	9.306
UFV Porteirinha I Geração de Energia Elétrica Distribuída	12.348.392	49,00	12.348	12.596	49,00	12.348	12.236
UFV Porteirinha II Geração de Energia Elétrica Distribuída	11.702.733	49,00	11.703	11.904	49,00	11.703	11.750
UFV Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída	25.629.900	49,00	25.879	26.625	-	-	-

* Em 11 de novembro de 2021, a Cemig GT celebrou instrumento de Compra e Venda de Ações, Cessão Onerosa de Créditos e Outras Avenças para alienação da totalidade de sua participação detida no capital social da Renova Energia S.A. e para a cessão onerosa da totalidade dos créditos detidos pela Companhia junto a esta investida. Assim, o investimento foi classificado para ativo não circulante mantido para venda. Para mais informações, ver nota explicativa nº 32.

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas.

Notas Explicativas



- (2) A Aneel autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.735, de 23 de fevereiro de 2021, a transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo da Cemig Geração e Transmissão S.A. para a Cemig Geração Poço Fundo S.A.. A formalização da transferência foi realizada por meio da assinatura do novo contrato de concessão, de número 01/2021, em 16 de abril de 2021. No 3º trimestre de 2021, a Cemig GT aportou nesta investida, a título de adiantamento para futuro aumento de capital, os ativos vinculados à PCH Poço Fundo, no valor de R\$77.483, além do montante de R\$20.000, em espécie. No 4º trimestre de 2021, a Companhia realizou novo aporte nesta investida, no montante de R\$40.000, em espécie.
- (3) Em 30 de julho de 2021, a Companhia realizou adiantamento para futuro aumento de capital na Cemig GT, no valor de R\$1.350.000, com a finalidade de compor os recursos necessários a esta controlada para implementação do Cash Tender. Maiores informações sobre a operação da Tender Offer na nota explicativa nº 22.
- (4) Em 09 de dezembro de 2021, a Light informou ao mercado que assinou com a Brasal Energia S.A. o contrato (CCVA) para venda de sua participação societária em Guanhães e Lightger, sujeito às condições precedentes usuais nesse tipo de transação. A Brasal Energia S.A. fará adesão integral ao acordo de acionistas vigente para essas investidas.
- (5) O montante total do patrimônio líquido, divulgado originalmente pela investida, foi ajustado pela Companhia para fins de equivalência patrimonial, considerando eventos subsequentes modificativos em função das sentenças proferidas nos processos arbitrais em que a SAESA é parte. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

Os saldos principais das coligadas e controladas em conjunto, em 31 de dezembro de 2021, são como segue:

2021	Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	Ativas Data Center	Taesa	Axxiom Soluções Tecnológicas	Lightger
Ativo					
Circulante	4.618	42.324	2.135.183	12.863	35.465
Caixa e equivalentes de caixa	4.513	16.086	384.824	3.572	29.382
Não circulante	11.292	95.931	13.760.452	18.804	119.645
Total do ativo	15.910	138.255	15.895.635	31.667	155.110
Passivo					
Circulante	58.291	39.387	1.417.130	20.877	11.375
Empréstimos e financiamentos	-	23.778	15.672	6.997	8.573
Não circulante	-	18.505	7.793.749	2.062	46.210
Empréstimos e financiamentos	-	14.214	614.073	-	46.211
Patrimônio líquido	(42.381)	80.363	6.684.756	8.728	97.525
Total do passivo e patrimônio líquido	15.910	138.255	15.895.635	31.667	155.110
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	-	89.989	3.472.049	28.021	54.232
Custos operacionais	(36.070)	(84.929)	(648.988)	(27.934)	(25.917)
Depreciação e amortização	-	(9.735)	(8.560)	(1.179)	(10.587)
Lucro (prejuízo) bruto	(36.070)	5.060	2.823.061	87	28.315
Despesas gerais e administrativas	-	(7.483)	(169.246)	(4.136)	(1.645)
Receitas financeiras	133	436	34.283	90	2.433
Despesas financeiras	(30.556)	(2.989)	(844.392)	(849)	(11.073)
Resultado operacional	(66.493)	(4.976)	1.843.706	(4.808)	18.030
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	781.438	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	(375)	(411.430)	(117)	(2.554)
Resultado líquido do exercício	(66.493)	(5.351)	2.213.714	(4.925)	15.476
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	(66.493)	(5.351)	2.213.714	(4.925)	15.476
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	37.761	-	-
Resultado abrangente do exercício	(66.493)	(5.351)	2.251.475	(4.925)	15.476

Notas Explicativas



2021	Hidrelétrica Cachoeirão	Hidrelétrica Pipoca	Retiro Baixo	Aliança Norte	Guanhães Energia
Ativo					
Circulante	29.407	17.532	111.093	97	15.605
Caixa e equivalentes de caixa	25.397	11.968	98.593	88	5.205
Não circulante	92.761	101.264	321.788	1.149.638	391.787
Total do ativo	122.168	118.796	432.881	1.149.735	407.392
Passivo					
Circulante	867	9.551	37.780	234	41.255
Empréstimos e financiamentos	-	6.543	13.705	-	11.951
Não circulante	865	13.860	49.234	1.554	110.684
Empréstimos e financiamentos	-	13.497	41.086	-	92.680
Patrimônio líquido	120.436	95.385	345.867	1.147.947	255.453
Total do passivo e patrimônio líquido	122.168	118.796	432.881	1.149.735	407.392
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	37.282	38.739	70.221	-	51.536
Custos operacionais	(8.002)	(11.356)	(25.532)	(481)	(54.595)
Depreciação e amortização	(3.088)	(3.205)	(8.848)	-	(18.009)
Lucro bruto	29.280	27.383	44.689	(481)	(3.059)
Despesas gerais e administrativas	-	(1.978)	(2.854)	(1.584)	-
Receitas financeiras	1.271	346	4.332	8	473
Despesas financeiras	(10)	(1.712)	(4.777)	(7)	(8.445)
Resultado operacional	30.541	24.039	41.390	(2.064)	(11.031)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	(38.953)	-
Imposto de renda e contribuição social	(1.707)	(1.142)	(13.775)	-	(1.660)
Resultado líquido do exercício	28.834	22.897	27.615	(41.017)	(12.691)
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	28.834	22.897	27.615	(41.017)	(12.691)
Resultado abrangente do exercício	28.834	22.897	27.615	(41.017)	(12.691)

2021	Amazônia Energia	Madeira Energia (1)	Baguari Energia	Aliança Geração	UFV Janaúba
Ativo					
Circulante	101	927.739	71.753	727.760	1.188
Caixa e equivalentes de caixa	101	179.644	3.245	378.108	1.173
Não circulante	1.253.799	23.286.096	218.200	3.364.245	17.864
Total do ativo	1.253.900	24.213.835	289.953	4.092.005	19.052
Passivo					
Circulante	2.090	2.309.383	21.346	761.742	1.804
Empréstimos e financiamentos	-	116.120	-	101.316	-
Não circulante	-	20.412.415	25.870	1.472.358	11.741
Empréstimos e financiamentos	-	12.827.607	-	700.351	-
Patrimônio líquido	1.251.810	1.492.037	242.737	1.857.905	5.507
Total do passivo e patrimônio líquido	1.253.900	24.213.835	289.953	4.092.005	19.052
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	-	3.757.969	76.527	1.095.636	4.591
Custos operacionais	(1.647)	(2.291.671)	(9.041)	(101.761)	(2.230)
Depreciação e amortização	-	(869.997)	(11.094)	(156.802)	(1.607)
Lucro (prejuízo) bruto	(1.647)	1.466.298	67.486	993.875	2.361
Despesas gerais e administrativas	-	(80.547)	(78)	(44.315)	-
Receitas financeiras	-	265.048	3.978	41.720	20
Despesas financeiras	(1)	(3.475.505)	(3.577)	(233.424)	(833)
Resultado operacional	(1.648)	(1.824.706)	67.809	757.856	1.548
Resultado de Equivalência Patrimonial	(42.286)	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	1.812.320	(23.031)	(252.020)	(503)
Resultado líquido do exercício	(43.934)	(12.386)	44.778	505.836	1.045
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	(43.934)	(12.386)	44.778	505.836	1.045
Resultado abrangente do exercício	(43.934)	(12.386)	44.778	505.836	1.045

(1) O montante total do patrimônio líquido, divulgado originalmente pela investida, foi ajustado pela Companhia para fins de equivalência patrimonial, considerando eventos subsequentes modificativos em função das sentenças proferidas nos processos arbitrais em que a SAESA é parte. Mais detalhes no decorrer desta nota explicativa.

Notas Explicativas



2021	UFV Corinto	UFV Manga	UFV Bonfinópolis II	UFV Lagoa Grande	UFV Lontra
Ativo					
Circulante	2.963	2.767	2.408	3.275	4.183
Caixa e equivalentes de caixa	2.485	2.272	1.790	2.792	3.007
Não circulante	16.539	19.759	11.468	23.318	26.490
Total do ativo	19.502	22.526	13.876	26.593	30.673
Passivo					
Circulante	609	371	650	344	1.267
Patrimônio líquido	18.893	22.155	13.226	26.249	29.406
Total do passivo e patrimônio líquido	19.502	22.526	13.876	26.593	30.673
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	4.582	6.042	2.509	6.088	5.037
Custos operacionais	-	-	-	-	-
Depreciação e amortização	(716)	(903)	(376)	(923)	(1.009)
Lucro (prejuízo) bruto	4.582	6.042	2.509	6.088	5.037
Despesas gerais e administrativas	(963)	(1.070)	(819)	(1.163)	(1.211)
Receitas financeiras	-	18	-	-	-
Despesas financeiras	(82)	(37)	(4)	(7)	(381)
Resultado operacional	3.537	4.953	1.686	4.918	3.445
Imposto de renda e contribuição social	(493)	(663)	(259)	(663)	(545)
Resultado líquido do exercício	3.044	4.290	1.427	4.255	2.900
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	3.044	4.290	1.427	4.255	2.900
Resultado abrangente do exercício	3.044	4.290	1.427	4.255	2.900

2021	UFV Mato Verde	UFV Mirabela	UFV Porteirinha I	UFV Porteirinha II	UFV Brasilândia
Ativo					
Circulante	1.386	1.105	2.484	908	2.976
Caixa e equivalentes de caixa	992	879	1.977	397	2.303
Não circulante	10.723	9.224	11.476	11.627	27.045
Total do ativo	12.109	10.329	13.960	12.535	30.021
Passivo					
Circulante	772	879	1.364	631	3.396
Patrimônio líquido	11.337	9.450	12.596	11.904	26.625
Total do passivo e patrimônio líquido	12.109	10.329	13.960	12.535	30.021
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	2.607	2.148	2.492	2.648	5.308
Custos operacionais	-	-	-	-	-
Depreciação e amortização	(449)	-	(437)	(426)	(1.114)
Lucro bruto	2.607	2.148	2.492	2.648	5.308
Despesas gerais e administrativas	(649)	(630)	(692)	(725)	(1.403)
Receitas financeiras	-	-	-	-	4
Despesas financeiras	(2)	(7)	(13)	(3)	(3)
Resultado operacional	1.956	1.511	1.787	1.920	3.906
Imposto de renda e contribuição social	(271)	(219)	(257)	(275)	(577)
Resultado líquido do exercício	1.685	1.292	1.530	1.645	3.329
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	1.685	1.292	1.530	1.645	3.329
Resultado abrangente do exercício	1.685	1.292	1.530	1.645	3.329

Notas Explicativas



Os saldos principais das coligadas e controladas em conjunto, em 31 de dezembro de 2020, são como segue:

2020	Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	Ativas Data Center	Taesa	Axxiom Soluções Tecnológicas	Lightger
Ativo					
Circulante	2.649	38.677	2.360.161	19.881	103.508
Caixa e equivalentes de caixa	2.465	12.037	896.031	2.937	80.173
Não circulante	10.429	104.053	11.745.258	20.705	128.937
Total do ativo	13.078	142.730	14.105.419	40.586	232.445
Passivo					
Circulante	73.516	39.204	841.643	24.785	72.086
Empréstimos e financiamentos	-	26.517	121.355	7.210	8.579
Não circulante	-	17.815	7.237.872	6.747	54.635
Empréstimos e financiamentos	-	15.935	922.669	1.422	54.613
Patrimônio líquido	(60.438)	85.711	6.025.904	9.054	105.724
Total do passivo e patrimônio líquido	13.078	142.730	14.105.419	40.586	232.445
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	-	94.376	3.561.286	40.966	51.938
Custos operacionais	(12.990)	(77.923)	(1.047.979)	(38.472)	(9.077)
Depreciação e amortização	(44)	(15.145)	(7.200)	(1.786)	(10.584)
Lucro (prejuízo) bruto	(12.990)	16.453	2.513.307	2.494	42.861
Despesas gerais e administrativas	-	(7.618)	(152.544)	(4.889)	(1.297)
Receitas financeiras	71	154	38.813	130	2.029
Despesas financeiras	(5.437)	(3.216)	(514.336)	(945)	(16.201)
Resultado operacional	(18.356)	5.773	1.885.240	(3.210)	27.392
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	833.942	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	(2.276)	(456.255)	(35)	(2.430)
Resultado líquido do exercício	(18.356)	3.497	2.262.927	(3.245)	24.962
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	(18.356)	3.497	2.262.927	(3.245)	24.962
Resultado abrangente do exercício	(18.356)	3.497	2.262.927	(3.245)	24.962

2020	Hidrelétrica Cachoeirão	Hidrelétrica Pipoca	Retiro Baixo	Aliança Norte	Guanhães Energia
Ativo					
Circulante	29.758	21.114	86.830	597	13.299
Caixa e equivalentes de caixa	26.073	8.466	74.234	572	5.939
Não circulante	80.499	88.642	331.496	1.188.588	404.588
Total do ativo	110.257	109.756	418.326	1.189.185	417.887
Passivo					
Circulante	1.655	16.817	29.623	222	26.664
Empréstimos e financiamentos	-	6.555	13.700	-	11.606
Não circulante	-	20.385	63.893	-	123.079
Empréstimos e financiamentos	-	19.975	54.764	-	105.515
Patrimônio líquido	108.602	72.554	324.810	1.188.963	268.144
Total do passivo e patrimônio líquido	110.257	109.756	418.326	1.189.185	417.887
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	33.739	33.550	73.240	-	49.008
Custos operacionais	(14.547)	(6.296)	(29.230)	-	(36.173)
Depreciação e amortização	(2.786)	(3.194)	(10.526)	-	(17.085)
Lucro bruto	19.192	27.254	44.010	-	12.835
Despesas gerais e administrativas	-	(1.472)	(3.839)	(976)	-
Receitas financeiras	1.022	303	1.853	28	333
Despesas financeiras	(6)	(1.519)	(5.839)	(2)	(10.207)
Resultado operacional	20.208	24.566	36.185	(950)	2.961
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	(77.435)	-
Imposto de renda e contribuição social	(1.432)	(1.535)	(3.034)	-	(1.567)
Resultado líquido do exercício	18.776	23.031	33.151	(78.385)	1.394
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	18.776	23.031	33.151	(78.385)	1.394
Resultado abrangente do exercício	18.776	23.031	33.151	(78.385)	1.394

Notas Explicativas



2020	Amazônia Energia	Madeira Energia	Baguari Energia	Aliança Geração	UFV Janaúba
Ativo					
Circulante	116	945.143	63.452	805.696	2.672
Caixa e equivalentes de caixa	101	262.620	10.425	385.220	2.535
Não circulante	1.296.085	21.369.986	208.577	2.460.761	19.246
Total do ativo	1.296.201	22.315.129	272.029	3.266.457	21.918
Passivo					
Circulante	557	1.149.935	22.259	503.049	134
Empréstimos e financiamentos	-	107.579	-	19.328	-
Não circulante	-	18.906.101	20.581	905.503	422
Empréstimos e financiamentos	-	4.902.313	-	261.024	-
Patrimônio líquido	1.295.644	2.259.093	229.189	1.857.905	21.362
Total do passivo e patrimônio líquido	1.296.201	22.315.129	272.029	3.266.457	21.918
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	-	3.200.238	73.595	1.042.130	-
Custos operacionais	(173)	(2.719.799)	(30.192)	(580.208)	3.256
Depreciação e amortização	-	(868.594)	(11.026)	(153.517)	(815)
Lucro (prejuízo) bruto	(173)	480.439	43.403	461.922	3.256
Despesas gerais e administrativas	-	(82.383)	5.154	(46.537)	-
Receitas financeiras	1	258.775	2.168	28.160	44
Despesas financeiras	(2)	(2.112.254)	(952)	(62.522)	(37)
Resultado operacional	(174)	(1.455.423)	49.773	381.023	3.263
Resultado de Equivalência Patrimonial	(84.060)	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	9.756	(16.899)	(126.735)	(478)
Resultado líquido do exercício	(84.234)	(1.445.667)	32.874	254.288	2.785
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	(84.234)	(1.445.667)	32.874	254.288	2.785
Resultado abrangente do exercício	(84.234)	(1.445.667)	32.874	254.288	2.785

2020	UFV Corinto	UFV Manga	UFV Bonfinópolis II	UFV Lagoa Grande	UFV Lontra
Ativo					
Circulante	2.307	1.548	425	1.653	525
Caixa e equivalentes de caixa	1.263	498	3	640	-
Não circulante	17.713	22.522	12.904	24.577	28.646
Total do ativo	20.020	24.070	13.329	26.230	29.171
Passivo					
Circulante	301	143	815	233	605
Não circulante	921	1.799	-	-	1.232
Patrimônio líquido	18.798	22.128	12.514	25.997	27.334
Total do passivo e patrimônio líquido	20.020	24.070	13.329	26.230	29.171
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas	3.324	3.306	-	1.847	-
Custos operacionais	-	-	(384)	(449)	(525)
Depreciação e amortização	(722)	(911)	(129)	(497)	(313)
Lucro (prejuízo) bruto	3.324	3.306	(384)	1.398	(525)
Despesas gerais e administrativas	(1.481)	(1.681)	(234)	(657)	(644)
Receitas financeiras	20	-	-	1	2
Despesas financeiras	(97)	(158)	(7)	(8)	(114)
Resultado operacional	1.766	1.467	(625)	734	(1.281)
Imposto de renda e contribuição social	(301)	(298)	-	(132)	-
Resultado líquido do exercício	1.465	1.169	(625)	602	(1.281)
Resultado abrangente do exercício					
Resultado líquido do exercício	1.465	1.169	(625)	602	(1.281)
Resultado abrangente do exercício	1.465	1.169	(625)	602	(1.281)

Notas Explicativas



2020	UFV Mato Verde	UFV Mirabela	UFV Porteirinha I	UFV Porteirinha II
Ativo				
Circulante	768	468	885	543
Caixa e equivalentes de caixa	2	2	1	16
Não circulante	10.842	9.033	11.777	11.606
Total do ativo	11.610	9.501	12.662	12.149
Passivo				
Circulante	475	195	426	399
Patrimônio líquido	11.135	9.306	12.236	11.750
Total do passivo e patrimônio líquido	11.610	9.501	12.662	12.149
Demonstração do resultado				
Receita líquida de vendas	419	633	479	284
Custos operacionais	(1)	(206)	(299)	(1)
Depreciação e amortização	(109)	(184)	(118)	(76)
Lucro bruto	418	427	180	283
Despesas gerais e administrativas	(262)	(323)	(210)	(780)
Despesas financeiras	(6)	(7)	(10)	(9)
Resultado operacional	150	97	(40)	(506)
Imposto de renda e contribuição social	(1)	(47)	-	600
Resultado líquido do exercício	149	50	(40)	94
Resultado abrangente do exercício				
Resultado líquido do exercício	149	50	(40)	94
Resultado abrangente do exercício	149	50	(40)	94

Madeira Energia S.A. (“MESA”) e FIP Melbourne (veículo por meio do qual a Cemig GT possui participação na SAAG)

A MESA é a holding da empresa Santo Antônio Energia S.A (“SAESA”), que tem por objetivo a operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio Energia e seu sistema de transmissão, por 35 anos contados a partir da assinatura do contrato de concessão, em 13 de junho de 2008. A UHE Santo Antônio iniciou sua operação comercial com a 1ª unidade geradora, em 2012, e a sua geração plena se deu em dezembro de 2016. A MESA tem entre seus acionistas Furnas, Odebrecht Energia, SAAG e a Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a MESA segue com capital circulante líquido negativo. Deve-se observar que as hidrelétricas constituídas sob o formato de *Project Finance* estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação, pois são constituídas com elevados índices de alavancagem financeira. Em contrapartida, contam com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo como suporte e garantia de pagamento de suas dívidas.

Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA, além de alcançar a regularidade de sua geração operacional de caixa por meio dos contratos de venda de longo prazo, conta com os impactos positivos do reperfilamento de suas dívidas, que ajustou o fluxo de pagamento à sua real capacidade de geração de caixa.

Notas Explicativas



Procedimento arbitral 115/2018 – Madeira Energia S.A.

Em 2018, a SAAG e a Cemig GT instauraram o Procedimento Arbitral 115/2018, visando desconstituir o aumento de capital aprovado na assembleia geral extraordinária da MESA ocorrida em 28 de agosto de 2018, por meio de capitalização de créditos decorrentes da anulação do aumento de capital realizado em 2014, que havia sido anulado em processo arbitral anterior.

Em 13 de dezembro de 2021, foi divulgada a sentença arbitral anulando o aumento de capital discutido no referido Procedimento Arbitral, assim como em 16 de março de 2022 foi disponibilizada, pela Câmara de Arbitragem do Mercado, decisão em pedidos de esclarecimentos que determinou a devolução de aporte de capital feito pelos acionistas nessa investida.

Como consequência da sentença arbitral, a participação societária direta e indireta da Cemig GT na MESA, é aumentada de 8,54% para 9,86% e de 6,97% para 8,05%, respectivamente, e sua participação societária consolidada de 15,51% para 17,91%.

A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende ser remota a reversão dos efeitos dessa sentença arbitral e aguarda o cumprimento da mesma.

Procedimento Arbitral 21.511/ASM/JPA (c. 21.673/ASM) – Santo Antônio Energia S.A.

Em 31 de janeiro de 2022, foi proferida sentença no âmbito do processo arbitral CCI n.º 21511/ASM/JPA (c. 21673/ASM), que representa a consolidação das discussões entre Santo Antônio Energia S.A. (SAESA), Consórcio Construtor Santo Antônio (CCSA) e outras partes, referentes, em síntese, aos seguintes questionamentos:

- i. Responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual previstos em contrato.
- ii. Responsabilidade da SAE sobre a elevação dos custos incorridos pelo CCSA decorrentes, principalmente, de greves e paralisações ocorridas de 2009 a 2013.

O resultado dessa arbitragem, disponibilizado pela Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional em 07 de fevereiro de 2022, indica que parte dos pedidos da SAESA foram deferidos, assim como alguns dos pedidos do CCSA e, conforme o caso, de seus consorciados em face da SAESA, tendo, inclusive, o tribunal arbitral declarado inicialmente a ineficácia do instrumento intitulado “Termos e Condições”, que embasava o reconhecimento, pela Companhia, dos “Dispêndios Reembolsáveis”, conforme nota explicativa das demonstrações financeiras da SAESA.

Além da procedência em relação aos pedidos do CCSA, dos quais a SAESA discorda veementemente, já provisionados nas demonstrações financeiras da SAESA sob as rubricas “Cauções em Garantia” (R\$770 milhões) e “Outras Provisões” (R\$492 milhões), foram deferidos outros pleitos com valor adicional estimado em R\$226 milhões a pagar.

Notas Explicativas



De acordo com os contratos de financiamento firmados pela Companhia com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) e contratos de financiamento mediante repasse de recursos do BNDES, os valores a que a SAESA eventualmente vier a ser condenada deverão ser pagos conforme procedimentos definidos nos respectivos contratos de financiamentos.

Em 09 de março de 2022, a SAESA protocolou pedido de esclarecimentos acerca de determinados pontos da sentença, inclusive relativos a aspectos pecuniários e entende que somente após apreciação deste pedido e de possíveis esclarecimentos a serem solicitados pelas outras partes envolvidas a sentença se tornará definitiva, apta a produzir efeitos e com a efetiva definição dos valores a serem eventualmente devidos pela SAESA.

A SAESA reiterou ainda que o Procedimento Arbitral se encontra em andamento e segue revestido de confidencialidade.

Investimento na Madeira Energia S.A.

A sentença arbitral, desfavorável aos pleitos da SAE, representa um evento subsequente ao período contábil a que se refere as demonstrações financeiras da Companhia, com efeito modificativo e de forma a refletir os resultados preliminares da referida sentença arbitral, uma vez que evidencia condições que já existiam em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as previsões do CPC 24/IAS 10 – Evento subsequente.

Como resultado das sentenças arbitrais mencionadas acima, a Companhia reconheceu a perda no montante de R\$366.850, resultando, assim, na redução a zero do valor do investimento, e constituiu uma provisão referente às obrigações assumidas perante a investida em acordos de suporte e garantias, em conformidade ao CPC 18 – Investimentos em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto, no montante de R\$161.648.

Esta provisão foi estimada a partir da aplicação do percentual de participação societária direta da Companhia na MESA, atualmente 9,86%, sobre a saída de caixa prevista para fazer jus à dívida decorrente da sentença arbitral. Considerando haver circunstâncias específicas estabelecidas em acordos de acionistas, contrato de compra e venda de ações da SAAG e nas próprias garantias prestadas pela SAAG à SAESA, a Companhia entende que não possui responsabilidade em relação à sua participação indireta na MESA, atualmente 8,05%, uma vez que não assumiu as obrigações contraídas pela SAAG frente à SAESA antes de sua efetiva entrada no negócio, sendo que a outra acionista e antiga detentora de 100% da participação societária (AG Participações) permanece como garantidora de todas as obrigações perante essa investida.

Notas Explicativas



Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Essa participação indireta da Cemig GT na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

Em 31 de dezembro de 2021, a NESA apresenta capital circulante líquido negativo de R\$189.028 (R\$160.351 em 31 de dezembro de 2020) e ainda despenderá quantias relevantes em projetos previstos pelo seu contrato de concessão, mesmo após a conclusão da construção e plena operação da UHE Belo Monte. De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

A Companhia procedeu também com a análise do valor recuperável do seu investimento na NESA, com base no seu valor em uso, em conformidade ao previsto no IAS 36/CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e no IFRS 13/CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, e concluiu que o valor recuperável desse investimento supera o seu valor contábil em 31 de dezembro de 2021.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à Aneel que “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de dezembro de 2021 é de R\$2.832.000 (R\$2.407.000 em 31 de dezembro de 2020).

d) Reestruturação societária de subsidiária integral de transmissão - Centroeste

Em 24 de novembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Cemig GT aprovou o aumento do capital social desta subsidiária integral por meio de aporte do investimento detido pela Companhia na Centroeste, concretizando a reestruturação societária autorizada pelo seu Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2021. Por envolver entidades sob controle comum, essa reestruturação está fora do escopo da IFRS 3/ CPC 15 (R1).

Essa transferência, que contou com a anuência prévia da Aneel, foi realizada pelo montante de R\$123.724, com base em Laudo de Avaliação patrimonial, a valores contábeis, na database de 31 de outubro de 2021.

Notas Explicativas

**e) Aquisição da totalidade das ações da Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A.-
Combinação de negócios**

Em 23 de dezembro de 2021 foi concluída a aquisição da totalidade das ações da Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A (SLTE), como resultado do contrato de compra e venda de ações (CCVA) celebrado em 27 de julho de 2021, com a Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A e Cobra Instalaciones Y Servicios S.A..

A SLTE tem a concessão obtida no Leilão de Transmissão Aneel 008/2010, Lote H, para a construção e operação da Subestação Sete Lagoas 4, no município de Sete Lagoas, Minas Gerais. O contrato de concessão tem vigência até junho de 2041. A subestação Sete Lagoas 4 entrou em operação em junho de 2014 e acessa a Rede Básica por meio do seccionamento da Linha de Transmissão (LT) Neves 1 - Três Marias (345 kV), pertencente à Cemig GT que já opera os respectivos terminais nessa subestação.

A contraprestação transferida pela aquisição da investida corresponde ao somatório do montante pago integralmente em caixa, de R\$48.055 e da contraprestação contingente, de R\$1.475, consubstanciada no montante retido em razão das questões ambientais pendentes de saneamento pela Sete Lagoas. O montante retido será transferido à Cobra se o processo for solucionado favoravelmente à Sete Lagoas no prazo de 24 meses, resguardado o direito à indenização da Cemig pelas perdas que excederem este montante.

A Companhia aplicou o método de aquisição para contabilização da combinação de negócios, mensurando, em caráter provisório, os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos pelos seus respectivos valores justos na data da aquisição, de acordo com as disposições do IFRS 3/CPC 15. Durante o período de mensuração, a Companhia poderá ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição, visando refletir qualquer informação nova obtida relativa a fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. O período de mensuração é o período que se segue à data da aquisição, durante o qual os valores provisórios reconhecidos para uma combinação de negócios poderão ser ajustados, limitado a um ano da data de aquisição.

Participação adquirida – cálculo do valor justo

O valor justo preliminar dos ativos líquidos adquiridos em relação ao valor pago é como segue:

	SLTE
Valor do patrimônio líquido da SLTE	58.041
Menos valia dos ativos líquidos da investida (1)	(4.506)
Valor justo dos ativos líquidos	53.535
Compra vantajosa, reconhecida no resultado de 2021	(4.005)
Valor total da contraprestação paga por 100% de participação na SLTE	49.530

(1) A menos valia foi alocada ao ativo de contrato da concessão, nos termos da IFRIC 12/ICPC 01 e IFRS 15/CPC47, bem como o modelo brasileiro regulatório das concessões de transmissão.

Notas Explicativas



O valor justo dos ativos e passivos adquiridos na data da transação encontram-se apresentados na tabela a seguir:

Ativos	Valor justo na data de aquisição	Passivos	Valor justo na data de aquisição
Circulante	15.476	Circulante	2.890
Caixa e equivalentes de caixa	6.615	Empréstimos e financiamentos	1.952
Ativos de contrato (1)	7.355	Outros passivos circulantes	938
Outros ativos circulantes	1.506	Não circulante	34.830
Não circulante	75.779	Empréstimos e financiamentos	11.454
Ativo de contrato	73.044	Passivos fiscais diferidos	15.796
Outros ativos não circulantes	2.735	Impostos, taxas e contribuições	7.580
		Total dos ativos líquidos ao valor justo	53.535

- (1) Considerando que o contrato de concessão é identificável e pode ser mensurado em condição objetiva e confiável, a menos valia foi reconhecida no subgrupo de ativo de contrato nas demonstrações consolidadas e foi considerada parte do investimento nas demonstrações individuais. A amortização da menos valia se dá durante o prazo da concessão.

Os ativos e passivos da controlada, bem como seus resultados, são apresentados no segmento operacional de transmissão.

f) Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Investidas controladas em conjunto:

Norte Energia S.A. (“NESA”)

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além dos efeitos passados das baixas do ativo da infraestrutura no montante R\$183.000 registrada pela NESA em 2015, levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas, cujos ajustes foram refletidos na Cemig GT por meio do resultado de equivalência patrimonial naquele mesmo ano.

Em 9 de março de 2018, foi deflagrada a “Operação Buona Fortuna”, em razão da 49ª fase da Operação Lava Jato. Segundo notícias veiculadas, a operação investiga pagamento de propina do Consórcio construtor de Belo Monte formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli. A Administração da NESA entende que, até o momento, não há fatos novos que tenham sido divulgados pela 49ª fase da operação Lava Jato que requeiram procedimentos de investigação interna adicionais aos que já foram efetuados.

Notas Explicativas



A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas demonstrações financeiras, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas demonstrações financeiras da Companhia.

Madeira Energia S.A (“MESA”)

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF) que envolvem outros acionistas indiretos da MESA e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o MPF iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais, a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação interna independente.

A investigação interna independente, concluída em fevereiro de 2019, salvo novos desdobramentos futuros de eventuais acordos de leniência a serem celebrados por terceiros e/ou de termos de colaboração firmados por terceiros com as autoridades brasileiras, não encontrou evidências objetivas que permitam afirmar suposta existência de pagamentos indevidos por parte da MESA que devam ser considerados para eventual baixa contábil, repasse ou majoração de custos para fazer frente às vantagens indevidas e vinculação da MESA aos atos de seus fornecedores, nos termos das delações e colaborações tornadas públicas.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas demonstrações financeiras, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, em suas demonstrações financeiras.

Outras investigações

Em adição ao mencionado acima, existem investigações sendo conduzidas pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais e pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar possíveis irregularidades nos investimentos da Cemig GT na Guanhães e na MESA.

Adicionalmente, desde 2017, a Renova, investida cuja participação societária detida pela Cemig GT foi classificada no ativo não circulante mantido para venda em 2021, é parte de uma investigação conduzida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e outras autoridades públicas relacionada a determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores, incluindo a Companhia e sua controlada Cemig GT, e aportes efetuados em anos anteriores pela Renova em determinados projetos em desenvolvimento.

Notas Explicativas



Os inquéritos policiais da Operação “E o Vento Levou” e da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais ainda não foram concluídos, mas não são esperados efeitos resultantes dessas investigações que possam impactar significativamente as demonstrações financeiras da Companhia, mesmo que eventualmente ainda não tenham sido registrados pela Renova, uma vez que não foram assumidas pela Companhia e suas controladas obrigações contratuais ou construtivas perante a investida.

Considerando o CCVA firmado para alienação do investimento devido na Renova, conforme nota explicativa nº 32, também não são esperados efeitos após a conclusão da transação de venda, considerando que o instrumento de compra e venda de ações não prevê qualquer direito de indenização contra a Cemig GT em relação a qualquer ato, fato, evento, ação ou omissão ocorrido antes e/ou após a data de sua assinatura, exceto na medida em que constituam uma violação ou inexecução de quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Cemig GT. No âmbito do contrato, as partes reconheceram expressamente, o caráter de “porteira fechada” da transação.

Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Considerando as investigações por parte das autoridades públicas que estão sendo realizadas na Companhia e em determinadas investidas, conforme descrito acima, os órgãos de governança da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses investimentos, assim como dos fatores que levaram a Companhia a ser autuada pela Receita Federal pelo não recolhimento de IRRF na aquisição de participação da Ligth, junto a Enlighted (vide nota explicativa nº 25). Essa investigação independente foi supervisionada por Comissão Especial de Investigação (CEI) cuja criação foi aprovada pelos órgãos de governança da Companhia.

A investigação interna e independente foi concluída e o seu relatório final foi entregue em 08 de maio de 2020, sendo que não foram identificadas evidências objetivas de atos ilegais nos investimentos realizados pela Companhia submetidos à investigação. Portanto, não houve impacto como resultado dessas investigações nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 tampouco em suas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

No segundo semestre de 2019, a Companhia assinou acordo de cooperação com a Securities and Exchange Commission (SEC) e U.S. Department of Justice (DoJ), os quais se estenderam até agosto de 2021, sendo que em setembro de 2021, a Companhia firmou com o DoJ uma extensão do Tolling Agreement por um período adicional de doze meses. A Companhia tem atendido às solicitações e pretende continuar contribuindo com a SEC e o DoJ, em conformidade com as eventuais demandas apresentadas.

Em razão da finalização das investigações para as quais a Comissão Especial de Investigação (CEI) foi constituída, com a entrega do relatório final pela empresa especializada, os órgãos de governança da Companhia decidiram extinguir a referida Comissão. Na hipótese de haver eventuais necessidades futuras, em razão de desdobramentos da matéria, a Comissão poderá ser recomposta.

Notas Explicativas



Ao final de 2020, a Companhia iniciou procedimentos internos para apuração de outras alegações recebidas pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) por meio de Ofícios encaminhados à Companhia cujo conteúdo compreende basicamente eventuais irregularidades no processo licitatório em compras, cuja investigação está sendo acompanhada por uma nova Comissão de Investigação, com o apoio de assessoria especializada.

A investigação interna e independente iniciada em 2020 foi concluída e o seu relatório final foi entregue e aprovado pela Comissão de Investigação em 24 de novembro de 2021, não tendo sido identificado nenhum assunto que possa apresentar impacto relevante às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 ou demonstrações financeiras de exercícios anteriores. No entanto, a Companhia aguarda o desfecho das investigações em andamento por parte do MPMG e manifestação das autoridades nacionais e internacionais às quais os relatórios foram apresentados para confirmar se algum procedimento adicional será necessário.

A Companhia avaliará qualquer mudança nos cenários futuros e eventuais impactos, quando aplicável, que possam afetar as demonstrações financeiras e permanece colaborando com as autoridades públicas nacionais e internacionais nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

17. IMOBILIZADO

Consolidado	2021			2020		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em serviço						
Terrenos	246.605	(25.822)	220.783	246.857	(22.624)	224.233
Reservatórios, barragens e adutoras	3.295.828	(2.352.006)	943.822	3.299.589	(2.279.878)	1.019.711
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.085.943	(837.942)	248.001	1.100.469	(835.848)	264.621
Máquinas e equipamentos	2.672.848	(1.975.923)	696.925	2.646.844	(1.929.584)	717.260
Veículos	20.632	(19.260)	1.372	20.602	(18.756)	1.846
Móveis e utensílios	13.747	(11.230)	2.517	13.813	(10.991)	2.822
	7.335.603	(5.222.183)	2.113.420	7.328.174	(5.097.681)	2.230.493
Em curso						
Ativos em curso	305.849	-	305.849	176.650	-	176.650
Imobilizado líquido	7.641.452	(5.222.183)	2.419.269	7.504.824	(5.097.681)	2.407.143

Controladora	2021			2020		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em serviço						
Terrenos	82	-	82	82	-	82
Edificações, obras civis e benfeitorias	55	(24)	31	55	(22)	33
Máquinas e equipamentos	5.200	(4.962)	238	5.220	(4.645)	575
Móveis e utensílios	727	(693)	34	748	(706)	42
	6.064	(5.679)	385	6.105	(5.373)	732
Em curso						
Ativos em curso	1.026	-	1.026	460	-	460
Imobilizado líquido	7.090	(5.679)	1.411	6.565	(5.373)	1.192

Notas Explicativas



A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixa	Reversão de provisão (2)	Depreciação	Transferências/ Capitalizações	Ajustes de combinação de negócios	Saldo em 31/12/2021
Em serviço								
Terrenos (1)	224.233	-	(620)	-	(2.830)	-	-	220.783
Reservatórios, barragens e adutoras	1.019.711	-	-	-	(80.656)	4.767	-	943.822
Edificações, obras civis e benfeitorias	264.621	-	(25)	-	(17.421)	826	-	248.001
Máquinas e equipamentos	717.260	-	(14.195)	-	(69.802)	63.619	43	696.925
Veículos	1.846	-	-	-	(474)	-	-	1.372
Móveis e utensílios	2.822	-	(1)	-	(304)	-	-	2.517
	2.230.493	-	(14.841)	-	(171.487)	69.212	43	2.113.420
Em curso	176.650	182.518	-	15.893	-	(69.212)	-	305.849
Imobilizado líquido	2.407.143	182.518	(14.841)	15.893	(171.487)	-	43	2.419.269

(1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.

(2) Reversão de provisão anteriormente constituída para redução ao valor recuperável de ativos vinculados a obras em andamento com expectativa de cancelamento parcial ou total, em função da saída da Companhia de consórcio anteriormente firmado.

Consolidado	Saldo em 31/12/2019	Adição	Baixa (3)	Depreciação	Combinação de negócios	Transferências/ Capitalizações (2)	Saldo em 31/12/2020
Em serviço							
Terrenos (1)	228.357	340	(660)	(3.804)	-	-	224.233
Reservatórios, barragens e adutoras	1.080.125	-	(51)	(80.233)	-	19.870	1.019.711
Edificações, obras civis e benfeitorias	273.519	-	(319)	(18.013)	-	9.434	264.621
Máquinas e equipamentos	728.499	20.204	(2.091)	(78.932)	-	49.580	717.260
Veículos	2.929	-	-	(1.083)	-	-	1.846
Móveis e utensílios	3.134	16	(5)	(345)	-	22	2.822
	2.316.563	20.560	(3.126)	(182.410)	-	78.906	2.230.493
Em curso	133.562	112.485	10.814	-	198	(80.409)	176.650
Imobilizado líquido	2.450.125	133.045	7.688	(182.410)	198	(1.503)	2.407.143

(1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.

(2) Foram transferidos saldos do imobilizado para o ativo intangível no montante total de R\$1.503.

(3) Inclui reversão de provisão para redução ao valor recuperável de ativos em curso.

Controladora	Saldo em 31/12/2019	Depreciação	Saldo em 31/12/2020	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Em serviço						
Terrenos	82	-	82	-	-	82
Edificações, obras civis e benfeitorias	35	(2)	33	-	(2)	31
Máquinas e equipamentos	919	(344)	575	-	(337)	238
Móveis e utensílios	50	(8)	42	-	(8)	34
	1.086	(354)	732	-	(347)	385
Em curso	460	-	460	566	-	1.026
Imobilizado líquido	1.546	(354)	1.192	566	(347)	1.411

As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração e estão descritas a seguir:

Geração	(%)	Administração	(%)
Reservatório, Barragem e Adutora	2	Software	20
Edificação - Casa de Força	2	Veículos	14,29
Edificação - Outras	3,33	Equipamento Geral de Informática	16,67
Gerador	3,33	Equipamento geral	6,25
Turbina Hidráulica	2,5	Edificação - Outras	3,33
Condutor Forçado	3,13		
Painel, Mesa de Comando e Cubículo	3,57		
Comporta	3,33		

Notas Explicativas

A taxa de depreciação média anual da Companhia e suas controladas é de 3,33%, que segregadas por atividade representa:

Geração Hidrelétrica	Geração Eólica	Administração
3,14%	5,20%	6,35%

A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que, ao final do prazo de cada concessão, o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado, exceto os contratos de concessão relacionados ao Lote D do Leilão nº 12/2015. A Administração acredita que a indenização desses ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Cemig GT e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Cemig GT pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, para o qual não foi constituída entidade com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	2021	2020
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	3,94	220.009	218.111
Depreciação acumulada			(126.583)	(117.271)
Total em operação			93.426	100.840
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	43	1.580
Total em construção			43	1.580
Total			93.469	102.420

Notas Explicativas



18. INTANGÍVEIS

Consolidado	2021			2020		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Servidão	14.692	(4.726)	9.966	13.217	(4.045)	9.172
Concessão onerosa	13.599	(8.493)	5.106	19.169	(13.288)	5.881
Ativos de concessão	21.475.916	(9.669.212)	11.806.704	20.781.598	(9.107.068)	11.674.530
Ativos de Concessão - GSF	1.031.809	(65.744)	966.065	-	-	-
Outros	78.347	(73.854)	4.493	78.015	(70.286)	7.729
	22.614.363	(9.822.029)	12.792.334	20.891.999	(9.194.687)	11.697.312
Em curso	160.983	-	160.983	112.616	-	112.616
Intangível líquido	22.775.346	(9.822.029)	12.953.317	21.004.615	(9.194.687)	11.809.928

Controladora	2021			2020		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Direito de uso de softwares	13.564	(12.273)	1.291	13.564	(10.968)	2.596
Marcas e patentes	8	(8)	-	8	(8)	-
Outros	9	(9)	-	9	(9)	-
	13.581	(12.290)	1.291	13.581	(10.985)	2.596
Em curso	89	-	89	59	-	59
Intangível líquido	13.670	(12.290)	1.380	13.640	(10.985)	2.655

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixa	Amortização	Transferência (1)	Incorporação (2)	Saldo em 31/12/2021
Em serviço							
Com vida útil definida							
Servidão	9.172	-	-	(681)	1.475	-	9.966
Concessão onerosa	5.881	-	(151)	(624)	-	-	5.106
Ativos de concessão	11.674.530	-	(23.146)	(757.219)	912.539	-	11.806.704
Ativos de concessão - GSF	-	1.031.809	-	(65.744)	-	-	966.065
Outros	7.729	-	-	(3.567)	331	-	4.493
	11.697.312	1.031.809	(23.297)	(827.835)	914.345	-	12.792.334
Em curso	112.616	50.849	-	-	(2.488)	6	160.983
Intangível Líquido	11.809.928	1.082.658	(23.297)	(827.835)	911.857	6	12.953.317

(1) As transferências foram realizadas do ativo de contrato para o ativo intangível no montante de R\$902.465.

(2) Refere-se a incorporação da Sete Lagoas Transmissora de Energia.

Consolidado	Saldo em 31/12/2019	Adição	Baixa (1)	Amortização	Transferência (2)	Saldo em 31/12/2020
Em serviço						
Com vida útil definida						
Servidão	8.457	-	-	(753)	1.468	9.172
Concessão onerosa	6.560	-	-	(679)	-	5.881
Ativos de concessão	11.517.001	-	(23.768)	(737.992)	919.289	11.674.530
Outros	10.652	-	(157)	(4.754)	1.988	7.729
	11.542.670	-	(23.925)	(744.178)	922.745	11.697.312
Em curso	81.801	40.980	-	-	(10.165)	112.616
Intangível Líquido	11.624.471	40.980	(23.925)	(744.178)	912.580	11.809.928

(1) Inclui saldo referente a reversão de perda no valor recuperável de R\$13.825, reconhecida em "outras receitas" como resultado do teste de impairment dos ativos de concessão de geração eólica de Volta do Rio, em 31 de dezembro de 2020. Mais informações no decorrer desta nota explicativa.

(2) As transferências foram realizadas entre o ativo intangível, ativo de contrato, ativo financeiro e imobilizado conforme segue: (1) R\$905.773, transferidos do ativo de contrato para o ativo intangível; (2) R\$1.503 transferidos do ativo imobilizado para o intangível e (3) (R\$5.304) transferidos do ativo financeiro para o ativo intangível.

Notas Explicativas



Controladora	Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2021
Em serviço				
Com vida útil definida				
Direito de uso de softwares	2.596	-	(1.305)	1.291
	<u>2.596</u>	<u>-</u>	<u>(1.305)</u>	<u>1.291</u>
Em curso				
	59	30	-	89
Intangível líquido	<u>2.655</u>	<u>30</u>	<u>(1.305)</u>	<u>1.380</u>

Controladora	Saldo em 31/12/2019	Adição	Baixa	Amortização	Saldo em 31/12/2020
Em serviço					
Com vida útil definida					
Direito de uso de softwares	3.971	-	-	(1.375)	2.596
Outros	158	-	(157)	(1)	-
	<u>4.129</u>	<u>-</u>	<u>(157)</u>	<u>(1.376)</u>	<u>2.596</u>
Em curso					
	46	13	-	-	59
Intangível líquido	<u>4.175</u>	<u>13</u>	<u>(157)</u>	<u>(1.376)</u>	<u>2.655</u>

Ativos da concessão

Encontra-se registrada no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição de energia e gás que será utilizada durante a concessão. Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, conforme detalhado na nota explicativa nº 15.

As principais taxas anuais de amortização, que consideram a vida útil esperada dos ativos, refletem o seu padrão de consumo esperado e são revisadas anualmente pela Administração, encontram-se apresentadas a seguir:

Distribuição de energia	(%)	Administração	(%)
Chave sistema – classe tensão inferior a 69kV	6,67	Software	20,00
Condutor do sistema – classe tensão inferior a 69kV	3,57	Veículos	14,29
Estrutura – poste do sistema	3,57	Equipamento geral	6,25
Transformador de distribuição aéreo	4,00	Edificação	3,33
Disjuntor – classe tensão inferior a 69kV	3,03		
Banco de capacitores – classe tensão inferior a 69kV	6,67		
Regulador de tensão – classe tensão inferior a 69kV	4,35		

Distribuição de gás	(%)	Administração	(%)
Tubulações	3,33	Software	20,00
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00	Veículos	20,00
Benfeitorias em propriedades arrendadas	10,00	Equipamentos Processamento de Dados	20,00
Máquinas e Equipamentos	5,00 a 20,00	Móveis	10,00

A taxa média de amortização da Companhia é de 3,94%, que representa, por atividade:

Geração Hidrelétrica	Geração Eólica	Gás	Distribuição	Administração
7,44%	8,81%	3,33%	3,83%	15,82%

De acordo com a regulamentação do setor elétrico, os bens e instalações utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Notas Explicativas



São classificados como ativos intangíveis da Companhia os direitos de autorização de distribuição de gás, concedidos à Gasmig, no montante de R\$396.246 (R\$411.503 em 31 de dezembro de 2020), reconhecidos no balanço individual da Companhia como investimentos, conforme nota explicativa nº16, em conformidade à interpretação técnica ICPC 09.

Os ativos de concessão incluem os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos à Parajuru e Volta do Rio, no montante total de R\$116.446 (R\$127.841 em 31 de dezembro de 2020), que são reconhecidos no balanço individual da controlada Cemig GT como investimentos e são classificados no balanço consolidado da Companhia na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.

O valor em uso dos ativos foi calculado com base na projeção dos fluxos de caixa futuros esperados para a operação dos ativos da controlada, descontados a valor presente pelo custo de capital ponderado (WACC) definido pela Companhia para a atividade de geração eólica, utilizando a metodologia do fluxo de caixa da firma (FCFF).

Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor-GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação será realizada mediante extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015.

Em 03 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, incluindo todas as usinas da Companhia que se enquadram na repactuação, exceto Queimado e Irapé, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015 e não foram contempladas na ReH nº 2.919/2021. Os valores homologados estão em linha com as estimativas da Companhia, baseadas na ReN. Aneel nº 895/2020.

Notas Explicativas



Em 11 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Cemig GT autorizou a renúncia de eventual processo judicial centrado no MRE, bem como a assinatura do Termo de Aceitação aos termos da Lei nº 14.052/2020, para as usinas dos Contratos de Concessão da Cemig GT e subsidiárias. Com a aprovação do Conselho de Administração da adesão aos termos da Lei, a Companhia reconheceu, no 2º trimestre de 2021, um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica “Custos operacionais – Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20”, no montante de R\$909.601.

Em 14 de setembro de 2021, a Aneel homologou o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, por meio da Resolução Homologatória ReH 2.932/2021, incluindo Irapé e Queimado, cujo prazo de extensão estava em discussão no âmbito do Regulador, não sendo contemplados na ReH 2.919/2021. Assim, no 3º trimestre de 2021, foi reconhecido um aumento do ativo intangível no montante de R\$122.208, referente à extensão da outorga dessas usinas. Como resultado, o ativo intangível alcançou o montante total de R\$1.031.809, reconhecido em contrapartida à rubrica “Repactuação do risco hidrológico – Lei 14.052/20”.

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado individualmente, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros. A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado.

Notas Explicativas



Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
Cemig Geração Camargos	9.459	05/01/2046	7	03/01/2053
Cemig Geração Itutinga	7.713	05/01/2046	7	03/01/2053
Cemig Geração Leste	154			
Dona Rita	11	03/07/2046	4	19/07/2050
Ervalia	8	03/07/2046	0,8	19/04/2047
Neblina	11	03/07/2046	0,8	19/04/2047
Peti	113	05/01/2046	7	03/01/2053
Sinceridade	1	03/07/2046	0,7	12/03/2047
Tronqueiras	10	05/01/2046	1	26/12/2046
Cemig Geração Oeste	234			
Cajuru (Cemig)	234	05/01/2046	7	03/01/2053
Cemig Geração Salto Grande	40.079	05/01/2046	7	03/01/2053
Cemig Geração Sul	2.106			
Coronel Domiciano	36	03/07/2046	0,8	11/04/2047
Joasal	450	05/01/2046	7	03/01/2053
Marmelos	238	05/01/2046	7	03/01/2053
Paciência	205	05/01/2046	7	03/01/2053
Piau	1.177	05/01/2046	7	03/01/2053
Cemig Geração Três Marias	115.831	05/01/2046	7	03/01/2053
Cemig Poço Fundo	1.482	29/05/2045	7	27/05/2052
Cemig PCH (Pai Joaquim)	418	04/04/2032	0,4	14/09/2032
Horizontes	130			
Machado Mineiro	130	08/07/2025	1,9	21/05/2027
Rosal	8.900	08/05/2032	3,6	13/12/2035
Sá Carvalho	39.690	01/12/2024	1,7	27/08/2026
Total Subsidiárias	226.196			
Nova Ponte	254.956	23/07/2025	2,1	11/08/2027
Irapé	105.010	28/02/2035	2,6	18/09/2037
Queimado	19.326	18/12/2032	1,8	26/06/2034
Sao Bernardo (Cemig)	649	19/08/2025	1,9	27/06/2027
Emborcação	425.672	23/07/2025	1,8	26/05/2027
Total Cemig GT	805.613			
Total (R\$)	1.031.809			

A ReH nº 2.919/2021 homologou os valores do direito à compensação das usinas São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande, cuja titularidade era da Cemig GT no período indicado na Lei nº 14.052/2020 para compensação, mas esta Lei não especifica como esta será realizada na hipótese de ausência de dívidas com a União relativa ao regime de concessões determinado na Lei. Os valores apurados são:

Cemig Geração - Usinas Relicitadas	Valor
São Simão	783.004
Miranda	145.528
Jaguará	237.218
Volta Grande	156.688
Total	1.322.438

Notas Explicativas



Considerando que não existe previsão legal quanto à forma da compensação dos riscos não-hidrológicos e o direito da Companhia depende da ocorrência de eventos futuros incertos, que não estão totalmente sob seu controle, os ativos contingentes relativos às usinas listadas na tabela acima não foram reconhecidos.

19. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia e suas controladas reconheceram um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2) / IFRS 16:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia e suas controladas optaram por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado, em outras despesas operacionais, pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento, e seus efeitos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram imateriais.

As taxas de desconto foram obtidas com referência a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Em agosto de 2021, a Companhia revisou a metodologia para estimativa das taxas de desconto, que passou a ser baseada na taxa livre de risco ajustada à realidade da Companhia, visando refletir mais adequadamente o seu risco de crédito e as condições econômicas na data da contratação, conforme segue:

Taxa incremental aplicada	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados entre 2019 e 2021		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65
Contratos celebrados de agosto a dezembro de 2021 (1)		
Até 5 anos	5,81	0,47
De 6 a 10 anos	5,89	0,48
De 11 a 15 anos	5,95	0,49
De 16 a 30 anos	5,95	0,49

- (1) A companhia calcula mensalmente a taxa incremental a ser aplicada para os contratos novos. Para fins de divulgação, estão apresentadas as médias das taxas utilizadas.

Notas Explicativas



a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamentos ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

Consolidado	Imóveis	Veículos	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	206.045	70.676	103	276.824
Baixa (contratos encerrados)	(8.662)	-	-	(8.662)
Amortização	(24.665)	(39.624)	(103)	(64.392)
Adições	6.193	-	-	6.193
Remensuração	6.587	(4.476)	-	2.111
Saldos em 31 de dezembro de 2020	185.498	26.576	-	212.074
Baixa (contratos encerrados)	(4.641)	-	-	(4.641)
Amortização (1)	(9.599)	(40.775)	-	(50.374)
Adições	11.066	-	-	11.066
Remensuração (2)	9.243	48.225	-	57.468
Saldos em 31 de dezembro de 2021	191.567	34.026	-	225.593

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, no montante de R\$588 em 31 de dezembro de 2021 (R\$1.929 em 31 de dezembro de 2020).
- (2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

Controladora	Imóveis
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.330
Adições	109
Baixa	(39)
Amortização	(1.347)
Remensuração	5
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.058
Amortização (1)	(84)
Remensuração (2)	76
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.050

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, no montante de R\$6 em 31 de dezembro de 2021 (R\$123 em 31 de dezembro de 2020).
- (2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

b) Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamentos reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de suas controladas. O valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

Notas Explicativas



A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2019	287.747	3.479
Adições	6.193	109
Baixa (contratos encerrados)	(10.795)	(183)
Juros incorridos	28.832	316
Arrendamentos pagos	(83.881)	(1.547)
Juros sobre arrendamentos pagos	(3.704)	(65)
Remensuração	2.111	5
Saldos em 31 de dezembro de 2020	226.503	2.114
Adição	11.062	-
Baixa (contratos encerrados)	(4.661)	75
Juros incorridos (1)	26.710	269
Arrendamentos pagos	(70.145)	(264)
Juros sobre arrendamentos pagos	(2.914)	(18)
Remensuração (2)	57.468	76
Saldos em 31 de dezembro de 2021	244.023	2.252
Passivo circulante	61.586	277
Passivo não circulante	182.437	1.975

- (1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, nos montantes de R\$1.736 e R\$20 em 31 de dezembro de 2021 (R\$1.833 e R\$25 em 31 de dezembro de 2020), para as demonstrações consolidadas e da controladora, respectivamente.
- (2) Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Consolidado		Controladora	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	662.684	244.023	7.107	2.252
PIS/Pasep e Cofins potencial (9,25%)	56.062	18.457	657	209

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2).

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimentos de passivos de arrendamento é apresentada a seguir:

	Consolidado (nominal)	Controladora (nominal)
2022	64.731	296
2023	28.945	296
2024	28.573	296
2025	28.388	296
2026	28.212	296
2027 a 2045	483.835	5.627
Valores não descontados	662.684	7.107
Juros embutidos	(418.661)	(4.855)
Passivo de arrendamento	244.023	2.252

Notas Explicativas



20. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Energia de curto prazo - CCEE	129.957	490.285	-	-
Encargos de uso da rede elétrica	175.476	192.287	95	95
Energia elétrica comprada para revenda	1.314.197	807.708	62.322	6
Itaipu binacional	331.118	325.277	-	-
Gás comprado para revenda	227.683	126.850	-	-
Materiais e serviços	504.912	415.913	2.265	1.944
	2.683.343	2.358.320	64.682	2.045

21. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Circulante				
ICMS	123.928	112.068	2.616	-
Cofins (1)	166.482	183.995	30.030	37.853
PIS/Pasep (1)	36.180	41.116	6.496	9.266
INSS	36.178	28.715	1.940	1.585
Outros (2)	165.328	139.845	91.682	40.064
	528.096	505.739	132.764	88.768
Não circulante				
Cofins (1)	280.690	215.878	-	-
PIS/Pasep (1)	60.999	46.867	-	-
	341.689	262.745	-	-
	869.785	768.484	132.764	88.768
Valores a serem restituídos a consumidores				
Circulante				
PIS/Pasep e Cofins	704.025	448.019	-	-
Não circulante				
PIS/Pasep e Cofins	2.318.910	3.569.837	-	-
	3.022.935	4.017.856	-	-

- (1) Cofins e PIS/Pasep registrados no passivo circulante incluem o diferimento sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão, cuja contraprestação será recebida nos próximos 12 meses contados da data das demonstrações financeiras. Para mais informações, ver nota explicativa nº 15.
- (2) Inclui a retenção na fonte de imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio declarados em 29 de junho de 2021, cujo recolhimento ocorreu em julho de 2021, em conformidade à legislação tributária.

Os valores de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores referentes aos créditos a serem aproveitados pela Cemig D em razão da exclusão do ICMS da base de cálculo destas contribuições representam o valor de R\$2.836.314, conforme descrito na nota explicativa nº 9 (a), já tendo sido restituído o montante de R\$1.583.314 até dezembro de 2021.

A Cemig D registrou um passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos consumidores, compreendendo o período de 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a receita financeira auferida sobre a atualização dos créditos.

A Companhia está restituindo os valores aos consumidores conforme abaixo:

- Em 18 de agosto de 2020, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2020 de um componente financeiro negativo de R\$714.339, que vigorou de 19 de agosto de 2020 até 27 de maio de 2021, correspondente a parte dos recursos levantados judicialmente em função do trânsito em julgado da Ação.

Notas Explicativas



- Em 25 de maio de 2021, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2021, que vigora desde 28 de maio de 2021 até 27 de maio de 2022, do componente financeiro negativo de R\$1.573.000, correspondente ao montante total dos créditos compensados e levantados judicialmente. Mais detalhes sobre os créditos estão disponíveis na nota explicativa 8b. Para mais informações sobre o reajuste tarifário da Cemig D, ver nota explicativa 14.4.

Apesar do início da devolução dos valores, os critérios definitivos para a restituição dos créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores estão pendentes, aguardando a conclusão das discussões junto à Aneel a respeito dos mecanismos e critérios de compensação.

Adicionalmente, conforme nota explicativa nº 9 (a), a controlada Gasmig reconheceu os valores dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS referentes aos períodos contemplados no processo que discute a matéria, no montante de R\$224.734. A controlada registrou o passivo correspondente aos valores a serem devolvidos aos seus clientes considerando efeitos retrospectivos de 10 anos, contados da data do encerramento do exercício, na ausência do trânsito em julgado, sendo este no montante de R\$186.621. O período de 10 anos consubstancia o montante máximo passível de devolução, a ser convalidado após análises complementares das decisões judiciais que serão emitidas e legislação em vigor quando do efetivo trânsito em julgado da ação.

Notas Explicativas



22. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Consolidado			
				2021			2020
				Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. - bônus diversos (1) (4)	2024	Diversas	U\$\$	-	-	-	11.725
Eurobonds (2) (12)	2024	9,25%	U\$\$	42.173	5.580.500	5.622.673	7.853.959
(-) Custos de transação				-	(8.220)	(8.220)	(15.664)
(±) Recursos antecipados (3)				-	(13.356)	(13.356)	(25.314)
Dívida em moeda estrangeira				42.173	5.558.924	5.601.097	7.824.706
MOEDA NACIONAL							
Caixa Econômica Federal (6)	2021	TJLP + 2,50%	R\$	-	-	-	17.204
Caixa Econômica Federal (7)	2022	TJLP + 2,50%	R\$	-	-	-	14.086
Eletrobrás (4)	2023	UFIR + 6,00% a 8,00%	R\$	3.267	2.380	5.647	9.058
Sonda (8)	2022	110,00% do CDI	R\$	52.430	-	52.430	50.008
(-) Custos de Transação				-	-	-	(55)
Dívida em moeda nacional				55.697	2.380	58.077	90.301
Total de empréstimos e financiamento				97.870	5.561.304	5.659.174	7.915.007
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (2)	2022	IPCA + 6,20%	R\$	428.367	-	428.367	761.520
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (2) (11)	2021	140,00% do CDI	R\$	-	-	-	288.839
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (4) (5)	2021	IPCA + 4,70%	R\$	-	-	-	587.956
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (4)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	323.437	824.028	1.147.465	1.035.247
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª Série (4)	2024	CDI + 0,45%	R\$	545.933	810.000	1.355.933	1.891.927
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª Série (4)	2026	IPCA + 4,10%	R\$	3.364	1.756.264	1.759.628	1.587.924
Debêntures - 4ª emissão - 1ª série (9)	2022	TJLP+1,82%	R\$	10.028	-	10.028	19.629
Debêntures - 4ª emissão - 2ª série (9)	2022	Selic + 1,82%	R\$	4.376	-	4.376	9.089
Debêntures - 4ª emissão - 3ª série (9)	2022	TJLP + 1,82%	R\$	10.597	-	10.597	21.807
Debêntures - 4ª emissão - 4ª série (9)	2022	Selic + 1,82%	R\$	5.201	-	5.201	10.703
Debêntures - 7ª emissão - Série única (9)	2023	CDI + 1,50%	R\$	20.049	20.000	40.049	60.024
Debêntures - 8ª emissão - Série única (9)	2031	IPCA + 5,27%	R\$	18.916	967.530	986.446	890.440
(-) Deságio na emissão de debêntures (10)				-	(15.002)	(15.002)	(18.300)
(-) Custos de Transação				(3.005)	(25.294)	(28.299)	(41.254)
Total de debêntures				1.367.263	4.337.526	5.704.789	7.105.551
Total geral consolidado				1.465.133	9.898.830	11.363.963	15.020.558

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Controladora			
				2021			2020
				Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA NACIONAL							
Sonda (7)	2021	110,00% do CDI	R\$	52.430	-	52.430	50.008
(-) Custos de transação				-	-	-	(55)
Total de empréstimos e financiamentos				52.430	-	52.430	49.953

- Em 18 de junho de 2021, a Cemig D liquidou antecipadamente a dívida proveniente do Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida, no valor principal de U\$44.626, considerando as Garantias constituídas no valor de U\$42.843, por meio do pagamento de pecúnia, no valor aproximado de U\$1.783. O valor desembolsado total, considerando pecúnia, juros e comissões, corresponde a R\$10.075 na data do pagamento.
- Cemig Geração e Transmissão.
- Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds.
- Cemig Distribuição.
- Em fevereiro de 2021, a Cemig D amortizou a debênture – 3ª Emissão – 2ª Série.
- Central Eólica Praias de Parajuru. Em 23 de julho de 2021, ocorreu a amortização antecipada de todo o saldo devedor, no montante de R\$5.320. Até a liquidação dos contratos, garantias foram mantidas e as obrigações contratuais cumpridas.
- Central Eólica Volta do Rio. Em 23 de julho de 2021, ocorreu a amortização antecipada de todo o saldo devedor, no montante de R\$8.766. Até a liquidação dos contratos, garantias foram mantidas e as obrigações contratuais cumpridas.
- Cemig Controladora. Decorrente da Incorporação da Cemig Telecom.
- Gasmig. Os recursos provenientes da 8ª emissão de debêntures, concluída pela Gasmig em 10 de setembro de 2020, no montante de R\$850.000, foram utilizados para resgate das notas promissórias emitidas em 26 de setembro de 2019, com prazo de 12 meses, cujos recursos foram integralmente destinados ao pagamento do bônus de outorga do contrato de concessão de distribuição de gás.
- Deságio no preço de venda da 2ª série da 7ª emissão da Cemig Distribuição.

Notas Explicativas



- (11) Em 02 de fevereiro de 2021, a Cemig GT realizou o Resgate Antecipado Obrigatório do saldo das Debêntures, no valor de R\$264.796, em cumprimento ao disposto na Cláusula 6.3 da Escritura de sua 7ª Emissão de Debêntures, com 20% dos recursos líquidos obtidos pela Companhia com a venda da sua participação acionária na Light. Para mais informações sobre a venda da participação na Light, ver nota explicativa nº32.
- (12) Em agosto de 2021, a Cemig GT realizou a recompra parcial de títulos de dívida no mercado externo (Eurobonds) de sua emissão, no montante principal de US\$500 milhões. Mais detalhes dessa operação no decorrer desta nota explicativa.

As debêntures de emissão das controladas são do tipo “simples” não conversíveis em ações, não havendo cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Recompra parcial dos Eurobonds – Tender Offer

Em 19 de julho de 2021, foi iniciada a oferta de aquisição em dinheiro, por parte da Cemig GT (“Tender Offer”), de títulos de dívida no mercado externo de sua emissão, com vencimento em 2024, remunerados a 9,25% ao ano, no montante principal de até US\$500 milhões. A implementação do Cash Tender considerou o preço de recompra de 116,25%, ou US\$1.162,50 por US\$1.000 do valor principal.

Em 30 de julho de 2021, foram recebidas ofertas de titulares de Notes representando o montante total de US\$774 milhões. Uma vez que o valor principal agregado de todas as Notes validamente ofertadas até a Data da Oferta Antecipada excedeu o montante máximo, a CEMIG aceitou as Notes ofertadas em uma base pro rata, considerando o valor teto de US\$500 milhões.

Adicionalmente ao Valor Total de Aquisição, os titulares de Notes que foram validamente ofertadas e aceitas para a aquisição também receberam juros acumulados e não pagos desde, e incluindo, a última data de pagamento de juros até, mas não incluindo, a data inicial de liquidação, que ocorreu em 05 de agosto de 2021.

A liquidação financeira e cancelamento das notes ocorreu em 05 de agosto de 2021, sendo as ofertas encerradas em 13 de agosto de 2021. Segue abaixo tabela com os efeitos relacionados a recompra dos bonds:

	%	US\$	R\$
Valor principal	100,00	500.000	2.568.500
Prêmio mercado + Tender	16,25	81.250	417.381
Juros provisionados	1,54	7.708	39.598
		588.958	3.025.479
IOF incidente sobre o prêmio	0,38	309	1.586
Imposto de renda incidente sobre o prêmio	17,65	14.338	73.655
Imposto de renda incidente sobre os juros provisionados	17,65	1.360	6.988
		16.007	82.229
Total de Pagamentos		604.965	3.107.708
Desfazimento parcial do Hedge		-	(774.409)
Ajuste positivo da NDF (*)		-	(23.699)
Total		604.965	2.309.600

(*) Diferença entre a cotação do dólar PTAX no dia da compra (R\$5,137) em relação ao instrumento financeiro – NDF de proteção cambial, com a trava de compra do dólar na cotação de R\$5,0984

Notas Explicativas



Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2021, é garantido da seguinte forma:

	2021
Nota promissória, aval e fiança	7.176.573
Aval e Recebíveis	3.094.401
Recebíveis	35.555
Ações	52.430
Sem garantia	1.005.004
TOTAL	11.363.963

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Moedas						
Dólar Norte-Americano	42.173	-	5.580.500	-	-	5.622.673
Total por moedas	42.173	-	5.580.500	-	-	5.622.673
Indexadores						
IPCA (1)	774.084	274.678	377.118	1.260.943	1.635.083	4.321.906
UFIR/RGR (2)	3.267	2.380	-	-	-	5.647
CDI (3)	627.989	560.000	270.000	-	-	1.457.989
URTJ/TJLP (4)	20.625	-	-	-	-	20.625
Total por indexadores	1.425.965	837.058	647.118	1.260.943	1.635.083	5.806.167
(-) Custos de transação	(3.005)	(747)	(10.706)	(4.526)	(17.535)	(36.519)
(±) Recursos antecipados	-	-	(13.356)	-	-	(13.356)
(-) Deságio	-	-	-	(7.501)	(7.501)	(15.002)
Total geral	1.465.133	836.311	6.203.556	1.248.916	1.610.047	11.363.963

Controladora	2022	Total
Indexadores		
CDI (3)	52.430	52.430
Total por indexadores	52.430	52.430

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
- (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
- (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
- (4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ) / Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP);

O dólar norte americano e os indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos exercícios apresentados:

Moeda	Variação % Acumulada em 2021	Variação % Acumulada em 2020	Indexador	Variação % Acumulada em 2021	Variação % Acumulada em 2020
Dólar Norte-Americano	7,39	28,93	IPCA	10,06	4,52
			CDI	4,39	2,77
			TJLP	16,92	(18,31)

Notas Explicativas



A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2019	14.776.031	48.252
Empréstimos oriundos de Combinação de Negócios	10.447	-
Saldo inicial para fins de consolidação	14.786.478	48.252
Empréstimos obtidos	850.000	-
Custos de transação	(24.438)	-
Variação monetária	186.610	-
Variação cambial	1.742.494	-
Encargos financeiros provisionados	1.211.104	1.479
Amortização do custo de transação	15.107	222
Encargos financeiros pagos	(1.211.772)	-
Amortização de principal	(2.531.026)	-
Reclassificação para Outros Credores	(7.030)	-
Subtotal	15.017.527	49.953
FIC Pampulha - títulos de empresas controladas	3.031	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.020.558	49.953
Empréstimos oriundos de combinação de negócios (1)	13.406	-
Variação monetária	330.114	-
Variação cambial	353.321	-
Encargos financeiros provisionados	1.162.011	2.422
Ágio na recompra de títulos de dívida (<i>Eurobonds</i>)	491.037	-
Amortização do custo de transação	20.456	55
Encargos financeiros pagos	(1.590.268)	-
Amortização de principal	(4.436.672)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	11.363.963	52.430

(1) Refere-se a dívida da SLTE junto ao BNDES, quitada em dezembro de 2021 com recursos existentes em caixa, somados à realização de aporte pela Cemig H, no valor de R\$6.792.

Encargos financeiros capitalizados

As controladas Cemig D e Gasmig incorporaram ao custo de construção da infraestrutura de concessão os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	2021	2020
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.162.011	1.211.104
Encargos financeiros incorporados aos custos de construção da infraestrutura da concessão - intangível e ativo de contrato (1) (notas 17 e 21)	(15.329)	(33.335)
Efeito líquido no resultado	1.146.682	1.177.769

(1) A taxa média de capitalização foi de 9,44% a.a. em 31 de dezembro de 2021 (5,39% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Cláusulas Contratuais Restritivas - “Covenants”

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Cemig D, GT ou da Companhia, superior a R\$50 milhões (“*cross default*”).

A Companhia e suas controladas possuem contratos com Cláusulas Restritivas (“*Covenants*”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Notas Explicativas



Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido emissora	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
7ª emissão de debêntures Cemig GT (1)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 2,5 em 2021	Semestral e anual
Eurobonds Cemig GT (2)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant (3)	Manter índice igual ou inferior a: 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 em 31/12/2021 em diante	Semestral e anual
7ª emissão de debêntures Cemig D	Dívida Líquida / Ebitda ajustado	Manter índice igual ou inferior a 3,5	Manter índice igual ou inferior a 3,0	Semestral e anual
Debêntures Gasmig 4ª e 7ª emissão(4)	Endividamento Geral (Exigível Total/Ativo Total)	Menor que 0,6	-	Anual
	EBITDA/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,3	-	Anual
	EBITDA/Resultado Financeiro Líquido	Igual ou maior que 2,5	-	Anual
	Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou menor que 2,5	-	Anual
Debêntures Gasmig – 8ª emissão série única (5)	EBITDA/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,3	-	Anual
	Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou menor que 3,0	-	Anual
	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	Manter Índice igual ou superior a 1,20	-	Anual (durante o período de amortização)
Financiamento Caixa Econômica Federal	Patrimônio Líquido/Passivo Total	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	-	Permanente
Parajuru e Volta do Rio (6)	Capital Social Subscrito e Integralizado da financiada/Total dos investimentos realizados do projeto financiado	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	-	Permanente

- (1) 7ª emissão de debêntures da Cemig GT, em dezembro de 2016, no montante de R\$2.240 milhões.
- (2) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2%a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um covenant “de manutenção” de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao EBITDA de 1,75x (2,0 x em dez/17) e um covenant “de incorrência” de dívida com garantia real na Cemig GT em relação ao EBITDA de 1,5x.
- (3) O Ebitda ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, do qual é subtraído o resultado não operacional, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Ebitda em qualquer período anterior, e acréscido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.
- (4) Caso não consiga atingir o índice requerido, a Gasmig constituirá, no prazo de 120 dias, contados da data da comunicação por escrito da BNDESPAR ou do BNDES, garantias aceitáveis aos debenturistas pelo valor total da dívida, observadas as normas do Conselho Monetário Nacional, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os índices requeridos. Determinadas situações previstas contratualmente podem provocar vencimento antecipado de outras dívidas (*cross default*).
- (5) O não cumprimento dos covenants financeiros implica em vencimento antecipado não automático. Caso seja declarado o vencimento antecipado pelos debenturistas, a Gasmig deverá efetuar o pagamento após recebimento da notificação.
- (6) Os contratos de financiamentos da Caixa Econômica Federal para a Central Eólica Praias de Parajuru e Volta do Rio possuem Covenants Financeiros com exigibilidade de cumprimento condicionado ao vencimento antecipado do saldo remanescente da dívida. Somente é considerado exigível o cumprimento do *Índice de Cobertura do Serviço da Dívida* anualmente e durante o período de amortização, sendo o início deste período a partir de julho de 2020. Em 23 de julho de 2021, ocorreu a amortização antecipada de todo o saldo devedor, no montante de R\$5.320, pela controlada Central Eólica Praias de Parajuru, e R\$8.766, pela controlada Volta do Rio. Até a liquidação dos contratos, as garantias foram mantidas e as obrigações contratuais cumpridas.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas encontram-se em conformidade com as cláusulas restritivas.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) contratados para proteção do serviço associado à dívida com Eurobonds (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 31.

Notas Explicativas



23. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	2021	2020
Passivo		
Reserva global de reversão – RGR	28.198	27.515
Conta de desenvolvimento energético – CDE	109.618	64.179
Taxa de fiscalização da Aneel	2.526	3.200
Eficiência energética	237.426	264.952
Pesquisa e desenvolvimento	112.267	224.632
Pesquisa expansão sistema energético	4.377	3.776
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	8.759	7.557
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica - PROINFA	16.623	7.435
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	5.374	12.976
Encargo de capacidade emergencial	26.325	26.325
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	251.837	89.825
CDE sobre P&D (1)	2.767	-
CDE sobre PEE	4.583	-
Outros	4.638	4.624
	815.318	736.996
Passivo circulante	610.695	445.807
Passivo não circulante	204.623	291.189

(1) Refere-se ao valor transferido da conta de P&D, que será pago a título de CDE sobre P&D, em conformidade ao despacho Aneel nº 904, de 30 de março de 2021.

24. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Cemig e suas controladas são patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes. Os riscos atuariais relacionados ao Plano B ocorrem, somente, a partir da opção pelo benefício de forma vitalícia no momento da aposentadoria do participante. Neste caso específico, a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.

Plano saldado de benefícios previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram por migrar do antigo plano de benefício definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria. Os benefícios saldados do Plano A têm a característica de pagamento vitalício e a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é, exclusivamente, das patrocinadoras.

Notas Explicativas



A Cemig, Cemig GT e Cemig D mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, contribuições para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Seguro de vida

A Companhia disponibilizava, até o término da vigência do acordo coletivo findo em outubro de 2021, a cobertura de 50% da apólice de seguro de vida, com determinadas características específicas, para os aposentados.

Entretanto, em função das alterações realizadas no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados, o referido benefício pós-emprego foi extinto e, desta forma, a Companhia realizou a baixa do saldo da obrigação, remensurado pelas premissas atuariais revisadas, em contrapartida ao resultado e Patrimônio Líquido, nos montantes de R\$415.438 e R\$59.495.

Em 2 de fevereiro de 2022 a Associação dos Eletricitários Aposentados e Pensionistas da Cemig e Subsidiárias ("AEA/MG") pleiteou tutela de urgência para que a Companhia cumprisse e mantivesse integralmente os mesmos termos relativos ao custeio do prêmio do seguro de vida que vinha sendo praticado. Entretanto, em 11 de fevereiro de 2022, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região indeferiu tal requerimento, fundamentado no entendimento de que se trata de discussão envolvendo validade de norma coletiva.

Obrigações atuariais reconhecidas nas demonstrações financeiras

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) /IAS 19 - Benefícios a empregados e laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2021.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - FORLUZ

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$384.513 (R\$472.559 em 31 de dezembro de 2020). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Notas Explicativas



Equacionamento do déficit do Plano A da FORLUZ

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 31 de dezembro de 2021, o montante total a ser pago pela Cemig em decorrência dos déficits é de R\$538.934 (R\$540.142 em 31 de dezembro de 2020, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017). As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$353.421, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$185.513. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Em dezembro de 2020, em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da FORLUZ verificado em 2019. O montante total a ser pago pela Cemig e suas controladas em decorrência do déficit apurado no Plano A, sem considerar a paridade contributiva, é de R\$160.425, através de 166 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia e suas controladas ficariam dispensadas do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente à 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, realizou os pagamentos em consignação das parcelas de abril a dezembro de 2021, no montante de R\$6.783, que ficaram à disposição da Forluz para serem resgatados em conta em banco oficial. Devido à recusa do recebimento deste montante pela Forluz, a Companhia propôs, em 26 de maio de 2021, Ação de Consignação de Pagamento, que se encontra em sua fase inicial, de postulação.

A Forluz, em decorrência da não celebração do Instrumento Particular de Assunção de Dívida para cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano A verificado em 2019, bem como da recusa dos pagamentos em consignação realizados pela Companhia, entrou, em 27 de abril de 2021, com ação judicial contra as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, requerendo que seja julgado procedente o pedido para assegurar o cumprimento da contratação da dívida para a cobertura do déficit do Plano A, no montante de R\$160.425, referente ao exercício de 2019. A probabilidade de perda foi avaliada como possível, em decorrência da ação ainda estar em fase de conhecimento, não havendo decisões de mérito. Além disso, houve o indeferimento da tutela de urgência requerida pela Forluz.

Notas Explicativas



Informações atuariais

As informações atuariais consolidadas são conforme segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total em 31/12/2021
Valor Presente das Obrigações	12.025.817	3.468.504	66.017	-	15.560.338
Valor Justo dos Ativos do Plano	(9.377.896)	-	-	-	(9.377.896)
Passivo Líquido inicial	2.647.921	3.468.504	66.017	-	6.182.442
Ajuste ao Teto de Ativo (<i>Asset Ceiling</i>)	22.232	-	-	-	22.232
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	2.670.153	3.468.504	66.017	-	6.204.674

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total em 31/12/2020
Valor Presente das Obrigações	13.308.575	3.319.092	64.324	551.136	17.243.127
Valor Justo dos Ativos do Plano	(10.420.081)	-	-	-	(10.420.081)
Passivo Líquido inicial	2.888.494	3.319.092	64.324	551.136	6.823.046
Ajuste ao Teto de Ativo (<i>Asset Ceiling</i>)	20.001	-	-	-	20.001
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	2.908.495	3.319.092	64.324	551.136	6.843.047

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2019	13.285.833	3.102.177	60.504	573.877	17.022.391
Custo do serviço corrente	1.494	20.987	505	3.691	26.677
Juros sobre a obrigação atuarial	886.651	215.075	4.216	40.695	1.146.637
Perdas (ganhos) atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	134.660	394.768	4.147	-	533.575
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(375.170)	(151.843)	(3.869)	(34.374)	(565.256)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	288.792	(118.782)	1.633	(22.990)	148.653
	48.282	124.143	1.911	(57.364)	116.972
Benefícios pagos	(913.685)	(143.290)	(2.812)	(9.763)	(1.069.550)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2020	13.308.575	3.319.092	64.324	551.136	17.243.127
Custo do serviço corrente	1.800	21.048	506	3.245	26.599
Custo do serviço passado (1)	-	-	-	(415.438)	(415.438)
Juros sobre a obrigação atuarial	883.788	231.050	4.554	39.303	1.158.695
Perdas (ganhos) atuariais:					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	377.790	122.095	1.138	(14.979)	486.044
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(2.393.295)	(251.787)	(4.574)	(126.930)	(2.776.586)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	827.508	200.126	3.028	(26.207)	1.004.455
	(1.187.997)	70.434	(408)	(168.116)	(1.286.087)
Benefícios pagos	(980.349)	(173.120)	(2.959)	(10.130)	(1.166.558)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2021	12.025.817	3.468.504	66.017	-	15.560.338

(1) Devido às alterações realizadas no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados, a Companhia entende que cancelou, totalmente, o benefício pós-emprego e, desta forma, realizou a baixa do saldo da obrigação.

Notas Explicativas



As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2019	10.366.512
Retorno real dos investimentos	756.155
Contribuições do Empregador	211.099
Benefícios pagos	(913.685)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2020	10.420.081
Retorno real dos investimentos	(297.597)
Contribuições do Empregador	235.761
Benefícios pagos	(980.349)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2021	9.377.896

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2021 e 2020 são como segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do Serviço Corrente	1.800	21.048	506	3.245	26.599
Custo do serviço passado	-	-	-	(415.438)	(415.438)
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	883.788	231.050	4.554	39.303	1.158.695
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(685.058)	-	-	-	(685.058)
Estimativa de despesa total em 2021 conforme cálculo atuarial	200.530	252.098	5.060	(372.890)	84.798

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do Serviço Corrente	1.494	20.987	505	3.691	26.677
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	886.651	215.075	4.216	40.695	1.146.637
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(682.361)	-	-	-	(682.361)
Estimativa de despesa total em 2020 conforme cálculo atuarial	205.784	236.062	4.721	44.386	490.953

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2019	2.972.136	3.102.177	60.504	573.877	6.708.694
Despesa reconhecida no resultado	205.784	236.062	4.721	44.386	490.953
Contribuições pagas	(211.099)	(143.290)	(2.812)	(9.763)	(366.964)
Ganhos (perdas) atuariais	(58.326)	124.143	1.911	(57.364)	10.364
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2020	2.908.495	3.319.092	64.324	551.136	6.843.047
Despesa reconhecida no resultado	200.530	252.098	5.060	42.548	500.236
Custo do serviço passado	-	-	-	(415.438)	(415.438)
Contribuições pagas	(235.761)	(173.120)	(2.959)	(10.130)	(421.970)
Perdas (ganhos) atuariais	(203.111)	70.434	(408)	(168.116)	(301.201)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2021	2.670.153	3.468.504	66.017	-	6.204.674
				2021	2020
Passivo Circulante				346.733	304.551
Passivo Não Circulante				5.857.941	6.538.496

Notas Explicativas



Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2019	503.792	183.781	4.837	21.098	713.508
Despesa reconhecida no resultado	34.794	13.376	360	1.580	50.110
Contribuições pagas	(10.385)	(8.997)	(176)	(317)	(19.875)
Ganhos (perdas) atuariais	(15.264)	12.920	(339)	(2.280)	(4.963)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2020	512.937	201.080	4.682	20.081	738.780
Despesa reconhecida no resultado	35.403	14.742	352	1.495	51.992
Custo do serviço passado	-	-	-	(15.135)	(15.135)
Contribuições pagas	(11.599)	(10.082)	(184)	(291)	(22.156)
Perdas (ganhos) atuariais	(38.307)	14.845	197	(6.150)	(29.415)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2021	498.434	220.585	5.047	-	724.066
				2021	2020
Passivo circulante				26.917	25.062
Passivo não circulante				697.149	713.718

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, que incluem o custo do serviço passado decorrente do cancelamento da obrigação pós-emprego do seguro de vida, no montante de R\$15.194 (R\$438.245 em 31 de dezembro de 2020), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$69.604 (R\$52.708 em 31 de dezembro de 2020).

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2022 é como segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Custo do Serviço Corrente	1.883	15.873	375	-	18.131
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	1.224.041	362.118	6.892	-	1.593.051
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(941.106)	-	-	-	(941.106)
Estimativa da despesa total em 2022 conforme laudo atuarial	284.818	377.991	7.267	-	670.076

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2022 é como segue:

Consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	1.064.258	207.824	3.687	-	1.275.769

A Companhia e suas controladas Cemig GT e Cemig D têm a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão em 2022 no montante de R\$246.043 para amortização de déficit do Plano A e de R\$85.950 para o plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida
Plano A	Plano B			
10,04	12,86	14,44	15,47	-

Notas Explicativas



As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	Cemig, Cemig GT e Cemig D	
	2021	2020
Ações	7,77%	9,25%
Títulos de Renda Fixa	73,95%	72,17%
Imóveis	5,04%	3,71%
Outros	13,24%	14,87%
Total	100,00%	100,00%

Os seguintes ativos do plano de pensão, avaliados pelo valor justo, estão relacionados à Companhia:

	2021	2020	2019
Debêntures não conversíveis emitidas pela Companhia e suas controladas	302.451	338.431	398.652
Ações emitidas pela Companhia	277.368	4.328	23.852
Imóveis da Fundação ocupados pela Companhia e suas controladas	386	285.293	502.751
	580.205	628.052	925.255

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2021			2020		
	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico	Seguro de vida	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde e odontológico	Seguro de vida
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	10,60%	10,75%	10,73%	6,83%	7,14%	7,25%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	10,60%	Não aplicável	Não aplicável	6,83%	Não aplicável	Não aplicável
Taxa anual de inflação de longo prazo	5,03%	5,03%	5,03%	3,32%	3,32%	3,32%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	5,03%	Não aplicável	6,29%	3,32%	Não aplicável	4,56%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%	AT-2000 M&F S10% D20%	AT-2000 M S10% D10%	AT-2000 M S10% D20%	AT-2000 M S10% D20%
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não aplicável	Tasa 1927 agravado de 100%	Tasa 1927 agravado de 100%	Não aplicável	Álvaro Vindas D30%	Álvaro Vindas D30%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-83 IAM Male	MI-85 Female	MI-85 Female	AT-49 M	MI-85 F	MI-85 F
Crescimento real das contribuições acima da inflação (1)	-	1%	-	-	1%	-

(1) A partir de 2018, foi adotada a premissa de crescimento real das contribuições acima da inflação, de 1% a.a.

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2021:

Efeitos na obrigação de benefício definido - consolidado	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Desagravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	264.308	58.904	(1.045)	-	322.167
Agravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	(269.329)	(60.164)	1.027	-	(328.466)
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	1.120.422	476.226	9.350	-	1.605.998

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do Crédito Unitário Projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no Balanço Patrimonial.

Notas Explicativas



A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

25. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que figura no polo passivo

A Companhia e suas controladas constituíram provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado				
	31/12/2020	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2021
Trabalhistas	427.515	80.686	(45.925)	(58.342)	403.934
Cíveis					
Relações de consumo	22.089	36.073	-	(25.927)	32.235
Outras ações cíveis	32.495	19.245	(957)	(12.235)	38.548
	54.584	55.318	(957)	(38.162)	70.783
Tributárias	1.294.287	90.931	(88.929)	(628)	1.295.661
Regulatórias	51.660	6.993	(7.764)	(3.047)	47.842
Outras	64.391	23.337	(3.697)	(13.279)	70.752
Total	1.892.437	257.265	(147.272)	(113.458)	1.888.972

	Consolidado					
	31/12/2019	Adições	Reversões	Liquidações / Estornos (1)	Saldos oriundos da combinação de negócios (2)	31/12/2020
Trabalhistas	497.320	106.594	(60.267)	(116.132)	-	427.515
Cíveis						
Relações de consumo	18.314	21.806	(45)	(17.986)	-	22.089
Outras ações cíveis	17.767	21.361	-	(6.633)	-	32.495
	36.081	43.167	(45)	(24.619)	-	54.584
Tributárias	1.260.441	113.312	(38.625)	(40.841)	-	1.294.287
Regulatórias	36.789	16.473	(857)	(745)	-	51.660
Outras	57.433	13.424	(7.364)	(2.233)	3.131	64.391
Total	1.888.064	292.970	(107.158)	(184.570)	3.131	1.892.437

- (1) Inclui os valores das provisões para contingências referentes ao aproveitamento de créditos de ICMS revertidos em contrapartida à conta de tributos a recuperar, no montante de R\$38.740, em razão do trânsito em julgado a favor da controlada Gasmig, em 09 de junho de 2020.
- (2) Em 13 de janeiro de 2020, a Companhia adquiriu o controle da Centroeste, que passou a ser consolidada a partir do primeiro trimestre de 2020. Para mais informações, consultar a nota explicativa nº 16 – Investimentos.

Notas Explicativas



	Controladora				
	31/12/2020	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2021
Trabalhistas	28.152	22.541	-	(7.618)	43.075
Cíveis					
Relações de consumo	550	1.063	-	(393)	1.220
Outras ações cíveis	3.178	162	(757)	(162)	2.421
	3.728	1.225	(757)	(555)	3.641
Tributárias	170.624	7.267	-	(169)	177.722
Regulatórias	18.606	513	(7.664)	(289)	11.166
Outras	1.275	685	(44)	(525)	1.391
Total	222.385	32.231	(8.465)	(9.156)	236.995

	Controladora				
	31/12/2019	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2020
Trabalhistas	42.178	17.226	(14.004)	(17.248)	28.152
Cíveis					
Relações de consumo	547	398	(1)	(394)	550
Outras ações cíveis	1.256	2.198	-	(276)	3.178
	1.803	2.596	(1)	(670)	3.728
Tributárias	161.413	10.794	(819)	(764)	170.624
Regulatórias	17.211	1.482	(84)	(3)	18.606
Outras	822	523	-	(70)	1.275
Total	223.427	32.621	(14.908)	(18.755)	222.385

A Administração da Companhia e de suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações financeiras a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos.

A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da posição financeira da Companhia e de suas controladas.

As principais provisões e passivos contingentes são detalhados a seguir, incluindo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para sua liquidação:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

Notas Explicativas



O montante das contingências é de aproximadamente R\$1.570.680 (R\$1.386.147 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$403.934 foram provisionados (R\$427.515 em 31 de dezembro de 2020), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

Em dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou parcialmente procedente duas ações declaratórias de constitucionalidade e definiu que a correção aplicada aos débitos trabalhistas deve observar a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a aplicação da taxa Selic, afastando a aplicabilidade da taxa referencial (TR) aos débitos trabalhistas em geral. Os efeitos desta decisão foram modulados da seguinte forma:

- Os pagamentos realizados, em tempo e modo oportunos, mediante aplicação da TR, do IPCA-E ou de qualquer outro índice, deverão ser mantidos válidos e não ensejarão qualquer rediscussão;
- Os processos em curso, que estejam sobrestados na fase de conhecimento, devem ter aplicação da taxa Selic de forma retroativa, sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF; e
- Aplicação automática do entendimento às ações transitadas em julgado, desde que não haja qualquer manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros, inclusive em caso de omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais.

Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$180.858 (R\$142.481 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$32.235 (R\$22.089 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$460.540 (R\$359.122 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$38.548 (R\$32.495 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Notas Explicativas



Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é, aproximadamente, de R\$212.312 (R\$166.348 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$19.041 (R\$13.505 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Adicionalmente às questões acima, a Companhia e suas controladas são partes em diversas ações judiciais em que se discutem a não incidência do Imposto Territorial Urbano – IPTU, relativamente aos imóveis afetos à concessão do serviço público. O valor da contingência é de R\$86.847 (R\$84.525 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$3.432 foram provisionados (R\$3.844 em 31 de dezembro de 2020), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Companhia tem logrado êxito em seus esforços no sentido de suspender a exigibilidade do crédito tributário de IPTU tendo obtido decisões favoráveis em alguns casos, sendo este o principal fato que levou à redução do valor da contingência.

Contribuições Previdenciárias – Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Consequentemente, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável de determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível das demais parcelas, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de aproximadamente R\$1.433.086 (R\$1.520.054 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$1.272.036 (R\$1.275.808 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A variação relevante no exercício de 2021 no montante das contingências decorre, dentre outros fatores, de decisão favorável obtida pela Companhia em um dos processos administrativos referentes à PLR das competências de janeiro a outubro de 2010, que resultou no cancelamento dos débitos tributários, conforme cálculos efetuados pela Receita Federal.

Notas Explicativas



Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas declarações de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica (DIPJ), além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep e Cofins. A Companhia e suas controladas estão contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$199.430 (R\$202.975 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$1.152 (R\$1.130 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais em que são questionados, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por autoprodutor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado "Plano Cruzado", em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$385.244 (R\$345.475 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$47.842 (R\$51.660 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de saída de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia e suas controladas são partes em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos em razão de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$55.193 (R\$46.312 em 31 de dezembro de 2020), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Projeto Luz para todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$419.869 (R\$356.236 em 31 de dezembro de 2020) dos quais R\$810 (R\$687 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Notas Explicativas



Outras Ações

A Companhia e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de área de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$401.589 (R\$621.398 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$14.749 foram provisionados (R\$17.392 em 31 de dezembro de 2020), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível

Impostos e Contribuições

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do anuênio

A Companhia e suas controladas pagaram uma indenização aos empregados, em 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia e suas controladas impetraram mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$121.834, que atualizado representa o valor de R\$290.198 (R\$285.836 em 31 de dezembro de 2020), registrado na conta de depósitos vinculados a litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$301.647 (R\$294.613 em 31 de dezembro de 2020) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia e suas controladas relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia e suas controladas apresentaram as defesas e aguardam julgamento. O valor da contingência é de aproximadamente R\$121.223 (R\$110.436 em 31 de dezembro de 2020). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa à questão.

Notas Explicativas



Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária

A Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, na condição de responsável solidária de sua controlada em conjunto com a Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, e venda, pela Enlighted, em 07 de julho de 2011, de 100% das participações na LUCE LLC (empresa com sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, por meio da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$239.467 (R\$234.113 em 31 de dezembro de 2020) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia e suas controladas nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$453.924 (R\$425.023 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços – ICMS

Entre dezembro de 2019 e dezembro de 2021, a Secretaria da Fazenda de Minas Gerais lavrou cinco autos de infração contra a Gasmig, no valor total de R\$357.435, relativamente à redução da base de cálculo do ICMS na venda de gás natural aos seus consumidores no período de 01 de dezembro de 2014 a 31 de setembro de 2021, alegando divergência entre a fórmula de cálculo utilizada pela Gasmig e o entendimento do fisco. Os autos são compostos de R\$124.478 de principal, R\$200.546 de multas e R\$32.411 de juros.

Considerando que o Estado de Minas Gerais, ao longo de mais de 25 anos, não se insurgiu contra a metodologia de cálculo da Gasmig, os administradores, em conjunto com os assessores legais, entendem que é possível a defesa da aplicação do artigo 100, III do Código Tributário Nacional, que afasta a cobrança de penalidades e juros, sendo remota a contingência de perda vinculada a estes valores. Em relação à discussão sobre a diferença do valor de ICMS apurado pela Gasmig e a nova interpretação do fisco estadual, a probabilidade de perda foi considerada possível, sendo que, em 31 de dezembro de 2021, o valor estimado da contingência para o período de prescrição de cinco anos é de R\$139.938 (R\$107.000 em 31 de dezembro de 2020). Em julho de 2021, a Gasmig protocolou uma ação anulatória de débito fiscal contra o Estado de Minas Gerais e o procedimento suspendeu os autos de infração acima.

Notas Explicativas



Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, com pedido liminar, requerendo o direito de deduzir, da base de cálculo para apuração de IRPJ e CSLL, as despesas realizadas com o pagamento dos Juros sobre Capital Próprio (“JCP”) no 4º trimestre de 2020, porém, calculados com base em períodos anteriores aos efetivos pagamentos, notadamente no 1º e 2º trimestres de 2020, bem como afastar a exigência de supostos créditos tributários de IRPJ e CSLL relativos ao montante que deixou de ser recolhido, em decorrência da dedução da referida despesa financeira, com aplicação de multas. O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$60.079 em 31 de dezembro de 2021, e a probabilidade de perda foi avaliada como possível, fundamentada na análise do atual entendimento dos tribunais brasileiros relativo à questão.

Estorno de créditos na apuração de PIS/PASEP e COFINS

A Receita Federal do Brasil lavrou, em agosto de 2021, dois autos de infração referentes à apuração de PIS/Pasep e Cofins para os fatos geradores ocorridos entre agosto de 2016 e dezembro de 2017, alegando a insuficiência de pagamento dessas contribuições em razão do crédito supostamente indevido dos dispêndios com o encargo do PROINFA e a ausência de estorno dos créditos relativos às perdas não técnicas. A Companhia está contestando a autuação. O montante da contingência é de R\$161.780 em 31 de dezembro de 2021 e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia em razão da escassa jurisprudência judicial sobre o tema.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Cemig e a sua controlada Cemig D são partes em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo, inclusive, obtido decisão parcial favorável e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$1.269.402 (R\$1.072.398 em 31 de dezembro de 2020), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em razão da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor sobre o caso, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, dispostas nas Resoluções 414 e 456 da Aneel.

Notas Explicativas



Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a Aneel atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Cemig GT, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$436.835 (R\$376.228 em 31 de dezembro de 2020). A Cemig GT obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE, e classificou a possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a controlada possui documentação hábil para suas alegações.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a Aneel, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Cemig D ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a Aneel interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$413.375 (R\$356.907 em 31 de dezembro de 2020). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$123.098 (R\$105.552 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas



Outros Passivos Contingentes

Quitação Antecipada da CRC – Contas de Resultado a Compensar

A Companhia era parte em um processo administrativo junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no qual era questionada uma diferença de valores relativa ao desconto oferecido pela Cemig para antecipação da quitação de Contrato de Cessão do Crédito que a companhia detinha na Conta de Resultados a Compensar (CRC) para o Estado de Minas Gerais, concluída no primeiro trimestre de 2013, bem como à possível oneração indevida do Estado após a assinatura de Termos Aditivos que visaram a restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do Contrato. Em agosto de 2021, foi publicado Acórdão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais que reconheceu a prescrição das pretensões punitivas e reparatórias, visto que não foi prolatada, no transcorrer de mais de cinco anos a partir da primeira causa interruptiva da prescrição, decisão de mérito recorrível. Em decorrência disso, o processo foi extinto e, conseqüentemente, arquivado em novembro de 2021.

Desequilíbrio Contratual

A Cemig D é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$198.144 (R\$167.168 em 31 de dezembro de 2020). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

IDPJ Renova

Determinado fundo de investimento em direitos creditórios entrou com pedido de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (“IDPJ”) de determinadas empresas do grupo Renova, objetivando a inclusão de alguns acionistas da Renova, dentre os quais a Companhia e a sua controlada Cemig GT, no polo passivo do cumprimento de sentença, de forma a responderem solidariamente. O montante envolvido nesta discussão foi estimado em R\$86.256 em 31 de dezembro de 2021 e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia é de R\$8.466.810, representado por 566.036.634 ações ordinárias e 1.127.325.434 preferenciais, ambas com valor nominal de R\$5,00, conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas



Acionistas	Quantidade de Ações em 2021					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	288.485.632	51	13.143	-	288.498.775	17
Outras Entidades do Estado	23.094	-	14.472.345	1	14.495.439	1
FIA Dinâmica Energia S.A.	153.354.328	27	80.004.762	7	233.359.090	14
BNDES Participações	63.082.911	11	22.141.720	2	85.224.631	5
BlackRock	-	-	123.325.741	11	123.325.741	7
Outros						
No País	43.689.699	8	145.881.261	13	189.570.960	11
No Exterior	17.400.970	3	741.486.462	66	758.887.432	45
Total	566.036.634	100	1.127.325.434	100	1.693.362.068	100

Acionistas	Quantidade de Ações em 2020					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	258.738.711	51	11.788	-	258.750.499	17
Outras Entidades do Estado	20.713	-	7.442.037	1	7.462.750	-
FIA Dinâmica Energia S.A.	114.172.677	22	43.975.272	4	158.147.949	10
BNDES Participações	56.578.175	11	27.299.432	3	83.877.607	6
BlackRock	-	-	153.689.970	15	153.689.970	10
Outros						
No País	55.717.246	11	212.704.725	21	268.421.971	18
No Exterior	22.442.767	5	565.959.088	56	588.401.855	39
Total	507.670.289	100	1.011.082.312	100	1.518.752.601	100

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

Aumento de Capital

A Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), realizada em 30 de abril de 2021 aprovou a proposta de destinação de resultados da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, divulgada nas demonstrações financeiras de 2020, incluindo aumento do capital social de R\$7.593.763 para R\$8.466.810, conforme art. 199 da Lei das Sociedades Anônimas de 1976 - Lei 6.404/76, tendo em vista que em 31 de dezembro de 2020 as reservas de lucros, exceto as reservas de incentivos fiscais e as reservas de lucros a realizar, excederam o capital social em R\$1.529.371.

O aumento do capital social foi realizado com a capitalização do saldo de R\$873.047 da Reserva de Retenção de Lucros, por meio de bonificação de ações, com emissão de 174.609.467 de novas ações, ao valor nominal de R\$5,00 (conforme Estatuto Social), sendo 58.366.345 ações ordinárias e 116.243.122 ações preferenciais.

Notas Explicativas**b) Lucro por ação**

Em razão do aumento de capital em 30 de abril de 2021, com a emissão de 174.609.467 novas ações, sem uma correspondente entrada de recursos na Companhia, o lucro básico e o lucro diluído por ação estão apresentados, retrospectivamente, considerando a nova quantidade de ações da Companhia.

O número de ações utilizado no cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

	Quantidade de ações	
	2021	2020 (reapresentado)
Ações ordinárias já capitalizadas	566.036.634	566.036.634
Ações em tesouraria	(79)	(79)
Total ações ordinárias	566.036.555	566.036.555
Ações preferenciais já capitalizadas	1.127.325.434	1.127.325.434
Ações em tesouraria	(650.817)	(650.817)
Total ações preferenciais	1.126.674.617	1.126.674.617
Total	1.692.711.172	1.692.711.172

Lucro básico e diluído por ação

As ações preferenciais da Companhia têm direito a um dividendo mínimo obrigatório, conforme descrito no item “e”.

A opção de venda SAAG, emitida pela Cemig GT, descritas na nota explicativa nº 30, tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocaram diluição no lucro (prejuízo) por ação nos exercícios apresentados.

O cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	3.751.321	2.864.110
Dividendo mínimo obrigatório para as ações preferenciais oriundo do lucro do exercício	1.308.928	986.516
Lucro não distribuído oriundo do lucro do exercício – ações preferenciais	1.187.952	919.835
Total do lucro para as ações preferenciais (A)	2.496.880	1.906.351
Dividendo mínimo obrigatório para as ações ordinárias	657.610	495.630
Lucro não distribuído oriundo do lucro do exercício – ações ordinárias	596.831	462.129
Total do lucro para as ações ordinárias (B)	1.254.441	957.759
Lucro básico e diluído por ação (A/número de ações)	2,22	1,69
Lucro básico e diluído por ação (B/número de ações)	2,22	1,69

Notas Explicativas



	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício proveniente de operações continuadas	3.751.321	2.864.110
Dividendo mínimo obrigatório para as ações preferenciais oriundo das atividades em continuidade	1.308.928	986.516
Lucro não distribuído oriundo de operações em continuidade – ações preferenciais	1.187.952	919.835
Total do lucro para as ações preferenciais oriundo das atividades em continuidade (A.1)	2.496.880	1.906.351
Dividendo mínimo obrigatório para as ações ordinárias oriundo das atividades em continuidade	657.610	495.630
Lucro não distribuído oriundo de operações em continuidade – ações ordinárias	596.831	462.129
Total do lucro para as ações ordinárias oriundo das atividades em continuidade (B.1)	1.254.441	957.759
Lucro básico e diluído por ações preferenciais – operações em continuidade (A.1/número de ações)	2,22	1,69
Lucro básico e diluído por ações ordinárias – operações em continuidade (B.1/número de ações)	2,22	1,69

Considerando que cada classe de ação participa igualmente dos lucros apresentados, os lucros por ação no exercício de 2021 e 2020 foram de R\$2,22 e R\$1,69, respectivamente, calculados com base no número de ações da Companhia em 31 de dezembro de 2021, ajustando-se o lucro por ação comparativo de 2020.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Ajustes de Avaliação Patrimonial	Consolidado	
	2021	2020
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados Controlada e controlada em conjunto	(329.036)	(340.327)
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados	(2.433.543)	(2.660.312)
Custo atribuído de imobilizado	554.409	569.429
Ajustes de conversão de balanço	362	362
Outros	(406)	(575)
	(1.879.178)	(2.091.096)
Ajustes de avaliação patrimonial	(2.208.214)	(2.431.423)

Os ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego consistem dos ganhos ou perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial, líquidos dos efeitos tributários, cujo saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$2.208.214 (R\$2.431.423 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia reclassificou o saldo acumulado de perdas atuariais do seguro de vida para Lucros Acumulados, no montante de R\$39.267, líquido de tributos, devido ao cancelamento do benefício pós-emprego e baixa do saldo da obrigação (mais detalhes estão disponíveis na nota explicativa nº 24).

Os valores registrados como custo atribuído decorrem da avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009. A avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais. Esses valores estão sendo realizados com base na depreciação dos ativos.

Notas Explicativas**d) Reservas**Reservas de Capital

	2021	2020
Doações e Subvenções para Investimentos	1.856.628	1.856.628
Ágio na Emissão de Ações	394.448	394.448
Correção Monetária do Capital	7	7
Ações em Tesouraria	(1.362)	(1.362)
	2.249.721	2.249.721

A Reserva de Doações e Subvenções para investimentos refere-se, basicamente, à compensação pelo Governo Federal, da diferença entre a lucratividade obtida pela Cemig até março de 1993 e o retorno mínimo garantido pela legislação vigente à época.

As Ações em Tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR, de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da Cemig na área da SUDENE, em função de incentivo fiscal.

Reservas de Lucros

	2021	2020
Reserva legal	1.181.837	995.332
Reserva estatutária	57.215	57.215
Reserva de retenção de lucros	7.330.512	6.650.741
Reserva de lucros a realizar	834.603	834.603
Reserva de incentivos fiscais	124.081	102.868
Reserva de dividendos obrigatórios não distribuído	1.419.846	1.419.846
	10.948.094	10.060.605

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. Sua constituição corresponde a 5% do lucro líquido do exercício, sendo a reserva de incentivos fiscais subtraída da sua base de cálculo.

Reserva Estatutária

Destina-se ao pagamento futuro de dividendos extraordinários, conforme artigo 28 do Estatuto Social da Companhia.

Reserva de Retenção de Lucros

Referem-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia suportados pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

Reserva de Lucros a Realizar

O artigo 197 da Lei das S.A. permite que a Companhia constitua reserva de lucros a realizar quando o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício.

Notas Explicativas

Em 2021, a Cemig apresentou um resultado líquido positivo de equivalência patrimonial de R\$3.038.463, que poderia ser considerado como parcela não realizada do lucro líquido do exercício, em conformidade ao previsto no referido artigo da Lei.

Por sua vez, a constituição da reserva de lucros a realizar não poderá prejudicar o pagamento dos dividendos estatutários das ações preferenciais, que representam o valor de R\$563.663, conforme descrito em maiores detalhes na letra “f” desta nota. Adicionalmente, considerando que a constituição da reserva de lucros a realizar é opcional, a Administração decidiu propor remunerar de forma igualitária os acionistas portadores de ações ordinárias, tendo em vista a expectativa de capacidade financeira da Companhia.

A Reserva de Lucros a Realizar continuará com o saldo de R\$834.603, considerando a reversão da reserva constituída em 2020 e a nova constituição de reserva em 2021 de mesmo valor.

Os valores constantes da reserva de lucros a realizar somente poderão ser utilizados no pagamento do dividendo mínimo obrigatório. Assim, tais valores deverão acrescer ao primeiro dividendo declarado após a realização financeira da reserva, salvo nas hipóteses de já terem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes.

Reserva de Incentivos Fiscais

As controladas Cemig D e GT possuem o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário de 2014. O valor do incentivo reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$21.213 (R\$17.829 em 31 de dezembro de 2020), posteriormente transferido para a reserva de incentivos fiscais. O saldo da reserva de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2021 alcança o montante de R\$124.081 (R\$102.868 em 31 de dezembro de 2020). Esta reserva não pode ser utilizada para o pagamento de dividendos.

Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos

	2021
Dividendos retidos sob o lucro de 2015	622.530
Dividendos retidos sob o lucro de 2014	797.316
	1.419.846

Estes dividendos foram retidos nos exercícios de 2015 e 2014, na conta de Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos, e, conforme proposta já aprovada nas Assembléias Gerais Ordinárias de 2016 e 2015, os dividendos retidos serão pagos assim que a situação financeira da Companhia o permitir. A Administração da Companhia, face às incertezas presentes no cenário macroeconômico atual e as exigências de caixa previstas para o próximo exercício, concluiu que a situação financeira ainda não permite o pagamento desses dividendos retidos.

Notas Explicativas



e) Direitos e preferências das ações ordinárias e preferenciais

Todos os detentores de ações ordinárias da Cemig têm direito de voto na eleição de membros de nosso Conselho de Administração. Nos termos da Lei Brasileira das Sociedades por Ações, qualquer acionista detentor de no mínimo 5% das ações ordinárias em circulação da Cemig pode requerer a adoção de procedimento de voto múltiplo, que confere a cada ação um número de votos igual ao número de membros a serem eleitos para o nosso Conselho de Administração, sendo reconhecido ao acionista o direito de acumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários.

Os detentores de ações ordinárias representativas de no mínimo 15% do capital social da Cemig, bem como detentores de ações preferenciais representativas de no mínimo 10% de nosso capital social (que não do acionista controlador) terão o direito de nomear um membro para o Conselho de Administração e seu respectivo suplente em votação em separado. Caso nenhum dos detentores de ações ordinárias ou ações preferenciais se enquadre nos limites mínimos mencionados acima, os acionistas que representarem no total no mínimo 10% de nosso capital social poderão combinar suas participações para eleger um membro para o Conselho de Administração e seu respectivo suplente.

Em conformidade ao artigo 171 da Lei das SA, é estabelecido que cada acionista possui direito de preferência genérico na subscrição de novas ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações emitidos em qualquer aumento de capital, na proporção de seu percentual de participação acionária, exceto na hipótese do exercício de qualquer opção para adquirir ações de nosso capital social. Os acionistas devem exercer seus direitos de preferência no prazo de 30 dias a contar da publicação do aviso de aumento de capital.

Os direitos de dividendos das ações preferenciais e ordinárias estão descritos no item a seguir.

f) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, caso a Companhia seja capaz de pagar dividendos acima do mínimo obrigatório exigido para os acionistas preferenciais, e o restante do lucro líquido seja suficiente para oferecer dividendos iguais para ambas as ações ordinárias e preferenciais, então o dividendo por ação será o mesmo para ambos os detentores de ações ordinárias e preferenciais. Os dividendos declarados serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

Do lucro líquido do exercício, 50,00% devem ser utilizados para distribuição como dividendo obrigatório aos acionistas, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Notas Explicativas



As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam na distribuição de bonificações em igualdade de condições com as ações ordinárias. Adicionalmente, as ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior dos seguintes valores: (i) 10% sobre o seu valor nominal e, (ii) 3% do valor do patrimônio líquido das ações, quando da ocorrência de lucro.

Nos exercícios em que a Companhia não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, as ações emitidas até 5 de agosto de 2004, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, garantido pelo Estado de Minas Gerais, e não pela Companhia, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951 e da Lei Estadual nº 15.290, de 4 de agosto de 2004.

Cálculo dos dividendos mínimos propostos

O cálculo dos dividendos mínimos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício, considerando a existência de parcela não realizada do lucro líquido do exercício, está demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2021	2020
Cálculo dos dividendos mínimos estatutários das ações preferenciais		
Valor nominal das ações preferenciais já capitalizadas	5.636.627	5.055.412
	5.636.627	5.055.412
Percentual sobre o valor nominal das ações preferenciais	10,00%	10,00%
Valor dos dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	563.663	505.541
Valor do patrimônio líquido	19.456.411	17.472.666
Percentual das ações preferenciais sobre o patrimônio líquido (líquido de ações em tesouraria)	66,56%	66,56%
Participação das ações preferenciais no patrimônio líquido	12.950.187	11.629.806
Percentual sobre o valor do patrimônio líquido das ações	3,00%	3,00%
Valor dos dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	388.506	348.894
Dividendos estatutários mínimos obrigatórios das ações preferenciais	563.663	505.541
Cálculo dos dividendos mínimos estatutários com base no lucro líquido do exercício		
Dividendos obrigatórios		
Lucro líquido do exercício	3.751.321	2.864.110
	50%	50%
Dividendo obrigatório – 50,00% do lucro líquido	1.875.661	1.432.055
Constituição de reserva de lucros a realizar	(834.603)	(834.603)
Realização da reserva de lucros a realizar constituída em 2021	834.603	834.603
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	90.877	50.091
	1.966.538	1.482.146
Dividendos registrados em conformidade ao previsto no Estatuto		
Juros sobre o capital próprio	955.282	553.488
Dividendos ordinários	1.011.256	928.658
	1.966.538	1.482.146
Total dos dividendos para ações preferenciais	1.308.928	986.516
Total dos dividendos para ações ordinárias	657.610	495.630
Dividendos por valor unitário – R\$		
Dividendos mínimos estatutários para as ações preferenciais	0,50	0,50
Dividendo obrigatório (incluindo o IRRF sobre os juros sobre o capital próprio)	1,16	0,98
Dividendos propostos - ON	1,16	0,98
Dividendos propostos – PN	1,16	0,98

Notas Explicativas

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2019	744.591	742.519
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos	1.482.146	1.482.146
Dividendos propostos – Participação de não controladores	579	-
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(50.091)	(50.091)
Dividendos retidos – Governo do Estado de Minas Gerais	(130.244)	(130.244)
Dividendos pagos	(598.135)	(597.385)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.448.846	1.446.945
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos	1.966.538	1.966.538
Dividendos propostos – Participação de não controladores	876	-
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(90.877)	(90.877)
Dividendos retidos – Governo do Estado de Minas Gerais (nota 11)	(13.366)	(13.366)
Dividendos pagos	(1.402.967)	(1.397.990)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.909.050	1.911.250

Destinação do Resultado de 2021 - Proposta da Administração

O Conselho de Administração deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) que será realizada em abril de 2022, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2021, no montante de R\$3.751.321, do saldo de realização do custo atribuído do imobilizado, no montante de R\$15.020, da realização da reserva de lucros a realizar, no montante de R\$834.603 e ajuste devedor de lucros acumulados, no montante de R\$39.267, referente a benefícios de pós-emprego, seja dada a seguinte destinação:

- R\$186.505 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva Legal, conforme estabelecido na Lei 6.404/1976;
- R\$1.966.538 sejam destinados para pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas da Companhia, a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30 de junho de 2022 e a segunda até 30 de dezembro de 2022, conforme segue:
 - R\$955.282 declarados a título de juros sobre o capital próprio (JCP) e imputados ao dividendo obrigatório, conforme deliberado pela Diretoria Executiva em 07 de dezembro de 2021;
 - R\$1.011.256 declarados como dividendos obrigatórios, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO;
- R\$1.552.818 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2022 conforme orçamento de capital;
- R\$21.213 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais, referentes a incentivos fiscais vinculados a investimentos na região da Sudene.

A Reserva de Lucros a Realizar continuará com o saldo de R\$834.603, considerando a reversão da reserva constituída em 2020 e a nova constituição de reserva em 2021 de mesmo valor.

Notas Explicativas



O pagamento dos dividendos será realizado até 30 de dezembro de 2022, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria Executiva.

g) Aumento de Capital – Proposta da Administração

Considerando que, em 31 de dezembro de 2021, o capital social era R\$8.466.810 e o saldo das reservas de lucros, excluindo as reservas de incentivos fiscais e reserva de lucros a realizar, alcançou o montante de R\$9.989.410, excedendo o capital social em R\$1.522.600, o Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a proposta de aumento do capital social de R\$8.466.810 para R\$11.006.853, conforme art. 199 da Lei das Sociedades Anônimas de 1976 - Lei 6.404/76, a ser realizado através da capitalização do saldo de R\$2.540.043 da Reserva de Retenção de Lucros, por meio de bonificação de ações, com emissão de 508.008.620 de novas ações, ao valor nominal de R\$5,00 (conforme Estatuto Social), sendo 169.810.990 ações ordinárias e 338.197.630 ações preferenciais.

27. RECEITA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber sendo reconhecidas em bases mensais na medida em que ocorrem: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho do contrato; (iii) determinação do preço para cada transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho definidas no contrato e (v) cumprimento das obrigações de desempenho.

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	29.619.254	26.432.081	319.721	-
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD (b)	3.448.318	3.021.614	-	-
CVA e outros componentes financeiros (c)	2.146.043	454.741	-	-
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores – Realização (1)	1.316.995	266.320	-	-
Receita de transmissão			-	-
Receita de operação e manutenção (d)	354.910	279.263	-	-
Receita de construção de transmissão (d)	251.973	201.451	-	-
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão (d) (nota 14)	660.457	438.393	-	-
Receita de construção de distribuição	1.852.263	1.434.823	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição (e)	53.751	15.464	-	-
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga (f)	523.105	347.057	-	-
Liquidação na CCEE (g)	1.156.503	153.762	203.245	-
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (h)	452.896	234.347	-	-
Fornecimento de gás	3.470.406	2.011.084	-	-
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(70.948)	(50.532)	-	-
Receita por antecipação de prestação de serviço (i)	153.970	-	-	-
Outras receitas operacionais (j)	1.935.273	1.709.486	472	354
Impostos e encargos incidentes sobre a receita (k)	(13.679.051)	(11.721.729)	(51.004)	(35)
Receita operacional líquida	33.646.118	25.227.625	472.434	319

(1) Maiores informações na nota explicativa nº 9 a.

Notas Explicativas



a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

São receitas reconhecidas pela entrega de energia elétrica, com base nas tarifas especificadas nos termos contratuais, homologadas pelo órgão regulador, ou vigentes no mercado, à medida do faturamento. A receita referente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês é estimada com base no fornecimento contratado. No caso do contrato de concessão de distribuição, a receita não faturada é estimada tendo como base o volume de energia elétrica consumida e não faturada no período.

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R\$	
	2021	2020	2021	2020
Residencial	11.185.772	10.980.626	11.123.482	9.875.239
Industrial	16.360.861	12.731.167	5.274.972	4.170.940
Comércio, serviços e outros	8.334.095	8.571.078	5.520.318	4.978.987
Rural	3.975.398	3.766.186	2.565.932	2.189.786
Poder público	729.312	713.984	583.205	522.319
Iluminação pública	1.225.733	1.242.760	717.978	550.376
Serviço público	1.418.306	1.362.402	879.347	721.488
Subtotal	43.229.477	39.368.203	26.665.234	23.009.135
Consumo Próprio	33.074	34.089	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	(14.491)	8.867
	43.262.551	39.402.292	26.650.743	23.018.002
Suprimento a outras concessionárias (2)	10.824.709	13.906.848	3.023.921	3.363.012
Suprimento não faturado líquido	-	-	(55.410)	51.067
Total	54.087.260	53.309.140	29.619.254	26.432.081

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.

b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Reconhecidas pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes sendo o valor justo da contraprestação calculado conforme tarifa de uso da rede de distribuição (“TUSD”), definida pelo órgão regulador. O total da energia transportada, em MWh está apresentado na tabela abaixo:

	MWh (1)	
	2021	2020
Industrial	20.446.578	18.612.418
Comercial	1.535.217	1.299.871
Rural	44.161	31.835
Serviço Público	3.650	-
Concessionárias	310.178	315.142
Total	22.339.784	20.259.266

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas



c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

O resultado decorrente das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da controlada Cemig D e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no período corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

d) Receita de Concessão da Transmissão

- Receitas de construção: correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão das obras e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto. Para mais informações, ver nota explicativa nº 15.
- Receitas de operação e manutenção: correspondem à obrigação de performance prevista no contrato de concessão de transmissão relativa à operação e manutenção da infraestrutura, após a conclusão da fase de construção, e são reconhecidas nos períodos em que os serviços são executados, mediante o faturamento da RAP.
- Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão: Corresponde ao componente financeiro, reconhecido pelo método linear com base na taxa determinada no início dos investimentos, não sofrendo alterações posteriores. A média simples das taxas implícitas é de 6,86%, sendo estas definidas para cada autorização, incidindo sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. Inclui a atualização financeira pelo índice de inflação definido para cada contrato de transmissão.

A margem das obrigações de performance dos contratos de transmissão está demonstrada abaixo:

	2021	2020
Receita de construção e melhorias	251.973	201.451
Custo de construção e melhorias	(183.386)	(146.652)
Margem	68.587	54.799
Mark-up (%)	37,40%	37,37%
Receita de operação e manutenção	354.910	279.263
Custo de operação e manutenção	(235.229)	(223.215)
Margem	119.681	56.048
Mark-up (%)	50,88%	25,11%

e) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição

Receita decorrente da atualização monetária da Base de Remuneração de Ativos.

Notas Explicativas



f) Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na nota explicativa nº 14.

g) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

No terceiro trimestre de 2021, parte dos contratos de compra de energia da controlada Cemig GT foram transferidos para a Companhia, iniciando o processo de segregação do negócio de comercialização, com o objetivo de possibilitar uma visão mais apurada dos resultados desse segmento de negócio. A segregação do negócio de comercialização não impacta a estratégia corporativa da Companhia, de atendimento ao mercado, com o propósito de entrega de energia a seus clientes.

h) Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes

As receitas com transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) são referentes a comercialização pela distribuidora de excedentes de energia. O MVE é um instrumento regulamentado pela Aneel que permite a comercialização do excedente de contratação de energia elétrica pelas distribuidoras, ou seja, a quantidade de energia que extrapolar aquela necessária para o atendimento dos consumidores cativos.

i) Receita por antecipação de prestação de serviços

Refere-se a negociação com consumidor livre que resultou na antecipação de receita referente prestação de serviços de comercialização pela controlada ESCEE.

j) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado	
	2021	2020
Serviço taxado	16.698	10.821
Prestações de serviços	52.688	138.935
Subvenções (1)	1.592.202	1.395.247
Aluguel e arrendamento	210.904	164.009
Indenizações contratuais	26.990	-
Outras	35.791	474
	1.935.273	1.709.486

- (1) Inclui receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no montante de R\$986.310 em 31 de dezembro de 2021 (R\$1.035.617 em 31 de dezembro de 2020), que inclui subsídios de carga fonte incentivada, rural, irrigantes noturnos, geração de fonte incentivada e serviço público; e a receita de bandeiras tarifárias, no montante de R\$107.571 em 31 de dezembro de 2021, reconhecida em decorrência da posição credora adquirida pela Companhia na CCRBT; e a receita reconhecida em decorrência dos subsídios relacionados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, no montante de R\$205.439.

Notas Explicativas



k) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Tributos sobre a Receita				
ICMS	6.993.172	6.097.534	2.824	-
COFINS	2.842.438	2.214.062	39.567	29
PIS-PASEP	617.928	480.903	8.590	6
Outros	10.049	6.124	23	-
	10.463.587	8.798.623	51.004	35
Encargos do Consumidor				
Reserva global de reversão – RGR	15.333	15.962	-	-
Programa de eficiência energética – PEE	74.354	72.631	-	-
Conta de desenvolvimento energético – CDE	2.658.383	2.442.553	-	-
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	34.209	42.774	-	-
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – FNDCT	54.773	42.774	-	-
Pesquisa expansão sistema energético – EPE/MME	27.386	21.387	-	-
Encargos do consumidor – PROINFA	65.733	38.532	-	-
Taxa fiscalização serviços energia elétrica	34.685	34.613	-	-
Compensação financeira utilização recursos hídricos	36.829	62.461	-	-
Encargos do consumidor - bandeiras tarifárias	162.012	149.419	-	-
CDE sobre P&D	20.564	-	-	-
CDE sobre PEE	31.203	-	-	-
	3.215.464	2.923.106	-	-
	13.679.051	11.721.729	51.004	35

28. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A composição dos custos e despesas operacionais da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Pessoal (a)	1.240.468	1.276.076	14.564	15.961
Participação dos empregados e administradores no resultado	134.267	141.847	5.697	13.756
Obrigações pós-emprego (nota 24) (1)	15.194	438.245	33.432	47.518
Materiais	94.021	79.077	46	190
Serviços de terceiros (b)	1.449.954	1.264.788	18.250	26.126
Energia elétrica comprada para revenda (c)	16.101.254	12.111.489	239.487	-
Depreciação e amortização (2)	1.049.108	989.053	1.730	2.954
Provisões e ajustes para perdas operacionais (d)	374.678	423.286	23.766	54.910
Encargos de uso da rede básica de transmissão	3.336.985	1.747.811	-	-
Gás comprado para revenda	2.011.340	1.083.089	-	-
Custos de construção da infraestrutura (e)	2.035.648	1.581.475	-	-
Outras despesas operacionais líquidas (f)	393.426	295.635	15.161	9.043
	28.236.343	21.431.871	352.133	170.458

(1) Devido às alterações realizadas no Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, para oferta e custeio de seguro de vida para os empregados e ex-empregados, o referido benefício pós-emprego foi extinto e, desta forma, a Companhia realizou a baixa do saldo da obrigação, remensurado pelas premissas atuariais revisadas, em contrapartida ao resultado. Mais informações na nota explicativa nº 24.

(2) Líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a amortização do direito de uso, no montante de R\$1.736 no consolidado e R\$20 na controladora (R\$1.929 e R\$122 em 31 de dezembro de 2020).

Notas Explicativas



a) Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) – 2021

Em maio de 2021, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2021), com período de adesão de 10 a 31 de maio de 2021, sendo elegíveis todos os empregados da Companhia, Cemig D e Cemig GT, salvo as exceções previstas no Programa. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento “A Pedido” e de um prêmio adicional, a título de indenização, equivalente a um percentual fixo, a depender do tempo de serviço na Cemig, sobre a sua remuneração, por cada ano de trabalho, nos termos do Programa, e, para aqueles empregados com mais de 36 anos de serviço na Cemig, o valor fixo de 10,5 remunerações.

O custo total para o programa corresponde a R\$35.238, representando a adesão de 324 empregados.

b) Serviços de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	133.783	126.970	-	-
Comunicação	147.615	115.353	173	362
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	485.382	442.837	20	18
Conservação e limpeza de prédios	71.764	63.268	203	134
Vigilância	17.106	18.987	-	-
Auditoria e consultoria	43.398	40.541	6.515	17.079
Tecnologia da informação	93.288	80.497	1.915	1.748
Corte e religação	81.615	39.107	-	-
Serviços advocatícios	31.511	21.283	6.800	1.117
Poda de árvores	45.711	47.600	-	-
Limpeza de faixa	92.084	74.961	-	-
Reprografia e publicações legais	17.978	16.783	188	303
Inspeção de unidades consumidoras	33.390	35.162	-	-
Outras despesas	155.329	141.439	2.436	5.365
	1.449.954	1.264.788	18.250	26.126

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Energia de Itaipu Binacional	1.945.788	1.990.221	-	-
Contratos por cotas de garantia física	831.884	780.025	-	-
Cotas das usinas de Angra I e II	244.577	302.969	-	-
Energia de curto prazo	1.224.155	1.496.785	11.125	-
PROINFA	400.638	317.588	-	-
Contratos bilaterais	417.728	333.676	-	-
Energia adquirida através de leilão em ambiente regulado	6.242.369	3.334.408	-	-
Energia adquirida no ambiente livre (1)	4.976.410	3.976.906	252.773	-
Geração distribuída	1.268.173	678.113	-	-
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(1.450.468)	(1.099.202)	(24.411)	-
	16.101.254	12.111.489	239.487	-

- (1) A energia adquirida no ambiente livre pela Controladora decorre dos contratos transferidos pela Cemig GT, como resultado do processo de segregação parcial do negócio de comercialização de energia da Companhia. Para mais informações, ver nota explicativa nº 27 (g).

Notas Explicativas



d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota 7) (1)	143.856	146.705	-	-
Perdas estimadas (reversões) com outros créditos a receber (2)	20.692	94	-	(164)
Perdas estimadas em mútuos com partes relacionadas relacionadas (4)	-	37.361	-	37.361
Provisão (reversão) para Contingências (3) (nota 25)				
Trabalhistas	34.761	46.327	22.541	3.222
Cíveis	54.361	43.122	468	2.595
Tributárias	2.002	74.687	7.267	9.975
Outras	18.869	21.676	(6.510)	1.921
	109.993	185.812	23.766	17.713
	274.541	369.972	23.766	54.910
Ajustes para perdas				
Opção de venda SAAG (nota 31)	100.137	53.314	-	-
	100.137	53.314	-	-
	374.678	423.286	23.766	54.910

- (1) A perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é apresentada na demonstração de resultado como despesas com vendas.
(2) Refere-se, principalmente, a perda estimada com créditos de compartilhamento de infraestrutura (aluguel de postes).
(3) As provisões para contingências da controladora são apresentadas na demonstração dos resultados do exercício como despesas operacionais.
(4) Representa as perdas estimadas sobre os valores a receber da Renova, como resultado de avaliação do risco de crédito da controlada em conjunto.

e) Custo de Construção de Infraestrutura

	Consolidado	
	2021	2020
Pessoal e administradores	100.162	82.620
Materiais	1.149.667	774.823
Serviços de terceiros	681.993	598.121
Outros	103.826	125.911
	2.035.648	1.581.475

f) Outras despesas operacionais líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Arrendamentos e aluguéis (recuperação de custos)	5.991	10.689	38	631
Propaganda e publicidade	11.937	6.642	16	442
Consumo próprio de energia elétrica	27.651	24.399	-	-
Subvenções e doações	27.470	21.748	-	-
Concessão onerosa	3.456	2.801	-	-
Seguros	28.677	24.995	3.756	2.989
Anuidade CCEE	5.865	5.709	9	1
Resultado líquido na desativação e alienação de bens	96.641	81.137	-	157
Forluz – custeio administrativo	31.601	29.955	1.565	1.474
Agentes arrecadadores	85.062	85.712	-	-
Obrigações derivadas de contratos de investimento (1)	11.121	9.289	-	-
Impostos e taxas	16.322	7.306	4.150	1.129
Perdas (ganhos) com investimentos (2)	40.071	(13.825)	-	-
Outras despesas (recuperação de despesas)	1.561	(922)	5.627	2.220
	393.426	295.635	15.161	9.043

- (1) Refere-se a obrigações contratuais perante à investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. O valor total das ações alcança o montante de R\$149 milhões (R\$119 milhões em 31 de dezembro de 2020), cabendo à Cemig o valor de R\$52 milhões (R\$41 milhões em 31 de dezembro de 2020).
(2) Refere-se a aporte realizado pela Companhia na UHE Itaocara S.A. para fazer frente ao cumprimento da Sentença Arbitral Final em desfavor desta investida, proferida pela FGV na Câmara de Mediação e Arbitragem, no montante de R\$40.071, sendo este valor proporcional a sua participação acionária nesta investida, de 49%. Esse montante foi reconhecido em "outras despesas" no resultado da Companhia.

Notas Explicativas



29. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	241.554	95.246	69.211	4.538
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	460.480	398.940	1	-
Variação monetária	67.828	42.323	8.530	14.147
Variação monetária – CVA (nota 14)	63.907	31.949	-	-
Variação monetária de depósitos vinculados a litígios	29.018	52.824	4.640	9.243
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre as receitas financeiras (1)	(123.981)	(96.464)	(80.054)	(64.756)
Ganhos com instrumentos financeiros (nota 31)	-	1.752.688	-	-
Encargos de créditos com partes relacionadas	1.752	30.300	1.752	27.459
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins (2)	19.837	41.694	6.875	5.380
Outras	82.911	95.905	2.742	1.935
	843.306	2.445.405	13.697	(2.054)
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 22)	(1.146.682)	(1.177.769)	(2.422)	(1.479)
Amortização do custo de transação (nota 22)	(20.456)	(15.107)	(55)	(222)
Variações cambiais – empréstimos e financiamentos (nota 22)	(353.321)	(1.742.494)	-	-
Ágio na recompra de títulos de dívida (<i>Eurobonds</i>) (nota 22)	(491.037)	-	-	-
Variações cambiais – Itaipu Binacional	(26.757)	(46.777)	-	-
Variação monetária – empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 22)	(330.114)	(186.610)	-	-
Variação monetária – Concessão Onerosa	(8.268)	(9.165)	-	-
Encargos e variação monetária de obrigação pós-emprego (nota 24)	(69.604)	(52.708)	(3.425)	(2.592)
Perdas com instrumentos financeiros (nota 31)	(537.976)	-	-	-
Variação monetária de arrendamento (nota 19)	(24.974)	(26.995)	(249)	(292)
Outras	(87.110)	(93.239)	(3.251)	43
	(3.096.299)	(3.350.864)	(9.402)	(4.542)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(2.252.993)	(905.459)	4.295	(6.596)

(1) As despesas com PIS/Pasep e Cofins são incidentes sobre as receitas financeiras e juros sobre o capital próprio.

(2) A atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS e do passivo a restituir aos consumidores é apresentada pelo valor líquido.

30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e revendedores (1)	167.366	334.824	-	-	107.256	127.385	-	-
Não circulante								
Contas a receber - AFAC (2)	13.366	11.614	-	-	1.752	26.656	-	-
Coligada (3)								
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	7.533	2.173	131.080	92.054	94.883	34.803	(1.731.392)	(1.200.019)
Ajuste para perdas (5)	-	-	161.648	-	-	-	(161.648)	-
Controlada em conjunto (3)								
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	16.785	14.297	53.258	42.134	(196.098)	(174.426)
Prestação de serviços (6)	512	323	-	-	5.241	4.823	-	-
Contingência (7)	-	-	52.497	41.376	-	-	(11.121)	(9.289)
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	983	922	154	166	(8.825)	(8.410)
Prestação de Serviços (6)	211	211	-	-	691	775	-	-
Norte Energia								
Circulante								

Notas Explicativas



EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Operações com energia elétrica (4)	2.338	130	35.291	25.154	26.363	28.113	(335.780)	(265.330)
Lightger								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	2.160	1.646	-	-	(27.885)	(22.521)
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	3.153	2.728	-	-	(37.063)	(25.777)
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	2.680	-	-	-	-	-	-
Retiro Baixo								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	570	-	622	144	6.356	5.348	(5.472)	(4.785)
Juros sobre capital próprio e dividendos	7.202	-	-	-	-	-	-	-
Taesa								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	9.971	8.128	252	164	(122.780)	(99.644)
Prestação de serviços (6)	150	289	-	-	1.242	979	-	-
Hidrelétrica Itaocara								
Circulante								
Ajuste para perdas (8)	-	-	20.767	29.615	-	-	-	-
Axxiom								
Circulante								
Prestação de serviços (9)	-	-	62	3.782	87	134	-	-
Outras partes relacionadas								
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	81.027	171.373	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	1.707.323	3.355.688	-	-	28.169	32.855	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	351.162	754.555	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (10)	-	-	180.635	158.671	-	-	(200.530)	(205.784)
Contribuições para suplementação de Aposentadoria - plano de contribuição definida (11)	-	-	-	-	-	-	(77.377)	(77.439)
Custeio administrativo (12)	-	-	-	-	-	-	(31.599)	(29.954)
Arrendamento operacional (13)	169.993	166.926	23.765	21.754	-	-	(28.915)	(42.072)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (10)	-	-	2.489.518	2.749.824	-	-	-	-
Arrendamento operacional (13)	-	-	162.913	156.207	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (14)	-	-	184.129	154.152	-	-	(257.158)	(240.783)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (14)	-	-	3.350.392	3.229.265	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel a través de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia. Em 2017, o Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida - TARD junto à Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que se encontravam em aberto no montante de R\$113.032, a serem liquidados até novembro de 2019. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação indireta, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. A Cemig D obteve autorização, em 31 de março de 2021, junto à Secretaria do Estado da Fazenda de Minas Gerais para compensar parte do ICMS a recolher com a dívida que o Governo do Estado de Minas Gerais possui com a Companhia nos termos da Lei Estadual 23.705/2020. O valor mensal a compensar será de R\$10,5 milhões, em 21 parcelas iguais. Até 31 de dezembro de 2021, nove parcelas foram compensadas;
- Refere-se a recálculo de correção monetária de valores relativos ao AFAC devolvidos ao Estado de Minas Gerais. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. Para mais informações, consultar a nota explicativa nº 11;
- Os relacionamentos entre a Cemig e suas investidas estão descritos na nota de investimento (vide nota explicativa nº 16);
- As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Foi reconhecido um passivo correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Madeira Energia S.A. em função de sentença no âmbito de processo arbitral (para maiores detalhes consultar nota explicativa nº 16);
- Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usinas e de redes de transmissão;

Notas Explicativas



- (7) Refere-se a obrigações contratuais perante à investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. O valor total das ações alcança o montante de R\$149 milhões (R\$119 milhões em 31 de dezembro de 2020), cabendo à Cemig o valor de R\$52 milhões (R\$41 milhões em 31 de dezembro de 2020).
- (8) Foi reconhecido um passivo correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Hidrelétrica Itaocara em função de seu Patrimônio Líquido negativo (vide Nota Explicativa nº 16);
- (9) Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da Aneel 2.657/2017;
- (10) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide nota explicativa nº 24);
- (11) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (12) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (13) Aluguel da sede administrativa da Companhia com vigência até agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Em 27 de abril de 2021, foi firmado um aditivo ao contrato junto à Forluz, em função da transferência das instalações das investidas Cemig Sim e Gasmig para o Edifício Júlio Soares, com a consequente redução do custo com aluguel para a Companhia. Em 20 de setembro de 2021, o contrato de aluguel foi reajustado em 9,68%, correspondendo ao IPCA acumulado dos últimos 12 meses;
- (14) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 24).

Dividendos a receber

Dividendos a receber	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Cemig GT	-	-	799.947	891.998
Cemig D	-	-	916.961	309.434
Gasmig	-	-	350	-
Light	71.206	71.206	71.206	71.206
Taesá	31.873	-	31.873	-
Aliança Geração	224.896	114.430	-	-
Outras (1)	7.214	2.691	241	240
	335.189	188.327	1.820.578	1.272.878

- (1) As controladas que compõem os montantes apresentados em "Outras" estão divulgadas na tabela anterior nas linhas de "Juros sobre capital próprio e dividendos".

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas que não são consolidadas nas demonstrações financeiras, por se tratarem de coligadas e controladas em conjunto:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	2021	Vencimento
Norte Energia (NESA) (1)	Controlada em conjunto	Fiança	Financiamento	2.543.055	2042
Norte Energia (NESA) /Light (2)	Controlada em conjunto	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Santo Antônio Energia S.A. (3)	Coligada	Fiança	Debêntures	490.774	2037
Santo Antônio Energia S.A.	Coligada	Aval	Financiamento	1.105.394	2034
Norte Energia (NESA)	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	74.541	2030
				4.897.379	

- (1) Relacionada ao financiamento da Norte Energia.
 (2) Contragarantia emitida à Light, relacionada ao financiamento da Norte Energia.
 (3) Garantia pela Companhia Energética de Minas Gerais, à SAESA na forma de Fiança Corporativa.

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças, exceto por aquelas relacionadas à Santo Antônio Energia S.A.. Para mais detalhes, ver nota explicativa nº 16.

Notas Explicativas



Garantia de compra de energia

No âmbito dos Instrumentos de Financiamentos da Santo Antônio Energia S.A., a Cemig GT concedeu garantia de comercialização de energia desta investida, correspondente a até 57,42 MW médios ao ano, a uma receita anual mínima de R\$66.114, na data base de 31 de dezembro de 2007, reajustados pela variação do IPCA, durante o período de 1º de maio de 2027 até o final da liquidação das obrigações decorrentes destes Instrumentos de Financiamento. Adicionalmente, foi garantida a comercialização da energia assegurada dessa investida, de 6,04 MW médios, para o período de 1º de janeiro de 2030 até o final da liquidação das obrigações decorrentes dos referidos Instrumentos.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha da Cemig e suas controladas e coligadas

A Cemig e suas controladas e controlada em conjunto aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante, ou apresentados deduzindo a rubrica de “Debêntures” no passivo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 96,25%, em 31 de dezembro de 2021 (98,79% em 31 de dezembro de 2020).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são demonstrados na tabela abaixo:

	2021	2020
Remuneração	27.707	26.584
Participação nos resultados	3.808	8.528
Previdência privada	2.104	1.488
Planos de saúde e odontológico	253	139
Seguro de vida	9	-
Total	33.881	36.739

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis, são como segue:

Notas Explicativas



	Nível	2021		2020	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários – Aplicações financeiras	2	1.094.473	1.094.473	1.213.875	1.213.875
Consumidores, revendedores e concessionários – Transporte de energia	2	4.481.423	4.481.423	4.534.044	4.534.044
Fundos vinculados	2	19.195	19.195	63.674	63.674
Contas a receber do Estado de Minas Gerais (AFAC)	2	13.366	13.366	11.614	11.614
Ativos financeiros da concessão - Conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	3	2.147.548	2.147.548	132.681	132.681
Reembolso de subsídios tarifários	2	291.896	291.896	88.349	88.349
Subvenção baixa renda	2	46.540	46.540	43.072	43.072
Depósitos vinculados a litígios	2	1.155.169	1.155.169	1.055.797	1.055.797
Bonificação pela outorga – concessões de geração	3	2.792.201	2.792.201	2.549.198	2.549.198
		12.041.811	12.041.811	9.692.304	9.692.304
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras		708.252	708.252	1.587.337	1.587.337
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	2	100.554	100.554	545.366	545.366
Letras financeiras do tesouro (LFTs)	1	178.427	178.427	730.806	730.806
Letras financeiras – Bancos	2	704.364	704.364	1.635.016	1.635.016
		1.691.597	1.691.597	4.498.525	4.498.525
Instrumentos financeiros derivativos (Swap)	3	1.219.176	1.219.176	2.948.930	2.948.930
Instrumentos financeiros derivativos (Opções de venda Ativas e Sonda)	3	-	-	2.987	2.987
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	718.115	718.115	559.241	559.241
Indenizações a receber – geração	3	816.202	816.202	816.202	816.202
		4.445.090	4.445.090	8.825.885	8.825.885
		16.486.901	16.486.901	18.518.189	18.518.189
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2	(11.363.963)	(11.363.963)	(15.020.558)	(15.020.558)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2	(384.513)	(384.513)	(472.559)	(472.559)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	2	(538.934)	(538.934)	(540.142)	(540.142)
Concessões a pagar	3	(26.813)	(26.813)	(23.476)	(23.476)
Fornecedores	2	(2.683.343)	(2.683.343)	(2.358.320)	(2.358.320)
Operações de arrendamento mercantil	2	(244.023)	(244.023)	(226.503)	(226.503)
Passivos financeiros setoriais	3	(51.359)	(51.359)	(231.322)	(231.322)
		(15.292.948)	(15.292.948)	(18.872.880)	(18.872.880)
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	3	(6.130)	(6.130)	-	-
Opções de venda (SAAG)	3	(636.292)	(636.292)	(536.155)	(536.155)
		(642.422)	(642.422)	(536.155)	(536.155)
		(15.935.370)	(15.935.370)	(19.409.035)	(19.409.035)

(1) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros;

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Notas Explicativas



- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. As informações de nível 2 são observáveis, seja direta ou indiretamente. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Técnica de avaliação** – O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, incluindo dados não observáveis, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR). Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado na data de mensuração. Os dados não observáveis são desenvolvidos utilizando as melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que podem incluir dados próprios da entidade.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo esta classificada integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição: os ativos de distribuição de energia elétrica são mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos pelo poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig, respectivamente. Os ativos de distribuição de gás equivalem ao custo de construção atualizado pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, conforme determina o contrato de concessão. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 14.

Indenizações a receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão. Para mais informações, ver nota explicativa 14.2.

Notas Explicativas



Aplicações Financeiras: mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: a Companhia adotou o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo da opção Sonda. O valor justo dessa opção foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de seu vencimento deduzido do valor justo das ações objeto da opção, estimado na mesma data, trazidos a valor presente para a data das demonstrações financeiras.

Operações de Swap: o cálculo do valor justo das operações de *swap* foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

Outros passivos financeiros: a Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 131,33% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles empréstimos, financiamentos e debêntures e para dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,10% a 6,20%, CDI + 0,79% a CDI + 4,67%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente equivalente ao contábil.

b) Instrumentos financeiros – derivativos

Opções de venda

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo em aberto das opções da Companhia são como segue:

Consolidado	2021	2020
Opções de venda – SAAG	636.292	536.155
Opções de venda – Ativas e Sonda	-	(2.987)
	636.292	533.168

Notas Explicativas**Opções de venda SAAG**

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderiam ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda é correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo até a data de exercício antecipado da opção (mais detalhes na sequência desta nota), contabilizada pelo seu valor justo por meio do resultado, mensurado pelo modelo Black-Scholes-Merton (“BSM”).

Encontra-se registrado nas demonstrações financeiras um passivo no valor de R\$636.292, referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício. Considerando a liquidação antecipada dos Fundos, e o vencimento da opção de venda, conforme descrito a seguir, esse montante foi transferido para o passivo circulante.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	482.841
Variação do valor justo	53.314
Saldo em 31 de dezembro de 2020	536.155
Variação do valor justo	100.137
Saldo em 31 de dezembro de 2021	636.292

Essa opção de venda de investimentos tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos exercícios apresentados.

Liquidação antecipada dos Fundos e vencimento da opção de venda

Em 09 de setembro de 2020, o administrador dos FIP, Banco Modal S.A., comunicou aos cotistas sobre o início do processo de liquidação antecipada dos fundos Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em razão do decurso do prazo de 180 dias contados da sua renúncia e da renúncia do gestor do Fundo aos respectivos cargos, sem que tenha havido indicação de novos prestadores de serviço, conforme previsto no regulamento do Fundo.

Conforme estabelecido em contrato, a liquidação dos Fundos é um dos eventos que implicaria o vencimento antecipado da opção, cujo interesse de exercício foi manifestado pelas entidades de previdência complementar no período de 09 de setembro a 02 de outubro de 2020.

Notas Explicativas



Entretanto, é entendimento da Administração da Companhia, manifestado aos Fundos, que as premissas e condições que fundamentaram o investimento na Santo Antônio Energia e a estrutura jurídica dos diversos contratos firmados para esse fim sofreram modificações substanciais que resultaram em desequilíbrio nas opções.

Dessa forma, utilizando-se de prerrogativa constante dos instrumentos de opção, a Companhia tentou, por meio do mecanismo contratual da Via Amigável, uma negociação com as entidades de previdência complementar dos termos de valoração e pagamento das opções. Devido ao insucesso negocial amigável, a Companhia invocou a cláusula de arbitragem para resolução de conflitos entre as partes, a qual encontra-se pendente de decisão pela Câmara de Comércio Brasil Canadá do estado de São Paulo.

A Administração da Companhia mantém seus registros contábeis atualizados com base nos termos de valoração das opções previstos nos contratos.

Opções de vendas Ativas e Sonda

A Cemig (como sucessora da Cemig Telecom) e a Sonda Procwork Outsourcing Informática são signatárias do Contrato de Outorga de Opção de Compra (emitida por Cemig Telecom) e Venda (emitida por Sonda), por meio do qual a Cemig fica simultaneamente com um direito (opção de venda) e uma obrigação (opção de compra) relativa às ações da coligada Ativas Datacenter S.A. (“Ativas”). O preço de exercício da opção de venda e da opção de compra é equivalente a 15 (quinze) vezes e 17 (dezessete) vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício, respectivamente. Ambas as opções, se exercidas, resultam na venda das ações da Ativas atualmente detidas pela Companhia e o exercício de uma das opções resulta na nulidade da outra. As opções serão exercíveis a partir de 1º de janeiro de 2021.

As opções de compra e venda de ações da Ativas (“Opções Ativas”) foram mensuradas a valor justo e registradas pelo seu valor líquido, pela diferença entre os valores justos das duas opções na data de fechamento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

A mensuração foi efetuada mediante a utilização do modelo de Black-Scholes-Merton (BSM). No cálculo do valor justo das Opções Ativas com base no modelo BSM, as seguintes variáveis são contempladas: preço de fechamento do ativo objeto na data de 30 de junho de 2021, taxa de juros livre de risco, volatilidade do preço do ativo objeto, tempo até o vencimento da opção, preços de exercício na data de exercício.

A data base da avaliação é 31 de dezembro de 2021, mesma data de fechamento das demonstrações financeiras da Companhia, e a metodologia utilizada para cálculo do valor justo da Empresa é o Fluxo de Caixa Descontado (FCD) no valor da transação de ações da Ativas pela Sonda, ocorrida em 19 de outubro de 2016. O tempo até o vencimento foi calculado assumindo a data de exercício entre 1º de janeiro de 2022 até 31 de março de 2022, sendo essa a próxima oportunidade para exercício da opção, assim se repetindo nos anos subsequentes, no mesmo período, uma vez que a opção confere à Cemig o direito de exigir a compra, pela Sonda, de sua participação na Ativas, a partir de 2021.

Notas Explicativas



Considerando que os preços de exercício das opções são contingentes aos resultados contábeis futuros da Ativas, a estimativa dos preços de exercício na data de vencimento embasou-se em análises estatísticas e em informações de empresas comparáveis.

Operações de Swap

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Cemig GT é denominada em moeda estrangeira, ela se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap” e opções de moeda) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Em 2021, a Cemig GT iniciou estudos e contratações de forma a tomar ações direcionadas à gestão prudente dos seus passivos e reduzir o risco de liquidez e de exposição à moeda estrangeira. Nesse contexto, em 19 de julho de 2021 foi iniciada a oferta de aquisição em dinheiro (“Tender Offer”), por parte da Cemig GT, de títulos de dívidas no mercado externo de sua emissão, com vencimento em 2024, no montante principal de até U\$500 milhões.

No âmbito da implementação da operação, em 07 e 08 de junho de 2021, foi realizado o desfazimento parcial dos instrumentos financeiros derivativos contratados, no volume de US\$500 milhões, apurando-se, em favor da Companhia, o valor de R\$774.409.

Para mitigar a exposição cambial até a recompra efetiva dos títulos em moeda estrangeira, a Companhia contratou, em 04 de junho de 2021, uma proteção de curto prazo contra oscilação do dólar para o volume de US\$600 milhões, travando o dólar em R\$5,0984. O instrumento contratado foi uma NDF (*Non Deliverable Forward*), contrato a termo derivativo de câmbio, sem entrega física da moeda, que garantiu à Companhia uma taxa predeterminada no momento do vencimento, em 03 de agosto de 2021. Para mais informações sobre a Tender Offer, ver nota explicativa nº 22.

Em 07 de junho e 06 de dezembro de 2021 aconteceram as liquidações semestrais de juros do swap, com resultado positivo de R\$399.799 e entrada líquida de caixa de R\$339.829 para a Cemig GT. O valor total de realização do hedge no período, até 31 de dezembro de 2021, incluindo a liquidação parcial dos instrumentos informada acima, foi de R\$1.174.207, com entrada líquida de caixa de R\$998.075. O resultado com a liquidação da NDF foi de R\$23.700, com entrada líquida de caixa de R\$23.699.

Notas Explicativas



Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado	Ganho/(Perda) realizado	
					31/12/2021	31/12/2020
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 151,99% do CDI	Juros: Semestrais principal: dez/2024	Balcão	US\$1.000.000	1.018.638	328.817
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	155.569	165.884
US\$ variação cambial superior a R\$5,0984	US\$ variação cambial inferior a R\$5,0984	03 de agosto de 2021	Balcão	US\$600.000	23.700	-
					1.197.907	494.701

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste negativo, em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$537.976 (ajuste positivo de R\$1.752.688 em 31 de dezembro de 2020), registrado no resultado financeiro.

As contrapartes das operações dos derivativos contratados inicialmente são os Bancos Bradesco, Itaú, Goldman Sachs e BTG Pactual e a Companhia é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT. As contrapartes da NDF foram os Bancos Deutsche Bank, Bradesco, XP Inc. e Goldman Sachs.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos em vigor em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor conforme contrato 2021	Valor justo 2021	Valor conforme contrato 2020	Valor justo 2020
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.) (1)	R\$ 151,99% do CDI	Juros: Semestrais principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	873.095	706.401	1.772.477	2.110.490
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.) (1)	R\$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	577.565	506.645	587.945	838.440
					1.450.660	1.213.046	2.360.422	2.948.930
Ativo circulante							-	522.579
Ativo não circulante							1.219.176	2.426.351
Passivo circulante							(6.130)	-

- (1) Para a emissão original de US\$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com piso em R\$3,25/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Em julho de 2021, a Cemig GT desmontou um total de US\$500 milhões da emissão original do hedge. Para a emissão adicional de US\$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com piso em R\$3,85/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI. Esses instrumentos derivativos possuem teto de proteção de R\$ 5,00/dólar para o principal dos Eurobonds, que possui vencimento em dezembro de 2024. Caso a relação USD/BRL permaneça, em dezembro de 2024, acima de R\$5,00, a Companhia desembolsará, naquela data, a diferença entre o valor teto da proteção e dólar spot verificado. A Companhia está monitorando os possíveis riscos e impactos associados a valorização do dólar acima do patamar de R\$ 5,00 e avalia diversas estratégias para mitigação do risco cambial até o vencimento da operação. O instrumento derivativo protege integralmente o pagamento dos juros semestrais, independente da relação USD/BRL.
- (2) Em milhares de dólares americanos (US\$).

Notas Explicativas



A Cemig GT utiliza uma metodologia de marcação a mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do Swap são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo Black & Scholes, que tem como parâmetro, dentre outros, a volatilidade do dólar, mensurada com base no seu histórico de 2 anos.

O valor justo apurado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$1.213.046 (R\$2.948.930 em 31 de dezembro de 2020), que seria uma referência caso a Companhia efetuasse a liquidação dos derivativos em 31 de dezembro de 2021, porém os contratos de swap protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em 2024 e representam o saldo contratual (accrual) de R\$1.450.660 em 31 de dezembro de 2021 (R\$2.360.422 em 31 de dezembro de 2020).

A Cemig GT está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros. Com base nas curvas de juros e dólar futuro, a Companhia estima que em um cenário provável o seu resultado, em 31 de dezembro de 2022, seria afetado positivamente pelos instrumentos derivativos (swap e call spread), ao fim do exercício contábil, em R\$132.632. O valor justo do instrumento financeiro foi estimado em R\$1.345.678, sendo R\$1.148.708 referente à opção (call spread) e R\$196.971 referentes ao swap.

A Cemig GT mensurou os efeitos em seu resultado da redução do valor justo estimado partindo do cenário provável, sensibilizando a variação das taxas futuras de juros e dólar, bem como da volatilidade, em 25% e 50%, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e consolidado	Cenário base 2021	Cenário provável	Cenário possível depreciação cambial e apreciação de juros 25%	Cenário remoto depreciação cambial e apreciação de juros 50%
Swap ponta ativa	4.157.204	4.036.301	3.605.368	3.199.211
Swap ponta passiva	(3.942.500)	(3.839.331)	(3.902.419)	(3.962.727)
Opção/Call Spread	998.342	1.148.708	812.680	295.808
Instrumento derivativo de hedge	1.213.046	1.345.678	515.629	(467.708)

O valor justo foi estimado aplicando-se os mesmos métodos de mensuração utilizados na marcação a mercado do instrumento derivativo descritos acima.

c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Notas Explicativas



Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos, financiamentos, fornecedores (energia elétrica comprada de Itaipu) e fluxo de caixa. Para o montante da dívida em moeda estrangeira da Cemig GT, foram contratados instrumentos financeiros derivativos, na modalidade de operações de *swap* cambial para proteção dos pagamentos de juros e na modalidade de *call spread* para proteção do principal, de acordo com a política de hedge da Companhia. A exposição da Cemig GT aos riscos de mercado associados à contratação desse instrumento está descrita no tópico “Operações de Swap” desta nota explicativa. Para a Cemig D, esse risco é mitigado através da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	2021		2020	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 22)	(1.007.557)	(5.622.673)	(1.513.592)	(7.865.684)
Fornecedores (Itaipu Binacional) (nota 20)	(59.335)	(331.118)	(62.593)	(325.277)
	(1.066.892)	(5.953.791)	(1.576.185)	(8.190.961)
Passivo Líquido Exposto		(5.953.791)		(8.190.961)

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de dezembro de 2022 será uma desvalorização de 8,61% para o dólar norte-americano (R\$5,10). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos da variação cambial esperada do Real, considerando um aumento de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais	Valor contábil	Cenário provável Dólar R\$5,10	Cenário possível Dólar R\$6,38	Cenário remoto Dólar R\$7,65
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 22)	(5.622.673)	(5.138.542)	(6.428.215)	(7.707.813)
Fornecedores (Itaipu Binacional) (nota 20)	(331.118)	(302.608)	(378.556)	(453.911)
	(5.953.791)	(5.441.150)	(6.806.771)	(8.161.724)
Passivo líquido exposto	(5.953.791)	(5.441.150)	(6.806.771)	(8.161.724)
Efeito líquido da variação cambial		512.641	(852.980)	(2.207.933)

Ressalta-se que a Companhia contratou operação de swap para substituição da exposição ao dólar norte-americano pela variação do CDI, conforme descrito em mais detalhes no tópico “Operações de Swap” desta nota explicativa.

Notas Explicativas



Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de redução das taxas de juros nacionais em 31 de dezembro de 2021. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras da Companhia e aos ativos financeiros relativos a CVA e outros componentes financeiros e pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda nacional, bem como passivos financeiros setoriais.

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas.

A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

O ativo líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:

Exposição às taxas de juros nacionais	Consolidado	
	2021	2020
Ativos		
Equivalentes de caixa (nota 6) – CDI	708.252	1.587.337
Títulos e valores mobiliários (nota 7) - CDI/Selic	2.077.818	4.125.063
Fundos vinculados – CDI	19.195	63.674
CVA e outros componentes financeiros – Selic (nota 14)	2.147.548	132.681
	4.952.813	5.908.755
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures – CDI (nota 22)	(1.457.989)	(2.310.590)
Empréstimos, financiamentos e debêntures – TJLP (nota 22)	(20.625)	(72.726)
Passivos financeiros setoriais (nota 14)	(51.359)	(231.322)
	(1.529.973)	(2.614.638)
Ativo Líquido Exposto	3.422.840	3.294.117

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, a taxa Selic será de 13,00% e a taxa TJLP será de 6,94% em 31 de dezembro de 2022. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma queda nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, conforme tabela abaixo. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Notas Explicativas



Risco - Alta nas taxas de juros nacionais	31/12/2021	31/12/2022		
	Valor contábil	Cenário provável Selic 13,00% TJLP 6,94%	Cenário possível Selic 9,75% TJLP 5,21%	Cenário remoto Selic 6,50% TJLP 3,47%
Ativos				
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras (nota 6)	708.252	800.325	777.307	754.288
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	2.077.818	2.347.934	2.280.405	2.212.876
Fundos vinculados	19.195	21.690	21.067	20.443
CVA e outros componentes financeiros – Selic (nota 14)	2.147.548	2.426.729	2.356.934	2.287.139
	4.952.813	5.596.678	5.435.713	5.274.746
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures – CDI (nota 22)	(1.457.989)	(1.647.528)	(1.600.143)	(1.552.758)
Empréstimos, financiamentos e debêntures – TJLP (nota 22)	(20.625)	(22.056)	(21.700)	(21.341)
Passivos financeiros setoriais (nota 14)	(51.359)	(54.923)	(54.035)	(53.141)
	(1.529.973)	(1.724.507)	(1.675.878)	(1.627.240)
Ativo exposto líquido	3.422.840	3.872.171	3.759.835	3.647.506
Efeito líquido da variação das taxas de juros		449.331	336.995	224.666

Risco de inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de inflação em 31 de dezembro de 2021, sendo parte de seus empréstimos e financiamentos e seus passivos de pós-emprego atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas vinculadas aos contratos também estão indexadas à variação da inflação por meio dos índices IPCA ou IGP-M, contrabalanceando parte da exposição ao risco da Companhia. O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à redução da inflação	2021	2020
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA (1)	718.115	559.241
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (AFAC) – IGPM (notas 11 e 30)	13.366	11.614
Bonificação de outorga – IPCA (nota 14)	2.792.201	2.549.198
	3.523.682	3.120.053
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures – IPCA e IGP-DI (nota 22)	(4.321.906)	(4.863.087)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) – IPCA (nota 24)	(384.513)	(472.559)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) – IPCA (nota 24)	(538.934)	(540.142)
	(5.245.353)	(5.875.788)
Passivo líquido	(1.721.671)	(2.755.735)

(1) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Análise de sensibilidade

Em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação destes indicadores. Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, a taxa IPCA será de 6,68% e a taxa de IGPM será de 11,46% em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma queda na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Notas Explicativas



Risco - Alta da inflação	31/12/2021	31/12/2022		
	Valor contábil	Cenário provável IPCA 6,68% IGPM 11,46%	Cenário possível (25%) IPCA 8,35% IGPM 14,33%	Cenário remoto (50%) IPCA 10,02% IGPM 17,19%
Ativos				
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA (1)	718.115	767.729	780.134	792.536
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (AFAC) – IGPM (notas 11 e 30)	13.366	14.898	15.281	15.664
Bonificação de outorga – IPCA (Nota 14)	2.792.201	2.978.720	3.025.350	3.071.980
	3.523.682	3.761.347	3.820.765	3.880.180
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures – IPCA e IGP-DI (nota 22)	(4.321.906)	(4.610.609)	(4.682.785)	(4.754.961)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (nota 24)	(384.513)	(410.198)	(416.620)	(423.041)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) (nota 24)	(538.934)	(574.935)	(583.935)	(592.935)
	(5.245.353)	(5.595.742)	(5.683.340)	(5.770.937)
Passivo líquido	(1.721.671)	(1.834.395)	(1.862.575)	(1.890.757)
Efeito líquido da variação do IPCA e IGP-M		(112.724)	(140.904)	(169.086)

(1) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Risco de liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir as exigências de caixa de suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca também retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Notas Explicativas



Qualquer redução nos *ratings* da Companhia e de suas controladas pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia e de suas controladas, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	59.693	966.957	1.126.129	10.398.032	930.332	13.481.143
Concessões a pagar	310	640	2.849	12.753	15.305	31.857
Dívida pactuada c/fundo de pensão Forluz (nota 24)	13.861	27.997	128.723	269.121	-	439.702
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) (nota 24)	6.127	12.358	56.981	330.598	481.893	887.957
	79.991	1.007.952	1.314.682	11.010.504	1.427.530	14.840.659
- Pré-fixadas						
Fornecedores	2.419.219	264.124	-	-	-	2.683.343
	2.499.210	1.272.076	1.314.682	11.010.504	1.427.530	17.524.002

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	53.821	-	-	-	53.821
Dívida pactuada c/fundo de pensão (Forluz) (nota 24)	682	1.377	6.333	13.241	-	21.633
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) (nota 24)	301	608	2.803	16.265	23.709	43.686
	983	55.806	9.136	29.506	23.709	119.140
- Pré-fixadas						
Fornecedores	60.726	3.956	-	-	-	64.682
	61.709	59.762	9.136	29.506	23.709	183.822

Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Cemig D utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via "SMS", cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. O risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2021, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$833.150.

Notas Explicativas



A Companhia e suas controladas administram o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna, que vigora desde 2004.

Essa Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionados às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI, podendo ser de entidades públicas ou privadas, financeiras ou não financeiras. A Companhia não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

Como instrumento de gestão, a Companhia e suas controladas dividem a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Classificação mínima de *rating* Nacional de Longo Prazo de “BBB” (bra), “brBBB” ou “Baa2” por qualquer das agências: Fitch Ratings, Moody’s ou Standard & Poor’s,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$800 milhões
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

A qualidade da carteira de crédito das instituições financeiras é outro indicador monitorado e poderá impactar o corte do limite da instituição.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio Líquido	Limite por Banco (% do PL) (1) (2)			
		AAA	AA	A	BBB
Risco federal	-	10%	10%	10%	10%
A1	Igual ou superior a R\$10 bilhões	9%	8%	7%	6%
A2	Entre R\$5 bilhões e R\$10 bilhões	8%	7%	6%	5%
A3	Entre R\$2 bilhões e R\$5 bilhões	7%	6%	5%	4%
A4	Entre R\$800 milhões e R\$2 bilhões	6%	5%	4%	-

1. O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.
2. Quando a instituição possuir classificações distintas de ratings pelas agências de classificação de riscos, será considerada a avaliação mais favorável para a instituição.

Notas Explicativas



Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Os bancos dos grupos “Risco federal”, “A1” e “A2” deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis, que compreende as aplicações mantidas nos Fundos de Investimentos e na carteira própria, excluídos os títulos públicos.

A Companhia somente permite aplicações em títulos de empresas não financeiras que possuam *rating* igual ou superior ao *rating* mais atualizado da CEMIG Holding divulgado pelas agências de classificação de riscos Fitch Rating, Moody’s ou Standard & Poors.

Pandemia Covid-19 – Riscos e incertezas relacionados aos negócios da Cemig

A avaliação da Companhia sobre os riscos e potenciais impactos do Covid 19 encontra-se apresentada na nota explicativa nº 1. (c).

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), é de 95% a 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Em 07 de abril de 2020, a Aneel ampliou de 15% para 30%, em todos os processamentos do Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) do ano de 2020, o limite referente ao montante total de energia elétrica passível de ser declarado pelas distribuidoras, visando facilitar as reduções contratuais, face ao cenário causado pela pandemia Covid-19.

Em 18 de maio de 2020, o Decreto 10.350/2020 autorizou a criação e gestão da Conta-Covid pela CCEE, tendo como uma de suas finalidades, a cobertura dos efeitos financeiros da sobrecontratação advindos da pandemia. O montante estimado para essa cobertura foi de R\$212.473. O Decreto ainda acrescentou um inciso ao art.3º do Decreto 5.163/2004, prevendo a redução de carga decorrente dos efeitos da pandemia da Covid-19, apurada conforme regulação da Aneel, como um dos itens possíveis de serem tratados como sobrecontratação involuntária, e, desta forma, repassado aos consumidores.

Notas Explicativas



Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre dos novos termos advindos da prorrogação da concessão da Cemig D por 30 anos, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

O descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão foram atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Risco hidrológico

A energia vendida pelas controladas da Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode gerar aumentos tarifários futuros.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

As controladas da Companhia possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (“covenants”), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas encontram-se adimplentes com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral, anual e permanente. Mais detalhes na nota explicativa nº 22.

Notas Explicativas



Administração de capital

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Total do Passivo	32.584.043	36.605.732	3.163.043	2.589.817
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(825.208)	(1.680.397)	(26.692)	(422.647)
(-) Fundos vinculados	(19.195)	(63.674)	(7)	(349)
Passivo líquido	31.739.640	34.861.661	3.136.344	2.166.821
Total do patrimônio líquido	19.461.765	17.477.348	19.456.411	17.472.666
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	1,63	2,00	0,16	0,12

32. ATIVOS E PASSIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

Os ativos e passivos classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2021, são conforme segue:

Balanco patrimonial - Consolidado e controladora	2021	2020
Ativo mantido para venda – Investimento em coligada (Light)	-	1.258.111
Ativo mantido para venda – Investimento em controlada em conjunto (Renova)	-	-
	-	1.258.111

Alienação da participação remanescente na Light em janeiro de 2021

Em 22 de janeiro de 2021, a Companhia alienou a totalidade de suas ações detidas na Light, correspondentes a 68.621.263 ações ordinárias, no âmbito de uma oferta pública que compreendeu a distribuição primária de 68.621.264 novas ações ordinárias a serem emitidas pela Light, e a distribuição secundária das ações da Companhia, com esforços restritos de colocação, ao preço de R\$20,00 por ação, totalizando R\$1.372.425.

Como resultado da alienação, em janeiro de 2021 foi reconhecido um ganho antes de tributos no montante de R\$108.550, considerando como custo o valor registrado do ativo mantido para venda na data da alienação. O custo fiscal do investimento foi ajustado para apuração dos tributos, em conformidade à legislação tributária, considerando o valor patrimonial do investimento, somado ao ágio e à mais valia pagos nas aquisições.

Controladora e consolidado	
Quantidade de ações detidas pela Cemig	68.621.263
Preço de venda da ação em 22/01/2021	20,00
Valor total da venda	1.372.425
Despesas com venda (0,42%) (1)	(5.764)
Total do valor justo, líquido das despesas com vendas em 22/01/2021	1.366.661
Valor do ativo mantido para venda em 31/12/2020	(1.258.111)
Ganho na alienação de ativo mantido para a venda	108.550
IRPJ e CSLL	(36.907)
Resultado após ajuste de tributos	71.643

(1) As despesas com a venda do investimento incluem os custos com assessoria financeira, contábil e jurídica.

Notas Explicativas



Processo de alienação de participação da Cemig GT na Renova

Em 11 de novembro de 2021, a Cemig GT celebrou instrumento de Compra e Venda de Ações, Cessão Onerosa de Créditos e Outras Avenças (“instrumento”) com veículo de investimento da Angra Partners, o AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, administrado e gerido pela Mantiq Investimentos Ltda para alienação da totalidade de sua atual participação de 13,80% detida no capital social da Renova Energia S.A. – Em Recuperação Judicial (“Renova”) e para a cessão onerosa da totalidade dos créditos detidos pela Companhia em face da Renova Comercializadora de Energia S.A. – Em Recuperação Judicial, pelo valor total de R\$60 milhões. O contrato prevê o direito ao recebimento de earn-out pela Cemig GT, condicionada a eventos futuros.

O instrumento prevê os demais termos e condições para a conclusão da transação, estando sujeito à verificação e ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais em transações similares, incluindo a aprovação prévia dos órgãos reguladores competentes, dos credores detentores de garantias reais listados no Plano de Recuperação Judicial da Renova e de contrapartes em determinados contratos comerciais. No caso de fechamento da transação, há ainda a possibilidade de possível aproveitamento de crédito fiscal pela Cemig GT. A data limite para implementação do Fechamento da Transação é de até 180 dias a contar da data de assinatura do Contrato Angra.

O investimento na Renova, que apresenta valor nulo desde 31 de dezembro de 2018, quando este foi reduzido a zero em virtude da apresentação de patrimônio líquido negativo, foi classificado como ativo mantido para venda, nos termos do IFRS 5/CPC 31 – *Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada*, no quarto trimestre de 2021, diante da alta probabilidade de conclusão do seu plano de venda, especialmente após a aprovação do órgão de governança competente, que precedeu à assinatura do instrumento.

Recuperação judicial - Renova

Em 31 de dezembro de 2021, a Renova possui capital circulante líquido de R\$6.974, prejuízos acumulados de R\$3.959.358, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$651.178 e lucro líquido de R\$34.829 no exercício findo naquela data.

Em 16 de outubro de 2019, foi deferido o pedido de recuperação judicial ajuizado pela Renova e pelas demais empresas do grupo (“Grupo Renova”).

A Companhia, suportada pela opinião de seus consultores legais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante a controlada em conjunto Renova, concluiu que a recuperação judicial e as transações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não produziram nenhum impacto financeiro adicional em suas demonstrações financeiras e não afetam o plano de venda da participação societária na investida.

Os principais eventos ocorridos no âmbito da recuperação judicial da Renova estão descritos a seguir:

Notas Explicativas



- Em 25 de outubro de 2019, a Companhia firmou contratos de mútuo na modalidade “debtor-in-possession” (DIP) no valor total de R\$36,5 milhões. Os recursos desses empréstimos foram garantidos por cessão fiduciária de participação societária em empresa detentora de ativos de empreendimento eólico de propriedade da Renova, no valor aproximado de R\$60 milhões. Em 30 de junho de 2020 foi reconhecida a perda no valor recuperável do empréstimo concedido, no valor de R\$37,4 milhões. No âmbito do instrumento de compra e venda de ações da Renova, a Cemig GT assumiu a obrigação de não execução de valores sob este contrato de mútuo pós-concursal até a alienação da UPI SF 120, companhia que detém o projeto Mina de Ouro.
- Em 21 de setembro de 2020, a Renova aprovou a proposta realizada pela Companhia para a suspensão das obrigações previstas no Contrato de Compra e Venda de Energia Eólica Incentivada firmado entre as partes e aditado de tempos em tempos, vinculados ao Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A. A suspensão perdurará até o início da operação comercial dos empreendimentos destinados ao Ambiente de Contratação Livre, previsto para dezembro de 2022.
- Em 18 de dezembro de 2020, os Planos de Recuperação Judicial ajuizados pela Renova foram aprovados pela Assembleia Geral de Credores (AGC) e homologados pelo juízo da recuperação no mesmo dia.
- Em 06 de maio de 2021 e 23 de agosto de 2021 foram homologados o 1º e o 2º aumento de capital social da Renova, correspondentes à capitalização de créditos, nos termos dos planos de recuperação judicial, não acompanhados pela Cemig GT, que também não solicitou a conversão de seus créditos em capital. Em 11 de novembro de 2021 foi encerrado o 3º aumento de capital da Renova (3ª Janela), onde o agregado dos créditos não foi superior aos R\$15 milhões, previsto no Plano de Recuperação Judicial. Em razão desses eventos, a participação da Cemig GT na investida, que era de 36,23% em 31 de março de 2021, passou para 13,80% em 31 de dezembro de 2021.
- Em 24 de novembro de 2021, foi homologado o processo competitivo da UPI Enerbrás, declarando como vencedora a Vinci Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, por meio de sua controlada da V2i Energia S.A, pelo valor de R\$265,8 milhões, sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais de mercado para a sua conclusão.
- Em 1º de dezembro de 2021, foi concluída a venda da totalidade da participação da Renova na UPI Brasil PCH, nos termos previstos no Edital e no Plano de Recuperação do Grupo Renova, para os demais acionistas da Brasil PCH S.A. (BSB Energética S.A e Eletroriver S.A), que exerceram o seu direito de preferência em observância ao Acordo de Acionistas. Os recursos recebidos com a transação, no montante de R\$1.100.000, foram utilizados, principalmente, na liquidação antecipada do empréstimo na modalidade DIP contratado pela sua subsidiária Chipley SP Participação S.A. e coobrigados da Renova e da Renova Participações S.A. junto à Quadra Gestão de Recursos S.A..
- Em 27 de janeiro de 2022, a Renova aceitou a proposta apresentada pela AES GF1 HOLDING S.A., mediante a celebração de um contrato de compra e venda, para a

Notas Explicativas



alienação de determinados ativos e direitos do Complexo Cordilheira dos Ventos, constituído dos projetos Facheiro II, Facheiro III e Labocó, localizados no Estado do Rio Grande do Norte, com capacidade de desenvolvimento eólico de 305MW, incluindo o direito de earn-out, caso a implantação nas áreas compreendidas no Projeto seja superior a esta capacidade. A transação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a realização de um processo competitivo para a alienação da UPI Cordilheira dos Ventos, no âmbito do Processo de Recuperação Judicial, cabendo à AES a condição de primeiro proponente (“Stalking Horse”) e com direito de igualar a oferta de terceiros interessados em tal aquisição. Em 15 de março de 2022, esse processo foi homologado pelo Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central da Comarca de São Paulo, declarando como vencedora a AES GF1 HOLDING S.A., pelo montante de R\$42 milhões.

33. SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas



	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (1)	Prêmio Anual (1)
Companhia Energética de Minas Gerais				
Instalações prediais	Incêndio	08/01/2022 a 08/01/2023	R\$4.184	R\$1
Cemig Geração e Transmissão				
Aeronáutico - Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco Responsabilidade Civil	27/05/2021 a 27/05/2022 27/05/2021 a 27/05/2022	US\$1.500 US\$4.000	US\$55
Almoxarifados	Incêndios	02/11/2021 a 02/11/2022	R\$21.119	R\$35
Instalações prediais	Incêndios	08/01/2022 a 08/01/2023	R\$220.822	R\$68
Equipamentos de telecomunicações	Incêndios	30/09/2021 a 30/09/2022	R\$29.302	R\$32
Risco Operacional – Geradores, Turbinas e Equipamentos de Potência de valores acima de R\$1.000 mil.	(2)	07/12/2021 a 07/12/2022	R\$757.263	R\$1.269
Cemig Distribuição				
Aeronáutico – Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco Responsabilidade Civil	27/05/2021 a 27/05/2022	US\$1.500 US\$4.000	US\$123
Almoxarifados	Incêndios	02/11/2021 a 02/11/2022	R\$68.950	R\$115
Instalações Prediais	Incêndios	08/01/2022 a 08/01/2023	R\$487.948	R\$150
Equipamentos de telecomunicações	Incêndios	30/09/2021 a 30/09/2022	R\$96.115	R\$104
Risco Operacional – Transformadores acima de 15 MVA e demais equipamentos de potência da distribuição de valor acima de R\$1.000 mil (2)	Total	07/12/2021 a 07/12/2022	R\$588.617	R\$986
Gasmig				
Rede de Distribuição de Gás/Terceiros	Responsabilidade Civil	15/12/21 a 15/12/22	R\$100.000	R\$1.100
Automotivo Frota Própria (operação)	Cobertura Apenas de Danos a Terceiros	07/07/21 a 07/07/22	R\$500	R\$1
Automotivo Frota Própria (Diretoria)	Cobertura Total	25/10/21 a 25/10/22	R\$187	R\$2
Multirrisco Instalações	Roubo, Furto e Incêndios	31/12/21 a 31/12/22	R\$33.211	R\$47

(1) Valores expressos em R\$ Mil ou US\$ Mil

(2) O limite de indenização (LMI) é de R\$230.662 mil

A Companhia e suas controladas, com exceção do aeronáutico, não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não solicitaram propostas e não possuem apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas históricas significativas em função dos riscos acima mencionados. A Companhia e suas controladas não têm sofrido perdas significativas em função destes riscos.

34. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Cemig e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem, principalmente, compra de energia elétrica de Itaipu, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Compra de energia elétrica de itaipu	1.530.224	1.576.776	1.576.776	1.576.776	1.576.776	31.535.528	39.372.856
Compra de energia - leilão	3.823.036	3.340.834	3.553.197	3.356.128	3.032.771	44.839.384	61.945.350
Compra de energia - bilaterais	332.019	332.019	332.929	222.207	67.634	53.629	1.340.437
Cotas usinas Angra 1 e Angra 2	255.726	262.724	264.873	264.149	264.149	5.314.059	6.625.680
Transporte de energia elétrica de Itaipu	215.389	218.223	222.040	158.810	91.641	429.448	1.335.551
Outros contratos de compra de energia	5.071.975	4.287.486	3.763.904	3.540.709	3.528.936	28.100.815	48.293.825
Cotas de garantias físicas	852.214	709.374	668.480	563.124	477.272	10.599.840	13.870.304
Total	12.080.583	10.727.436	10.382.199	9.681.903	9.039.179	120.872.703	172.784.003

Notas Explicativas



35. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações que não envolveram caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

- encargos financeiros capitalizados no montante de R\$15.329 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$33.335 em 31 de dezembro de 2020);
- aquisição do controle da Centroeste no primeiro trimestre de 2020, sem efeitos no fluxo de caixa da Companhia, exceto pelo caixa proveniente da combinação de negócios, no montante de R\$27.110, e do pagamento de R\$44.775;
- Aumento de capital por meio de reservas de lucros, com bonificação de ações, no montante de R\$300.000, em 30 de junho de 2020;
- Adições nos arrendamentos no montante de R\$11.066 em 31 de dezembro de 2021 (R\$6.193 em 31 de dezembro de 2020).

36. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI

Em 17 de junho de 2021, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar atos de gestão da Cemig, desde 2019. Em reunião ordinária da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, realizada em 24 de junho de 2021, foram designados os membros integrantes para a CPI, que apuraram os atos da gestão da Companhia. A CPI teve poderes para investigar os fatos que fundamentaram o requerimento de sua instauração pelo período de 120 dias contados a partir da nomeação de seu Presidente e Vice-Presidente, prazo este prorrogado por mais 60 dias em 26 de outubro de 2021.

Por meio de requerimentos, a CPI solicitou diversas informações e documentos relacionados principalmente aos investimentos e desinvestimentos em participações societárias, gestão de pessoas e processos de inexigibilidade de licitação, que foram atendidos pela Companhia em conformidade aos prazos estipulados.

Adicionalmente, no que tange aos processos de contratação, a Companhia realiza auditorias regulares e atualmente existe apuração em curso sobre um deles, sendo que com base nos resultados identificados até o momento, não foram identificados impactos materiais nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 ou exercícios anteriores. A expectativa da Companhia é de que os procedimentos estejam concluídos no segundo trimestre de 2022.

Notas Explicativas



Em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado o relatório final dos trabalhos da CPI, a ser encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais e demais órgãos de controle para avaliação dos encaminhamentos que serão adotados. Ainda não se tem conhecimento de potenciais indiciamentos que poderão ocorrer em virtude dos resultados apontados pela CPI.

A Companhia reafirma que todos os atos da atual gestão visam preservar o patrimônio da Companhia e assegurar a melhoria da oferta de serviços de energia elétrica aos seus clientes, seguindo rigorosamente a legislação pertinente.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Reajuste tarifário e Revisão Tarifária Periódica da Gasmig

Por meio da resolução nº 03, de 31 de janeiro de 2022, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – SEDE/MG aprovou reajuste tarifário a ser aplicado pela Gasmig para as classes de consumidores industrial, cogeração, GNC/GNL, GNV, residencial e comercial a partir de 1º de fevereiro de 2022, com aumento médio variando entre 16% e 26%, conforme classe de consumidores, em relação às tarifas que estavam vigentes desde novembro de 2021. Esse aumento é referente à variação nos custos do gás adquirido pela Gasmig e o reajuste da sua margem de distribuição.

Em 28 de janeiro de 2022 o Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da SEDE, lançou o processo de consulta pública no âmbito da segunda revisão tarifária periódica da Gasmig para a determinação da receita requerida a vigorar no próximo ciclo tarifário da concessionária. O prazo da consulta pública é de 21 dias corridos, terminando em 18 de fevereiro de 2022.

Juros sobre Capital Próprio

Em 22 de março de 2022, a Diretoria Executiva da Companhia deliberou pela declaração de Juros sobre Capital Próprio – JCP no montante de R\$245.000, a ser imputado ao dividendo mínimo obrigatório de 2022, com retenção de 34% de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, nos termos da legislação em vigor. Farão jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 28 de março de 2022.

Notas Explicativas

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor-Presidente

Dimas Costa
Diretor Cemig Comercialização

Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Marney Tadeu Antunes
Diretor de Distribuição

Maurício Dall’Agnese
Diretor Cemigpar

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor de Geração e Transmissão

Eduardo Soares
Diretor de Regulação e Jurídico

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador – CRC-1SP/242.451-04

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

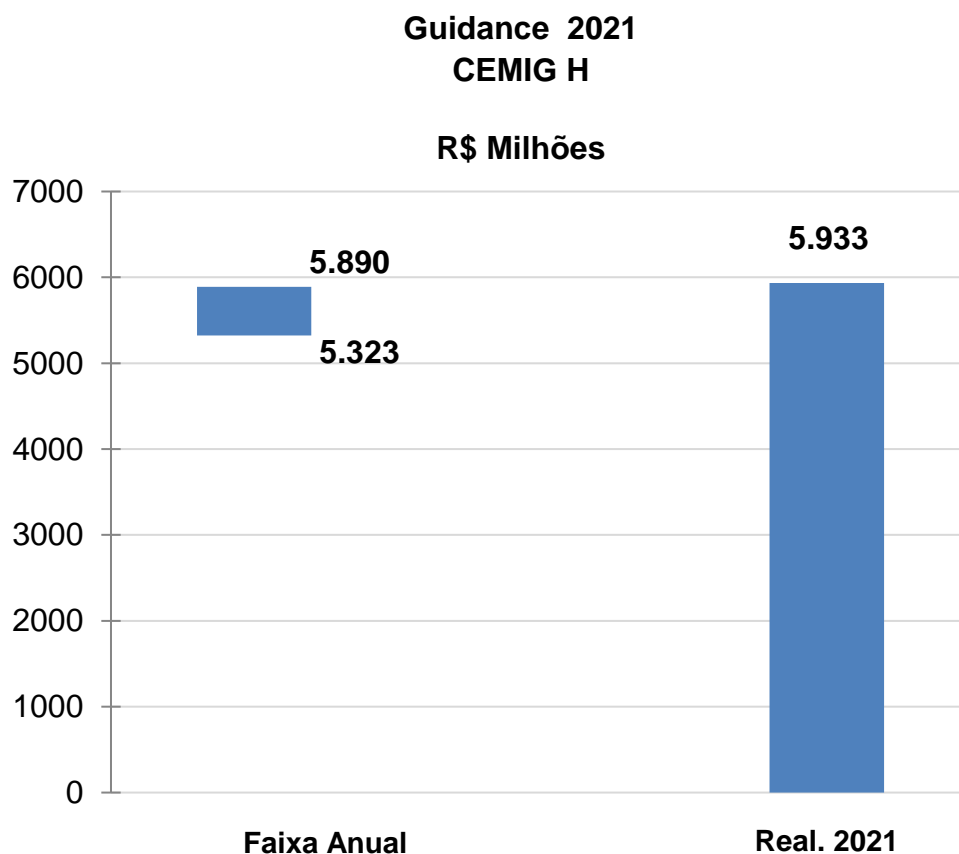
CIA. ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG
(CONSOLIDADO)

INSTRUÇÃO CVM 480/09

PROJEÇÕES FINANCEIRAS 2021-2025, EXERCÍCIO 2021.

Acompanhamento e análise das projeções de LAJIDA divulgadas x resultados verificados.

O LAJIDA realizado consolidado da Cemig, em 2021, ajustado pela exclusão de itens não recorrentes, está situado da seguinte forma em relação à faixa anual projetada no XXVI Encontro Anual da Cemig com o Mercado de Capitais.



Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Os principais fatores que impactaram negativamente o resultado de 2021, contribuindo para uma menor realização do LAJIDA, foram os seguintes:

Cemig Geração e Transmissão

- Aumento de R\$ 100 milhões no valor justo da Opção de Venda SAAG, em função dos efeitos negativos sobre o valor justo da MESA da sentença desfavorável proferida nos processos arbitrais que envolvem a SAE e aumento do IPCA. No final de 2020, foi exercida a liquidação antecipada do fundo, que se encontra em processo arbitragem, havendo o reconhecimento da atualização da dívida no passivo, com base nos termos de valoração da opção previstos no contrato.
- Constituição de R\$ 13 milhões na provisão de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), em função da entrada em recuperação judicial de cliente do mercado livre.
- Constituição de R\$ 12 milhões na provisão de direito administrativo, em função de questões contratuais sobre a prestação de serviço de limpeza de faixa de servidão e aceiros e correção financeira.
- Obrigações contratuais derivadas de contratos de investimento, no valor de R\$ 11 milhões, perante a investida Aliança Geração, correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida.

Cemig Distribuição

- Diminuição de R\$ 70 milhões com ganho na alienação de ativos, em função da baixa procura.
- Aumento de R\$ 57 milhões nas despesas associadas às compensações financeiras, em função de indicadores de continuidade e penalidades contratuais acima do previsto.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

- Aumento de R\$ 22 milhões nas perdas com desativação de bens, em função de obras canceladas e baixa de ativos (materiais inservíveis, abalroamento de postes, roubo, substituição de equipamentos por avaria).
- Constituição de R\$ 19 milhões na provisão relações de consumo e aumento de R\$ 12 milhões nas provisões cíveis e outras, relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios.

E os fatores que impactaram positivamente o resultado do ano estão destacados a seguir:

Cemig Geração e Transmissão

- Aumento de R\$ 310 milhões na receita de atualização do ativo de contrato da transmissão, associado, principalmente, à variação do IPCA.

Cemig Distribuição

- Redução de R\$ 29 milhões na despesa com o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP), em decorrência do menor número de adesões.
- Redução de R\$ 80 milhões na provisão de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), devido ao aprimoramento das regras de provisionamento em curso, que visa assimilar as boas práticas adotadas pelo mercado no setor de energia elétrica, relacionadas ao reconhecimento das perdas contábeis (TR – Transferência para Reserva) dos débitos vinculados às classes Residencial e Comercial.

Outro fator que contribuiu para essa redução foi a eficácia do plano de mitigação da inadimplência, com a intensificação das ferramentas de cobrança, ampliação dos canais de negociação e diversificação dos meios de pagamento.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Holding

- Aumento de R\$ 181 milhões no Lajida da controlada Gasmig, decorrente do maior consumo pelas usinas térmicas e segmento industrial.
- Aumento de R\$ 177 milhões no resultado de equivalência patrimonial da investida Taesa, em função da correção monetária do ativo contratual pelo IGP-M acima do orçado.

Fonte: Projeções Financeiras 2021-2025

Superintendência de Planejamento e Controle Corporativo – PP

Gerência de Planejamento e Controle da Comercialização, Participações e Holding – PP/CP

28/03/2022

Proposta de Orçamento de Capital

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade ao artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 25, § 1, inciso IV, da Instrução CVM nº 480, apresentamos para análise e posterior aprovação do encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em abril de 2022, da proposta de Orçamento de Capital Consolidado para o exercício de 2022, em milhares de Reais. O valor previsto para orçamento de capital será atendido exclusivamente por recursos próprios oriundos das operações da Companhia, incluindo o valor de R\$1.552.818 da retenção de lucros do exercício de 2021.

Investimentos planejados para 2022	
Sistema elétrico de distribuição	1.785.374
Sistema elétrico de subtransmissão	1.003.662
Sistema elétrico de geração	16.802
Sistema elétrico de transmissão	288.584
Aportes em controladas e coligadas	89.000
Infraestrutura e Outros	1.376.847
	4.560.269

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA –29 DE MARÇO DE 2022

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, Cemig Distribuição S.A.-Cemig D, Cemig Geração e Transmissão S.A.-Cemig GT e suas respectivas sociedades controladas e subsidiárias tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração relativamente ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização e, dentre outras atribuições previstas em seu Regimento Interno, avaliar e manifestar-se sobre: a qualidade e integridade das demonstrações contábeis, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. Compete ao Comitê, com o apoio técnico e operacional da área de *Compliance* da Companhia, realizar análise da conformidade das indicações ao cargo de Administrador ou Conselheiro Fiscal por meio do filtro do “background check” de integridade e conformidade.

COMPOSIÇÃO

O Comitê de Auditoria é composto por Pedro Carlos de Mello, Coordenador do Comitê, eleito em 11-06-2018, e pelos membros Afonso Henriques Moreira Santos, eleito em 14-09-2020, Márcio de Lima Leite, eleito em 21-05-2020 e Roberto Tommasetti, eleito em 15-05-2019.

DAS ATIVIDADES EXERCIDAS NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DURANTE O ANO DE 2021

No ano de 2021, o Comitê reuniu-se em 39 (trinta e nove) ocasiões e mais 7 (sete) vezes no início do primeiro semestre de 2022, além de 13 (treze) participações nas reuniões do Conselho de Administração em 2021 e 4 (quatro) em 2022. Foram realizadas 4 (quatro) reuniões em conjunto com o Conselho Fiscal em 2021 e 2 (duas) no início do primeiro semestre de 2022. O Comitê manteve contato permanente com os gestores das diversas áreas da Companhia, visando acompanhar os trabalhos desenvolvidos e obter subsídios para fundamentar as suas avaliações. Foram realizadas 21 (vinte e uma) reuniões com a participação dos auditores externos, Ernst & Young Auditores Independentes, para conhecimento de metodologia, planejamento e resultados dos trabalhos visando à elaboração das Demonstrações Financeiras de 2021. O Comitê reuniu-se com Diretores Executivos da Companhia para tratar de assuntos relacionados com aspectos gerais da gestão da instituição, particularmente os relativos a contabilidade, controles internos, auditoria interna, gestão de capital, gestão financeira e gestão de riscos. O Comitê apresentou recomendações para o aperfeiçoamento de processos e procedeu ao acompanhamento das implementações de melhorias recomendadas por este Colegiado e também pelas auditorias interna e independente, apontadas no curso dos seus trabalhos. O Comitê manteve contato regulares com o Conselho de Administração da Companhia, tendo, ainda, emitido opiniões sobre aspectos relacionados com suas atribuições regimentais e prestou informações ao Colegiado sobre suas atividades.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO E DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS

Os trabalhos conduzidos pela Diretoria Adjunta de *Compliance*, Riscos Corporativos e Controles Internos-DCI, foram objetos de acompanhamento pelo Colegiado. O Comitê de Auditoria considera positiva (embora alguns pontos requeiram maior atenção) a atuação da administração da Companhia no sentido de garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento do risco da instituição.

DA AUDITORIA INTERNA

Foram realizadas diversas reuniões com a Superintendente e com o Gerente da Auditoria Interna-AI visando ao acompanhamento dos trabalhos realizados por essas unidades. O Comitê avalia positivamente a abrangência e a qualidade das auditorias procedidas e o nível de independência da área. Nos trabalhos realizados pela auditoria interna não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação vigente e das normas internas, cuja gravidade pudesse colocar em risco a solidez e a continuidade da Companhia.

DA AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê reuniu-se com os auditores externos, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., para conhecimento das principais ocorrências nos trabalhos realizados no curso da elaboração das Demonstrações Financeiras de 2021 e de sua avaliação dos controles internos atuais da Companhia. O Comitê considera satisfatórios os trabalhos desenvolvidos, não tendo sido identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Comitê acompanhou o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras de 2021, examinando balancetes, balanço e notas explicativas e procedeu à apreciação das Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, que estão alinhadas com os princípios fundamentais da contabilidade e com a legislação societária brasileira, retratando adequadamente a situação patrimonial da instituição.

CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria não recebeu, até o fechamento deste relatório, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da instituição ou a fidedignidade das demonstrações contábeis. Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras da Cemig, Cemig D e Cemig GT de 2021.

Belo Horizonte, 29 de março de 2022.

COMITÊ DE AUDITORIA

PEDRO CARLOS DE MELLO – Coordenador

AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS - Membro

MÁRCIO DE LIMA LEITE - Membro

ROBERTO TOMMASETTI - Membro

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Reapresentação do resultado por ação e divulgação de segmentos operacionais

Conforme mencionado na nota explicativa 26, em decorrência do aumento no número de ações em função da capitalização de reservas, a Companhia ajustou o resultado por ação e as respectivas notas explicativas correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, como previsto na NBC TG 41 – Resultado por Ação (IAS33 – Earnings per share). Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa 5, em decorrência da mudança na estrutura de segmentos operacionais, a Companhia ajustou a divulgação de segmentos operacionais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, como previsto na NBC TG 22 – Informações por Segmento (IFRS 8 – Operating Segments). Nossa opinião não contém modificação relacionadas a esses assuntos.

Risco de continuidade operacional da controlada em conjunto Renova Energia S.A. e da coligada Madeira Energia S.A.

Conforme descrito na nota explicativa 32 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a controlada em conjunto Renova Energia S.A., atualmente classificada como um ativo não circulante mantido para venda, encontra-se em processo de recuperação judicial desde 2020. Adicionalmente, conforme descrito na nota explicativa 16 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a coligada Madeira Energia S.A. apresenta capital circulante líquido negativo, além de existirem circunstâncias que demonstram a necessidade de manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Companhia e/ou dos seus outros acionistas, havendo ainda circunstâncias específicas em que estão previstas obrigações dos sócios estabelecidas em acordos de acionistas. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas referidas notas explicativas, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova Energia S.A. e da Madeira Energia S.A.. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esses assuntos.

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado nas notas explicativas 16 e 36 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, existem investigações sendo conduzidas por autoridades públicas na Companhia e em determinadas investidas, que envolvem e incluem também alguns de seus outros acionistas e determinados executivos da Companhia e desses outros acionistas. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes destes processos de investigação conduzidos pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto

das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Infraestrutura da concessão

Conforme divulgado nas notas explicativas 14, 15 e 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuem registrados ativos financeiros, ativos de contrato e intangíveis da concessão nos montantes de R\$ 4.326.518 mil, R\$6.380.008 mil e R\$ 12.953.317 mil, respectivamente, que representam a infraestrutura da concessão.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão de distribuição é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da tarifa a ser cobrada pelas distribuidoras de energia e gás aos consumidores finais, nos termos dos contratos de concessão. Durante o ano de 2021, as controladas reconheceram em seu ativo investimentos na infraestrutura das concessões de distribuição de energia e gás no montante total de R\$ 1.806.916 mil.

Na geração, o ativo financeiro da concessão está representado pelas bonificações pela outorga das usinas de geração de energia hidrelétricas loteadas em 2016 e pela parcela dos investimentos efetuados pela controlada e que não foi completamente amortizada ao final do prazo de concessão, e será indenizada pelo poder concedente, no montante de R\$ 816.202 mil. O ativo intangível da geração, está representado, principalmente, pelo valor justo do direito de outorga das usinas hidrelétricas registrado em 2021 em função da repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor-GSF) que levou a extensão do prazo de concessão, no montante de R\$ 966.065 mil.

A determinação dos gastos que se qualificam como investimentos na infraestrutura da concessão e que são passíveis de indenização, impacta diretamente a avaliação do ativo financeiro das concessões de geração e distribuição.

O reconhecimento do ativo de contrato de concessão e da receita da infraestrutura de transmissão requer o uso de estimativas e julgamentos por parte da diretoria sobre: (i) o momento que se obtém o controle do ativo, (ii) os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, (iii) as margens esperadas em cada obrigação de performance identificada, (iv) a projeção das receitas esperadas e, (v) a taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros.

Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do intangível, ativo financeiro indenizável e ativos de contrato das concessões um assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados pela Companhia e suas controladas sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura, incluindo o rateio dos custos indiretos, comparação dos custos com os dados históricos e os padrões observáveis da indústria, mensuração do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição e geração e da receita de contrato com cliente do segmento de transmissão, incluindo os controles sobre a revisão pela diretoria das premissas significativas subjacentes à mensuração e contabilização destes ativos; (ii) recálculo do valor do ativo financeiro da concessão de distribuição e confronto dos inputs relacionados ao cálculo com informações externas de mercado e critérios estabelecidos pelo poder concedente, além de avaliar as variações ocorridas nas últimas revisões tarifárias (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção e dos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) envolvimento dos nossos especialistas internos, para avaliação das premissas relevantes utilizadas na modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto utilizada, assim como para revisão das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos de projetos em construção; (v) análise dos impactos oriundos da nova Receita Anual Permitida (RAP); (vi) avaliação do custo histórico de formação do ativo financeiro da concessão de geração, análise das previsões regulatórias para sua indenização e acompanhamento das consultas públicas e discussões realizadas entre a Companhia e o poder concedente sobre o tema; (vii) análise da modelagem financeira e metodologia utilizada para mensuração do ativo intangível da geração relacionado a repactuação do risco hidrológico, e se a mesma está em conformidade com determinado pelo órgão regulador; e (viii) avaliação das premissas relevantes e do prazo de extensão das usinas hidrelétricas determinado por meio da inspeção de resoluções homologatórias emitidas pelo órgão regulador. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as estimativas preparadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 14, 15 e 18, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas e controladas em conjunto

Conforme divulgado nas notas explicativas 16 e 32 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas possuem saldos relevantes em investimentos em coligadas e controladas em conjunto, registrados pelo método de equivalência patrimonial ou classificados como ativos mantidos para venda, e determina anualmente, ou sempre que aplicável, a necessidade de registrar perda por redução ao valor recuperável desses investimentos. Adicionalmente, para os casos em que o saldo

contábil da participação é reduzido a zero é feita uma provisão para perdas adicionais na extensão das obrigações contratuais assumidas pela Companhia junto à investida, seus outros acionistas e/ou credores.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos dos ativos da Companhia e de suas controladas, especialmente no que diz respeito aos investimentos registrados pelo método de equivalência patrimonial, o grau de subjetividade das estimativas de valor justo utilizadas pela diretoria, as quais levam em consideração premissas afetadas por condições de mercado e econômicas futuras, além da existência de certas circunstâncias específicas relacionadas a sentenças arbitrais proferidas, atrasos na entrada em operação e risco de continuidade de algumas investidas e controladas em conjunto.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) análise do processo e controles implementados pela diretoria para identificação de indicativos de impairment dos investimentos e cálculo do seu valor recuperável líquido, quando aplicável, incluindo os controles sobre a revisão pela diretoria das premissas significativas subjacentes à determinação do valor justo; (ii) avaliação das premissas significativas utilizadas para estimar o valor justo; comparando as premissas significativas usadas para estimar os fluxos de caixa com as tendências econômicas e da indústria; comparando informações relevantes utilizadas com os dados operacionais da Companhia e realizando análises de sensibilidade para avaliar a estimativa do valor justo; (iii) envolvimento dos nossos especialistas de valuation para auxiliar na avaliação da taxa de desconto usada no cálculo do valor justo; (iv) avaliação da necessidade e mensuração da provisão para perdas adicionais na extensão das obrigações contratuais assumidas pela Companhia para os investimentos em coligadas e controladas em conjunto cujo saldo contábil de participação é reduzido a zero; e (v) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os saldos de investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos investimentos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 16 e 32, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado nas notas explicativas 16 e 36 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, existem investigações sendo conduzidas por autoridades públicas na Companhia e em determinadas investidas. Ao final de 2020, os órgãos de governança da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos e apurar alegações recebidas pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) sobre eventuais irregularidades em processos licitatórios de compras. Adicionalmente, em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado e encaminhado às autoridades públicas o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquéritos instaurada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

Esse assunto foi tratado como significativo em nossa auditoria, tendo em vista o grau de julgamento e complexidade inerentes a estes processos de investigação interna e conduzidos por autoridades públicas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) análise do processo e controles implementados pela Companhia para identificação de descumprimento das leis e regulamentos (ii) revisão do relatório de investigação interna independente emitido por empresa especializada contratada pela Companhia; (iii) compreender e avaliar as principais ações da diretoria e dos órgãos de governança em relação a tais alegações; (iv) realizar discussões sobre o assunto junto ao Comitê de Auditoria, aos membros da Comissão de investigações (CEI), bem como com a área de Compliance e Auditoria Interna; (v) realizar testes de transações não usuais; (vi) envolvimento dos nossos profissionais de forensics para auxiliar em nossa avaliação dos procedimentos e conclusões da investigação interna; e (vii) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os procedimentos adotados e avaliação realizada pela diretoria, assim como as respectivas divulgações incluídas em notas explicativas 16 e 36, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 29 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31-12-2021 e os respectivos documentos complementares, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em 29-03-2022. Após verificarem os documentos acima mencionados, e considerando os exames procedidos por este colegiado e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia relativos aos atos de gestão e respectivos registros no exercício financeiro de 2021, como também com base no Relatório do Auditor Independente, sem ressalva, da Ernest & Young Auditores Independentes-EY, emitido em 29-03-2022, expressam opinião favorável de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente representadas em todos os seus aspectos relevantes e, portanto, merecem a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2022.

Belo Horizonte, 29 de março de 2022.

Gustavo de Oliveira Barbosa

Cláudio Morais Machado

Elizabeth Jucá e Mello Jacometti

Fernando Scharlack Marcato

Michele da Silva Gonsales Torres

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA –29 DE MARÇO DE 2022

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, Cemig Distribuição S.A.-Cemig D, Cemig Geração e Transmissão S.A.-Cemig GT e suas respectivas sociedades controladas e subsidiárias tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração relativamente ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização e, dentre outras atribuições previstas em seu Regimento Interno, avaliar e manifestar-se sobre: a qualidade e integridade das demonstrações contábeis, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. Compete ao Comitê, com o apoio técnico e operacional da área de Compliance da Companhia, realizar análise da conformidade das indicações ao cargo de Administrador ou Conselheiro Fiscal por meio do filtro do "background check" de integridade e conformidade.

COMPOSIÇÃO

O Comitê de Auditoria é composto por Pedro Carlos de Mello, Coordenador do Comitê, eleito em 11-06-2018, e pelos membros Afonso Henriques Moreira Santos, eleito em 14-09-2020, Márcio de Lima Leite, eleito em 21-05-2020 e Roberto Tommasetti, eleito em 15-05-2019.

DAS ATIVIDADES EXERCIDAS NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DURANTE O ANO DE 2021

No ano de 2021, o Comitê reuniu-se em 39 (trinta e nove) ocasiões e mais 7 (sete) vezes no início do primeiro semestre de 2022, além de 13 (treze) participações nas reuniões do Conselho de Administração em 2021 e 4 (quatro) em 2022. Foram realizadas 4 (quatro) reuniões em conjunto com o Conselho Fiscal em 2021 e 2 (duas) no início do primeiro semestre de 2022. O Comitê manteve contato permanente com os gestores das diversas áreas da Companhia, visando acompanhar os trabalhos desenvolvidos e obter subsídios para fundamentar as suas avaliações. Foram realizadas 21 (vinte e uma) reuniões com a participação dos auditores externos, Ernst & Young Auditores Independentes, para conhecimento de metodologia, planejamento e resultados dos trabalhos visando à elaboração das Demonstrações Financeiras de 2021. O Comitê reuniu-se com Diretores Executivos da Companhia para tratar de assuntos relacionados com aspectos gerais da gestão da instituição, particularmente os relativos a contabilidade, controles internos, auditoria interna, gestão de capital, gestão financeira e gestão de riscos. O Comitê apresentou recomendações para o aperfeiçoamento de processos e procedeu ao acompanhamento das implementações de melhorias recomendadas por este Colegiado e também pelas auditorias interna e independente, apontadas no curso dos seus trabalhos. O Comitê manteve contato regulares com o Conselho de Administração da Companhia, tendo, ainda, emitido opiniões sobre aspectos relacionados com suas atribuições regimentais e prestou informações ao Colegiado sobre suas atividades.

DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO E DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS

Os trabalhos conduzidos pela Diretoria Adjunta de Compliance, Riscos Corporativos e Controles Internos-DCI, foram objetos de acompanhamento pelo Colegiado. O Comitê de Auditoria considera positiva (embora alguns pontos requeiram maior atenção) a atuação da administração da Companhia no sentido de garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento do risco da instituição.

DA AUDITORIA INTERNA

Foram realizadas diversas reuniões com a Superintendente e com o Gerente da Auditoria Interna-AI visando ao acompanhamento dos trabalhos realizados por essas unidades. O Comitê avalia positivamente a abrangência e a qualidade das auditorias procedidas e o nível de independência da área. Nos trabalhos realizados pela auditoria interna não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação vigente e das normas internas, cuja gravidade pudesse colocar em risco a solidez e a continuidade da Companhia.

DA AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê reuniu-se com os auditores externos, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., para conhecimento das principais ocorrências nos trabalhos realizados no curso da elaboração das Demonstrações Financeiras de 2021 e de sua avaliação dos controles internos atuais da Companhia. O Comitê considera satisfatórios os trabalhos desenvolvidos, não tendo sido identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Comitê acompanhou o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras de 2021, examinando balancetes, balanço e notas explicativas e procedeu à apreciação das Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, que estão alinhadas com os princípios fundamentais da contabilidade e com a legislação societária brasileira, retratando adequadamente a situação patrimonial da instituição.

CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria não recebeu, até o fechamento deste relatório, registro de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da instituição ou a fidedignidade das demonstrações contábeis. Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras da Cemig, Cemig D e Cemig GT de 2021.

Belo Horizonte, 29 de março de 2022.

COMITÊ DE AUDITORIA

PEDRO CARLOS DE MELLO – Coordenador

AFONSO HENRIQUES MOREIRA SANTOS - Membro

MÁRCIO DE LIMA LEITE - Membro

ROBERTO TOMMASETTI - Membro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que, em 28.03.2022, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2021. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação e o envio à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras 2021 e dos respectivos documentos complementares. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras.

Belo Horizonte, 28 de março de 2022.

- a.a) Reynaldo Passanezi Filho – Diretor-Presidente
- Dimas Costa – Diretor Cemig Comercialização
- Leonardo George de Magalhães – Diretor de Finanças e Relações com Investidores
- Marney Thadeu Antunes – Diretor Cemig Distribuição
- Maurício Dall’Agnese – Diretor CemigPar
- Thadeu Carneiro da Silva – Diretor Cemig Geração e Transmissão

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que, em 28.03.2022, nas reuniões da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, da Cemig Distribuição S.A e da Cemig Geração e Transmissão S.A, concluímos as análises das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2021. Na mesma data, aprovamos o encaminhamento ao Conselho de Administração para deliberação e o envio à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras 2021 e dos respectivos documentos complementares. Ainda, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressadas pelos representantes Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 29 de março de 2022.

- a.a) Reynaldo Passanezi Filho – Diretor-Presidente
- Dimas Costa – Diretor Cemig Comercialização
- Leonardo George de Magalhães – Diretor de Finanças e Relações com Investidores
- Marney Thadeu Antunes – Diretor Cemig Distribuição
- Maurício Dall’Agnese – Diretor CemigPar
- Thadeu Carneiro da Silva – Diretor Cemig Geração e Transmissão